



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**A APROPRIAÇÃO SOCIAL DA COLETA SELETIVA DE LIXO
NA PITUBA – SALVADOR/BA**

DENISE MARIA DE JESUS SANTOS

Salvador - Bahia
2006



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**A APROPRIAÇÃO SOCIAL DA COLETA SELETIVA DE LIXO
NA PITUBA, SALVADOR-BA**

DENISE MARIA DE JESUS SANTOS

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. BARBARA-CHRISTINE NENTWIG SILVA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Submetida em satisfação parcial dos requisitos ao grau de

MESTRE EM GEOGRAFIA

à
Câmara de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa
da
Universidade Federal da Bahia

Aprovado:

Comissão Examinadora

Dr^a. BARBARA-CHRISTINE NENTWIG SILVA
Dr. ANGELO SZANIECK PERRET SERPA
Dr. LUIZ ROBERTO SANTOS MORAES

Data da Aprovação: ____/____/____

Grau conferido em: ____/____/____

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Shiguemi Fujimori, Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia

S237 Santos, Denise Maria de Jesus,
A apropriação social da coleta seletiva de lixo na Pituba, Salvador-BA / Denise Maria de Jesus Santos. _
Salvador, 2006.
253. : il. + Anexos.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Barbara-Christine Nentwig Silva.
Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Geografia
Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia,
2006.

1. Geografia urbana – Salvador 2. Lixo urbano – Bairro da Pituba (Salvador, BA) 3. Lixo – Coleta seletiva, apropriação sócio-espacial I. Título.

CDU 911.9:711.4 (813.8) (043)

À minha família, pelo carinho, compreensão e auxílio.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por ter-me permitido viver mais este momento me guiando na realização deste trabalho. À minha família, especialmente, minha mãe que sempre soube apoiar e estimular a conquista de novos objetivos da minha vida; à irmã, Leila Patrícia, pelas consultas gramaticais, revisão de texto e definições cromáticas; ao meu companheiro, Evanilton, pelo amor e apoio incondicional em todo o percurso da pesquisa, sobretudo na produção de informações estatísticas e revisão textual, mantendo sua serenidade e me contagiando com sua paciência e tranquilidade; ao meu cunhado, Maurício Requião, pela disponibilidade e agilidade nos flagrantes fotográficos da pesquisa de campo.

À minha orientadora, Prof^a. Barbara-Christine, que desde a graduação oferta-me com seu estímulo, paciência, escuta, carinho e diversos sentimentos que culminaram na confiança no desenvolvimento do trabalho, por suas orientações, revisões, discussões que ajudaram na materialização das idéias. Ao Prof. Sylvio Bandeira, pelo apoio no levantamento de material bibliográfico, mantendo-me informada sobre eventos de interesse. À Prof^a. Arlete Moysés pelos diálogos trocados.

À Banca Examinadora, Prof. Angelo Serpa, que desde o início ajudou-me na reflexão da pesquisa, permitindo-me aprofundar escolhas nos momentos de vivência das disciplinas por ele conduzidas, pelo respeito, gratidão e afeto, ao Prof. Luiz Roberto Moraes, pela firmeza de suas colocações e pensamento crítico.

Aos professores do Programa do Mestrado que souberam proporcionar momentos ímpares de reflexões, discussões e motivações. Aos funcionários da Secretaria do Mestrado, sobretudo a Dirce pela prestatividade e auxílio. À Prof^a. Denise Magalhães pelo crédito no tirocínio docente. Aos colegas de curso, especialmente, Isabela com sua intensa amizade decenal, Nadja, pela nova amizade e momentos de diálogo, e Margareth, pelo acolhimento e amadurecimento de idéias.

Ao serviço de biblioteca da LIMPURB, na pessoa de Tereza Gomes e de José Alberto Nascimento por mais uma vez dispensarem atenção, selecionando informações de suma importância nesta pesquisa, e seus técnicos, que

disponibilizaram informações preciosas. À direção da COOPCICLA que permitiu o acompanhamento do trabalho dos cooperados na área de estudo. À Elinaldo, Ademir, Romilson, Nei, Leandro, Adriano, Fabiano e Júnior, cooperados, que souberam me acolher e amparar com muito respeito na realização do trabalho de campo permitindo-me acompanhar suas vivências cotidianas. Aos administradores, síndicos, porteiros dos condomínios e representantes de associações que permitiram a realização do trabalho. Aos que retornaram os questionários enviados, dando crédito à pesquisa. Aos que reservaram parte do seu tempo de trabalho para atender ao chamado da pesquisa, empregadas(os) domésticas(os) contribuindo no entendimento da questão. Aos catadores de lixo entrevistados que foram bastante acolhedores à idéia de expressarem seu modo de vida.

Por fim, externo meus agradecimentos a todos aqueles que direta ou indiretamente ajudaram-me na consecução deste trabalho, compartilhando do sonho que só realizei numa pequena parcela, mas que me torna imensamente realizada pelo fato de tê-lo dividido com várias pessoas.

RESUMO

A cidade de Salvador é marcada por um processo progressivo de práticas de separação do lixo. Enquanto atividade informal tem sido razão, nos últimos anos, para o planejamento e intervenção do Poder Público no espaço urbano, a fim de transformá-la em práticas formais mediante a participação dos cidadãos. As ações foram denominadas de Programa Recicla Salvador, cujo intento é motivar a adesão popular a partir de uma concepção que fragilmente imprime um rebatimento educativo-processual. Nesse jogo, alguns aspectos foram considerados, sobretudo numa dimensão de classe de renda e formação escolar, enquanto outros foram postergados, pois permaneceu ao largo, por exemplo, as estratégias e aprendizados desenvolvidos na sobrevivência a partir do lixo. Este estudo busca compreender as formas pelas quais ocorrem a apropriação sócio-espacial dessa coleta seletiva formal, a partir de um espaço que acumula tais experiências: a Pituba. Seus residentes, as pessoas que trabalham em seus domicílios, os catadores de lixo, seja formais ou informais, foram considerados como principais sujeitos no processo de investigação. Concluiu-se que há uma diferenciação entre a forma de apropriação social da coleta seletiva idealizada pelo Poder Público e aquela realizada no cotidiano, pois realizar a separação do lixo domiciliar e por que fazê-la não tem relação direta, apesar de próxima, com questões de escolaridade, status ocupacional e mesmo poder aquisitivo. Essa tentativa de desmistificar o tema elucida que uma coleta seletiva formal pode ser sugerida e calcada no conhecimento e nas vivências de quem a tem no nível mais próximo da apropriação: a cotidianidade.

Palavras-chave: Coleta seletiva, lixo urbano, apropriação social.

ABSTRACT

The city of Salvador is marked by a progressive process of practices of separation of the solid waste. While informal activity has been reason, in the last years, for the planning and intervention of the Public Power in the urban space, in order to transform them in formal practices by the participation of the city dwellers. The actions were denominated of Salvador Program Recycles, whose project is to motivate the popular adhesion starting from a conception that fragility prints an educational-procedural process. In that game, some aspects were considered, above all in a dimension class of income and school formation, while others were postponed, therefore it stayed to the square, for instance, the strategies and learnings developed in the survival starting from the waste. This study tries to understand the forms for which happen the partner-space appropriation of that formal selective collection, starting from a space that accumulates such experiences: Pituba. Their residents, the people that work in their homes, the dustman, be formal or informal, they were considered as main subjects in the investigation process. It was ended that there is a differentiation between the form of social appropriation of the selective collection idealized by the Public Power and that accomplished daily, because to accomplish the separation of the home waste and why not to do so there is no direct relationship, in spite of close, with education issues, occupational status and same purchasing power. That attempt of demystifying the theme elucidates that a formal selective collection can be suggested and stepped on the knowledge and existences of who those who acquire them in the closest level of the appropriation: the day-to-dayness.

Keyword: collects selective, urban solid waste, social appropriation.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	i
LISTA DE GRÁFICOS.....	ii
LISTA DE TABELAS.....	iii
LISTA DE QUADROS.....	iv
LISTA DE SIGLAS.....	v
APRESENTAÇÃO.....	14
1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 CONTEXTUALIZANDO A ABORDAGEM.....	15
1.2 INTERPRETANDO O REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL.....	21
1.3 ARTICULAÇÃO METODOLÓGICA.....	28
2 LIMPEZA URBANA, ASPECTO DA VIDA PÚBLICA?.....	33
2.1 A LIMPEZA URBANA SEGUNDO AS LEIS.....	34
2.1.1 Insalubridade urbana: uma questão de hábito ou estratégia para controle social?.....	35
2.1.2 A dimensão social da limpeza urbana na vida pública.....	39
2.2 URBE LIMPA, URBE RICA: EM DIREÇÃO À CIDADE HIGIÊNICA.....	44
2.2.1 Salvador segundo as descrições urbanas.....	45
2.2.2 Por uma Salvador higienista.....	48
2.3 INVENTANDO LIXO, SEPARANDO RESTOS: UM RECORTE DE SALVADOR.....	56
2.3.1 Conciliando duas cidades do Salvador: a que vive no e a que vive do lixo.....	59
2.3.2 Novo destino para o lixo, um mesmo destino para pessoas.....	62
3 A COLETA SELETIVA FORMAL EM SALVADOR.....	65
3.1 ANÁLISE DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA COLETA SELETIVA FORMAL EM SALVADOR.....	67
3.1.1 Programa Lixo Útil.....	67
3.1.2 Programa Recicla Salvador.....	76
3.1.3 Ampliação do Programa Recicla Salvador.....	86
3.2 UM BALANÇO DAS INTERVENÇÕES DO SISTEMA FORMAL DE COLETA SELETIVA DE LIXO EM SALVADOR.....	98
3.3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESTÍMULO À RECICLAGEM EM SALVADOR.....	105

4 A COTIDIANIDADE DA COLETA SELETIVA DE LIXO NA PITUBA.....	108
4.1 COLETA SELETIVA FORMAL NO ESPAÇO DA PITUBA E AS FORMAS DE APROPRIAÇÃO SOCIAL DOS MORADORES.....	112
4.2 COLETA SELETIVA FORMAL NO ESPAÇO DA PITUBA E AS FORMAS DE APROPRIAÇÃO SOCIAL DOS TRABALHADORES DOMICILIARES.....	141
5 DA CASA À RUA. O QUE MUDA NAS FORMAS DE APROPRIAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DA COLETA SELETIVA?.....	153
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	177
7 REFERÊNCIAS.....	184
APÊNDICES.....	192
ANEXOS.....	229

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fluxogramas dos princípios de gestão dos resíduos sólidos na Bahia	17
Figura 2 - Salvador: Localização da Área de Estudo, 2005	19
Figura 3 - Núcleo de Limpeza Pituba: Roteiros de Pesquisa de Campo - 2005.....	29
Figura 4 - Síntese da Evolução da Gestão dos Resíduos Sólidos em Salvador	55
Figura 5 - Salvador: Delimitação de Zonas de Limpeza Urbana segundo Subdistritos, 1976.....	64
Figura 6 - Salvador: Delimitação de Núcleos de Limpeza Urbana segundo Regiões Administrativas, 1989	64
Figura 7 - Síntese do Modelo Tecnológico de gestão de resíduos sólidos domiciliares para a Região Metropolitana de Salvador, 1992.....	67
Figura 8 - Salvador: Hierarquia Espacial da Implantação do Programa Lixo Útil, 1992	71
Figura 9 - Núcleo de Limpeza Pituba: Itinerários do Programa Lixo Útil, 1992.....	72
Figura 10 - Vista lateral do carro de mão projetado para o Programa Recicla Salvador.....	77
Figura 11 - Esquema do deslocamento preferencial feito pelos cooperados do ponto de coleta (unidade domiciliar) ao ponto de descarga (PCA) no interior do Núcleo de Limpeza	78
Figura 12 - Vista lateral de um PCA do Programa Recicla Salvador.....	77
Figura 13 - Vista parcial do galpão de armazenamento do lixo coletado no Programa Recicla Salvador.....	77
Figura 14 - Salvador: Áreas Contempladas com o Programa Recicla Salvador, 1997	79
Figura 15 - Salvador: Núcleos de Limpeza segundo Padrão de Renda, 2003	79
Figura 16 - Salvador: Experiência-Piloto do Programa Recicla Salvador, 1996.....	80
Figura 17 - NÚCLEO de Limpeza Pituba: Itinerários do Programa Recicla Salvador, 1997.....	80
Figura 18 - Galpão da CENBA, Canabrava	82
Figura 19 - Triagem de recicláveis no galpão da CENBA	82
Figura 20 - Salvador: Distribuição Espacial dos Pev do Programa Recicla Salvador, 2001	87
Figura 21 - Salvador: Distribuição Espacial dos Pev do Programa Recicla Salvador, 2002	87
Figura 22 - Salvador: Distribuição Espacial dos Pev do Programa Recicla Salvador, 2004	87
Figura 23 - Salvador: Distribuição Espacial dos Pev do Programa Recicla Salvador, 2005	87
Figura 24 - Núcleo de Limpeza da Pituba: Distribuição Espacial dos Pev, 2005.....	92
Figura 25 - NÚCLEO de Limpeza Pituba: Itinerários do Programa Recicla Salvador, 2005.....	94
Figura 26 - Salvador: Distribuição Espacial do Programa de Agentes Voluntários, 2004	96
Figura 27 - Salvador: Distribuição Espacial das Cooperativas de Catadores e Compradores de Material Reciclável, 2005	107
Figura 28 - Charge: Classe média aprende a reciclar.....	129
Figura 29 - Catador Nelson no cotidiano em busca da sobrevivência, Rua Ver. Maltez Leone em direção à Rua Ceará. Notar a contradição e desigualdade expressa na paisagem urbana quando se vê ao fundo a construção de habitação para as classes de renda média/alta, da qual, certamente, sairá o lixo que servirá ao catador	159
Figura 30 - Família catadora de lixo na Rua Ceará, na altura do Loteamento Vela Branca.....	163
Figura 31 - Catadores de lixo no cruzamento da Rua Pernambuco com a Rua São Paulo	168
Figura 32 - Catadores de lixo deslocam-se cerca de 600 m em 14 min. pausando para uma triagem no cruzamento da Rua Ceará com a Alameda Pádua.....	169
Figura 33 - Após permanência de 3 minutos, os catadores de lixo deslocam-se em direção à continuidade da Rua Ceará seguindo a itinerância de sua sobrevivência.....	169
Figura 34 - Núcleo de Limpeza Pituba: Fração de Trajeto Realizado por Catadores de Lixo, 2006	169

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do crescimento demográfico e do número de domicílios em Alagados, Salvador, 1960 -1973	61
Gráfico 2 - Componentes da coleta seletiva na origem no Programa Recicla Salvador, 1999	84
Gráfico 3 - Tempo que reside na unidade domiciliar	113
Gráfico 4 - Quantidade de residentes por unidade domiciliar	113
Gráfico 5 - Faixa etária dos entrevistados	113
Gráfico 6 - Gênero dos entrevistados	114
Gráfico 7 - Escolaridade dos entrevistados	114
Gráfico 8 - Nível de conhecimento do PRS	115
Gráfico 9 - Indicação da separação do lixo domiciliar para a coleta seletiva.....	118
Gráfico 10 - Regularidade com que separam o lixo domiciliar para a coleta seletiva.....	118
Gráfico 11 - Relação entre conhecimento do PRS e a prática de separação do lixo domiciliar.	120
Gráfico 12 - Motivos para não separar o lixo domiciliar, mesmo conhecendo o PRS	121
Gráfico 13 - Indicação do dia da semana em que ocorre a coleta seletiva de lixo (CSL) entre os que não fazem a separação, mesmo conhecendo o PRS	122
Gráfico 14 - Indicação do saber separar o lixo para a coleta seletiva entre os que não separam o lixo, mesmo conhecendo o PRS	122
Gráfico 15 - Motivos para não separar o lixo domiciliar desconhecendo o PRS	124
Gráfico 16 - Motivos para separar o lixo domiciliar para a coleta seletiva	125
Gráfico 17 - Indicação de quem realiza a separação do lixo na unidade domiciliar para a coleta seletiva.....	126
Gráfico 18 - Indicação do dia da semana em que ocorre a coleta seletiva de lixo (CSL) entre os que separam o lixo domiciliar.....	127
Gráfico 19 - Conhecimento sobre como separar o lixo para a coleta seletiva	127
Gráfico 20 - Como os participantes do PRS qualificam a separação do lixo	133
Gráfico 21 - Tipo de separação do lixo que os participantes do PRS realizam	133
Gráfico 22 - Como os não participantes do PRS qualificam a separação do lixo	134
Gráfico 23 - Tempo que separa o lixo para a coleta seletiva	134
Gráfico 24 - Uso dos PEV entre os que separam o lixo	135
Gráfico 25 - Adesão à coleta seletiva nos últimos três anos associado ao uso dos PEV	136
Gráfico 26 - Frequência com que usam os PEV designados à coleta seletiva formal.....	136
Gráfico 27 - Uso dos PEV associado à qualificação da separação do lixo.....	137
Gráfico 28 - Uso dos PEV e quem realiza a separação do lixo.....	137
Gráfico 29 - Não utilização dos PEV associado à qualificação da separação do lixo	137
Gráfico 30 - Não utilização dos PEV e quem realiza a separação do lixo	137
Gráfico 31 - Motivos para não usar os PEV entre os que separam o lixo para a coleta seletiva	138
Gráfico 32 - Motivos para não usar os PEV entre os que não separam o lixo para a coleta seletiva.....	138
Gráfico 33 - Avaliação do PRS, segundo grau de satisfação.....	139
Gráfico 34 - Gênero dos entrevistados	142
Gráfico 35 - Faixa etária dos entrevistados	142
Gráfico 36 - Tempo que trabalham na unidade residencial.....	143
Gráfico 37 - Nível de conhecimento do PRS	143
Gráfico 38 - Separação do lixo domiciliar para a coleta seletiva.....	142
Gráfico 39 - Tempo que separam o lixo para a coleta seletiva	144
Gráfico 40 - Indicação da motivação para separarem o lixo para a coleta seletiva	144
Gráfico 41 - Indicação da participação da família na separação do lixo nos locais de trabalho.	146
Gráfico 42 - Como os trabalhadores qualificam a separação do lixo nos locais de trabalho	146
Gráfico 43 - Nível de escolaridade dos entrevistados	147
Gráfico 44 - Aquisição do saber (separar o lixo) no cotidiano do trabalho.....	147
Gráfico 45 - Indicação da separação do lixo nos locais de moradia	149
Gráfico 46 - (Não)coexistência da separação do lixo nos locais de trabalho e moradia	149

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Composição gravimétrica do lixo de áreas de Salvador, conforme padrão de renda, 1977.....	69
Tabela 2 - Produção anual do Programa Lixo Útil em Salvador, 1992 - 1995.....	72
Tabela 3 - Composição gravimétrica do lixo de áreas de Salvador conforme padrão de renda, 1992.....	74
Tabela 4 - Composição gravimétrica do lixo de Salvador, conforme padrão de renda, 1995.....	81
Tabela 5 - Produção da coleta seletiva na fase de pré-operação do Programa Recicla Salvador, 1996.....	82
Tabela 6 - Produção da coleta seletiva do Programa Recicla Salvador, 1998 -1999.....	84
Tabela 7 - Composição gravimétrica do lixo de Salvador, conforme padrão de renda, 1999.....	85
Tabela 8 - Instalação dos Postos de Entrega Voluntária do PRS, 2001-2005.....	88
Tabela 9 - Composição gravimétrica do lixo por Núcleo de Limpeza de Salvador 1999.....	89
Tabela 10 - Composição gravimétrica do lixo de Salvador, conforme padrão de renda, 2003.....	90
Tabela 11 - Localização de alguns PEV por Núcleo de Limpeza, 2005.....	91
Tabela 12 - Produção da coleta seletiva de lixo, 2000 - 2004.....	93
Tabela 13 - Coleta diferenciada dos Resíduos Sólidos, 2000 - 2004.....	93
Tabela 14 - Evolução da implantação do PAV, 2001-2004.....	96

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese dos procedimentos metodológicos realizados	28
Quadro 2 - Síntese das intervenções da coleta seletiva formal em Salvador.....	98
Quadro 3 - Instituições conveniadas ao Programa Reciclar para Crescer	105

LISTA DE SIGLAS

AGLPP - Administração Geral de Limpeza Pública e Particular
AR - Administração Regional
BIRD - Banco Mundial
CAEC - Cooperativa de Catadores e Agentes Ecológicos de Canabrava
CEMPRE - Compromisso Empresarial para Reciclagem
CENBA - Central de Badameiros
CEPED - Centro de Pesquisa e Desenvolvimento
CONDER - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
COOPCICLA - Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem
DLP - Departamento de Limpeza Pública
DLPP - Diretoria de Limpeza Pública e Particular
DLPS - Divisão de Limpeza Pública de Salvador
EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo
EPUCS - Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador
GEPAB - Grupo de Estudos para os Alagados da Bahia
INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
LIMPURB - Empresa de Limpeza Urbana do Salvador
NL - Núcleo de Limpeza
MNCR - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
OCEPLAN - Órgão Central de Planejamento
ONG - Organização Não Governamental
PANGEA - Centro de Estudos Socioambientais
PAV - Programa Agentes Voluntários de Limpeza
PCA - Posto de Captação
PDLU - Plano Diretor de Limpeza Urbana
PER - Postos de Entrega de Recicláveis
PET - Poli (Tereftalato de Etileno)
PEV - Posto de Entrega Voluntária
PLU - Programa Lixo Útil
PM - Projeto Metropolitano
PMS - Prefeitura Municipal de Salvador
PRC - Programa Reciclar para Crescer
PRS - Programa Recicla Salvador
RMS - Região Metropolitana de Salvador
SECOMP - Secretaria de Combate à Pobreza do Estado da Bahia
UPD - Unidade Pluridomiciliar
UUD - Unidade Unidomiciliar
ZL - Zona de Limpeza Urbana

APRESENTAÇÃO

Este estudo representa o produto da pesquisa realizada no curso de Mestrado em Geografia, com enfoque na análise urbana e regional, desenvolvida a partir da articulação e acúmulo de contribuições sobre o espaço urbano, a sociedade e a intrínseca geração de resíduos oriundos das diversas atividades e ações que ocorrem na cidade de Salvador.

O foco de investigação concentrou-se na área da Pituba, da qual pinçamos uma edição sobre o pensar a cidade, a partir da análise do sistema formal de coleta seletiva de lixo implantado. Observando o plano geral do presente trabalho pelo seu sumário, identificam-se os sujeitos considerados valendo ressaltar que o ponto de inflexão residiu nas formas de sua apropriação social das práticas de separação e coleta seletiva de lixo a partir de metodologias qualitativas e quantitativas e da elaboração de idéias que se debruçam sobre as experiências e as cotidianidades.

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZANDO A ABORDAGEM

Na contemporaneidade, é surpreendente a alusão que se faz às práticas de coleta seletiva de lixo¹, diante da forma como são veiculadas muitas vezes estereotipadas como uma tarefa simples, de fácil emprego, sobretudo, no ambiente do lar. Neste contexto, em muitas cidades brasileiras são também encaradas como algo positivo à administração da urbe por valorizarem uma idéia “ecologicamente correta”. Em Salvador, por exemplo, há quase quatorze anos o Poder Público reconhece as suas ações como estimuladoras desta prática que até tematizou um concurso de design na edição de 2004 da Casa Cor Bahia (CONCURSO..., 2004) ao premiarem protótipos de lixeiras domésticas que facilitassem a separação dos resíduos sólidos para a coleta seletiva no ambiente doméstico.

Tendo em vista o interesse de compreender o processo de separação do lixo para a coleta seletiva em Salvador, deve-se alertar que nesta dissertação não se discorre unicamente sobre o lixo, mas da sua relação com os sujeitos-espacosidade. O objeto central desta pesquisa é refletir as formas de *apropriação social*² que derivam da separação do lixo para uma coleta seletiva organizada num sistema formal e compreender como tal sistema se estruturou em Salvador. O que se considera neste estudo como *sistema formal de coleta seletiva de lixo* são as sucessivas atuações de planejamento do Estado (representado pelo Poder Público Estadual e Municipal) na tentativa de estabelecer na cidade de Salvador, a partir da separação do lixo na fonte domiciliar, o recolhimento de materiais potencialmente recicláveis por meio de duas modalidades (domiciliar e entrega voluntária).

Assim, procurou-se neste estudo envolver tanto aqueles que ocupam posição de destaque no imaginário de sujeitos aptos a oferecerem respostas esperadas ao que foi planejado para a separação do lixo domiciliar (moradores de áreas

¹ O termo lixo é utilizado nesta pesquisa com o mesmo sentido usado para os resíduos sólidos (ver nas p. 55-56 uma argumentação sobre a questão).

² O conceito de apropriação social é central nesta pesquisa e embora não seja trabalhado de forma mais consistente nesta seção do capítulo, na p. 24 o discutimos e ao longo do capítulo 4 apresentamos a sua operacionalização.

contempladas pelo sistema formal de coleta seletiva de lixo), quanto de outros sujeitos que também participam do processo de separação do lixo na cidade (trabalhadores de domicílios e catadores de lixo). Mais do que pronunciar os resultados interpretados nesta pesquisa, a preocupação aqui é dar voz para ouvir os envolvidos no processo, buscando compreender como eles (moradores e catadores) apropriam a idéia e a prática da coleta seletiva na esfera da casa, do trabalho e da rua.

O sistema formal de coleta seletiva foi projetado na cidade de Salvador desde o início da década de 1990 e desde então vem se concentrando em áreas ocupadas por populações de maior poder de renda, cuja caracterização do lixo parece ser mais atrativa. Mas a distribuição espacial do sistema formal de coleta seletiva é apresentada com justificativas meramente técnicas, como se verá ao longo do capítulo 3. Porém, é preciso ter em mente que o planejamento e gestão do espaço urbano não têm apenas uma dimensão técnico-científica, mas, sobretudo, possui uma dimensão política, porquanto a racionalidade instrumental não é o único meio adequado para realizá-los, tal como nos indica Souza (2002).

Nos últimos anos o Poder Público Estadual e Municipal, juntamente com o setor privado, têm investido, sobremaneira, no sistema formal de coleta seletiva de lixo no bojo do sistema de limpeza urbana de Salvador. Porém, é possível identificar certas contradições existentes nesta relação, das quais se destacam duas delas: desde 1999, a Prefeitura Municipal de Salvador, por meio do Código de Política Administrativa, propôs a concessão privada dos serviços de limpeza urbana e pública, sob a alegação da máquina municipal indispor de recursos para investir no setor.

Por conta disso, se tem hoje a terceirização de 95% da coleta dos resíduos sólidos domiciliares, envolvendo as empresas Vega Engenharia Ambiental (subsidiária do grupo belga-francês Suez), JG e Torre, que são remuneradas pelo Poder Público Municipal por meio da quantidade coletada de lixo. Sobre isso, Serpa (2001, p. 116) assinala o “x” da questão: a adoção de medidas como esta “pode tornar-se um obstáculo para a adoção de práticas inovadoras na esfera municipal, como a coleta seletiva e a reciclagem do lixo, já que a lógica do lucro valoriza apenas a quantidade de lixo coletado”.

A promoção do sistema formal de coleta seletiva também tem sido contraditória ao instituído na Lei Estadual 7.799/2001, que define as prioridades e princípios na gestão dos resíduos sólidos. No artigo 133 (do Decreto 7.967/2001 que a regulamenta) se estabelece a seguinte hierarquia de princípios: não gerar resíduos, minimizar a sua geração, reutilizar os resíduos, reciclá-los, tratar e realizar a destinação final adequada dos resíduos sólidos. Na Figura 1 é demonstrada a hierarquia de princípios estabelecidos na forma da lei.



Fonte: PMS. LIMPURB, 2000

Figura 1 - Fluxogramas dos princípios de gestão dos resíduos sólidos na Bahia

Para Moraes (2002),

A minimização é um novo procedimento que, ao focalizar, como ponto principal, a redução da quantidade e/ou da toxicidade do resíduo na fonte geradora, permite abordar, de forma simultânea, a prevenção dos riscos ambientais gerados pelos resíduos e o controle da poluição ambiental que os resíduos acarretam. [...]. Reduzir os resíduos na fonte geradora significa pensar nos resíduos antes mesmo deles serem gerados, buscar formas de não gerar os resíduos, de combater o desperdício (MORAES, 2002, p. 3-4).

Embora o gerenciamento dos resíduos sólidos gerados no município de Salvador seja realizado pela Empresa de Limpeza Urbana do Salvador (LIMPURB) em consonância com a hierarquia de princípios estabelecidos pela referida lei (PMS. LIMPURB, 2000, p. 5), o que se vê na prática é um desvio hierárquico, pois antes mesmo de serem realizadas medidas consistentes para o atendimento aos três primeiros princípios (não gerar, minimizar a geração e reutilizar), é a reciclagem, que aparece num quarto nível hierárquico, que tem sido privilegiada.

Estes aspectos já indicam pistas para analisar como o que foi concebido enquanto formalização da coleta seletiva em Salvador tem raízes políticas e ideológicas, cabendo indagar contra quais e a favor de quais interesses se prestam. Representado atualmente pelo *Programa Recicla Salvador* (PRS), o atual sistema parece ter uma lógica inversa e mesmo perversa ao valorizar determinados aspectos (que serão tratados ao longo desta dissertação) numa dimensão de classe de renda, status ocupacional e grau de educação formal. O que interessa é verificar em que medida estes aspectos interferem no ato da separação do lixo domiciliar e também inserir nesta compreensão como o ideário de coleta seletiva do Poder Público

(Municipal e Estadual) se realiza, que estratégias lança mão e que papel desempenha na gestão da cidade.

Dessa forma encaminham-se as seguintes questões de pesquisa:

- Como se caracteriza a distribuição espacial do sistema formal de coleta seletiva em Salvador, tendo em vista sua estrutura e dinâmica?
- quais os critérios/fatores que foram utilizados para delimitar as áreas oficiais de coleta seletiva?
- de que forma estas intervenções em Salvador são apropriadas no cotidiano da população e, especificamente, como ocorre o processo de separação do lixo nas unidades domiciliares?
- como a separação do lixo informal se apresenta na cidade, especificamente na área de estudo, e como é apropriada por quem a tem como lida de sobrevivência?

Para investigar sobre tais questões nesta dissertação são apresentados os seguintes objetivos específicos:

- Compreender como a limpeza urbana de Salvador foi e tem sido tratada pelo Poder Público (Municipal e Estadual) ao longo do tempo;
- refletir sobre as propostas e intervenções que consubstanciam o sistema formal de coleta seletiva de lixo em Salvador;
- evidenciar e analisar as formas de apropriação social desta coleta seletiva no espaço, seja de moradia (domiciliados) ou de trabalho (trabalhadores) numa área de intervenção do Programa;
- inserir na discussão o trabalho de catadores de lixo que ocorre na área de estudo a fim de compreender de que maneira se apropriam da prática da separação do lixo que não é contemplada pelo Programa.

Uma das necessidades identificadas neste estudo foi a de vincular a limpeza urbana a diferentes processos históricos da cidade, uma vez que ela se apresenta como elemento estratégico no planejamento e gestão de Salvador. E não é simplesmente por motivos de higiene urbana, mas por questões que envolvem interesses no plano econômico e político. Nesse ínterim, vem servindo-se de recurso para a representação do poder e justificativa das decisões político-econômicas e das intervenções espaciais, cujas raízes remontam ao processo de colonização de

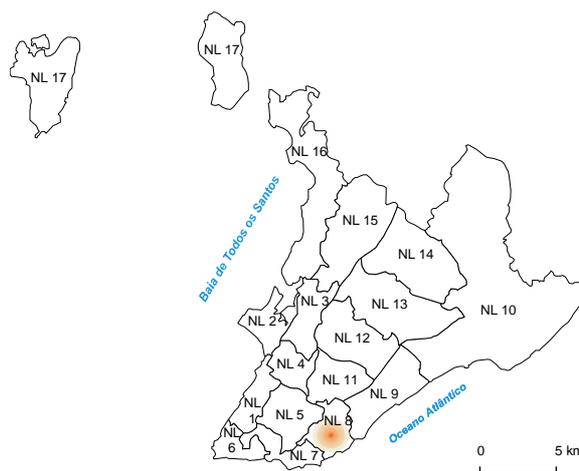
Salvador. É o que se procura discorrer ao longo do capítulo 2, a fim de argumentar e contextualizar que os resíduos sólidos se constituem em elemento estratégico e o sistema formal de coleta seletiva não lhe retira essa característica, mas a acentua ao se instituir formalizada na cidade de Salvador.

Analisar os argumentos do discurso técnico, suas propostas e objetivos se colocam como foco de investigação e análise no capítulo 3. Já no capítulo 4, se discute como consiste a apropriação social do sistema formal de coleta seletiva na esfera do cotidiano da casa, encontrando-se aí com as subjetividades pertinentes, fruto do estudo de campo realizado dentro dos limites territoriais do Núcleo de Limpeza Pituba – NL 8 – (Figura 2). Os seus dois sub-capítulos abordam as diferentes formas de apropriação social que ocorrem entre residentes e trabalhadores das unidades domiciliares quando a questão é a separação dos resíduos sólidos no local de moradia e/ou no local de trabalho.

Seguidamente, faz-se no capítulo 5 duas abordagens que são convergentes às demais apresentadas nas seções precedentes. São elevados à categoria de objeto de estudo, os catadores que participam do processo de separação do lixo. Neste bojo, levam-se em consideração as distinções atuais que existem entre aqueles que realizam a catação formal (representada por catadores que compõem a cooperativa oficial de coleta seletiva) e por aqueles que realizam a catação informal (representada por catadores que estão submetidos à informalidade da atividade).

Esta última, como se verá, existe na cidade de Salvador a longa data e vem empreendendo uma economia e uma “cultura” da reciclagem desenvolvida pela pobreza. Nesse sentido, os resíduos sólidos se constituem na fonte renovável para garantir a permanência e a sobrevivência destes catadores informais na cidade, cuja importância, apesar de valiosa na cadeia produtiva das indústrias de reciclagem, não tem sido valorizada. O que se tem visto é a valorização da reciclagem dos resíduos

Figura 2
SALVADOR
LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO - 2005



Fonte da base: PMS. LIMPURB. *Núcleos de Limpeza Urbana de Salvador*. Salvador, 1999
Elaboração: Denise Santos

sólidos (por ser um negócio industrial) sem uma valorização consistente do trabalho de quem os seleciona como estratégia de permanência na cidade. É para contradizer esta visão que estes partícipes estão sendo considerados nesta pesquisa.

A aproximação que se fez ao mundo cotidiano destes catadores permitiu refletir sobre uma provocação: é possível pensar numa forma de realização da coleta seletiva de lixo em Salvador numa dimensão/postura política? O que considerar neste desafio? Certamente, a compreensão enquanto processo e produto que se reflete no cotidiano, no espaço e nas relações se coloca como um importante aspecto. Ao ensejar esse entendimento, a participação no sistema formal de coleta seletiva transcende ao adotado pelos Poderes Públicos Municipal e Estadual que limitam a adesão fora da esfera da igualdade, cujo acesso se dá por meio de grupos que parecem entender que a atividade política do agir é apenas figurativa ou mesmo alheia ao convívio social.

É, pois, com o sentido do questionar que esta pesquisa pretende (re)problematizar questões existentes no cotidiano dos sujeitos que participam da separação do lixo considerando a distribuição espacial do sistema formal de coleta seletiva da cidade de Salvador. Tem-se, assim, a oportunidade de (re)discutir e (re)conhecer problemas no/do urbano por meio dos resíduos sólidos gerados por seus cidadãos.

1.2 INTERPRETANDO O REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

Discorrer sobre os aspectos teórico-conceituais que embasam este estudo, requer considerar uma abordagem respeitando o contexto e os limites de cada contribuição acumulada sobre o assunto. Para chegar ao aprofundamento das questões levantadas e melhor cercar as possibilidades metodológicas, apresenta-se uma discussão de idéias que compõem o quadro de referência adequado à pesquisa.

Ao circundar o tema de pesquisa identificou-se a existência de vários trabalhos sobre os resíduos sólidos urbanos, cujas contribuições proporcionam profundidade das argumentações aqui tecidas. Tem-se como balanço que o tema sobre os resíduos sólidos vem despertando interesses em diversas áreas do conhecimento agregando visões múltiplas sobre a sua problemática nos centros urbanos. É marcante no final da década de 1970 uma preocupação com a inexistência de dados e informações sobre a situação dos resíduos sólidos enquanto problema urbano e ambiental. Os trabalhos de Oliveira (1977) e Sengés (1977) demonstram essa necessidade, no bojo da qual a espacialidade e sua dinâmica não são enfocadas. Aliás, para este último autor, o lixo resume-se em um problema do planejamento urbano tecnocrático, dando pouca ênfase à participação de outros sujeitos sociais que estão presentes no processo de geração dos resíduos sólidos.

Para Sewell (1978) a inquietação sobre o tema lixo urbano, que denomina de “obsolescência planejada” devido à perda de uso/utilidade das embalagens, merece uma reflexão sob a perspectiva econômica encarando-o como um desafio técnico e também político que somente será contrabalanceado, sobretudo, com mudanças de atitude e de hábitos da sociedade. Esse mesmo ponto de vista é repartido com Castro (1991), porém seu foco discursivo é a questão da “indústria do lixo” em Salvador que ocorre segundo a lógica capitalista. Para este autor, sendo a distribuição de renda altamente concentrada nesta cidade há um distanciamento das classes de menor poder aquisitivo aos processos de decisão e gestão pública. Por isso, entende que é necessário transformações tecnológicas, administrativas, políticas, econômicas, sociais e culturais tanto em Salvador, quanto em seu conjunto regional para compreender que a utilização do lixo como valor de troca é viável social e economicamente. Assim, desperta a atenção para o fato de que o sistema

de limpeza urbana em Salvador tem estreitas ligações com a indústria do lixo, embora essa interligação não seja aparente, porquanto se realiza desvalorizando a atividade informal, meio pelo qual garante seu desenvolvimento.

Outros trabalhos como o de Rodrigues (1983), que considera os resíduos sólidos como um “minério urbano”, Figueiredo (1995) e Calderoni (2003) salientam a relação entre valores sociais e o lixo gerado pela sociedade, procurando justificar sua potencialidade de reutilização dentro do contexto de uma crise energética. A questão dos valores sociais e individuais é também apresentada no conjunto de falas organizadas por Garcia (1992) e por Adler; Pereira; Pereira (1992), num momento histórico de discussão das questões ambientais, ao refletirem que os problemas dos resíduos sólidos urbanos têm componentes objetivos, mas é preciso incorporar as subjetividades, as percepções, as sensações, as conotações que cada sujeito tem em relação a ele.

Já no terreno geográfico, nota-se uma discreta contribuição dos estudos no entendimento do tema resíduos sólidos urbanos, o que torna a análise da problemática carente de uma visão geográfica. Afora deste cenário se destacam os trabalhos de Ogata (1983) que com acuidade no tratamento do problema procurou incorporar a dimensão espacial, enquanto materialidade, bem como de Rodrigues (1998), no qual discute sobre a implantação do programa de coleta seletiva na cidade de São Paulo como forma de analisar sobre a problemática ambiental e a produção e consumo do e no espaço.

Correia (2000) traz sua importante contribuição ao analisar o problema dos resíduos sólidos urbanos da cidade de Salvador em seus aspectos operacionais e jurídicos, a partir de dois estudos de caso. Procura vislumbrar a percepção do problema para diferentes comunidades e como estas se portam frente ao descarte do lixo, no intuito de observar a relação nível de renda/geração do lixo, tipo de resíduos gerados e as influências do meio físico no processo de sua coleta nas localidades.

Ademais, não se pode deixar de citar o trabalho organizado por Serpa (2001), no qual é apresentada a experiência de gerenciamento comunitário de uma unidade de compostagem do “Projeto Coleta Seletiva e Reciclagem de Lixo em Plataforma”, cujo principal objetivo foi buscar estratégias de gerenciamento ambiental por meio de experiências práticas envolvendo os moradores locais. Este projeto realizado em uma área de habitação popular e de baixa renda implementou a coleta seletiva de

lixo visando aproveitar os componentes orgânicos do lixo (identificados em maior quantidade no lixo gerado pela comunidade) em uma usina comunitária de compostagem. Esta experiência foi focalizada na pesquisa posterior de Correia (2003) que constatou a necessidade de uma ação combinada entre estímulos internos, formas de organização mais cooperativadas e contrapontos de políticas públicas para encorajar e consolidar ações dessa natureza.

De certo que o tema lixo urbano suscita um enquadramento teórico mais refinado, principalmente, numa compreensão geográfica. Isso se coloca como um desafio e mesmo uma oportunidade para novos estudos. Assim, a importância dos autores, destacados e de seus aportes, são modos de inteligibilidade da realidade de grande valia, sobretudo considerando-os no contexto histórico em que foram produzidos.

Tendo em vista o objeto deste estudo, o qual seja as intervenções públicas na constituição do sistema formal de coleta seletiva em Salvador e sua apropriação social, tem-se a necessidade de selecionar e (re)definir algumas categorias de análise e conceitos. Estes, por sua vez, ao admitirem diferentes interpretações sobre o seu significado e sentido carecem de maior precisão que, doravante, se argumenta levando em conta a estrutura capitular desta dissertação.

Ao intentar demonstrar que o sistema formal de coleta seletiva de Salvador concebido inicialmente pela esfera pública atende a determinados interesses privados, busca-se na história da cidade e na sua contemporaneidade os elementos necessários para compreender como o lixo urbano vem se apresentando como um componente estratégico nas relações político-administrativas, econômicas e culturais existentes na cidade.

Assim, se tornam importantes referências os trabalhos de Rodrigues (1992; 1995), que argumenta sobre a dimensão cultural do lixo seu insidioso estratagema de poder, Clark (1991), Pinheiro (2002) e Veríssimo (2001) que orientam a compreensão sobre a vertente higienista de diferentes cidades, Arendt (2001; 2004) e Habermas (1984), cujos pilares são apropriados para se discutir sobre o conteúdo dos discursos de quem planeja a coleta seletiva de Salvador, no qual é marcante a dissolução do conteúdo político.

Estes dois últimos autores citados defendem a existência de um espaço para a ação política, isto é, para o debate entre iguais donde possa fruir a ação e não o

controle social. Político aí é entendido não como a representação dos interesses privados, mas a representação dos interesses gerais que são públicos porque pairam acima dos interesses de determinados grupos ou indivíduos. Enxergam na ação (comunicativa e política) e não no comportamento, a prática de uma politização traduzida em discurso e persuasão. E ressaltam que e por meio da palavra debatida que se faz um ato político, porquanto a capacidade de convencimento somente ocorre numa discussão entre iguais.

Estes entendimentos também são importantes para a análise que se faz sobre os discursos técnicos sobre o sistema foram de coleta seletiva de lixo em Salvador que têm sido aceitos passivamente pela sociedade sem ao menos compreender a relação existente entre o cidadão e o Poder Público. Visando tal compreensão, as idéias desenvolvidas por Lefebvre (1991) são essenciais para analisar como ocorre a apropriação social da idéia e prática da separação do lixo em Salvador.

Assim sendo, a centralidade do conceito de *apropriação* lefebvriana é fundamental na análise das práticas concretas de separação do lixo para a coleta seletiva. A apropriação está em contraposição à dominação do espaço abstrato que corresponde àquele em que se realizam as determinações do *espaço concebido*. Este é, juntamente com o *espaço percebido* e *vivido*, o resultado da proposta teórica de Lefebvre ao instituí-los como um método. Essa apropriação é aquela possível e não possível de se realizar a um só tempo na contradição (LIMONAD, 2003). A apropriação implica, então,

tempo (ou tempos), ritmo (ou ritmos), símbolos e uma prática. Quanto mais o espaço é funcionalizado [...] menos susceptível torna-se para a apropriação. Por quê? Porque desta maneira o espaço é retirado da esfera do tempo *vivido*, do tempo dos 'usuários', que é um tempo diverso e complexo (LEFEBVRE, 1991, p. 356, tradução e grifo nosso)³.

O *espaço concebido*, segundo Lefebvre (1991) refere-se às representações do espaço, ou seja, ao espaço dos planejadores, cientistas, tecnocratas, urbanistas e mesmo algum tipo de artista com certa inclinação científica. Nesse espaço “[...] as

³ Appropriation itself implies time (or times), rhythm (or rhythms), symbols, and a practice. The more space is functionalized [...] the less susceptible it becomes to appropriation. Why? Because in this way it is removed from the sphere of lived time, from the time of its 'users', which is a diverse and complex time (LEFEBVRE, 1991, p. 356).

idéias dominantes são necessariamente as idéias da classe dominante [pois] a classe governante procura manter sua hegemonia por todos os meios disponíveis, e o conhecimento é um desses meios” (LEFEBVRE, 1991, p. 6; 10, tradução nossa)⁴. Assim, o *espaço concebido* está ligado às relações de produção e à ordem que essas relações impõem e, conseqüentemente, ao conhecimento, aos sinais, códigos e linguagem que embora reconhecidos numa ordem distante pretendem regular o cotidiano e o imaginário.

Já o *espaço vivido*, diz respeito àquela apropriação que se materializa na cotidianidade da vivência em seu sentido mais próximo. Para Lefebvre (1991, p. 42, tradução nossa) o “espaço de representação está vivo: ele fala⁵.” É algo qualitativo que abarca as situações vividas e não precisa obedecer a nenhuma regra de consistência ou mesmo coerência. Pode, no entanto, sofrer interferências do *concebido* e, num jogo, um tenta prevalecer sobre o outro. Na atualidade existe uma tendência do *concebido* prevalecer sobre o *vivido*, pois as coisas se apresentam com uma representação devido a forte atuação dos meios de comunicação de massa, considerados por Lefebvre como um dos principais divulgadores das idéias do *espaço concebido*. Assim, aquilo que os indivíduos vivenciam sofre tais intervenções que não são, na maioria das vezes, identificadas por estes de forma acabada.

Neste contexto, torna-se relevante associar o conceito de vivência ao de experiência quando se busca analisar como o saber baseado no mundo vivido do cotidiano (neste caso a realização da separação do lixo para a coleta seletiva) pode se transformar num conhecimento pautado na experiência (uma prática que se realiza enquanto cognição). Essa abordagem busca privilegiar o sentido do complemento à visão lefebvriana sobre o *espaço vivido* na tentativa inserir na discussão a distinção que Serpa (2004), respaldado nas idéias de Walter Benjamin, estabelece entre experiência e vivência que será detalhada no capítulo 4.

O *espaço percebido* se correlaciona às práticas espaciais de uma sociedade envolvendo

a produção e reprodução, e as posições particulares e características espaciais de cada formação social. A prática espacial assegura a

⁴ [...] those dominant ideas which are performed [by] the ideas of the dominant class. [therefore] the ruling class seeks to maintain its hegemony by all available means, and knowledge is one such means (LEFEBVRE, 1991, p. 6; 10).

⁵ Representational space is alive: it speaks. (LEFEBVRE, 1991, p. 42).

continuidade e o algum grau de coesão. Nos termos do espaço social, esta coesão implica um nível garantido de competência e o nível específico de desempenho ⁶ (LEFEBVRE, 1991, p. 33, tradução nossa).

Está presente na análise de Lefebvre (1991, p. 38, tradução nossa) a “[...] associação de proximidade, entre *espaço percebido*, entre realidade diária (rotinas), e realidade urbana (as rotas e as redes de trabalho que ligam espaços separados para trabalho, vida ‘privada’ e lazer)” ⁷. Assim, o espaço percebido é um espaço de mediação entre o *concebido* e o *vivido*.

Mas como o *concebido* e o *vivido* se complementam e contrapõem? Como o *concebido*, *percebido* e *vivido* se completam e contrastam? Como o *percebido* media o *vivido* e o *concebido*? De que modo o *concebido* quer ser *percebido* e *vivido*? Eis algumas questões que irão aparecer nas reflexões sobre as práticas de separação do lixo estudadas nesta pesquisa.

É importante salientar que a população participante do sistema formal de coleta seletiva considerada nesta pesquisa, vem realizando a separação do lixo numa dimensão tênue do que se espera para esta classe de renda, que se julga educada suficientemente para se preocupar com as “questões ambientais” da cidade. Tratar-se-ia de uma participação com algum sentido de modismo apoiado no discurso do “ecologicamente correto” ou mesmo de um privilégio social, já que os “usuários” do *Programa Recicla Salvador* não separam o lixo como estratégia de sobrevivência, como ocorre, em grande medida, com os catadores de lixo da cidade?

Este *sistema formal de coleta seletiva* de Salvador foi analisado nesta pesquisa considerando a articulação entre os espaços *concebido* - *percebido* - *vivido*, buscando salientar como ocorre sua apropriação social. Nesse processo, emanam diferentes contradições, embora

o Estado e o poder político procuram [...] tornarem-se redutores de contradições. Nesta redução de sentido, o reducionismo aparece como ferramenta a serviço do Estado e do poder: não como ideologias, mas como

⁶ Production and reproduction, and the particular locations and spatial sets characteristic of each social formation. Spatial practice ensures continuity and some degree of cohesion. In terms of social space, this cohesion implies a guaranteed level of competence and specific level of performance (LEFEBVRE, 1991, p. 33).

⁷ [...] a close association, within perceived space, between daily reality (daily routine) and urban reality (the routes and networks which link up the places set aside for work, ‘private’ life and leisure) (LEFEBVRE, 1991, p. 38).

conhecimento estabelecido [...] (LEFEBVRE, 1991, p. 106, tradução nossa)⁸.

Dessa forma, entende-se que na produção do espaço social, os seus diferentes agentes, institucionalizados ou não, estão ligados à tríade: práticas sociais– espaços de representação – representações do espaço, na visão lefebvriana, ou mesmo pela indissolúvel tríade arendtiana ação – discurso – persuasão. Interessa nesta pesquisa verificar como a coleta seletiva planejada pelo *concebido* (Poder Público) perpassa o cotidiano *vivido* do público-alvo definido como mais apto à prática da separação do lixo baseada em fortes determinações do capital escolar e da renda.

Por isso, neste capítulo introdutório, o que se propôs foi apresentar os eixos de idéias que foram utilizados na análise deste trabalho, desviando da tradicional abordagem que, muitas vezes, apresenta o embasamento teórico-conceitual sem sua operacionalização efetiva ao longo dos demais capítulos que tratam efetivamente da análise do objeto em estudo. Assim, a aplicação das idéias aqui apresentadas e que serão aplicadas durante a reflexão dos resultados da pesquisa deve ser considerada como um processo. As escolhas teórico-metodológicas desta pesquisa figuram-se nas convicções, valores e coerência do que será argumentado.

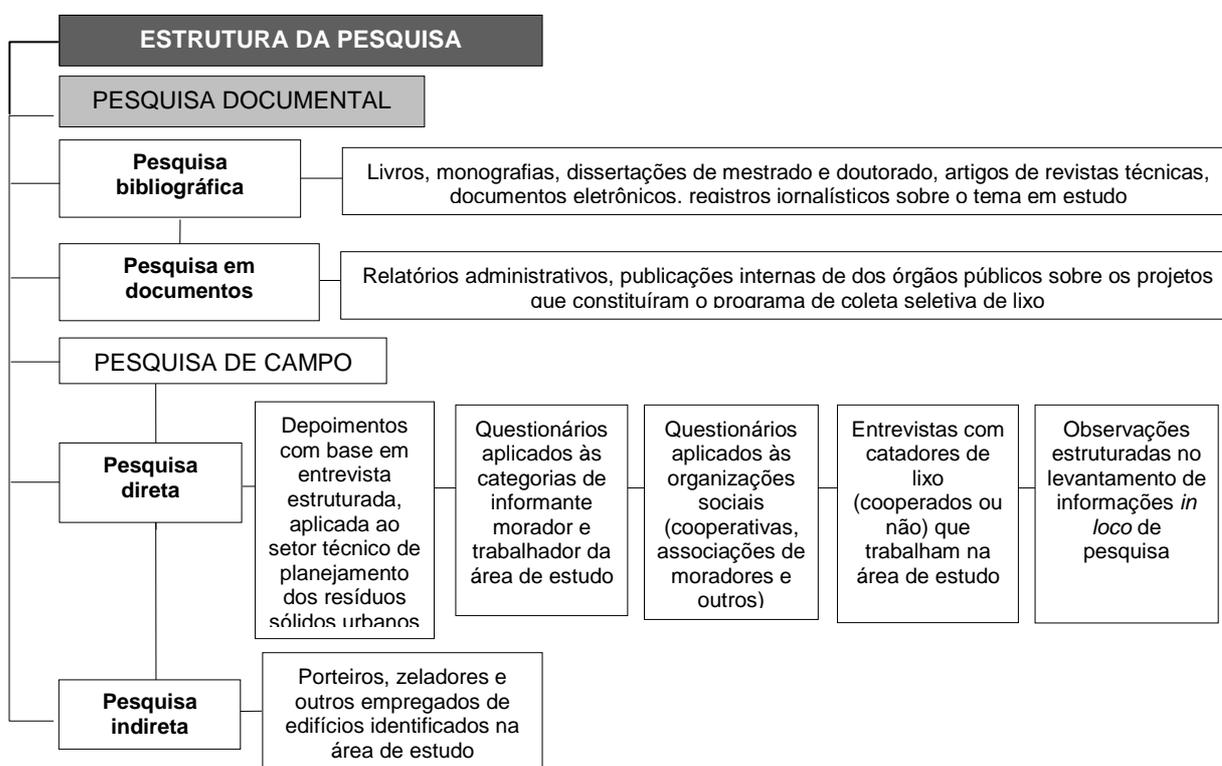
⁸ The state and political power seek to become, and indeed succeed in becoming, reducers of contradictions. In this sense reduction and reductionism appear as tools in the service of the state and of power: not as ideologies but as established knowledge (LEFEBVRE, 1991, p. 106).

1.3 ARTICULAÇÃO METODOLÓGICA

Para orientar esta pesquisa selecionou-se como método de abordagem o indutivo em razão de se tratar de um estudo de caso que permite capturar as singularidades do fenômeno em estudo visando uma generalização.

Para subsidiar tal abordagem, foram considerados os procedimentos com enfoque histórico (aplicado na análise da origem e evolução espacial do sistema de limpeza urbana, do qual faz parte o *sistema formal de coleta seletiva*) e descritivo-analítico (utilizado na caracterização das formas de coleta seletiva de lixo existentes na cidade de Salvador). O suporte cartográfico possibilitou representar o fenômeno em estudo, sob diferentes perspectivas contribuindo na reflexão da sua distribuição espacial, sendo essencial para orientar a coleta de informações na fase de campo da pesquisa.

Esta dissertação se constitui em duas partes complementares e interdependentes: a pesquisa documental e a pesquisa de campo. A composição e articulação de cada uma delas pode ser visualizado no Quadro 1.

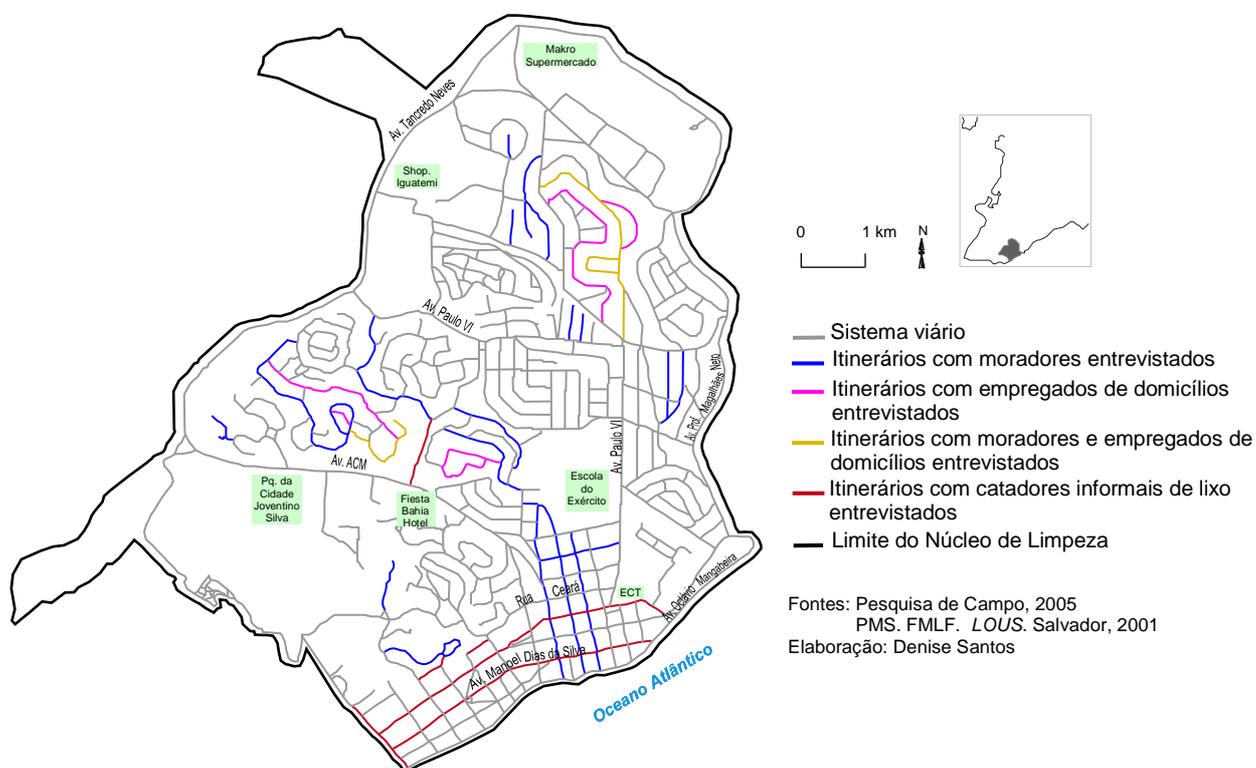


Elaboração: Denise Santos

Quadro 1 – Síntese dos procedimentos metodológicos realizados

A área delimitada para o estudo restringiu-se aos limites do Núcleo de Limpeza Pituba (NL 8), a partir dos itinerários estabelecidos pela Empresa de Limpeza Urbana de Salvador (LIMPURB) e que compõem o *sistema formal de coleta seletiva* realizada pela Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem (COOPCICLA). Nesses itinerários foram feitas pesquisas com moradores e trabalhadores das unidades domiciliares servidas pelo *Programa Recicla Salvador* (PRS), além de catadores informais que realizam a catação do lixo no NL 8. Na Figura 3 é possível visualizar os roteiros percorridos no trabalho de campo que abarcou um período de 20 dias.

Figura 3
NÚCLEO DE LIMPEZA PITUBA
ROTEIROS DE PESQUISA DE CAMPO - 2005



A escolha desta área de estudo teve como critério o fato de ser uma área na qual Poder Público (Estadual e Municipal) de forma mais homogênea atuou e investiu ao longo dos anos para formalizar a coleta seletiva da cidade. O Núcleo de Limpeza Pituba tem como característica atual abrigar residentes, cujo nível de renda se destaca, juntamente com o Núcleo de Limpeza Barra (NL 6) pelas maiores faixas de renda *per capita* e nível de escolaridade em toda a cidade e ainda contorna áreas como o atual centro financeiro da cidade. De acordo com Andrade (2004),

Se no início do século XX, a Pituba se constituía numa área periférica ao núcleo urbano de Salvador, a partir do final da década de 1960, diante de uma apregoada modernização, houve estímulo à dinamização urbana para inserir a capital baiana na nova realidade industrial, ainda que periférica no contexto nacional e mundial, que passava a acontecer. Assim, dando vazão às novas necessidades comerciais, bem como aos anseios do mercado imobiliário, a cidade passou por um momento de intensificação nos processos de descentralização do antigo núcleo terciário – comércio e bairros históricos da cidade alta – e centralização na nova *core area* do Vale do Camaragipe (ANDRADE, 2004, p. 18).

A pesquisa de campo foi realizada num período de aproximadamente quatro meses devido às dificuldades encontradas para efetivá-la. Na categoria de informante morador dos itinerários oficiais de coleta seletiva no NL Pituba, foi necessário testar diferentes estratégias a fim de obter um contato com os mesmos. Duas delas foram aprimoradas: abordagem domiciliar e por mala direta (questionário disponibilizado nas caixas de correio dos domicílios). A primeira foi experimentada em unidades unidomiciliares (UUD), obtendo-se um resultado desfavorável: apenas quatro moradores se dispuseram a atender ao chamado da entrevista de pesquisa. Portanto, partiu-se para a segunda estratégia que embora utilizada em maior proporção em unidades pluridomiciliares (UPD), também serviu à UUD mediante necessidade.

Foram distribuídos 1.213 questionários via mala direta, tendo-se um retorno de 307 (cerca de 25% do total), totalizando 311 questionários aplicados entre os moradores do NL Pituba distribuídos em três itinerários oficiais do sistema de coleta seletiva de lixo de Salvador:

- Itinerário Parque Nossa Senhora da Luz (I 1), no qual foram coletados 112 questionários;
- Itinerário Itaigara (I 2), no qual foram recolhidos 101 questionários;
- Itinerário Caminho das Árvores (I 3), no qual foram coletados 98 questionários .

Segundo dados do IBGE (2003), o Núcleo de Limpeza Pituba apresenta 20.721 domicílios, sendo em 311 deles (10 UUD e 32 UPD) aplicados o instrumento de pesquisa demarcando a amostra em torno de 1,5%. É interessante frisar a dificuldade de estabelecer contato com moradores de alguns condomínios, cujos representantes requisitaram uma solicitação oficial desta instituição de ensino para que a pesquisa pudesse ser efetivada. Isso ocorreu, sobretudo, em alguns

condomínios unidomiciliares (consultar no Apêndice A a listagem das UUD e UPD pesquisadas).

A quantidade de questionários aplicados baseou-se na seleção de setores de coleta formal de coleta seletiva no NL Pituba realizados por membros da COOPCICLA, segundo os dias de ocorrência desta coleta. Nos três dias em que a coleta seletiva formal ocorre no NL Pituba (respectivamente quarta, quinta e sexta-feira) 10 cooperados realizam 30 setores de coleta, 10 a cada dia. É importante salientar que embora se tenha mapeado os itinerários oficiais de coleta seletiva do NL Pituba, não foi possível cartografar tais setores individualmente, o que limitou o conhecimento sobre as rotas percorridas por cada cooperado. Destes 30 setores de coleta, 10 foram escolhidos intencionalmente, segundo os critérios de predominância de UUD, predominância de UPD e predominância mista de domicílios, para se aplicar o instrumento de pesquisa nos domicílios.

Também foram considerados na pesquisa os empregados e as empregadas das unidades domiciliares localizadas nos itinerários oficiais de coleta seletiva de lixo, dentre os quais foram aplicados 20 questionários de pesquisa. A condição para a aplicação do instrumento de pesquisa foi a disponibilidade do entrevistado em atender ao chamado porta a porta, cujos domiciliados não responderam ao questionário de pesquisa destinado ao morador do NL Pituba. Assim, apenas os itinerários Itaigara (I 2) e Caminho das Árvores (I 3) foram alvos de pesquisa, pois no itinerário Parque Nossa Senhora da Luz (I 1) não houve o atendimento ao chamado porta a porta apesar de diversas tentativas realizadas.

É relevante destacar que para alcançar os objetivos deste estudo foi fundamental valorizar as informações obtidas indiretamente como um viés metodológico ainda pouco utilizado nas pesquisas acadêmicas. Foi assim que se procedeu com as declarações realizadas por porteiros e zeladores das unidades domiciliares pesquisadas e com os catadores da COOPCICLA, pois aplicar algum instrumento de pesquisa estruturado poderia colocar em risco a espontaneidade das declarações.

Já para a categoria de informante catador de lixo informal (aquele não submetido à atividade cooperativada) foram aplicados 10 questionários em rotas de itinerância e horários específicos observados em campo. Na abordagem realizada por meio de contato direto, foi necessário, em alguns casos, acompanhar

a realização do trabalho dos catadores aplicando-se o questionário de entrevista em tais circunstâncias. Mesmo estando em jogo a garantia de sua sobrevivência, a maioria dos catadores abordados correspondeu positivamente à aproximação.

Foi também considerado na pesquisa, o corpo técnico responsável pelo planejamento e execução do sistema formal de coleta seletiva nas figuras da LIMPURB e COOPCICLA e a representação do Poder Público Municipal na área de pesquisa de campo - a Administração Regional Pituba. Além desta categoria de informantes também se considerou os representantes de associações de moradores, cuja resposta ao contato estabelecido aconteceu em três delas: a Associação de Moradores do Parque Júlio César, a Associação de Moradores do Parque Nossa Senhora da Luz e a Associação de Moradores do Itaipara.

Uma vez de posse das informações levantadas, se transcorreram as análises dos dados por meio da análise quantitativa (visualizada por meio de gráficos e tabelas) produzindo-se dados sobre o sistema formal de coleta seletiva de lixo no NL Pituba e dos conteúdos expressos nas falas obtidas nos testemunhos das entrevistas (interpretação qualitativa). Ademais, estes dados serviram à confecção de produtos cartográficos, cujos temas podem ser acompanhados ao longo desta dissertação.

2 LIMPEZA URBANA, ASPECTO DA VIDA PÚBLICA?

Atualmente, aspira quase um consenso o fato do sistema de limpeza urbana ser concebido como um serviço originalmente público, essencial e de competência administrativa local. Todavia, a discussão sobre o que se entende como serviço público e quem o institui perpassa uma trama de entendimentos ao longo do tempo. A necessidade de situar essa discussão decorre da própria abrangência de atividades que são apresentadas, hoje, como públicas. Na realidade soteropolitana se insere a este sistema as práticas formais de coleta seletiva de lixo, que vem sendo concebida e estruturada por uma ação conjunta do Poder Público Municipal e Estadual.

O que se busca neste capítulo é assinalar como os resíduos sólidos urbanos tem sido um elemento estratégico na gestão da cidade de Salvador, muito embora carregue a impressão de ser apenas um problema cuja resolução se pauta em medidas públicas e técnicas adotadas ao longo do tempo. Para efetivar esta análise, recorreu-se a aproximações e distinções histórico-temporais nas estratégias de sua administração, que mereceram uma contextualização em diferentes escalas de abordagem. Com isso, não se pretendeu tecer uma historiografia ou mesmo pormenorizar a evolução do serviço público de limpeza, até porque não se tem a precisão temporal da relação homem/geração de detritos, mas apresentar o contexto que precedeu ao sistema formal de coleta seletiva de Salvador.

Esta tentativa que, doravante, é feita aparece como ensaio para compreender a ação do Estado como o gerenciador da limpeza urbana e, por conseguinte, de projetos e medidas de coleta seletiva de lixo em Salvador. É antes um pretexto para discutir sobre o espaço da cidade (já que o lixo é um elemento presente na cotidianidade) e para analisar como as porções deste espaço vêm absorvendo distintamente recursos públicos e privados.

Buscando sublinhar como a questão da higiene do espaço físico somou-se, ao longo do tempo, aos recursos para a representação do poder e justificativa das decisões político-econômicas e das intervenções no espaço, foram estruturados três períodos de análise. Em cada um deles tenta-se articular os momentos que marcam

singularidades e aproximações das práticas públicas de limpeza urbana que culminaram com a produção de uma idéia: a seleção de resíduos sólidos.

Esta jornada se inicia verificando, primeiramente, como a limpeza das cidades se constituiu num aspecto da vida pública, buscando alicerce de análise na experiência dos antigos gregos que foram, certamente, uma das primeiras sociedades que souberam muito bem definir o lugar da salubridade urbana no contexto público. Importa também delinear como as experiências sucessoras no mundo europeu destacaram o aspecto da limpeza urbana e pública, verificando suas influências diretas no processo de produção do espaço da cidade de Salvador.

2.1 A LIMPEZA DAS CIDADES SEGUNDO AS LEIS

Em diferentes contextos e momentos históricos, se pode encontrar uma demonstração de como a higiene do espaço físico das cidades se apresentou como um elemento estratégico na gestão urbana. Na Antiguidade, por exemplo, um dos aspectos relevantes na administração das cidades-estado era a garantia da salubridade dos espaços públicos para que os cidadãos gozassem da saúde plena. Com as sociedades modernas, principalmente nas cidades européias, negar a desejável convivência entre homens-detritos nos tempos medievais foi uma das condições necessárias para impulsionar a economia capitalista.

Ao longo desta abordagem, se discorre uma visão geral de como a higiene dos espaços vem sendo tratada ao longo do tempo como uma componente estratégica na gestão urbana. No entanto, para alcançar tal objetivo, foi necessário trabalhar com variadas escalas de análise e com diferentes recortes temporais que permitiram verificar que a higiene de muitas cidades foi controlada essencialmente por leis. Esse conteúdo regulador e normativo foi bastante utilizado e não foi desprezado nem mesmo quando a limpeza urbana se tornou um serviço público, como se verá adiante.

Mas é preciso lembrar que toda lei quer instituir algo nas relações humanas, cujo objetivo procura atender uma necessidade social, podendo ser reconhecida ou

não como ato político. No mundo moderno, as leis foram entendidas e formadas a partir da produção de um acordo comum entre diferentes partes e não do agir distinto e conflitante entre iguais diante de um espaço comum. Por isso, a limpeza de muitas cidades foi entendida como um aspecto estratégico, do ponto de vista econômico, político, cultural etc. que deveria ser controlada por meio de regras legais. Foi nesse contexto geral que a cidade de Salvador foi colonizada, restando questionar como este processo ocorreu buscando na evolução e organização deste espaço possíveis respostas.

2.1.1 Insalubridade urbana: uma questão de hábito ou estratégia para o controle social?

A literatura sobre a história da limpeza urbana de Salvador está atrelada à sua própria história. Há mesmo quem afirme que a identidade sanitária de Salvador e do Brasil colonial foram marcados por uma transitoriedade, precariedade e provisoriedade do modo de vida de suas populações. Na tradicional acrópole fortificada, destacar como a cidade de Salvador tratou da salubridade urbana ao longo do tempo é um aspecto relevante para matizar e diferenciar as atitudes em relação à geração dos resíduos sólidos. Isto porque as condições urbanísticas desta cidade da época colonial, com suas ruas estreitas e íngremes, as habitações populares edificadas num ambiente insalubre somado às práticas culturais, foram reconhecidas, por muitos, como instauradoras de um “hábito colonial”.

As ações públicas voltadas à promoção da limpeza urbana colonial se conciliavam à própria organização do Poder Público Municipal de Salvador, que buscava, neste momento, criar e manter as condições necessárias à exploração econômica territorial. Para assegurar o alcance de tal objetivo, o espaço e a vida urbana necessitavam ser regulados, motivo que levou a Câmara Municipal, composta pelas elites locais, sobretudo pelos chamados “homens bons” (aqueles considerados cidadãos como os grandes Senhores de Engenho, comerciantes e artesãos), juízes e oficiais (nomeados pelo rei de Portugal ou eleitos indiretamente), a assumir uma postura reguladora.

A Câmara Municipal de Salvador assumiu um papel político e administrativo hegemônico, ao conferir providências diversas para estabelecer os limites e o controle das atividades urbanas em projeção, cuidando de assuntos como segurança, limpeza urbana, aspectos jurídicos etc. Em relação à limpeza urbana, sua responsabilidade era apenas fiscalizadora, pois cabia a própria população prover os meios para deixar o espaço urbano limpo e asseado. Essa exigência era oportuna para afastar as possibilidades de epidemias, muitas provenientes da Europa e África, que pudessem ameaçar o projeto de colonização.

Assim, o exercício da Câmara foi representado, de forma expressiva, por instrumentos punitivos que conformaram o meio de atuação e interferência da administração pública na vida social. Nas razões de Araújo (1997), havia uma explicação para isso: desde o século XV que o papel do sujeito na vida cotidiana da sociedade portuguesa passou a ser decisivamente e fortemente tutelada pelo Estado Absolutista. O objetivo era controlar os padrões das atitudes, as características e mesmo a organização doméstica, a fim de justificar certos interesses apenas apresentados à sociedade como comuns a todos. Esse tipo de intervenção do Estado foi visível também na postura de colonização brasileira.

Em Salvador, a atuação deste poder político-econômico, por meio da Câmara Municipal, ocorreu com a emissão de diversas posturas (leis que limitavam moralmente e legalmente a sociedade, segundo as Ordenações Filipinas de 1603 a 1830), visando mudar comportamentos, disciplinar as práticas sociais, sobretudo daquelas relacionadas à higiene urbana. Havia os fiscais de limpeza urbana – os almotáceis – que dotavam de maior rigor os ordenamentos da Câmara ao fiscalizarem a limpeza dos espaços públicos e denunciarem à Câmara qualquer tipo de imundície encontrada nas ruas de Salvador (ARAÚJO, 1997).

Segundo Rodrigues (1992), as práticas sociais incoerentes à higiene urbana deveriam ser mudadas rapidamente, fato que levou a administração colonial a encarar as diferenças culturais numa dimensão de valor. Estas mudanças não aconteceram de forma espontânea e sem qualquer resistência da população ao longo do tempo. Ao contrário, foi necessário criar estratégias e discursos, além de censuras, para incutir a vida em sociedade de acordo com os desideratos do poder político e econômico vigentes.

Assim, todo aquele que atrapalhasse os princípios do ideário urbano do colonizador estaria passível de punição sob a forma de fixação de multas ou destituição de sua liberdade (prisão). A guisa de exemplo, pode-se ressaltar que em 1625, a Câmara ordenou que se um escravo colocasse lixo nas ruas, travessas, no Terreiro da Companhia de Jesus, na Sé ou em praça pública, seus senhores seriam multados em 500 réis. A reiteração de ordenamentos similares também se fez no ano seguinte ao determinar que, qualquer pessoa proprietária de casa na cidade limpasse suas esterqueiras (locais onde se depositavam o lixo doméstico, neste caso, pátios e quintais das habitações) e sua rua sob pena de 2 mil réis e 16 mil réis, respectivamente (CAMARGO, 1985). O que se nota nestes ordenamentos é que a fixação da multa sobre a sujeira das ruas era oito vezes mais elevada do que a sujeira das casas, demonstrando ser esta uma preocupação mais providencial às metas econômicas.

Essas determinações não eram freqüentemente seguidas, como salienta Araújo (1997), pois lançar o lixo para fora das casas era considerado um hábito colonial que parecia expressar certo desprezo pela cidade, a qual exprimia o mesmo quadro em toda sua extensão: ruas imundas independente da condição de moradia, pois mesmo nas áreas “nobres” da cidade, onde as intervenções administrativas se faziam mais presentes, as condições para a proliferação de doenças eram evidentes. A falta de cuidado com a cidade foi também apontada como fruto do escravismo moderno, onde havia sempre alguém, cuja obrigação era limpar a sujeira dos outros como um meio de ratificar as distinções da posição social e econômica.

Na colônia soteropolitana, a limpeza, embora precária, era realizada praticamente por escravos, não se tendo nenhum modelo de serviço de limpeza, tal como havia na metrópole portuguesa que no século XVII já admitia os contratos de arrendamento, frutos da privatização do serviço de limpeza. Os motivos que levaram a esta privatização não estavam ligados a uma preocupação pura e simples com a falta de salubridade das cidades portuguesas. As novas doutrinas econômicas, como o mercantilismo, que apareceram para configurar uma nova visão de riqueza, entenderam que a limpeza das cidades era uma necessidade econômica. Mesmo assim, não houve uma melhoria imediata das condições higiênica de muitas cidades que os adotaram. Ao contrário, os contratados ratificaram a sujeira como um hábito arraigado à população (ROSEN, 1994).

Neste contexto, era necessário cuidar da saúde do povo e promover a procriação, pois povo sadio significava Estado rico. A veracidade desta assertiva estava pautada na idéia de que a população correspondia a um fator de produção, um objeto que facilmente podia ser utilizado com a finalidade de acumulação pré-capitalista; ela precisava ser higienizada, controlada por meio de medidas que assegurasse o seu bem-estar, medido em termos de riqueza material do Estado. Mas isso não significou que a responsabilidade dos habitantes pela limpeza das cidades tenha diminuído, ao contrário, sob forte supervisão, imposição de restrições, punições e multas, estes foram cada vez mais “vigiados” (RODRIGUES, 1995).

A cidade de Salvador chegou ao século XVIII perdendo sua posição de capital (1763), conferindo um maior povoamento e conseqüente reforço da insalubridade. Por isso, em 1769 o Marquês de Lavradio, então governador e capitão-general da Bahia, almejando dotar de “modernidade” a cidade, prosseguiu uma série de proibições e mandos, como a de limpar as ruas diariamente pela população, como se o problema estivesse relacionado à carência de dispositivos legais.

A situação de insalubridade urbana de outrora foi informada pela Câmara através do Termo de Vereação de 1780. Neste se declarava que as ruas da cidade de Salvador estavam sujas não havendo jeito a dar para resolver aquele que ia se colocando como um magno problema, como bem salienta Camargo (1985). Dessa maneira, até o final do século XVIII, apesar de um aumento progressivo das preocupações com relação à limpeza da cidade, de modo a chamar a atenção da administração pública, os resíduos sólidos se constituíam num problema cada vez mais emergente, sendo sua responsabilidade repassada à população.

As práticas dos cidadãos e seus hábitos cotidianos foram regulados pelo poder administrativo visando controlar os comportamentos sociais para alcançar objetivos político-econômicos, morais e até mesmo religiosos. O discurso da insalubridade urbana, apoderado pelo poder político e econômico da época, foi também conveniente para tentar “*eliminar* as práticas enraizadas nas culturas populares e *impor* uma versão confortadora, de cima para baixo, segundo o modelo iluminista”, como argumenta Veríssimo (2001, p. 62, grifo nosso). Nesse contexto, se pode verificar que a higiene realizada na colônia soteropolitana não era apenas de cunho físico, mas também social.

Essa vontade normativa, traduzida em limitações, legislações, e mesmo no uso da violência, acabou dando sentido e forma ao discurso do poder. Nas palavras de Rodrigues (1992, p. 9, grifo nosso) “nem mesmo se excluiu aqui a possibilidade de que os fins da limpeza urbana fossem atingidos [...] com *‘porrada’* e *‘punição’* sobre aqueles que, *‘carentes de educação’*, *‘precisavam’* aprender os *‘bons’* modos de existência”. Mudar comportamentos, sobretudo daqueles ocorridos nos espaços públicos, sem qualquer dimensão do diálogo mútuo, utilizando-se de uma “educação” repressora pareceu ser mais adequado para alcançar os objetivos do sistema colonizador.

2.1.2 A dimensão social da limpeza urbana na vida pública

O uso de instrumentos legais e de estratégias punitivas no âmbito público não são práticas peculiares à sociedade moderna. Porém, é preciso destacar que esta não soube reconhecer a função original destes meios legais numa dimensão pública-política tão arraigados às sociedades da Antiguidade, sobretudo à grega e à romana (ARENDDT, 2001). Com estas, o conceito de política e da coisa pública assumia lugar de distinção entre iguais e, ao mesmo tempo, de restrição, ao contrário do que fizera o Estado Absolutista português que o aviltou a um lugar vago concentrando-o na figura de um monarca.

Compreender este processo se torna premente no contexto de análise das ações sobre a limpeza urbana de Salvador. Ao longo do tempo se soube muito bem utilizar argumentos ditos políticos e públicos nesta cidade para alcançar objetivos que nem de longe visavam o interesse de todos e o chamado bem comum. Já fora apontado que no processo de colonização de Salvador a limpeza urbana foi entendida como aspecto regulatório da atividade administrativa da cidade por meio de instrumentos legislativos. Com base em Arendt (2001, p. 73-74), o uso da lei pelo Estado Moderno a transformou num “catálogo de proibições”, oposto ao que correspondia para os antigos gregos, isto porque eram metaforicamente

comparadas a um “muro sagrado” sem o qual seria “impossível haver uma esfera pública como existir uma propriedade sem uma cerca que a confinasse [...]”.

Apesar de não ser uma atividade de caráter público-político, a limpeza das antigas cidades-estado foi controlada e aprovada legalmente por uma esfera pública constituída por cidadãos como intuito de estabelecer os moldes de uma vida urbana salubre e higiênica. Para os antigos gregos, uma das exigências de ocupação territorial era a condição do sítio salubre (locais de maior altitude, longe de pântanos e bem ventilados). O tratado de Hipócrates Ares, Águas e Lugares (século V a.C.) representou uma espécie de guia nesse sentido ao estabelecer uma visão preventiva das condições sanitárias das cidades, visando melhor controlar a incidência de doenças transmissíveis, o ambiente físico, a água, a limpeza e a higiene urbana (ROSEN, 1994).

O controle das condições sanitárias das cidades-estado implicava também num controle do seu espaço e da vida social nela desenvolvida. Com base nas idéias hipocráticas, alguns médicos gregos da Antiguidade estabeleceram um modo de vida ideal: uma combinação equilibrada entre nutrição, excreção, exercícios e descanso. Tal regime de vida, não pôde ser estendido a todos da sociedade grega de outrora, mas apenas àqueles que gozavam do ócio, isto é, os cidadãos que exerciam as atividades público-políticas, derivando daí a expressão “higiene aristocrática” (ROSEN, 1994, p. 39).

A esfera pública controlou a limpeza das cidades-estados gregas da Antiguidade recorrendo a atos legislativos não ao agir entre iguais perante a *pólis*, que tão demarcaram a atividade pública-política. As leis eram entendidas como um instrumento capaz de formar, proteger e manter esse espaço político-público e, portanto, não eram vistas pelos antigos gregos como verdadeiramente políticas, ao contrário do que pensavam os romanos.

As normas criadas por legisladores, incluindo as relativas à limpeza, tinham a finalidade de estabelecer os limites da vida social, de moldar o comportamento dos habitantes, distinguindo-os dos outros de outras cidades. Portanto, o que se procurava era delimitar as fronteiras do mundo político-público, sem com isso manter uma ligação explícita com este, pois

[...] os meios pelos quais se pode *fundar* esse espaço político e *proteger* sua existência *não são, de modo algum, sempre e necessariamente meios políticos*. Desse modo, os gregos, por exemplo, não reconheceram como atividades políticas legítimas [...] esses meios com os quais o espaço público é formado e *mantido*. Eles eram de opinião que, para fundação de uma pólis, só se precisava de um *ato legislativo*, mas esse legislador não era um cidadão da pólis e aquilo que ele fazia não era, em absoluto, 'político' (ARENDDT, 2004, p. 60-61, grifo nosso).

Por este caráter, toda lei para os antigos gregos

[...] não é algo inserido no âmbito político, mas é, em essência, imaginado por um legislador e *precisa ser aprovado*, antes de poder entrar na verdadeira coisa política. Como tal, *é pré-política*, no sentido de ser constitutiva para todo o ulterior agir político e o lidar politicamente entre si (ARENDDT, 2004, p. 113, grifo nosso).

Cabia aos legisladores estabelecer as fronteiras dos dois mundos distintos e dialéticos: o público-político e o privado através de um conjunto de leis. Os ordenamentos relativos à limpeza urbana deveriam ser cumpridos pelo habitante ou de algum membro da administração da urbe, mas nunca pelos cidadãos que pertenciam à esfera público-política, afinal manter a higiene urbana era um atributo do labor (aquilo que é realizado para atender as necessidades da vida material). Os regulamentos de Tasos (a ilha mais setentrional da Grécia, situada no Mar Egeu) no começo do século V a.C., por exemplo, deixam evidente essa idéia, cujo desacato às leis poderia ser acompanhada, em última instância, de penalidade em espécie.

Todo habitante deverá manter limpa a rua que fica em frente à sua casa; se ninguém morar na casa, essa tarefa caberá à pessoa a quem pertencer a construção; e os epistátai (supervisores que se responsabilizavam pela aplicação de normas e leis referentes à limpeza urbana sem, no entanto, propô-las) deverão fazer a limpeza todo mês; e se algo falhar, eles farão [...]; a rua que vai do santuário de Hércules até o mar será limpa pelos epistátai; o lixo das casas e das ruas deve ser removido quando os magistrados assim ordenarem; se alguém não obedecer à lei, *deverá pagar* um onze avos de um *estáter* por dia à *pólis*; os epistátai deverão exigir a penalidade e deverão reter metade dela (ARNAOUTOGLU, 2003, p.116, grifo nosso).

No final do século IV a.C. nesta mesma cidade-estado se observou sobre o cuidado com a limpeza das propriedades públicas arrendadas. “O agoranómos [supervisores que cuidavam das propriedades públicas e sua condição de higiene] e o sacerdote de Asclépio cuidarão de que o arrendatário mantenha o lote limpo; se não o

fizerem, terão de pagar o duodécimo de um estáter por dia, espórtula consagrada a Asclépio” (ARNAOUTOGLU, 2003, p. 63).

Similar entendimento pode ser estendido à Roma no tempo em que Vitruvius Pólio (considerado um dos célebres arquitetos romanos do século I a.C.) discorreu sobre a importância da determinação da salubridade do sítio na seleção de locais apropriados à fundação de cidades. Os romanos apreciavam a higiene do corpo e das cidades ao construírem um vasto sistema de água e esgoto, além da prática dos banhos públicos. No tempo do Imperador Nero, a supervisão da limpeza das ruas das cidades já era feita pelos edis que responsabilizavam os proprietários das casas pelo cuidado e higiene das ruas. Neste tempo, Roma se tornou uma das cidades mais limpas, contudo

[...] nos quarteirões mais pobres, no entanto, as ruas fediam por causa do conteúdo dos urinóis, esvaziados dos andares superiores das casas de cômodos. Apesar das conquistas dos romanos não se deve negligenciar os lados sombrios da saúde pública, visíveis nos apinhados cortiços; nem sempre se permitia às massas usufruir das instalações higiênicas existentes (ROSEN, 1994, p. 43).

Essa situação foi também comum na Grécia Antiga, mesmo diante das leis que tentavam proteger as cidades das imundícies e garantir a salubridade dos sítios. Sob o olhar de Hipócrates, o povo “necessariamente deve levar uma vida sujeita aos acasos e, como negligencia tudo, não pode cuidar da saúde” (ROSEN, 1994, p. 39). Daí a estreita relação entre saúde e aristocracia, pois as leis eram criadas para garantir a salubridade do espaço público e a saúde daqueles que o pertenciam. Quem estava alheio à atividade política, estava também fadado à maior incidência de problemas de saúde, como os escravos, cujas doenças eram mais comuns entre eles.

A posição do escravo era diametralmente oposta dos cidadãos na sociedade grega da Antiguidade. Segundo Arendt (2001), as atividades públicas-políticas se relacionam àquilo que é próprio dos homens, ou seja, a sua capacidade de agir/discutir politicamente e, assim, alcançar sua liberdade. No mundo antigo dos gregos havia uma condição para compartilhar dessa vida pública e exercer a cidadania: “sem ser dono de sua casa, o homem não podia participar dos negócios do mundo porque *não tinha nele lugar algum que lhe pertencesse*” (ARENDR, 2001,

p. 38, grifo nosso). Mas é preciso destacar que a propriedade não se relacionava à atual acepção que representa riqueza ou acumulação mediada pela capacidade de participação na renda social, já que expressava aquele pedaço de terra necessário à garantia da sobrevivência. A propriedade privada pairava no reino do sagrado, fora do sentido da acumulação, e sua importância estava no fato de ser o passaporte para o egresso no mundo político.

Dessa maneira, os cidadãos para assumirem suas funções tinham que desprezar a sua vida privada por envolver todas as formas de necessidade humanas vistas, na verdade, como formas de aproximação do homem às outras formas de vida animal. Por isso, não se situavam na esfera política-pública, mas numa esfera pré-política ou social, assim como se situavam as leis. O contexto das necessidades, como as relativas a casa, à família, ao labor, à limpeza e higiene, à satisfação das carências naturais do organismo humano, era de domínio privado, no qual se permitia até utilizar de poderes incontestes, arbitrários e opressores para superá-las, sendo mesmo comum o estabelecimento de desigualdades e violência. Privado aqui era sinônimo de privação à participação na vida política-pública.

As leis/regras envolvendo a higiene do corpo/das cidades aprovadas pelos cidadãos que participavam da esfera pública-política das antigas pólis (onde todos eram iguais diante da ação e do debate), apesar de não terem sido criadas com modos políticos pelos antigos gregos, não tiveram um sentido puramente proibitivo, mas limitador de dois mundos, de duas vidas. Ao serem apropriadas pelos administradores das cidades, serviram para garantir o domínio da vida social, pois a salubridade do espaço público deveria ser assegurada para mantê-lo, livre de epidemias e saudável para os cidadãos.

Resgatando-se a abordagem previamente apresentada sobre o uso das leis na garantia da salubridade do espaço público da Salvador colonial é válido ressaltar que embora fosse também aprovado pelos cidadãos, o que demarcava a sua distinção era a apropriação de riqueza e dos meios de sua acumulação. Portanto, a esfera pública que aí se conformou procurou controlar a sociedade para que fosse possível alcançasse a desejada condição salubre por motivos essencialmente econômicos e de garantia do lucro. As leis que aplicadas para garantir essa condição, visavam também assegurar a diferenciação de classes de renda.

2.2 URBE LIMPA, URBE RICA: EM DIREÇÃO À CIDADE HIGIÊNICA

Sujeira é sempre alguma coisa que ofende os sistemas de classificação. Isso significa que eliminar a sujeira é sinônimo de organizar [...]. A sujeira é também a indistinção, que abole a nitidez das linhas demarcatórias dos diferentes domínios [...]. Exprime hierarquia fazer aquilo que para o outro é sujo [...]. A lógica disso tudo é muito simples: quanto mais próximo do centro de poder, mais distante da sujeira; quanto mais periférico em relação ao centro de poder, tanto mais íntimo com a sujeira (RODRIGUES, 1995, p. 84-96).

Desde o século XVII, o Estado Absolutista concebia a salubridade urbana como um aspecto importante na constituição de riqueza estatal, pois acreditava-se que povo limpo significaria em Estado rico. No entanto, somente no século XIX é que a associação entre limpeza e riqueza, pobreza e sujeira se mostrou mais presente e não foi à toa.

Com um novo panorama instaurado, a partir do Liberalismo e do Iluminismo, bem como os processos de forte industrialização, a questão da higiene urbana foi apropriada por uma classe que se expandia – a burguesia comercial. Na Europa, principalmente, na Inglaterra e França a força deste grupo ocorreu, sobretudo, na constituição de uma opinião pública que buscava, de qualquer modo, interferir nos negócios públicos. A esfera pública passa a se separar da política, sendo dissolvida no reino das necessidades.

Higiene pessoal, rígidas regras de comportamento social, controle do tempo pessoal, exerciam a tarefa de modelar um tipo de cidadão de acordo com as aspirações burguesas: sadio, honesto e responsável (REZENDE; HELLER, 2002). Agora o que estava em jogo não era a saúde do povo, mas a do trabalhador, pois corpos fortes, saudáveis e dispostos eram necessários para produzir mais em menos tempo. Nas palavras de Rodrigues (1995, p. 56) “após a burguesia ter tomado posse do seu corpo, tentará se fazer igualmente senhora dos corpos dos outros”, tornando-o uma mercadoria por meio de uma disciplina higiênica.

Os rebatimentos desse outro momento também se fizeram presentes na cidade de Salvador. Resgatar como esse processo se consolidou na sociedade soteropolitana, resultando na reprodução do movimento higienista, representa um ponto-chave na discussão sobre a gestão dos resíduos sólidos que, doravante, se apresenta.

2.2.1 Salvador segundo as descrições urbanas

Você sabe melhor do que ninguém, sábio Kublai, que jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve. Contudo, existe uma ligação entre eles (CALVINO, 2003, p. 59).

A leitura que se faz de uma cidade é, sem dúvida, multisensorial, plural, individual e, ao mesmo tempo, coletivo. No contexto de Salvador, é possível resgatar diferentes leituras desta cidade realizadas por viajantes emissários da corte, missionários, militares e outros desde o final do século XVIII e que foram registradas por meio de descrições revelando uma multifacetada urbe. Os objetivos dessas descrições eram variados, dentre eles: estudar as características locais da fauna e flora, levantar as riquezas minerais do território e caracterizar as condições de higiene e saúde de áreas de interesse comercial. Relatada sob diferentes contornos, Salvador foi, assim, descrita e reescrita.

Apesar do controle legislativo sobre a limpeza da cidade, o teor das declarações sobre a higiene de Salvador exprimia o estado de calamidade. Em 1817, o viajante português Tollenare, em sua estadia em Salvador, apontou que do mar a cidade propicia uma visão encantadora que logo se desfaz quando se chega em terra, porquanto ela é muito pouco asseada, tendo-se o maior prazer de deixá-la o quanto antes. Em reciprocidade, outros viajantes como o francês Ferdinand Denis e o missionário metodista Daniel Kidder também descreveram o estado de imundície das ruas de Salvador, sobretudo da Cidade Baixa ao considerá-la o lugar mais “infame” de toda a Terra. E a inglesa Maria Graham afirmou em 1821 não ter jamais visitado lugar mais emporcalhado que a Cidade Baixa (VASCONCELOS, 2002).

Nestas descrições da cidade não se expressa qualquer equivalência à realidade das cidades européias de então, muito embora nestas a saúde da população e o estado de insalubridade urbana tornavam-se cada vez mais emergentes diante das sucessivas epidemias e desordem urbana provocada pelo processo de industrialização. Este cenário, segundo Clark (1991), estimulou o reconhecimento e o desenvolvimento do planejamento urbano em algumas cidades britânicas, a partir do final do século XIX.

No contexto soteropolitano, a Câmara Municipal continuou com os objetivos de disciplinar a população e ensiná-la a não repetir os gestos seculares de falta de higiene. Em Ata de oito de janeiro de 1803 ordenou:

Todo entulho que se acha fora das portas de São Bento no Caminho que desce para a Ladeira da Conceição fosse tirado, e se lançasse na Baixa da rua Nova para o fim da rua Castanheda, e concludo-se este, se procederá a desentulhar a ladeira por trás do Palácio lançando-se o entulho no sítio acima mencionado: se mandará apregoar que nenhuma pessoa lance despejo de qualquer natureza nos mencionados sítios, com *pena de seis mil réis e 30 dias de cadeia* (SALVADOR, Câmara Municipal. 1801 a 1816, f. 32, grifo nosso).

A salubridade figurou entre as principais questões da gestão urbana da época, pois as freqüentes epidemias que assolavam a população soteropolitana poderiam colocar em risco os negócios comerciais. Entre as principais medidas adotadas para controlar a situação foi a proibição de despejos de “imundices” em locais públicos e a inspeção das embarcações que atracavam na cidade de Salvador.

Seguindo estas disposições, o Poder Público Municipal em 1825 proibiu lançar ao mar o lixo e os despejos das casas durante o dia nas ruas. Essa determinação trouxe um grande questionamento: o que faria a população com o lixo? Onde este poderia ser depositado? Nem mesmo na Sessão da Câmara, de 21 de agosto de 1830, isso foi indicado, registrando-se apenas que seriam designados lugares para depositar o lixo e entulho das casas. Somente em 1844, portanto quase 20 anos depois, a designação veio: lançar os resíduos sólidos ao mar depois das oito horas da noite sob pena em fiança ou prisão (CAMARGO, 1985). O que essa determinação explícita é uma incoerência das ações administrativas quanto ao destino dos resíduos sólidos. Primeiro se proibiu seu lançamento no mar e depois o designou como local de despejo.

Pinheiro (2002) realça que existiam outros fatores que também colaboravam com a insalubridade de Salvador.

O problema não está só nas pessoas, que não respeitam as 'posturas', mas também na própria cidade, que vive num estado precário de salubridade pública, com infra-estrutura deficiente, sem higiene nas casas e numa situação de miséria, criando um ambiente propício para a aparição e a propagação de epidemias. A cidade construída impõe limites à higiene [...] (PINHEIRO, 2002, p. 210, grifo nosso).

Apesar do rigor legal e moral do Poder Público Municipal com relação à salubridade urbana, foi inevitável o aumento das doenças patogênicas como a epidemia de cólera-morbo, ocorrida entre 1855 a 1857, fruto das condições de sujeira da cidade (NASCIMENTO, 1986). Tornava-se cada vez mais necessário mudar o quadro urbano e melhor controlar a higiene da cidade segundo parâmetros disseminados pelas idéias francesas do movimento higienista. Este surgiu a partir do desenvolvimento do Iluminismo, especialmente, na França no final do século XVII e aliado ao sanitarismo, representou uma doutrina, uma filosofia ou mesmo uma panacéia de ordenamento da vida e do seu cotidiano nos diferentes ambientes: da cidade, do trabalho, do corpo... (PINHEIRO, 2002).

Baseado em Chalhoud (1996, p.35) “a higiene é vista como uma ideologia, ou seja, como um conjunto de princípios destinados a conduzir o país ao ‘verdadeiro’, à ‘civilização’ [...]”. Para os higienistas, os indivíduos pobres [destituídos dos meios de produção] precisavam ser “reeducados”, nos moldes puramente burgueses, para ficarem em resguardo no lar, deixando a rua [os espaços públicos] sob domínio do Estado. Mas

como tão ‘civilizados’ fins não podem ser questionados pelas pessoas ‘sensatas’, não se pergunta em nome de quem os ‘carentes’ devem ser ‘educados’. Não se quer saber quem é o ‘educador’, nem de que estrato da sociedade ele provém. Não se questiona a legitimidade do direito que este ‘educador’ se autorga, para ditar qual educação considera ‘boa’ para ‘eles’. E tais idéias promanam também [...] de pessoas bem intencionadas, eivadas de ‘boas’ posições políticas, ‘progressistas’ (RODRIGUES, 1992, p. 9).

2.2.2 Por uma Salvador higienista

O panorama do século XIX expressou uma “nova forma de ver a cidade e de nela viver”, como assinala Pinheiro (2002, p. 203). Na Europa, transformações sociais, econômicas, culturais e urbanísticas que na sua contradição produziram um ambiente desordenado e caótico. Em Salvador, uma outra realidade estava emergindo: assalariamento, pressões internacionais, novas necessidades da população. É uma Salvador comercial que se quer afirmar e se adequar à estrutura capitalista. A cidade também continuava a se transformar, sobretudo com a melhoria dos acessos para a implantação dos transportes públicos em 1851 e expansão dos deslocamentos populacionais, visando à modernização e ampliação urbana que se efetivaria no século seguinte. O que se desejou foi modificar a antiga realidade soteropolitana.

Nesse cenário, a burguesia comercial idealizava uma cidade que conjugasse embelezamento urbano, melhor circulação e higienização. Segundo Costa (2001), os objetivos eram, sobretudo, econômicos, pois a circulação estava diretamente ligada ao escoamento da produção, ao acesso de trabalhadores às suas áreas de trabalho, ao acesso de pessoas, mercadorias e fluxos. A questão da estética (embelezamento urbano) estava associada à imagem que se pretendia formar da cidade: civilizada, higiênica, “moderna.” Procurando atrair o capital internacional, “o que estava em jogo era o imaginário de cidade que se pretendia ‘vender’ [...]. A cidade passa a ser vista também como mercadoria” (COSTA, 2001, p. 85).

Esse discurso higienista, e por conseqüente o discurso da necessidade de uma intervenção urbana, foi se consolidando em Salvador sendo defendido não apenas pelo poder político-econômico, mas também pela população que dele se apropriou como um senso-comum. Instaurou-se um pensamento, quase unânime, de que a imagem da cidade de Salvador necessitava ser mudada, pois ela não parecia ser condizente com aquela idealizada pela burguesia que concentrava em suas mãos o poder econômico e exercia forte influência na administração pública.

Por isso, a partir da segunda metade do século XIX, as políticas de higienização se iniciam em Salvador. E ao serem implantadas se associou a insalubridade dos cortiços e demais habitações dos pobres à incidência de doenças transmissíveis.

Esse argumento pautava-se nas explicações de médicos ao entenderem que a insalubridade urbana advinha de ares pútridos (miasmas), originados da matéria orgânica em decomposição existente em águas estagnadas, esgotos, no ar das habitações coletivas e na falta da circulação de ar.

As habitações das pessoas de categoria inferior [economicamente] eram pouco arejadas e nelas não entrava bastante sol [...]. Expunham-se diariamente ao calor e à umidade, péssimas condições das habitações, mas ambiente ideal para convenientemente abrigar germes e bactérias. A falta de asseio, a deficiência de espaço, a cozinha acumulando lixo, sem lavagem anos a fio, eram naturalmente condições propícias à existência e à propagação de moléstias. Não existiam meios para ser levados para fora da cidade os despejos e outros detritos, que ficavam depositados em pátios ou quintais, ou lançados na rua, nas praças, nas praias ou nos rios e riachos. Existiam pelas ruas o que chamavam na época de 'esterquilíneos', monturos de lixo de diversas origens. Esses grandes depósitos de imundícies aumentavam sempre em extensão. Eram verdadeiros focos de contaminação que se formavam na cidade (NASCIMENTO, 1986, p. 153).

Por isso, em 1865 a responsabilidade pela fiscalização da limpeza urbana de Salvador não estava mais sob os cuidados da Câmara Municipal. Assumida pelo Governo Provincial, a limpeza urbana tornou-se um serviço público sob a justificativa de uma intensa preocupação com a salubridade, diante de surtos de doenças como o da febre amarela (1850), cólera-morbo (1855) (NASCIMENTO, 1986).

Ao ser instituída como serviço público, outras idéias e valores foram agregados à concepção de limpeza urbana oriundo de uma outra relação entre a esfera pública e a esfera privada. O que se buscava já não era mais a discussão, mas o consenso de cidadãos, cuja constituição baseava-se na acumulação dos meios de produção. Segundo Habermas (1984) essa mediação entre sociedade e Estado expressou uma sobreposição dos interesses privados em detrimento dos interesses públicos, pois a discussão entre iguais não se prestava ao estabelecimento de um consenso entre aqueles igualados por suas distinções econômicas. A esfera pública aceitou argumentos falaciosos como o de Rousseau que os “homens simples quiçá ingênuos só iriam ficar irritados com as sutilezas políticas da discussão pública; longos debates dariam ênfase a interesses particulares” (HABERMAS, 1984, p. 120). Assim, inserida na esfera pública e nas funções políticas, a burguesia assumiu um papel de extrema relevância para a constituição dos serviços públicos, uma vez que ela não almejava apenas o exercício direto no governo, mas exigia o direito de ter, ao seu dispor, tudo aquilo que o Estado administrava.

Ao ser constituído o serviço público de limpeza urbana da cidade de Salvador, por meio da Lei nº. 588/1865, o Governo Provincial, na figura de Manoel Pinto de Souza Dantas, pôde decidir sobre a gestão dos resíduos sólidos da capital baiana: manejo direto ou contratação da operação. A opção feita autorizava o contrato com uma empresa privada para realizar o serviço de limpeza da cidade, o qual estabelecia a coleta de materiais orgânicos e inorgânicos que pudessem representar perigo à saúde pública, além da varrição de ruas e arborização de partes da cidade (NASCIMENTO, 1986).

Segundo Heber (1991), embora houvesse uma grande quantidade de reclames da insalubridade urbana, o Estado preferiu remunerar o setor privado para participar do serviço público de limpeza urbana com a intenção de legitimar sua atuação política, pois era preciso intervir no espaço da cidade e dela se apropriar cada vez mais. O discurso do asseio da cidade favoreceu isso. Tanto é assim, que apesar das queixas desse serviço, sobretudo pelas denúncias de que o setor privado pouco fazia além de auferir o dinheiro, o contrato foi reafirmado em 1870 e 1880, desta vez não mais com o Governo Provincial, mas com a Câmara Municipal, que em 1867 passou a assumi-lo.

O argumento da falta de salubridade urbana de Salvador era forte e justificava uma série de ações planejadas. Os médicos higienistas deram credibilidade e consistência ao discurso político, como salienta Foucault (2005), condenando a organização das cidades européias e coloniais brasileiras que, com suas ruas sinuosas e estreitas, motivavam o alastramento das epidemias. A cidade foi pensada metaforicamente como um organismo. Uma vez “doente” deveria recorrer-se ao princípio da sangria, praticado em pacientes acometidos por alguma enfermidade da época. Foi baseado neste pensamento que a higiene de Salvador foi planejada vislumbrando um novo imaginário social de uma geografia da cidade.

Em decorrência, o *Plano Especial para a Limpeza Urbana de Salvador*, fundamentado na concepção higienista, veio em 1887, baseado nas experiências realizadas na capital do império – Rio de Janeiro – que sistematizou ações que visassem solucionar pontualmente o problema da insalubridade. Definindo roteiros para a realização da coleta dos resíduos sólidos domésticos, a ser feita de porta em porta, este serviço, apesar de ter significado um avanço no conforto e no bem-estar da população, além da modernização da coleta, não teve seus benefícios

estendidos a todos que viviam na cidade, como indica Nascimento (1986). Tratou-se de uma medida espacialmente delimitada às áreas ocupadas por populações economicamente mais abastadas.

Para Rodrigues (1995, p. 54) estas ações do higienismo “não são desinteressadas ou movidas tão somente pelos altos valores do altruísmo, pela ética generosa de quem quer levar ao outro aquilo que pensa ser bom para si”. Tudo que se queria era justificar as intervenções urbanas por meio do discurso da higienização e desodorização urbana. Nas palavras de Francisco José da Rocha, então quarto vice-presidente da capital baiana, em relatório de 1871, deixa explícito que

Várias causas ocorrem para embaraçar a marcha de serviço tão importante à higiene desta cidade. O uso inveterado de se lançar nas ruas a qualquer hora toda espécie de imundície, a má execução das posturas municipais, em cujas questões fica sempre a Câmara prejudicada, o péssimo estado das calçadas, o defeito da construção dos prédios sem esgoto para as águas servidas e materiais fecais, produzem infalivelmente o desasseio que por toda parte se observa (BAHIA, 1871 apud CAMARGO, 1985, p. 100-101, grifo nosso).

O argumento é mais enfático no discurso proferido em 1874 pelo Presidente da Província da Bahia, Antônio Cândido da Cruz Machado, ao dizer que

[...] despendem-se com o asseio da cidade anualmente 44 contos de réis que são entregues ao empresário. Não obstante qualquer empenho que haja em observar o mais rigoroso asseio da cidade, se não forem removidas as causas que o embaraçam, inútil será a despesa (BAHIA, 1874 apud CAMARGO, 1985, p. 101, grifo nosso).

O discurso sobre a limpeza da cidade de Salvador não se disseminou dissociado de intenções de tal modo que, embora concebida como serviço público, não se prestou a uma coletividade. O Poder Público assim a assumiu para impor uma ordem pública e social de acordo com os desideratos de determinados grupos sociais. Logo, os princípios de igualdade, do interesse geral e da satisfação das necessidades coletivas, que fundamentavam a base do serviço público tornaram-se, na prática, um engodo. Este panorama, que precedeu as intervenções de reforma urbana do século XX, foi importante para dar aval ao que foi planejado para Salvador, pois “uma sociedade asseptizada é automaticamente uma sociedade hierarquizada”, como sugere Rodrigues (1995, p. 106).

A fim de “solucionar” a questão do destino dos resíduos sólidos, a Câmara Municipal, no final do século XIX (por volta de 1894), buscou implantar uma infraestrutura para o destino do lixo da cidade. Existiam três propostas, a escolher: lançamento ao mar (prática que já era corriqueira entre a população); lançamento em locais distantes do centro da cidade (inspirado na idéia de que se levando os resíduos sólidos para fora da cidade, a salubridade urbana poderia ser garantida) e cremação do lixo por meio da incineração.

Nesta época, a solução escolhida foi a incineração, espelhando-se em modelos adotados na Inglaterra e na Alemanha desenvolvidos graças a Revolução Industrial. De acordo com o Relatório das Gestões dos Negócios Municipais de 1895, os primeiros fornos foram instalados no final do século XIX, na área da antiga rua da Vala, atual Baixa dos Sapateiros (PMS, 1895). Ao adentrar o século XX a construção de novos fornos continuou premente. Em 1906 três novos equipamentos foram instalados no Dois de Julho, Distrito da Vitória e Caminho de Areia.

Todavia, o uso desta tecnologia indicou, em pouco tempo, não ser a mais satisfatória e condizente com a realidade da época. Isso porque a quantidade de resíduos sólidos gerados era superior à capacidade dos fornos crematórios e seus custos de manutenção eram muito onerosos. Ademais, a sua operação foi questionada e mesmo condenada pela população que residia no seu entorno que se incomodava com a fumaça emitida pela cremação do lixo (PMS, 1906). Mesmo assim, os fornos crematórios funcionaram por um algum tempo na cidade, sendo as cinzas do lixo cremado aproveitadas como rejeito nas pavimentações das calçadas.

Com a reforma urbana de Salvador iniciada em 1912, concebida por Theodoro Sampaio e Jerônimo Teixeira de Alencar Lima e financiada com capital estrangeiro, a cidade sofreu mudanças em duas direções. Na Cidade Baixa deu-se a construção de aterros aumentando o território continental soteropolitano, em muitos casos utilizando-se dos resíduos sólidos gerados pela população. Na Cidade Alta as principais mudanças ocorreram no Centro. O trabalho de Pinheiro (2002) esclarece que as mudanças urbanas deste período não receberam diretamente as influencias do estilo haussmaniano⁹ tecidas em Paris, mas seguiu o modelo das reformas de

⁹ Haussmann, prefeito da França em meados do século XIX, tinha como ideário urbanístico embelezar a cidade e torná-la mais segura com o do alargamento de ruas.

Pereira Passos no Rio de Janeiro, então capital do País, que o adaptou a sua realidade. Nas palavras de um dos seus planejadores, Salvador foi descrita:

A cidade, fundada em 1549 e que por tanto tempo tardou o seu desenvolvimento, está a desfazer-se dos moldes de outro tempo, para tomar as formas garridas das cidades modernas: quer rasgar amplas, extensas as suas artérias e avenidas aos reclamos do tráfego intenso; quer reconstruir-se bela, elegante, elevada por tributo à estética, a que o homem de agora, já envolvido nas suas faculdades sensitivas, não olha mais como causas supérfluas e acessórias, mas que exige como necessária e essencial aos fins da moderna civilização (SAMPAIO, 1912 apud COSTA, 2001, p. 135).

Theodoro Sampaio tinha razões teóricas e mesmo conceituais que se conciliavam às idéias de planejamento das cidades-jardins de Ebenezer Howard (concebidas para a realidade britânica) privilegiando a beleza, cujas condições higiênicas deveriam ser controladas.

Quem conhece o plano das cidades-jardins, da moderna arte de construir cidades, segundo os ditames da higiene e da estética, não estranhará, por certo, esse traçado das artérias ou vias irradiantes, por trechos concordados e melhorados das ruas atuais. Uma cidade-jardim, o ideal das cidades de agora, não é um plano traçado em xadrez; foge, pelo contrário, da monotonia das linhas para imitar a natureza nas suas manifestações mais nobres (SAMPAIO, 1912 apud CASTRO, 2001, p. 136).

O governo de J.J. Seabra, palco da reforma urbana do início do século XX, intentou ordenar o estado sanitário de Salvador, mas acabou não tendo o êxito esperado. De acordo com alguns estudos, após o período de reformas a cidade continuou insalubre. A imprensa escrita da época endossou que Salvador continuava sendo uma “cidade de becos e cortiços, não havia uma preocupação com a higiene nem das ruas nem das casas” (SOUZA, 2005, p. 79). Por isso, apesar da reforma urbana, que não envolveu todo o tecido urbano, a insalubridade perpetuava-se, de modo a conviver em 1918 com o surto de gripe espanhola. A epidemia não condizia com os discursos políticos, tampouco com a imagem projetada para a cidade. A realidade demonstrava que a atuação do Poder Público tornava-se evasiva ao negligenciar medidas urgentes de higiene.

Evidenciado o desconexo entre o discurso e a prática, o serviço público de limpeza urbana foi regulamentado pela Lei 1.153, em 1926, a fim de criar uma

estrutura fixa de sua administração e uma gestão mista da limpeza urbana. Entretanto, esses objetivos não foram alcançados imediatamente, pois sucessivas tentativas foram feitas para organizar o serviço de limpeza pública. Segundo Heber (1991) as principais mudanças foram:

- 1930: foi criada a Administração Geral de Limpeza Pública e Particular (AGLPP), subordinada ao gabinete da Prefeitura;
- 1938: a AGLPP foi transformada em Diretoria de Limpeza Pública e Particular (DLPP);
- 1959: a DLPP foi modificada para Divisão de Limpeza Pública de Salvador (DLPS);
- 1970: a DLPS foi transformada em Departamento de Limpeza Pública (DLP).

Embora tenha experimentado diferentes formas de organização administrativa desde a regulamentação do serviço, pelo menos dois aspectos permaneceram inalterados: a prestação do serviço de limpeza urbana com participação do setor privado e a pouca qualidade do serviço prestado.

A partir de meados dos anos 1970, as ações de planejamento governamental tornaram-se mais intensificadas conciliando-se aos objetivos do *Plano Nacional de Desenvolvimento* empreendido pelo Governo Federal. Buscando eficiência e eficácia, a racionalidade do planejamento intentava tratar os problemas estruturais acumulados na metrópole soteropolitana. O Órgão Central de Planejamento (OCEPLAN) atualiza em 1977 o primeiro *Plano Diretor de Limpeza Urbana* (PDLU) indicando providências a serem tomadas na gestão dos resíduos sólidos urbanos. A criação de uma empresa pública pareceu ser mais favorável em termos de autonomia financeira e eficiência do serviço. Dois anos depois estava constituída a LIMPURB rompendo-se os contratos com o setor privado, pois o Decreto 5.799/79 ressaltava a exclusividade da prestação do serviço pela empresa pública (HEBER, 1991).

Porém, esta situação não perdurou por muito tempo. Após nove anos de gestão pública dos serviços de limpeza urbana foram restabelecidos novos contratos privados que somente foram interrompidos num curto momento de dois anos (1990 a 1992) até encontrar em sua fase atual, quase que plenamente repassado à iniciativa privada em

função da gestão mista. A Figura 4 que apresenta uma tentativa de sistematização das informações sobre a responsabilidade com os resíduos sólidos urbanos em Salvador.



Figura 4 – Síntese da evolução da gestão dos resíduos sólidos em Salvador

Embora esta mudança tenha significado um novo olhar para a limpeza da cidade, com a injeção de investimentos estaduais expressivos até então não vivenciados, é preciso destacar que a eficiência e a eficácia da prestação do serviço de limpeza sob exclusividade de execução pública não foi indubitável. As deficiências de gestões anteriores permaneceram chamando a atenção da mídia local para o fato. O Poder Público Municipal, buscando escamotear a situação, recria uma estratégia: “culpabilizar a população pela má execução do serviço, mais especificamente, pela sujeira na cidade, é freqüentemente praticada nos momentos mais graves de ineficiência do serviço” (HEBER, 1991, p. 64).

Por isso, em 1987 foi realizado um estudo para a contratação de uma empresa privada para realizar parte do serviço de coleta e remoção dos resíduos sólidos da cidade, com 50% de participação inicial a ser ampliada. A Marquise inicia a execução do serviço de limpeza em 1988 nestes termos. O que se buscava era reduzir as atribuições da LIMPURB, sobretudo o quadro de funcionários, ficando a mesma responsável pela coleta do lixo das áreas de baixa renda e com maior densidade populacional. A Marquise, para garantir um nível satisfatório de qualidade do serviço, contratou muitos funcionários e com os constantes atrasos no pagamento das remunerações, devido à falta de pontualidade da Prefeitura, uma paralisação do serviço de limpeza eclodiu em 1989, culminando com a extinção do contrato privado e o mergulho naquela que foi considerada a pior crise do sistema de limpeza urbana (HEBER, 1991).

Desestruturado, o serviço de limpeza urbana nos anos 1990 encontrou lugar para desenvolver as primeiras concepções para a coleta seletiva de lixo como será abordado na primeira seção do próximo capítulo.

2.3 INVENTANDO LIXO E SEPARANDO RESTOS: UM RECORTE DE SALVADOR

A idéia que se tem hoje sobre o que seja lixo é um produto direto da economia e da sociedade capitalista. Foi ela que “inventou algo como sendo lixo”, como sugerem as palavras de Rodrigues (1995, p. 14), ao atribuir às coisas um sentido de efemeridade associado à idéia do consumo intenso e ilimitado. Alguns autores compreendem que, do ponto de vista técnico, os termos resíduos sólidos e lixo podem ser utilizados como sinônimos. É o caso de Monteiro et al (2001).

Resíduos sólidos ou simplesmente lixo é todo material sólido ou semi-sólido indesejável e que necessita ser removido por ter sido considerado inútil por quem o descarta, em qualquer recipiente destinado a este ato [...]. Há de se destacar, no entanto, a relatividade da característica inservível do lixo, pois aquilo que já não apresenta nenhuma serventia para quem o descarta, para outro pode se tornar matéria-prima para um novo produto ou processo (MONTEIRO et al, 2001, p. 25).

Rodrigues (1999) contextualiza, na sua abordagem sobre a dinâmica ambiental, as mudanças que o lixo doméstico sofreu desde as últimas décadas do século passado, a saber:

- o lixo que era limpo virou sujo: relaciona-se ao aumento da fração inorgânica do lixo em relação à fração orgânica;
- o lixo (sujo) virou resíduo (limpo): diz respeito ao uso do lixo como matéria-prima das indústrias de reciclagem;
- o lixo que virou resíduo-mercadoria: refere-se à incorporação do valor de troca e de uso do lixo na sua reciclagem e sua reutilização;
- o lixo que virou moda no urbano com a “educação ambiental”: diz respeito à idéia da separação do lixo para a reciclagem compreendida muito mais como um modismo do que uma conscientização da geração do lixo e dos problemas ambientais urbanos;
- a produção do descartável e a geração e transformação do lixo: refere-se à responsabilidade pela geração do lixo, cujo debate tem colocado de um lado, os consumidores dos produtos descartáveis e de outro, as indústrias que os produzem;

- o lixo e sua resistência: diz respeito ao aumento da resistência dos resíduos fruto da produção industrial de materiais cada vez mais difíceis de serem decompostos na natureza.

Embora a autora faça uma distinção dos termos lixo e resíduo para demarcar as mudanças acima citadas, não pretendeu realizar uma distinção do ponto de vista etimológico. Assim utilizamos nesta dissertação, de forma indistinta, os dois termos.

Tomando como referência as considerações feitas até agora sobre a limpeza urbana da cidade de Salvador, vê-se que a salubridade urbana foi tratada de forma estratégica para o alcance dos objetivos econômicos “fazendo o lucro gerar lixo”, como cita Rodrigues (1992, p. 10). Neste contexto a idéia de lixo estava associada, principalmente, a uma conotação de sujeira, de imundície, de imprestabilidade, algo sem valor. Por isso, a idéia de lixo foi “inventada” com o objetivo de aumentar o consumo, pois descartando aquilo considerado inútil se estabeleceriam novas possibilidades para adquirir o novo. Nesse aspecto, não se pode negligenciar o papel dos meios de comunicação na conformação dessas idéias e atitudes.

O descarte tornou-se cada vez mais desenfreado levando ao questionamento deste modo de vida e de produção pelo chamado Movimento Ecologista surgido na Europa em meados dos anos 1950. Espalhando-se pelo restante do mundo, encontrou lugar nos EUA nos anos 1960, chegando ao Brasil uma década depois. Entendido como movimento de luta social, o *ecologismo*, segundo seus defensores, procura emergir uma situação sócio-ecológica radicalmente nova e distinta daquela apresentada pelo capital (PORTILHO, 2005).

A idéia da reciclagem do lixo foi uma das bandeiras levantadas por este movimento e acabou atraindo outros agentes por motivos bastante distintos. Fundamentando-se nos argumentos de Rodrigues (1995), a reciclagem pode também ser entendida como uma saída encontrada pelos capitalistas para aumentar o consumo, sem se preocupar com os discursos contrários dos ecologistas ao seu modo de produção e influência no modo de vida da sociedade. A reciclagem não pode apenas ser vista como um procedimento de diminuição daquilo que é descartado, mas como “um marketing para neutralizar o impacto [da geração do lixo]” (GRIMBERG; BLAUTH, 1998, p.14).

É claro que não se quer ignorar a relevância da reciclagem no contexto do processo produtivo até porque o lixo utilizado para este fim nada mais é do que uma mercadoria. A lógica de “fazer o lixo gerar lucro” (RODRIGUES, 1992, p. 10) designa readquirir o valor de uso perdido no momento do descarte, inserindo um valor de troca. Para que isto ocorra em proporções significativas, é necessário que os diferentes materiais consumidos sejam descartados distintamente. Assim, ao associar lixo e valor, também se tem um instrumento de diferenciação de classe, já que o ato de descartar “coloca em evidência a posição de superioridade social” para aquele indivíduo que descarta (RODRIGUES, 1995, p. 108).

Considerando o contexto de Salvador, essa lógica de fazer o lixo gerar lucro é de difícil demarcação temporal-espacial, porém desde os anos 1940 a atividade da catação do lixo já era observada em grades proporções. Isto porque na década de 1930 suspendeu-se o uso dos fornos crematórios e determinou-se a utilização do aterramento dos resíduos sólidos, definindo-se valas de aterro, dentre as quais se destacaram a do Uruguai, Água de Meninos e Amaralina. Nestes locais, sobretudo no Uruguai que foi a maior delas, o lixo passou a ser um atrativo para pessoas que encontraram aí um meio de sobrevivência. Há de se ressaltar que, contraditoriamente, foi também neste mesmo que a Intendência Municipal iniciou a instalação de um novo forno crematório no Retiro em 1940, apesar de já ter suspenso o seu uso. Isto faz subentender a existência de certa indecisão do Poder Público quanto a melhor solução para o destino do lixo da cidade (PMS, 1942).

Para discorrer com propriedade sobre como se intensificou a catação do lixo em Salvador a partir dos anos de 1940 e como a idéia de seleção do lixo se promoveu em Salvador, identificou-se dois períodos distintos: entre 1940 e 1960 e entre 1970 aos dias atuais que, doravante, são apresentados.

2.3.1 Conciliando duas cidades do Salvador: a que vive no lixo e a que vive do lixo

Silva e Rocha (2003) apresentam que no início dos anos 1940, Salvador contava com 290.443 habitantes, os quais estavam distribuídos num tecido urbano que registrava, ao mesmo tempo, um aumento significativo de edificações regulares e também de habitações coletivas que caracterizou um crescimento desordenado da cidade. Esse quadro repercutiu extensivamente na geração dos resíduos sólidos domiciliares. Embora o Poder Público Municipal aspirasse extinguir o sistema de aterramento do lixo, por meio das valas, em favor da cremação do lixo, já não havia mais capacidade das usinas crematórias darem conta da quantidade de resíduos sólidos gerados, embora se tenha tentado pôr em operação a usina do Retiro construída em 1932.

A decisão em utilizar o aterramento do lixo foi justificada no relatório apresentado em 1944 pela Intendência Municipal como algo positivo, afinal de contas das onze valas que existiam na cidade, permaneceram apenas três: Amaralina, Chame-Chame e Uruguai (PMS, 1944). Ações como estas procuravam consubstanciar e dar suporte à lógica dos discursos administrativos que tentavam demonstrar a existência de uma Salvador limpa, cada vez mais difícil de ser sustentada.

Nos registros administrativos da época o ideário da cidade higiênica vai se tornando cada vez mais fragilizando. Durval Rocha, por exemplo, salientava que “não tem sido poupados os esforços da Prefeitura por que esta Capital *continue a gozar dos foros de uma das mais limpas do País*” (PMS, 1940, p.183, grifo nosso). O mesmo enfatizou o prefeito Elísio de Carvalho Lisboa apontando que o “serviço de limpeza pública e particular atingiu, na Bahia, apreciável grau de adiantamento, estando aparelhado para *manter os foros* de que goza a Cidade do Salvador – a de ser *uma das mais asseadas do País*” (PMS, 1943, p. 68, grifo nosso). A força de sua afirmação perde intensidade para “manter, *dentro das possibilidades* do momento, os foros de que goza a Cidade do Salvador de ser *uma das mais asseadas do País*” (PMS, 1944, p. 149, grifo nosso).

Assim, a vala do Uruguai, a maior em extensão e pertencente à Enseada dos Tainheiros, passou a ser a mais utilizada e contava, inicialmente, com precários

critérios técnicos de engenharia (envolvendo o espalhamento, recobrimento com uma camada de piaçava e areia irrigada com solução de sulfato de ferro para neutralizar odores e evitar a presença de vetores transmissores de doenças, sobretudo as moscas). Este depósito de lixo foi avançando sob o mar resultando no aterramento de parcelas da referida enseada.

No entanto, a solução encontrada pela administração pública municipal quanto à destinação final dos resíduos sólidos foi questionada pelos planejadores urbanos que concebiam uma Salvador “higiênica, artística e pitoresca, com ruas largas e grandes parques” como propôs Américo Simas em 1942 no seu artigo Sugestões para a Organização do Plano Diretor da cidade de Salvador (VASCONCELOS, 2002, p. 281). Por isso, Mário Leal Ferreira em 1943 produziu o *Plano Urbano para Salvador* chamado EPUCS. Neste plano não era admitido para a Enseada dos Tainheiros o seu uso como depósito de resíduos sólidos, ao contrário esta área, pertencente à Marinha, deveria ser resguardada para a futura instalação de indústrias (BAHIA. GEPAB, 1973).

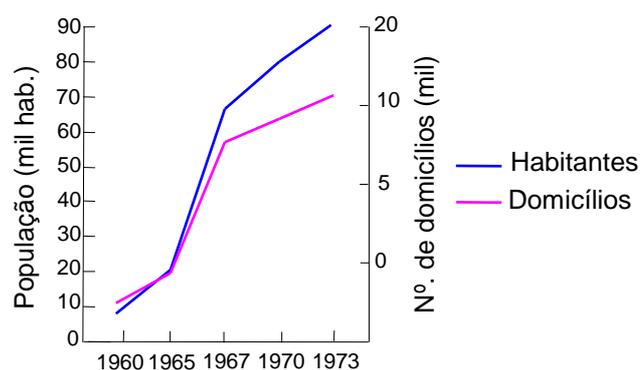
Em 1947 a Prefeitura Municipal aforou esta área para continuar despejando os resíduos sólidos gerados pela cidade. A justificativa apresentada foi a de promover o aumento da proporção de terra sob o mar, visando expandir loteamentos para a habitação popular que era uma das demandas urbanas fruto do aumento demográfico provocado pelo êxodo rural (BAHIA. GEPAB, 1973). No entanto, o tempo revelou que este propósito era um pretexto para o destino do lixo. E mais, serviu de destino a muitas pessoas que, encontrando dificuldades de permanência na cidade, ocuparam os terrenos propagados pelo lixo, produzindo aí uma outra realidade na cidade: a *Salvador que vive no lixo*.

Estava sendo produzido os Alagados, um espaço de perspectiva de fixação (sob palafitas) e de sobrevivência na cidade, pois por meio da catação de materiais no lixo cerca de mil pessoas encontraram aí uma ocupação imediata. Nas idéias de Souza (2000) chega à sordidez pensar que por meio destes meios (dos lixões) se consiga constituir uma fonte de sobrevivência para muitos pobres, porém aí está uma atitude colaborativa pró-ambiental e pró-social que deveria ser estimulada pelo próprio Estado, a partir de medidas compensatórias e humanizadas.

As famílias instaladas em Alagados sobreviviam quase unicamente dos resíduos sólidos que catavam, aproveitando papéis, latas e garrafas, mas também restos de

comida e alimentos. No início dos anos 1960, enquanto a cidade de Salvador registrava uma população de cerca de 420 mil habitantes, Alagados registrava um contingente de 8.875 habitantes (segundo dados levantados pela Prefeitura quando da realização de um cadastramento das famílias), ou seja, pouco mais de 2% do total da população. Em meados dos anos 1960, Alagados sofreu um incremento populacional totalizando cerca de 20 mil habitantes, representando cerca de 3% do total da população de Salvador, que já contava com 660 mil pessoas (Gráfico 1).

A destinação dos resíduos sólidos em Alagados acarretou implicações de ordem sanitária, social, ambiental e econômica. Era comum os tratores pararem seus trabalhos de compactação e recobrimento do lixo devido ao elevado número de pessoas e animais que se postavam a esperar uma nova remessa de resíduos sólidos que chegava a totalizar por dia cerca de 450 toneladas. Eis a *Salvador que vive do lixo*.



Fonte: BAHIA. GEPAB, 1972

Gráfico 1 – Evolução do crescimento demográfico e do número de domicílios em Alagados, Salvador, 1960-1973

A presença de lixo em contato direto com homens, mulheres e crianças que fazem o catume dá margem a uma elevada incidência de doenças transmissíveis nas quais o lixo é importante fator indireto. Além disso, a intensa proliferação de moscas, mosquitos, baratas e ratos e a presença de porcos, gatos, cachorros e urubus agrava o aspecto negativo desse quadro. É entristecedor verificar gente, especialmente mulheres e crianças disputando o lixo com esses animais (SENA, 1973, p. 41).

Ao final dos anos 1960, as condições de habitação e de vida em Alagados eram alarmantes chamando a atenção do Governo Estadual. Este designou, pelo Decreto 71.364/72, a criação do Grupo de Estudos para os Alagados da Bahia – GEPAB, cuja incumbência era produzir parâmetros de orientação para um Plano Urbanístico de Alagados. Em meados dos anos 1970 a população de Salvador ultrapassava 1 milhão de habitantes, exigindo cada vez mais diversificados equipamentos e serviços urbanos, incluindo aqueles ligados à limpeza urbana, especialmente, quanto ao destino final dos resíduos sólidos (BAHIA. GEPAB, 1973).

2.2.2 Novo destino para o lixo, um mesmo destino para pessoas

Em decorrência da calamidade de Alagados, houve um levantamento para definir áreas que pudessem absorver a quantidade de resíduos sólidos gerados na cidade de Salvador. Optou-se por aquela situada à margem da estrada de Canabrava que apontou vantagens de ordem financeira e geográfica (depressão com cerca de 50 m, distante cerca de 13 km das áreas de coleta de lixo da cidade), segundo as justificativas técnicas.

Apesar de ser operado a partir de 1974, recebendo a denominação de *aterro controlado* de Canabrava (dispondo os resíduos sólidos com poucos critérios técnicos de engenharia) com vida útil prevista para no máximo nove anos, esta área apresentou um aspecto de um lixão (no qual os resíduos sólidos ficam a céu aberto decompondo-se, desencadeando graves problemas de ordem sanitária, ambiental e social). Recebendo, inclusive, lixo hospitalar sem qualquer cuidado ou discriminação, a utilização do lixão de Canabrava foi um endosso do despreparo do Poder Público Municipal em relação à limpeza pública e à solução de seus problemas. Além disso, acabou sendo um foco de atração para os catadores de lixo, tanto para aqueles provenientes de Alagados, que se deslocavam para garantir sua sobrevivência, quanto para aqueles que chegavam diariamente de locais vizinhos (CONDER. CEPED, 1977).

O contexto do final da década de 1970 do município de Salvador e de alguns municípios do entorno foi marcado por um acelerado crescimento urbano desordenado: atração de novas indústrias, exploração de petróleo, instalação do Centro Industrial de Aratú, do Pólo Petroquímico de Camaçari e do Centro Administrativo da Bahia, impulsos à atividade turística. O espaço necessitava ser reconsiderado em termos administrativos e como decorrência foram criadas as *Regiões Metropolitanas* pelo Governo Federal em 1975. As questões relacionadas ao saneamento urbano, sobretudo quanto à coleta, transporte e destino final dos resíduos sólidos, passaram a ter um diálogo entre a escala da cidade e a escala metropolitana.

De solução temporária, o lixão de Canabrava funcionou tempo suficiente para indicar seu caráter duradouro. Embora o Poder Público Estadual tenha encarregado à CONDER – atual Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – e ao CEPED (Centro de Pesquisa e Desenvolvimento) apresentar alternativas de destinação final dos resíduos sólidos urbanos, isso não se mostrou suficiente. Em 1977 foi divulgado o estudo *Remoção e Disposição Final dos Resíduos Sólidos na Região Metropolitana de Salvador*, o qual foi incorporado à atualização do *Plano Diretor de Limpeza Urbana*. Prevendo um imediatismo das ações de gestão do serviço de limpeza urbana de Salvador, medidas urgentes foram concebidas (CONDER. CEPED, 1977).

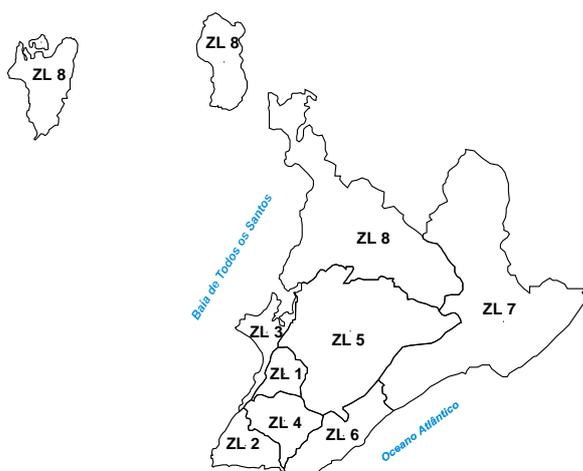
A permanência do lixão de Canabrava no contexto soteropolitano e da atividade da catação tinha algo de conveniente a ambas as esferas, pública e privada. Inicialmente a LIMPURB, criada em 1979, cuidava de repassar à iniciativa privada grande parte do material coletado, cumprindo um papel de intermediária. Posteriormente, foi firmado em 1982 um contrato privado de exploração comercial do lixo depositado no aterro de Canabrava junto a Amaral Comércio de Papéis que foi encerrado quatro anos depois devido à falta de controle sobre a comercialização dos materiais passando a ocorrer o comércio livre (HEBER, 1991).

No início dos anos 1980 o panorama do destino final dos resíduos sólidos era um contra-senso ao proferido pelo Poder Público Municipal que procurou dar destaque a limpeza urbana do ponto de vista institucional, inclusive com a criação em 1976 de Zonas de Limpeza Urbana – ZL (na base dos Subdistritos), pois se desejava “transformar Salvador em uma das capitais mais limpas do País, com todo dinamismo, toda rapidez e toda a obstinação que somos capazes” (SALVADOR, 1980 apud HEBER, 1991, p. 60). As Zonas de Limpeza foram mais tarde adaptadas às Administrações Regionais, criadas em 1987, surgindo em 1989 os Núcleos de Limpeza – NL (Figuras 5 e 6).

Assim, a abordagem que se fez ao longo do capítulo, mesmo enfrentando o problema da supressão de informações, procurou abrir uma possibilidade para se analisar o presente, a partir das realidades transcorridas no passado no espaço de Salvador. Este esforço abre caminhos para enfocar as intervenções de coleta seletiva de lixo de Salvador, os aparatos do seu discurso técnico e político, a fim discutir o ideário do Poder Público concebido para a cidade, isto por que:

Pelo avesso, o lixo é a expressão de uma cidade. Não de sua alma, por certo, mas de seu corpo, aquilo que o reveste por fora e por dentro [...] reflete o padrão econômico, social e cultural de uma cidade. [...] e, do ponto de vista político, virou atestado para o governante. (Mostra a) imagem do seu povo e dos seus representantes políticos (LIMA apud SANTANA, 1993, p. 8).

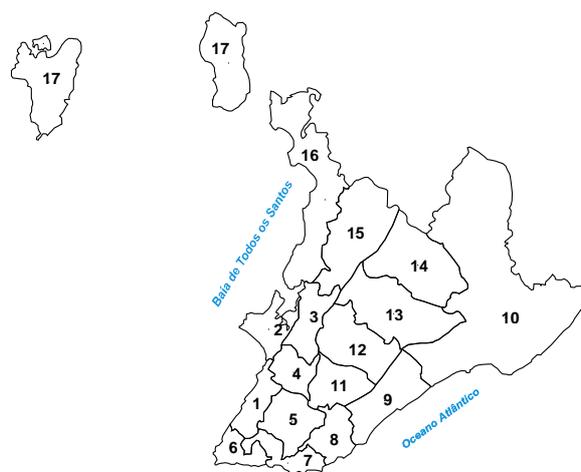
Figura 5
SALVADOR
DELIMITAÇÃO DE ZONAS DE LIMPEZA URBANA
SEGUNDO SUBDISTRITOS - 1976



- ZL 1: (Sé, Nazaré, Santana e Brotas)
 ZL 2: (São Pedro e Vitória)
 ZL 3: (Conceição da Praia, Pilar, Mares e Penha)
 ZL 4: (Passo e Santo Antônio)
 ZL 5: (São Caetano e Pirajá)
 ZL 6: (Amaralina)
 ZL 7: (Itapuã e São Cristóvão)
 ZL 8: (Valéria, Periperi, Plataforma, Paripe e Ilha de Maré, Frades e Bom Jesus)

Fonte: PMS. LIMPURB. *Medidas de Emergência no Sistema de Limpeza Urbana de Salvador*. Salvador, 1976
 Elaboração: Denise Santos

Figura 6
SALVADOR
DELIMITAÇÃO DOS NÚCLEOS DE LIMPEZA URBANA
SEGUNDO ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS - 1989



- 1- NL 1: Centro
 2- NL 2: Península de Itapagipe
 3- NL 3: São Caetano
 4- NL 4: Liberdade
 5- NL 5: Brotas
 6- NL 6: Barra
 7- NL 7: Rio Vermelho
 8- NL 8: Pituba
 9- NL 9: Boca do Rio
 10- NL 10: Itapuã
 11- NL 11: Cabula
 12- NL 12: Tancredo Neves
 13- NL 13: Pau da Lima
 14- NL 14: Cajazeiras
 15- NL 15: Valéria
 16- NL 16: Subúrbio Ferroviário
 17- NL 17: Ilhas (Maré, dos Frades)

Fonte: PMS. LIMPURB. *Núcleos de Limpeza Urbana de Salvador*. Salvador, 1999
 Elaboração: Denise Santos

Diante do exposto, é importante destacar que a abordagem aqui apresentada não privilegiou uma discussão sobre a questão da limpeza urbana meramente do ponto de vista técnico, mas procurou trazer para o debate suas demais dimensões. Obviamente que os aspectos técnicos também são relevantes, sendo discutidos posteriormente neste trabalho; porém, ao agregar as estratégias e as práticas sociais à análise da gestão urbana dos resíduos sólidos, tem-se a oportunidade de repensar os resíduos sólidos urbanos no bojo das contribuições da Geografia, porquanto é um aspecto que influencia na construção e organização do espaço urbano.

3 A COLETA SELETIVA FORMAL EM SALVADOR

Ações de coleta seletiva de lixo estão em ascensão em todo o País e têm sido concebidas não apenas pelo Poder Público, mas também por grupos, indivíduos, organizações, associações de diferentes naturezas. Aparentemente, pode surgir por motivações diversas seja de ordem espacial, sanitária, ambiental, econômica, educativa. Como objeto de planejamento, a coleta seletiva não é concebida desvincilhada de uma política pública para o setor de resíduos sólidos, assim como se incorpora aos princípios de sua gestão.

Em Salvador, embora apareça polinizada antes mesmo de se constituir numa alternativa tecnológica de manejo e tratamento dos resíduos sólidos, vem sendo estruturada há cerca de treze anos pelo Poder Público, a fim de alcançar uma efetiva segregação na origem utilizando-se de meios para “fazer cumprir as metas estabelecidas e conter hábitos inadequados da população” (PMS. LIMPURB, 2000, p. 6).

Vários critérios foram utilizados para delimitar a área de atuação da coleta seletiva formal da cidade que serão analisados posteriormente. Dentre eles, merece ressalva as características dos resíduos sólidos gerados pelos habitantes num determinado momento. A composição gravimétrica dos resíduos sólidos gerados “traduz o percentual de cada componente em relação ao peso total da amostra de lixo analisada” (MONTEIRO et al., 2001, p. 34). De importância relevante para o planejamento de ações e intervenções relativas à coleta seletiva de lixo, que demanda estudos detalhados e precisos sobre a determinação dos componentes presentes no lixo gerado por uma população, o que se produziu neste aspecto sobre a cidade de Salvador revela variações surpreendentes.

O primeiro estudo institucional sobre a composição do lixo da cidade somente ocorreu em 1977, sendo precedido do estudo de Sena de 1972 considerado basilar. Após 15 anos, novos estudos institucionais foram realizados em 1992 sendo atualizados em 1995 e 1999; o estudo mais atual, produzido em 2003, foi fruto de uma parceria entre a LIMPURB e a Universidade Federal da Bahia. Cada um desses estudos apresentou distinções em termos metodológicos,

sobretudo na determinação da amostragem, levando a obtenção de resultados igualmente distintos como será visto nas discussões posteriores deste capítulo.

A discrepância entre os dados é tamanha que se conjectura a possibilidade de equívocos estatísticos, o que traz um embate prático do seu uso como referência à escolha de áreas para a destinação de investimentos como o da coleta seletiva. Assim, preferimos adotá-los com a devida cautela evitando-se análises comparativas apenas para situar as discussões, mesmo sabendo da carência de um conhecimento mais aprofundado sobre a evolução dos resíduos sólidos gerados pelos cidadãos.

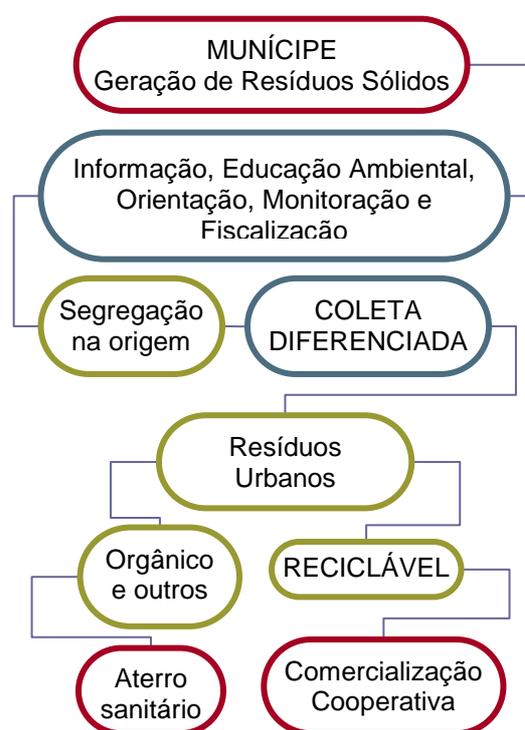
As intervenções que conformam o atual sistema formal de coleta seletiva de lixo em Salvador remetem a três momentos distintos, envolvendo a participação de diferentes gestões administrativas que concretizaram suas ações em torno de um ideário para a cidade. Doravante, apresentam-se as propostas e os discursos técnicos propostos para a cidade de Salvador e, em seguida, apresentam-se diferentes argumentos sobre este sistema de coleta seletiva (destacando pontos de convergência e divergência), culminando com uma concisa abordagem sobre as políticas de estímulo à reciclagem em Salvador.

3.1 ANÁLISE DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA COLETA SELETIVA FORMAL EM SALVADOR

3.1.1 Programa Lixo Útil

Surge como iniciativa municipal a idealização de um programa de coleta seletiva de lixo para Salvador em marco de 1992, estabelecendo uma relação com uma moderna concepção de limpeza urbana, por meio da definição do *Sistema Integrado de Manejo e Tratamento do Lixo*. Este diferenciou a coleta segundo os tipos de resíduos sólidos, considerando-se suas especificidades e potencialidades econômicas. Uma síntese desta concepção para o lixo domiciliar pode ser acompanhado na Figura 7.

Tal sistema criou um modelo para a gestão de resíduos sólidos em escala metropolitana, a partir da elaboração de Planos Diretores de Limpeza Urbana para dez municípios da PMS, realizados a partir de 1992 pelo Governo do Estado, por meio do *Projeto Metropolitano (PM)*, sendo um componente do *Programa Região Metropolitana Nordeste* iniciado em meados dos anos 1980. Visando promover ações de desenvolvimento urbano-regional, dentre elas limpeza urbana (inclusive a coleta seletiva), saneamento básico, recuperação e reforma urbana, a CONDER gerenciou o PM desde 1986, agregando recursos dos Governos Federal e Estadual,



Fontes: UFBA. Escola Politécnica. *Gestão Diferenciada do Entulho na Cidade de Salvador*. Salvador, 2001
PMS. LIMPURB. *Relatório de Atividades*. Salvador, 2004
Elaboração: Denise Santos

Figura 7 – Síntese do modelo tecnológico de gestão de resíduos sólidos domiciliares para a Região Metropolitana de Salvador, 1992

além do Banco Mundial (FERNANDES, 2004). Entretanto, permaneceu cinco anos aguardando a contrapartida do capital público estadual, fazendo com que as ações para a coleta seletiva de Salvador fossem desenvolvidas no plano municipal.

Assim, esta primeira experiência sistemática do Poder Público Municipal em empreender uma coleta seletiva formal, apesar de fundamentada nas propostas do *Projeto Metropolitano*, não foi uma ramificação deste do ponto de vista financeiro. Apenas tratou-se de uma concordância às suas concepções, funcionando de forma isolada na gestão pública municipal e aditada com recursos próprios, cujo volume inicial de investimentos para implantação girou em torno de R\$ 23 mil e previsão de custos operacionais mensais em torno de R\$ 1.300,00 (PMS. LIMPURB, 1992a; 1992b) – podem ter sido subdimensionados.

Sendo denominado de *Programa Lixo Útil* (PLU), contemplou ações de coleta seletiva nas modalidades domiciliar (porta a porta) e de entrega voluntária nos chamados PER (Postos de Entrega de Recicláveis) que seriam taticamente implantados na cidade em áreas de concentração de pessoas e fácil acessibilidade física. Dentre seus principais objetivos destacam-se: reduzir custos da coleta de lixo convencional, criar empregos, incentivar a população para adoção de novos hábitos para com o lixo, envolvendo a participação e discussão através de entidades representativas; campanhas educativas; e ainda, melhoria da qualidade de vida.

De acordo com as justificativas deste Programa, a coleta seletiva “surge como alternativa complementar para minimizar algumas das dificuldades de coleta e otimizar o desempenho da frota” (PMS, 1992a, p. 7). Somando a este discurso, teve-se o estabelecimento de quatro critérios para a escolha de áreas prioritárias de atuação do Programa que resultou numa ordem de implantação do PLU:

- i. boa condição de acessibilidade física aos logradouros públicos;
- ii. geração de material reciclável;
- iii. regularização da coleta de lixo; e
- iv. possibilidade de redução dos custos.

Os argumentos mencionados se mostram muito convenientes para reduzir as tensões em torno do sistema público de limpeza urbana que encontrava na coleta dos resíduos sólidos, um de seus maiores problemas. Porém, foram pouco convincentes. A fim de comprovar a pouca influência de alguns destes fatores na seleção de áreas de atuação do Programa, vejam-se alguns aspectos.

As condições viárias e topográficas de Salvador e sua relação com a coleta domiciliar de lixo de Salvador foram estudadas por Guermandi e Moraes (2004), observando três aspectos sobre os logradouros públicos: largura das vias de acesso, declividade destas vias e estado de conservação do pavimento. O estudo concluiu que nenhum desses três aspectos impossibilita a realização da coleta de resíduos sólidos em áreas com renda mensal inferior a cinco salários mínimos. No entanto, estes aspectos, apesar de serem respaldados pelo discurso técnicos como uma justificativa à irregularidade do serviço de coleta de lixo em tais áreas, evidenciam que a regularidade do serviço está relacionada mais à renda da população do que as condições viárias e topográficas.

Quanto ao critério geração de lixo reciclável, convém destacar que a quantidade absoluta do lixo gerado não foi utilizada como referência, mas a composição gravimétrica do lixo, que se caracteriza no “percentual de cada componente em relação ao peso total da amostra de lixo analisada” (MONTEIRO et al., 2001, p. 34). A composição gravimétrica do lixo foi utilizada pela possibilidade de estabelecer diferenças mais significativas entre áreas da cidade do que a quantidade de lixo gerado que poderia estabelecer diferenças mais sutis.

A caracterização dos resíduos sólidos de Salvador considerada pela LIMPURB foi aquela apresentada pelo estudo de 1977 realizado pela CONDER/CEPED, já a caracterização de 1992 apenas foi publicada no segundo semestre do citado ano. Este foi o primeiro trabalho oficial sobre a composição gravimétrica do lixo que teve como referência o trabalho pioneiro defendido pelo Prof. Octávio Luiz Sena em 1973 à cadeira de professor catedrático da Escola Politécnica da UFBA. O estudo foi utilizado pela LIMPURB sem levar em conta as especificações da geração do lixo, segundo a renda (Tabela 1).

Tabela 1 – Composição gravimétrica do lixo de áreas de Salvador, conforme padrão de renda, 1977

COMPONENTE ¹ (%)	PADRÃO DE RENDA			Salvador
	Baixa ²	Média ³	Alta ⁴	
Matéria orgânica	49,8	47,0	52,6	41,1
Papel/papelão	13,9	32,9	24,5	22,6
Plástico	3,4	2,7	3,1	3,4
Vidro	3,1	1,7	1,9	4,2
Metal	2,9	3,2	2,3	2,7

¹ Totaliza a porcentagem com materiais não inclusos como madeira, trapo/couro, areia/terra e outros

² Foi considerado a geração do lixo em Massaranduba

³ Foi considerado a geração do lixo em Brotas

⁴ Foi considerado a geração do lixo na Pituba

Fonte: BAHIA. CONDER. CEPED, 1977

Elaboração: Denise Santos

Levou-se em conta que, estando o componente matéria orgânica caracterizando menos de 50% do lixo da cidade de Salvador, havia quase 60% de lixo seco ou inorgânico. No entanto, menos de 33% deste seriam úteis às ações do *Programa Lixo Útil*, destacando-se a geração de papel e papelão dado à existência de pouca representatividade para a de metal, plástico e vidro. Porém, utilizando-se os dados da caracterização dos resíduos sólidos de algumas áreas da cidade, verifica-se que o padrão de renda média e baixa assumem, respectivamente, os maiores valores de papel/papelão e metal/plástico/vidro da composição gravimétrica. Assim, pode-se interpretar que as áreas com o padrão de renda alta seriam aquelas com menores possibilidades de sofrerem intervenções iniciais do Programa, devido aos menores valores encontrados para a composição gravimétrica.

Indicar como fator técnico a regularidade da coleta de resíduos sólidos foi um critério que restringiu bastante a espacialização do *Programa Lixo Útil*, já que as áreas da cidade assim caracterizadas coincidiram com àquelas ocupadas pelas faixas de renda mais elevadas. Assim, as áreas ocupadas por populações de baixa renda, com infra-estruturas espaciais fragilizadas pelos diferenciados investimentos públicos (sejam eles quantitativos ou qualitativos), foram aquelas com menores possibilidades de serem aderidas ao PLU.

Quanto à minimização dos custos, as propostas foram pouco claras em relação a este aspecto, mas visavam otimizar o desempenho da frota de caminhões coletores compactadores usados na coleta do lixo. O ônus de uma coleta seletiva motorizada representava mensalmente mais de 12% dos custos operacionais que seriam, proporcionalmente, aumentados à medida que se aumentasse o raio de intervenção do Programa (PMS. LIMPURB, 1992b).

O conjunto desses critérios resultou no estabelecimento de uma ordem prioritária de implantação das ações previstas pelo Programa para a cidade de Salvador (Figura 8). Entretanto, dois Núcleos de Limpeza serviram de área-piloto à implantação da coleta seletiva (NL Barra e Pituba), sendo que o último apresentou um desempenho mais apropriado aos objetivos do PLU, motivo pelo qual interessa discorrer sobre ele.

O NL Pituba, segundo dados oficiais da LIMPURB, contava com mais de 78 mil habitantes (valor que pode estar superestimado devido à mudança de dados na base dos setores censitários e zonas de informação ocorridas nos últimos anos)

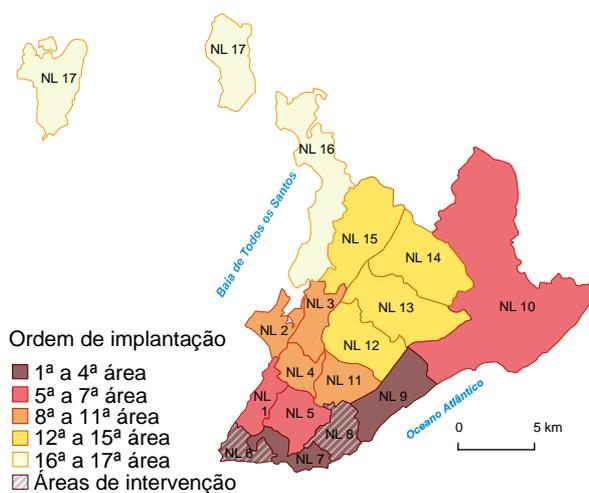
caracterizados, em sua maioria, pela faixa de renda alta. Além disso, era bem servido em termos da coleta de lixo, assim como a maioria das áreas com similar situação socioeconômica.

Nele foi implantado um modelo operacional que delimitou três itinerários para a realização da coleta seletiva, dos quais não se sabe até que ponto foram cumpridos em sua totalidade, apenas que houveram intermitências: Caminho das Árvores (realizado às terças-feiras), Pq. Nossa Sr.^a. da Luz (realizado às quartas-feiras) e Itagira (realizado às quintas-feiras). Cada um dos itinerários foi estabelecido conjugando, pelo menos, dois critérios: prioridade de unidades unifamiliares (o que excluiu a faixa da orla atlântica) e receptividade da população às ações do Programa (Figura 9).

A separação dos resíduos sólidos seria estimulada por meio do que chamaram de trabalho de conscientização que contou com a distribuição de folhetos com o slogan do programa “Não jogue Lixo Útil no lixo” (ver Anexos). De acordo com a Seção de Monitoramento da Gerência Técnica da LIMPURB, responsável pela ação, a idéia do Programa teve uma aceitação expressiva e no trabalho de campo muitas “solicitações foram feitas para atuar em Castelo Branco, Tancredo Neves e Cabula” (PMS. LIMPURB, 1992b, p.3).

Recolhido semanalmente, em dias diferentes da coleta convencional e utilizando-se de caminhões com carroceria com guarnição de três agentes de limpeza em turno matutino, o material recolhido teria como destino a sede da LIMPRUB (Av. Gal. San Martin) onde oito agentes estariam disponíveis para realizar a triagem manual e armazenagem até a venda do reciclável. Estes agentes seriam os próprios funcionários, pois apesar de admitir a existência do trabalho de catadores de lixo na cidade, estes não foram incorporados, apenas se procurava

Figura 8
SALVADOR
HIERARQUIA ESPACIAL DA IMPLANTAÇÃO DO
PROGRAMA LIXO ÚTIL - 1992



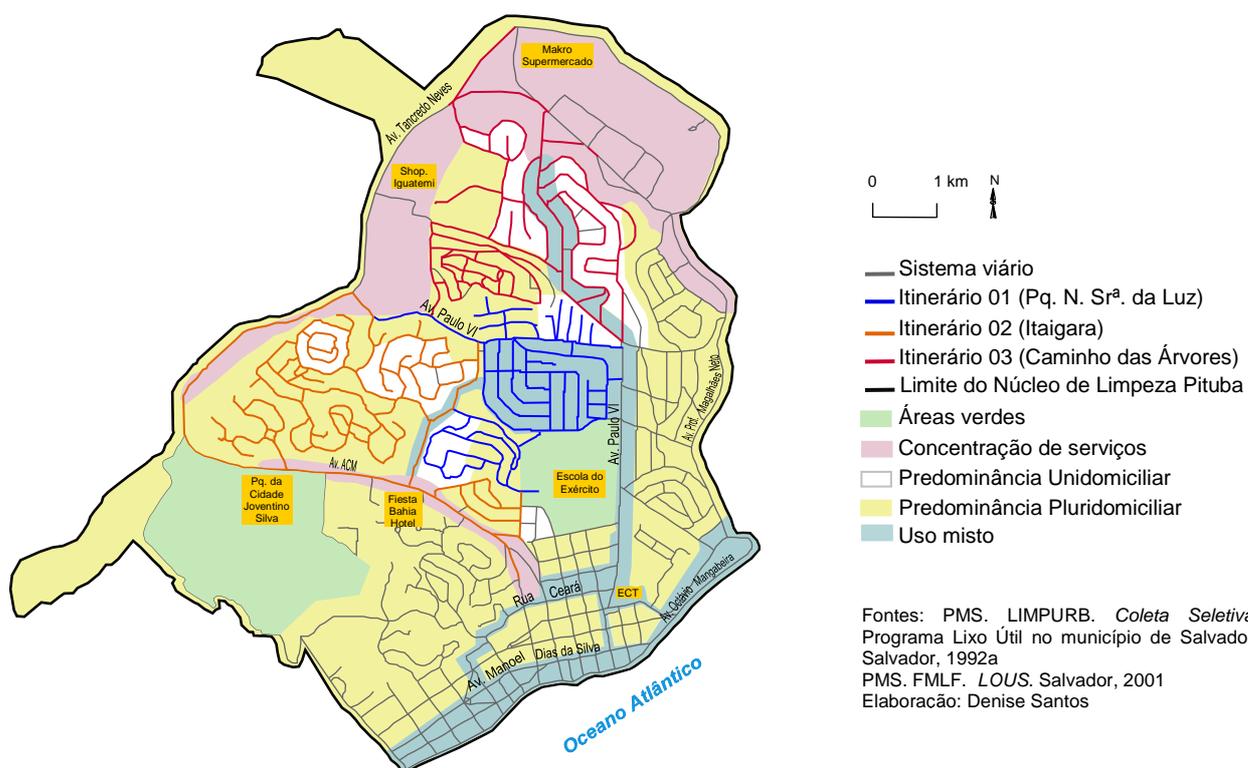
Fonte da base: PMS. LIMPURB. *Núcleos de Limpeza Urbana de Salvador*. Salvador, 1999

Fonte: PMS. LIMPURB. *Coleta Seletiva. Programa Lixo Útil no município de Salvador*. Salvador, 1992a

Elaboração: Denise Santos

“evitar prejuízos sociais” nas atividades de catação e comercialização dos resíduos sólidos (PMS. LIMPURB, 1992a, p. 10). Daí uma questão se coloca: de que modo o Programa poderia alcançar um de seus objetivos, qual seja da geração de novos empregos?

Figura 9
NÚCLEO DE LIMPEZA PITUBA
ITINERÁRIOS DO PROGRAMA LIXO ÚTIL - 1992



Durante quatro anos o *Programa Lixo Útil* atuou timidamente nas áreas-piloto em que se propôs a operar, recolhendo anualmente menos de 0,1% do total de resíduos sólidos gerados na cidade, como pode ser visto na Tabela 2, demonstrando pouca adesão popular. Também pode-se notar, a partir dos dados apresentados, que a coleta de recicláveis alcançou seu ponto máximo em 1994, com 638t, porém discreto em relação aos demais anos. Este

Tabela 2 – Produção anual do Programa Lixo Útil em Salvador, 1992 - 1995

ANO	RECICLÁVEL		TOTAL	
	t	%	t	%
1992	301	0,04	682.085	100
1993	496	0,07	684.791	100
1994	638	0,09	732.693	100
1995	475	0,06	767.718	100

Fonte: PMS. SEPLAM/FMLF, 2000.
Elaboração: Denise Santos

aumento pode ser justificado pela incorporação de outro circuito no itinerário Caminho das Árvores (Ampliação da Cidade da Luz) e de um outro itinerário no Pq. Júlio César. O decréscimo observado em 1995 indicou uma diminuição das atividades de coleta seletiva em Salvador a partir deste período.

Diante do exposto, vê-se que a determinação dos critérios técnicos, responsáveis pela escolha de áreas de atuação do PLU, apenas deixaram soar despreziosamente essas ações de coleta seletiva na cidade, suscitando-se saber porque empreender este Programa se nem mesmo a coleta convencional conseguia atender a toda cidade. É, portanto, na cidade identificada como a “mais suja do Brasil”, num momento de crise do sistema de limpeza urbana, que esta primeira intervenção é experimentada pelo Poder Público Municipal, justificada lucrativa apenas do ponto de vista social e ambiental.

Certamente, o que se desejava não era apenas obter “ganhos ambientais” (PMS. LIMPURB, 1992a, p. 3), mas também contribuir positivamente à aprovação do governo e de seu gerenciamento da cidade, a partir da opinião formada por determinadas classes de renda. Tanto é assim que a pretensão foi priorizar as áreas ocupadas por populações de rendas alta e média, dotando-lhes de um serviço, no qual se apostou na melhoria da imagem da administração municipal quanto ao problema dos resíduos sólidos. Por isso, as áreas ocupadas por populações de baixa renda foram aquelas com menores chances de serem atingidas pelo Programa Lixo Útil, coisa que na prática sequer ocorreu (Figura 8).

Assim, apesar de não indicar a renda da população como critério de implantação do PLU, fica evidente a influência deste aspecto na determinação das áreas contempladas. Ademais, a adesão ao Programa foi condicionada ao nível de escolaridade da população, pois se acreditou que determinadas faixas de escolaridade seriam também adequadas para dar as respostas esperadas pela administração pública municipal de modo que “o crescimento da consciência ecológica, a relação *cidadão versus preservação do meio ambiente* passou a ser valorizada quando foi lançado o Programa Lixo Útil” (BAHIA. SEPLANTEC. CONDER, 1992, p. 178, grifo nosso). O discurso de que “a população de Salvador não tem uma maior consciência dos seus direitos e deveres para como meio ambiente e a saúde pública” (PMS. LIMPURB, 1992a, p. 9) parece não ser válido entre os que foram considerados aptos para participarem da coleta seletiva.

A viabilidade técnica representada pela caracterização do lixo da cidade de Salvador também apresenta aspectos discutíveis. De certo que indicadores como a quantidade de resíduos sólidos coletados ou a possibilidade da coleta se realizar num percurso sejam frequentemente usados para se implantar uma ação de coleta seletiva de lixo e a caracterização gravimétrica do lixo é-lhe, igualmente, apropriada. O que se viu no Programa foi a determinação de áreas de intervenção considerando os padrões de renda mais elevados, enquanto que as rendas mais baixas foram menos favoráveis a uma intervenção dessa natureza.

O próprio Plano Diretor de Limpeza Urbana de Salvador (1992), lançado quatro meses depois, iria mostrar que, guardadas as proporções demográficas e socioeconômicas, dentre os materiais recicláveis a geração de papel/papelão equiparou-se entre as diferentes classes de renda pesquisadas, destacando-se a geração em áreas de padrão de renda baixa que, aliás, obteve maior geração também de metal. A faixa de renda alta apenas supera na geração de vidro, enquanto que o padrão de renda média apenas se destaca na geração de plástico (Tabela 3).

Como se vê neste estudo há certo equilíbrio na composição gravimétrica do lixo segundo as classes de renda no período considerado. As diferenciações registradas parecem não ser fortes o bastante para protelar a inserção das áreas ocupadas por pessoas de baixa renda ao Programa, tanto é assim que as consideradas no estudo de 1992, pertencentes aos NL 3 e 4, apresentaram uma ordem de implantação designada da 8ª à 11ª disposição que nem chegou a ocorrer.

O fato é que o PLU teve pouca visibilidade e impacto no contexto da cidade, além de várias complicações, pois ao implantar uma coleta seletiva motorizada ao invés de reduzir custos, eles foram aumentados. Fragilizando cada vez mais sua atuação, o Programa foi repensado em 1995, criando-se uma nova estratégia de implementação da coleta seletiva em Salvador. Na avaliação de seus idealizadores,

Tabela 3 – Composição gravimétrica do lixo de áreas de Salvador conforme padrão de renda, 1992

COMPONENTE ¹ (%)	PADRÃO DE RENDA			Salvador
	Baixa ²	Média ³	Alta ⁴	
Matéria orgânica	72,1	71,4	76,5	69,6
Papel/papelão	11,6	11,3	11,0	16,5
Plástico	10,7	15,3	6,9	9,7
Vidro	0,8	-	2,2	0,9
Metal	3,5	0,5	1,9	1,7

¹ Totaliza a porcentagem com materiais não inclusos como madeira, trapo/couro, areia/terra e outros

² Foi considerado a geração do lixo no IAPI, Pero Vaz e Pau Miúdo

³ Foi considerado a geração do lixo em Brotas

⁴ Foi considerado a geração do lixo na Barra

Fonte: BAHIA. SEPLANTEC. CONDER, 1992

Elaboração: Denise Santos

o *Programa Lixo Útil* foi implantado com muitas limitações técnicas e financeiras, já que houve a suspensão da verba destinada à sua execução e ampliação. Os Postos de Entrega de Recicláveis, por exemplo, sequer foram instalados e o único que o fora no NL Pituba, disposto no Parque Joventino Silva (Pq. da Cidade), não se prestou a esta função. Justificam que

é uma consumição preparar um programa e suas justificativas quando se está nesta situação. Esta atuação foi muito pontual e ao avaliarmos vimos que os custos eram altos, sobretudo com relação ao combustível. Mas encaramos isso como algo positivo por despertar a sociedade para coleta seletiva do lixo e sua disseminação [...] e por servir de modelo a outras cidades, demonstrando a inviabilidade de uma coleta seletiva de lixo mecanizada do ponto de vista dos investimentos (Informações verbais fornecida em entrevista por Ana Maria Vieira, técnica da Assessoria de Planejamento da LIMPURB, em Salvador, maio de 2005).

Assim, as forças do *Programa Lixo Útil* foram se esgotando justamente num momento em que a situação do sistema de limpeza urbana passava por uma crise, tornando-se estratégia de disputa do poder político-partidário na cidade. Aliás, as condições de prestação deste serviço em Salvador desde o início dos anos 1990, marcada pela precariedade e desestrutura institucional, sucessão de aditivos aos contratos privados, que oneravam a gestão pública, dentre outros agravantes, eram identificadas como um empecilho econômico. Em registro da Câmara Municipal de Salvador, o então Ver. Antonio Robespierre “consultando a maior autoridade em turismo, (referindo-se a Paulo Gaudenzi), assegurou que o que afasta o turismo é a *sujeira* e a violência” (SALVADOR. Ata..., 1991, p. 4, grifo nosso).

Dessa maneira, diante das dificuldades para desenvolver o *Programa Lixo Útil* na cidade, seja pelas limitações técnicas, seja pelas restrições financeiras e do desafio de como engajar a população à prática da separação dos resíduos sólidos, esta primeira tentativa abriu caminhos a estruturação de um sistema de coleta seletiva em Salvador.

3.1.2 Programa Recicla Salvador

Em fins de 1996 vislumbrava-se o final de uma gestão municipal conturbada por disputas e embates partidários. Nas relações administrativas, uma crise de legitimidade do Poder Executivo Municipal foi agravada por greves nos serviços públicos, manifestações e bloqueios de verbas. A escassez de recursos financeiros para gerir a cidade, acabou comprometendo a municipalidade quanto às decisões de alguns de seus problemas. Destacadas, nesse bojo, a qualidade, a eficiência e a eficácia dos serviços de limpeza urbana de Salvador se sustentavam em pés de barro. Descrito em fatos, o caos urbano, assim identificado, foi caracterizado por quase 32 mil casos de dengue, cerca de 420 pontos de entulho distribuídos pela cidade, mais de 155 toneladas de lixo espalhados nas ruas, intensa atividade de catação no lixão de Canabrava, falta de equipamentos, dentre outros problemas segundo informações oficiais (PMS. LIMPURB, 2003).

No plano estadual, demonstrava-se o contexto oposto, sobretudo em relação aos recursos disponibilizados para o andamento do Projeto Metropolitano que conseguiu captar cifras na ordem de US\$ 77 milhões, sendo US\$ 36,6 milhões oriundos do Banco Mundial (BIRD) (ESPINHEIRA; AZEVEDO, 1997). Grande parte destes recursos foi aplicada em limpeza urbana (cerca de US\$ 24 milhões) financiando, entre outras ações, a construção de aterros sanitários em diversos municípios baianos, inclusive o da área central da RMS, e o planejamento de um sistema de coleta seletiva em Salvador, integrado às linhas de ação que visavam transformar Salvador na capital mais limpa do Brasil a fim de garantir o retorno dos investimentos no setor turístico.

É nesse cenário contraditório que um novo plano de concepção e implantação para a coleta seletiva passou a ser desenvolvido a partir de 1996, sendo chamado de *Programa Recicla Salvador* (PRS). Inusitadamente desenvolvido com apoio da Coordenação de Desenvolvimento e Marketing da LIMPURB, sob a orientação da CONDER, o PRS inaugurava um novo sistema buscando deslocar para o setor privado os custos operacionais da coleta seletiva. Estabeleceu entre seus objetivos a intenção de aumentar a vida útil das áreas de destino final, reduzir custos de coleta e tratamento dos resíduos sólidos, despertar o interesse da população em relação à

limpeza da cidade e valorizar a atividade do catador de lixo “elevando a sua qualidade de vida, a sua renda, saúde, dignidade e cidadania” (PMS. LIMPURB, 1997a, p. 5).

Este outro Programa contou com um investimento inicial de cerca de R\$ 570 mil bancado pela parceria Governo do Estado/BIRD, tendo como modelo a implantação de um sistema de coleta de lixo seletivo domiciliar realizado por catadores de lixo. As ações do PRS se iniciam, então, concebendo a formação de uma cooperativa em agosto de 1996 que foi chamada de COOPCICLA – Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem (PMS. LIMPURB, 1997a).

Segundo informações da LIMPURB, fornecido por Ana Maria Vieira,¹⁰ foi realizado um cadastro de catadores que atuavam na cidade interessados em formar um trabalho de cooperativa. Após acontecer um treinamento quanto aos procedimentos de coleta, estoque, beneficiamento e comercialização, baseada na metodologia disponibilizada pelo Compromisso Empresarial para Reciclagem – CEMPRE (associação sem fins lucrativos dedicada à promoção da reciclagem fundada em 1992 por empresas privadas de diversos setores) que consumiu cerca de 2 mil reais dos recursos disponíveis, iniciou-se a primeira fase de implantação do *Programa Recicla Salvador*.

A modalidade adotada foi a coleta domiciliar porta a porta, em que cada cooperado realiza um circuito pré-dimensionado (setor de coleta) no interior de um itinerário. Após realizar o recolhimento do lixo seletivo, utilizando-se de um carrinho com capacidade de 300 kg (Figura 10), cada cooperado se desloca a um contêiner para realizar a descarga, pesagem e triagem primária do material reciclável num deslocamento preferencial (Figura 11).



Figura 10 – Vista lateral do carro de mão projetado para o Programa Recicla Salvador

¹⁰ Técnica da Assessoria de Planejamento da LIMPURB que concedeu entrevista em maio de 2005. É importante evidenciar a centralidade do papel assumido por esta representante nas solicitações de informações e dados oficiais a esta empresa pública aspecto que se expressa, nesta pesquisa, nas suas recorrentes falas que não puderam ser confrontadas com as dos outros interlocutores da mesma empresa.

Cada contêiner, com capacidade de 2,5 t, foi chamado de Posto de Captação (PCA), cujo projeto buscou dar suporte operacional ao modelo adotado (Figura 12). Ao total, 10 postos seriam distribuídos sazonalmente em 24 pontos da cidade. Transportado até o galpão de armazenamento, na Sete Portas (Figura 13), os materiais teriam que passar por uma triagem secundária, antes de serem estocados até a comercialização.

A distribuição espacial dos itinerários de coleta seletiva foi determinada por um conjunto de fatores, a saber:

- i. proximidade do galpão de armazenamento;
- ii. densidade populacional;
- iii. nível de renda;
- iv. nível educacional;
- v. suposta receptividade da população;
- vi. existência de experiências anteriores.

Nota-se que tais fatores pouco coincidem com os critérios adotados pelo *Programa Lixo Útil* para determinar a ocorrência espacial da coleta seletiva em Salvador. Mas que patamar quantitativo-qualitativo de renda ou de educação foi julgado apropriado às intenções do programa? A receptividade da população foi considerada em termos qualitativos ou quantitativos?

A proposta do programa não esclarece como tais fatores seriam empregados, contudo estabeleceu uma distribuição espacial da coleta seletiva na cidade, na qual se observa uma diferenciação em relação à espacialização do *Programa Lixo Útil*.

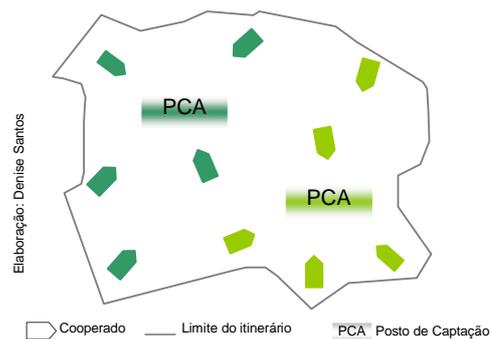


Figura 11 – Esquema do deslocamento preferencial feito pelos cooperados do ponto de coleta (unidade domiciliar) ao ponto de descarga (PCA) no interior do Núcleo de Limpeza



Figura 12 – Vista lateral de um PCA do Programa Recicla Salvador



Figura 13 – Vista parcial do galpão de armazenamento do lixo coletado no Programa Recicla Salvador

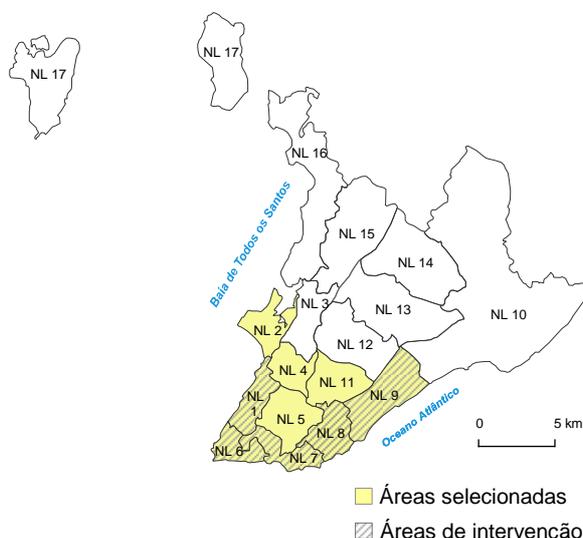
Observando a Figura 14 vê-se que a abrangência espacial pretendida foi mais restrita do que o estabelecido no PLU, atingindo os NL da porção sul da cidade, que agregam áreas de habitação com padrão de renda baixa, média e alta (Figura 15). No entanto, em termos de atuação concreta este Programa, apesar de ter ampliado o atendimento da coleta seletiva na cidade, não interveio em todas estas áreas como se propôs, pois os fatores apenas elegeram “áreas propensas à implantação da coleta” (PMS. LIMPURB, 1997a, p. 16).

É preciso também ressaltar que o fato de um NL ser selecionado para participar do Programa não significa que toda a sua área seja contemplada com o serviço. Apenas três áreas sofreram intervenções, a saber ¹¹:

- Área I: Rio Vermelho (NL 7), Pituba (NL 8) e Boca do Rio (NL 9);
- Área II: Barra (NL 6); e
- Área III: Centro (NL 1);

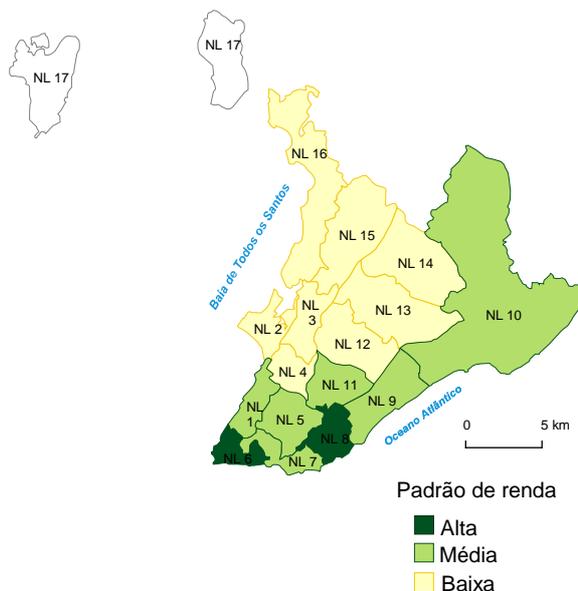
Novamente o NL Pituba participou de uma experiência-piloto de quatro meses, a fim de dar suporte ao modelo operacional (Figura 16) adotado na fase de pré-operação do *Programa Recicla Salvador*, juntamente com outros NL. Os

Figura 14
SALVADOR
ÁREAS CONTEMPLADAS COM O PROGRAMA
RECICLA SALVADOR - 1997



Fonte: PMS. LIMPURB. Núcleos de Limpeza Urbana de Salvador. Salvador, 1999
Fonte: PMS. LIMPURB. *Coleta Seletiva*. Programa Recicla Salvador. Projeto Postos de Captação da Coleta Seletiva de lixo. Salvador, 1997a
Elaboração: Denise Santos

Figura 15
SALVADOR
NÚCLEOS DE LIMPEZA SEGUNDO
PADRÃO DE RENDA - 2003

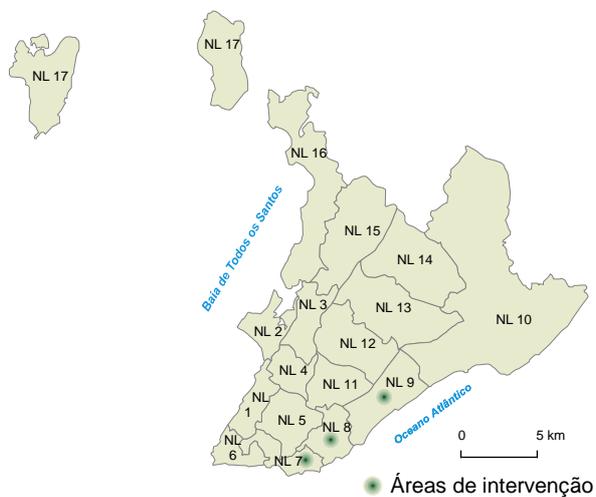


Fonte da base: PMS. LIMPURB. *Núcleos de Limpeza Urbana de Salvador*. Salvador, 1999
Fonte: UFBA. Relatório Técnico da *Caracterização dos Resíduos Sólidos Domiciliares de Salvador*. Salvador, 2003
Elaboração: Denise Santos

¹¹ Uma quarta área foi incorporada em 2000 com a coleta seletiva institucional realizada no CAB (Centro Administrativo da Bahia).

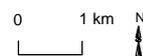
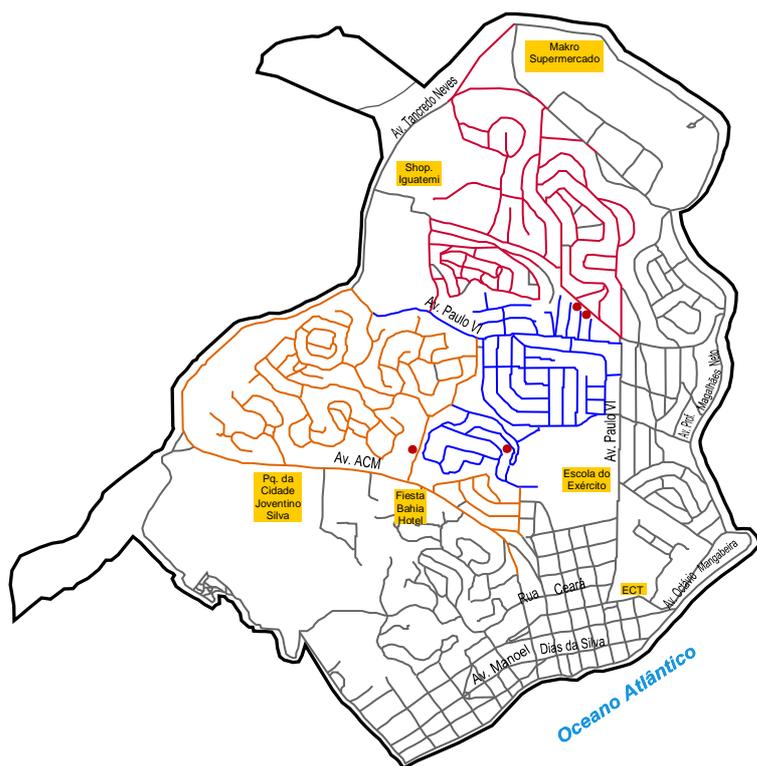
itinerários estabelecidos na experiência do PLU foram mantidos, como se observa na Figura 17, sendo realizada por 10 agentes cooperados.

Figura 16
SALVADOR
EXPERIÊNCIA-PILOTO DO PROGRAMA RECICLA
SALVADOR - 1996



Fonte da base: PMS. LIMPRB, *Núcleos de Limpeza Urbana de Salvador*. Salvador, 1999
 Fonte: PMS. LIMPURB. *Coleta Seletiva*. Programa Recicla Salvador. Projeto Postos de Captação da *Coleta Seletiva de lixo*. Salvador, 1997a
 Elaboração: Denise Santos

Figura 17
NÚCLEO DE LIMPEZA PITUBA
ITINERÁRIOS DO PROGRAMA RECICLA SALVADOR - 1997



- Sistema viário
- Itinerário 01 (Pq. N. Srª. da Luz)
- Itinerário 02 (Itaigara)
- Itinerário 03 (Caminho das Árvores)
- Limite do Núcleo de Limpeza Pituba
- 1 Posto de Captação sazonal

Fontes: PMS. LIMPURB. *Coleta Seletiva*. Programa Lixo Útil no município de Salvador. Salvador, 1992a
 PMS. LIMPURB. *Coleta Seletiva*. Programa Recicla Salvador. Projeto Postos de Captação da *Coleta Seletiva de lixo*. Salvador, 1997a
 Elaboração: Denise Santos

Para balizar a escolha de áreas de atuação do *Programa Recicla Salvador*, contou-se com o primeiro estudo sobre a caracterização do lixo produzido pela LIMPURB, cujos resultados podem ser vistos na Tabela 4. O percentual de papel e papelão é superior em áreas com padrão de renda mais elevada, seguida daquelas cuja renda é baixa, o mesmo ocorrendo com geração de plástico. O percentual de vidro altera essa relação, designando as áreas ocupadas por pessoas com nível de renda baixa como as maiores geradoras. A classe de renda média apenas se destaca em relação às demais na geração de metais.

Tabela 4 – Composição gravimétrica do lixo de Salvador, conforme padrão de renda, 1995

COMPONENTE ¹ (%)	PADRÃO DE RENDA			Salvador
	Baixa	Média	Alta	
Matéria orgânica	57,2	48,0	59,3	54,6
Papel/papelão	11,2	10,5	14,0	13,2
Plástico	9,4	8,9	15,1	4,1
Vidro	18,6	6,1	5,6	8,2
Metal	2,3	3,7	2,2	2,3

¹Totaliza a porcentagem com materiais não incluídos como madeira, trapo/couro e outros
Fonte: PMS. LIMPURB, 1995
Elaboração: Denise Santos

Assim, mais uma vez a coleta seletiva concebida pelo Poder Público concedeu menores chances dessas populações participarem, pois o que interessa é garantir a participação de um determinado público julgado capaz de dar respostas rápidas aos investimentos e substanciar a imagem da cidade pleiteada: a de transformá-la na capital mais limpa do País.

Para assegurar a adesão da população contemplada foram previstos Programas de Educação Ambiental (aparece no plano de implantação como divulgação) baseada na distribuição de cartilhas informativas e campanhas nos meios de comunicação de massa. Para isso, foram disponibilizados R\$ 40 mil para o primeiro ano do *Programa Recicla Salvador*, sendo que quase R\$ 3 mil foram gastos na fase de pré-operação no NL Pituba com a produção de folhetos, cartazes e faixas para uma campanha promocional considerada tímida (PMS. LIMPURB, 1997a, 1997 b).

Durante este período experimental, a produção da coleta seletiva obteve o seguinte desempenho: no primeiro mês da experiência foram recolhidas 64,5 t de lixo reciclável, seguido de 78 t no segundo mês, obtendo-se nos meses subsequentes um decréscimo progressivo atingindo no quarto mês uma variação de quase 17 t em relação ao primeiro mês. Nem mesmo os períodos com possibilidades de maior geração, por conta do aumento do consumo provocado pelos festejos do fim do ano, fizeram alcançar um êxito correspondente (Tabela 5).

Tabela 5 – Produção da coleta seletiva na fase de pré-operação do Programa Recicla Salvador, 1996

RECICLÁVEIS	SET./96		OUT./96		NOV./96		DEZ./96		TOTAL	
	t*	%	t*	%	t*	%	t*	%	t*	%
Papel/ papelão	31,4	48,7	39,3	50,4	30,9	54,3	26,1	54,5	127,7	51,6
Plástico	5,1	7,9	6,1	7,8	5,5	9,7	4,7	9,8	21,4	8,6
Vidro	18,6	28,7	18,5	23,7	12,1	21,3	10,1	21,1	59,3	24,0
Metal	9,5	14,7	14,1	18,1	8,4	14,7	7,0	14,7	39,0	15,8
Total	64,5	100	78,0	100	56,9	100	47,9	100	247,40	100

* Valores aproximados
 Fonte: PMS. LIMPURB, 1997a
 Elaboração: Denise Santos

ambém se pode conferir que a maior quantidade de reciclável gerado foi de papel/papelão seguida de vidro, tendo o plástico o menor quantitativo. É interessante refletir sobre o comportamento deste último reciclável dado que a caracterização dos resíduos sólidos de Salvador de 1995 o revelou como o material mais gerado pela classe de renda alta. É preciso considerar que, geralmente, as pessoas evitam guardar embalagens plásticas, como garrafas PET, por muitos dias, seja pelo volume que fazem, seja porque acabam atraindo vetores, como baratas ou formigas, caso não sejam lavadas. Daí encontrá-las em maior quantidade dispostos à coleta do lixo.

A partir de 1997 deveriam seguir as próximas etapas de implantação do *Programa Recicla Salvador* com a instalação de uma unidade de triagem de resíduos sólidos na área do aterro de Canabrava, denominada *Central de Badameiros* (CENBA). Esta Central foi criada em 1992 como um espaço delimitado e desig à catação do lixo, no intuito de normatizar regular o uso deste espaço (Figuras 18 e 19).

Transferida a operacionalização do programa para a COOPCICLA e CENBA, a LIMPURB ficou encarregada do apoio técnico (planejamento, monitoração, fiscalização), fazendo aí o seu quintal. Mas os resultados não foram satisfatórios, a empreitada exigia mais do que conhecimentos técnicos.



Foto: LIMPURB, 2003

Figura 18 – Galpão da CENBA, Canabrava



Foto: LIMPURB, 2003

O *Programa Recicla Salvador*, no entanto, demonstrava fragilidades. Na sua competência, a LIMPURB contratou o serviço de consultoria da empresa METAPLAM - Planejamento e Tecnologia Ambiental, para realizar em julho de 1998 uma reavaliação do PRS, em sua modalidade coleta porta a porta, a fim de levantar a situação de seu funcionamento, analisá-lo criticamente e proceder recomendações e propostas imediatas baseada numa técnica alemã de planejamento chamada de metaplan¹². Dentre outras metas estabelecidas, a revisão e dimensionamento de parâmetros técnicos para expansão dos itinerários de coleta assim como um programa permanente de marketing foram propostos como estratégia para aumentar a produção que estava abaixo do esperado (60 t/mês). Analisaram que

a baixa produção de materiais aponta para o abandono do programa por parte dos seus antigos adeptos. Esse fato nos parece bastante relevante, pois enfrentamos um certo número de moradores [também chamados de clientes] descrentes do programa. No entanto, devemos considerar que no lançamento do programa atingimos cerca de 5% da população (...). Queremos dizer que 95% dos moradores das áreas onde há o programa não estão decepcionados, pelos simples fato de que nunca aderiram ao programa (PMS. LIMPURB. METAPLAM, 1998, p. 5).

Na visão da empresa era necessário tornar a marca do Programa mais forte e investir intensamente em campanha publicitária. Nas palavras de seu representante, “o ideal seria que a população de Salvador atingisse um grau de consciência ambiental como a dos habitantes de Curitiba” (LIMPURB lança..., 1999, p. 4) afinal Salvador já era considerada a “capital mais limpa do País” desde 1998, um título concedido pelo INMETRO do então Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, por indicação da EMBRATUR, baseando-se em indicadores “inquestionáveis” como a coleta de mais de 90% da geração diária de resíduos sólidos e o aumento do agrado do turista (e não do cidadão) com a limpeza da cidade. Para isso, a LIMPURB propôs um marketing ecológico definindo

parcerias com as diversas instituições objetivando a viabilidade do Programa oferecendo, em contrapartida espaço para publicidade nos equipamentos, fardamento e material gráfico. De fato esse projeto oferece

¹² Denominação registrada pela empresa de consultoria alemã Metaplan GMBH em meados dos 1970 para um conjunto de procedimentos e técnicas que tem sido muito utilizada pelos setores público e privado para promover, segundo seus adeptos, a participação de indivíduos e grupos em situações de conflito. É assim defendido com um instrumento de planejamento dito participativo (CORDIOLI, 2001).

um excelente meio de promoção institucional em função ao grande penetração prevista para o mesmo na cidade de Salvador. O nosso sucesso projetará todos os parceiros a nível nacional e até mesmo internacional, em função da grande preocupação mundial com os problemas ecológicos e sociais de que tratamos (PMS. LIMPURB, 1997b, p. 4).

Por isso, a partir de 1999 deu-se início ao processo chamado de “revitalização” pela mídia escrita (COLETA seletiva..., 1999, p. 12; DANNEMANN, 1999, p. 7) solicitando-se aos moradores contemplados pelo Programa a realização de uma separação simplificada para os materiais recicláveis (ver em Anexos, o material de divulgação distribuído).

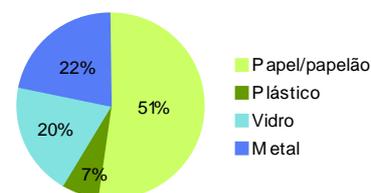
Ao final do mesmo ano o Programa alcançava uma produção de mais de 760 t para os materiais separados na origem, isto é, nas unidades domiciliares, correspondendo a 17,5% do total coletado seletivamente. Já a produção da CENBA representou 82,5% do total. Porém, verificou-se um incremento de 96 t na produção da coleta seletiva porta a porta, embora em termos percentuais tenha se mantido em relação à da quantidade de lixo coletado. Já na CENBA houve um decréscimo de quase 30%, devido também ao início do uso efetivo do Aterro Metropolitano Centro, como se pode ver na Tabela 6.

Os materiais recicláveis coletados na origem (Gráfico 2) revelam aspectos interessantes. A quantidade de metal coletado seletivamente pelo *Programa Recicla Salvador*, por exemplo, foi quase duas vezes e meia maior do que a disponibilidade apontada pelo estudo de composição gravimétrica dos resíduos sólidos para as áreas com padrão de renda alta e média (Tabela 7). Ocorreu o contrário

Tabela 6 – Produção da coleta seletiva do Programa Recicla Salvador, 1998 -1999

ANO	RECICLÁVEL				LIXO COLETADO	
	Origem		Cenba		t	%
	t*	%	t*	%		
1998	665	0,05	5.019	0,39	1.278.126	100
1999	761	0,05	3.584	0,27	1.294.382	100

* Valores aproximados
Fonte: PMS. SEPLAN/FMLF, 2000
Elaboração: Denise Santos



Fonte: PMS. LIMPURB, 1999
Elaboração: Denise Santos

Gráfico 2 – Componentes da coleta seletiva na origem no Programa Recicla Salvador, 1999

com o plástico, cuja quantidade coletada seletivamente foi mais de seis vezes menor do que o indicado pelo citado estudo.

No primeiro caso, se deve levar em conta que uma vez disposto em via pública, o lixo reciclável é vulnerável à coleta de catadores informais que se antecipam à coleta convencional retirando daí materiais com valor comercial como o metal. Já no último caso, são recorrentes às explicações já referidas anteriormente, da qual se somam as possibilidades dos participantes do Programa desconhecerem os tipos de plásticos que são recicláveis.

Tabela 7 – Composição gravimétrica do lixo de Salvador, conforme padrão de renda, 1999

COMPONENTE ¹ (%)	PADRÃO DE RENDA			Salvador
	Baixa*	Média*	Alta*	
Matéria orgânica	52,2	43,7	42,5	46,9
Papel/papelão	14,0	14,4	21,1	16,2
Plástico	16,6	18,0	17,0	17,4
Vidro	2,1	3,1	3,8	2,9
Metal	3,5	3,6	4,0	3,7

¹ Totaliza a porcentagem com materiais não inclusos como madeira, trapo/couro, areia/terra e outros

* Considerar a classificação visualizada na Figura 15

Fonte: PMS. LIMPURB, 1999

Elaboração: Denise Santos

Assim, é na condição de cidade modelo em limpeza urbana do País, discursada como “atrativa para receber projetos turísticos”, como adequada à consolidação de “uma imagem ambiental urbana coerente com seu potencial paisagístico” como “sedutora por sua história, sua limpeza” (PMS, 1999; 2001, p. 13-14; 7) que a coleta seletiva vai ganhando corpo na cidade.

3.1.3 Ampliação do Programa Recicla Salvador

Cerca de um ano e meio depois da reavaliação do *Programa Recicla Salvador* foi proposta a ampliação da coleta seletiva de lixo, tendo por meta melhorar a eficiência e a eficácia das ações do Programa e incentivar a separação dos resíduos sólidos na origem, “contribuindo para maximizar a proteção do meio ambiente e a sadia qualidade de vida da população” (PMS. LIMPURB, 2000, p. 19).

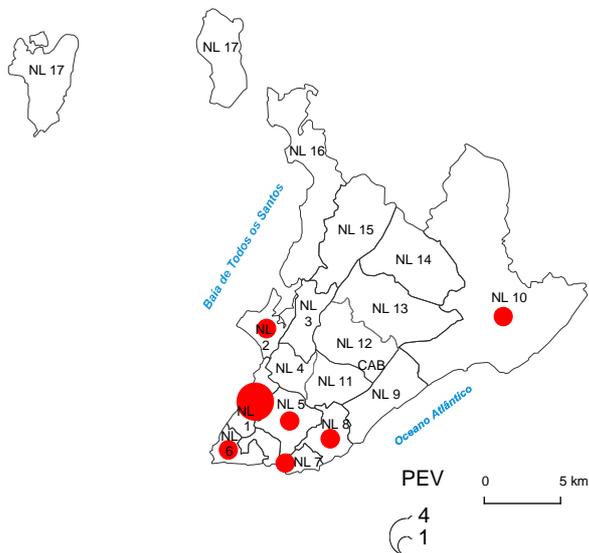
A modalidade proposta, importada de países europeus, foi a instalação de Postos de Entrega Voluntária (PEV) em pontos considerados estratégicos da cidade, visando um maior êxito por oportunizar novos horários, dias e locais para entrega de recicláveis. O PEV é um conjunto formado de 4 contêineres (coleta não simplificada) ou 2 contêineres (coleta semi-simplificada) de cores diferentes instalados em locais públicos e de fácil acesso. Até 2004 foram instalados em Salvador os primeiramente citados, sendo no ano seguinte substituídos paulatinamente pelos segundos.

Inicialmente, 68 locais estratégicos foram selecionados para receber o equipamento, sendo que em 51 destes seriam a cargo da LIMPURB, por meio da Vega Engenharia Ambiental (empresa que presta os serviços de limpeza urbana, na maior parte da cidade, sendo que uma outra empresa do mesmo grupo detém a concessão, por 20 anos, do destino final do lixo de Salvador), 4 seriam de responsabilidade da COOPCICLA (que até o momento não os instalou) e 13 por shoppings e supermercados (PMS. LIMPURB, 2000).

O processo de instalação dos PEV de competência da LIMPURB ocorreu em etapas (Figuras 20 a 23). As duas primeiras tiveram como maiores beneficiados os NL Centro e Pituba por agregarem a maior quantidade de equipamentos instalados. A imprensa escrita local noticiou este sistema de coleta seletiva como “o mais moderno existente no mundo na atualidade” (COLETA..., 2002, p. 3). Já nas três etapas seguintes, houve uma combinação de permanências, relocações, substituições e, sobretudo, redução de cerca de 20% da quantidade de PEV em 2005 (Tabela 8).

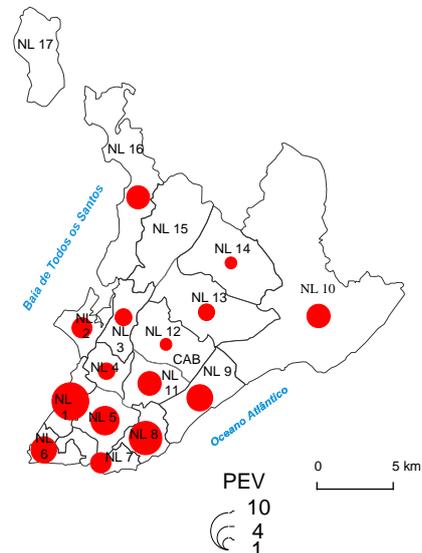
As razões apresentadas para esta redução foi a substituição dos PEV com 4 contêineres (um para cada tipo de material) que não permitem uma coleta simplificada,

Figura 20
SALVADOR
DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS PEV DO
PROGRAMA RECICLA SALVADOR - 2001



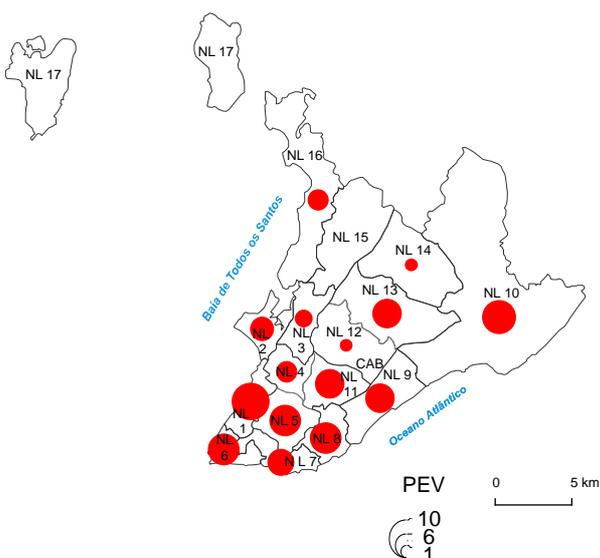
Fonte da base: PMS. LIMPURB. *Núcleos de Limpeza Urbana de Salvador*. Salvador, 1999
Fonte: COLETA seletiva. *Correio da Bahia*, Salvador, 05 jun. 2001. *Aqui Salvador*, p. 4
Elaboração: Denise Santos

Figura 21
SALVADOR
DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS PEV DO
PROGRAMA RECICLA SALVADOR - 2002



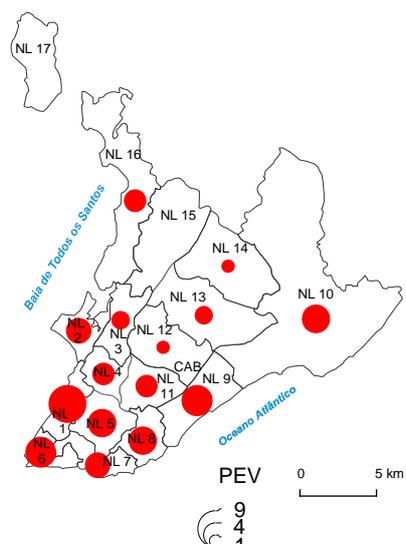
Fonte da base: PMS. LIMPURB. *Núcleos de Limpeza Urbana de Salvador*. Salvador, 1999
Fonte: PMS. LIMPURB. *Coleta Seletiva em Salvador*. Salvador, 2002. 1 panfleto, p&b
Elaboração: Denise Santos

Figura 22
SALVADOR
DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS PEV DO
PROGRAMA RECICLA SALVADOR - 2004



Fonte da base: PMS. LIMPURB. *Núcleos de Limpeza Urbana de Salvador*. Salvador, 1999
Fonte: PMS. LIMPURB. *Postos de Entrega Voluntária. Situação 2004*. Salvador, 2004
Elaboração: Denise Santos

Figura 23
SALVADOR
DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS PEV DO
PROGRAMA RECICLA SALVADOR - 2005



Fonte da base: PMS. LIMPURB. *Núcleos de Limpeza Urbana de Salvador*. Salvador, 1999
Fonte: PMS. LIMPURB. *Postos de Entrega Voluntária. Situação 2005*. Salvador, 2005
Elaboração: Denise Santos

por PEV com 2 contêineres (um para vidros e outros para os demais materiais), no qual é possível realizar uma coleta semi-simplificada que visa facilitar a prática da separação do lixo. Além disso, a diminuição da oferta dos PEV foi justificada pelo ocorrente vandalismo de que são alvo, como pichações, incêndios, saques e outras depreciações como afirmou Ana Maria Vieira, Assessora de Planejamento da LIMPURB. Para o seu presidente da época “os catadores *atacam* os contêineres para a retirada do material antes da passagem dos caminhões” (ANDRADE, M., 2004, p. 8, grifo nosso).

Em relação aos gastos, cada equipamento, considerado de alta tecnologia, foi previsto nos custos contratuais firmado com a VegaEngenharia Ambiental, assim como o transporte do seu conteúdo até a unidade de triagem e armazenamento na Central de Badameiros.

As áreas contempladas pela ampliação do PRS foram aquelas em que se concebeu a combinação de dois critérios, a saber:

- i. existência de uma “sensibilização e interesse da comunidade”, vez que se almejou “aumentar a responsabilidade do cidadão” (PMS. LIMPURB, 2000, p. 48); e
- ii. maior geração de recicláveis, mensurada por meio da composição gravimétrica do lixo.

Buscando uma maior comprovação dos argumentos expostos, questionam-se, primeiramente, quais foram os meios utilizados para captar a sensibilidade e interesse da população na adesão ao programa, vez que a proposta não é clara nesse aspecto, apenas aposta na participação responsável do cidadão para obter êxito. O que se vê na pretensão do Poder Público Municipal é a necessidade de

Tabela 8 – Instalação dos Postos de Entrega Voluntária do PRS, 2001-2005

NL	QUANTIDADE DE PEV POR FASE DE IMPLANTAÇÃO					
	2001	2002	2003	2004	2005	Subtotal
1	4	6	-1	1	-1	9
2	1	2	1	0	0	4
3	0	2	0	0	0	2
4	0	2	1	0	0	3
5	1	5	-1	2	-2	5
6	1	4	1	1	-1	6
7	1	2	0	2	-1	4
8	1	7	-3	2	-2	5
9	0	5	0	1	0	6
10	1	3	2	2	-3	5
11	0	4	0	2	-3	3
12	0	1	1	-1	0	1
13	0	2	0	4	-4	2
14	0	1	0	0	0	1
15	0	0	0	0	0	0
16	0	4	0	-1	0	3
17	0	0	0	0	0	0
Total	10	50	1	15	-17	59

Fontes: PMS. LIMPURB, 2000
PMS. LIMPURB, 2005
Elaboração: Denise Santos

instituir um processo que chama de educativo-participativo pelo simples fato de “promover campanhas educativas através dos meios de comunicações e por contato direto porta-a-porta, por meio de associações e reuniões de condomínio” (PMS. LIMPURB, 2000, p. 72) privando qualquer outra forma participativa.

Em decorrência, se pode cogitar que as áreas da cidade com discreta ou sem intervenção do *Programa Recicla Salvador* (como, por exemplo, o NL Valéria) foram consideradas, no mínimo, desinteressantes, vez que a coleta seletiva realizada na forma de PEV requer uma atitude de voluntariado e consciência ambiental, insistentemente depositada às classes de maiores rendas e nível de escolaridade. E naquelas que se vem intervindo, o contato não parece ser tão direto como dito, já que vem restringindo a participação de grupos (dos quais não se sabe os que foram escolhidos), destituindo individualmente as pessoas que não fazem parte de um grupo social ou que participam de um grupo não formalizado.

Pelo segundo critério, a Tabela 9 mostra que a composição gravimétrica dos resíduos sólidos difere entre os NL e é essa diferença, embora discreta em alguns casos, que dá suporte às decisões do *Programa Recicla Salvador*. Por outro lado, é necessário considerar que esses dados expressam apenas a composição gravimétrica do lixo gerado pelos habitantes e recolhido pela coleta da cidade, segundo amostragem.

Portanto, pode-se ter uma área com menor quantidade de resíduos sólidos gerados, em função da população ser menor, mas que pode apresentar uma composição com uma maior percentagem de reciclável devido o seu poder aquisitivo e hábitos de consumo, entre outros. É o que se nota, por exemplo, entre os núcleos de limpeza da Pituba (NL 8) e o do Subúrbio Ferroviário (NL 16). Embora o primeiro NL tenha uma população menor (cerca de

Tabela 9 – Composição gravimétrica do lixo por Núcleo de Limpeza (NL) de Salvador 1999

NL ¹	COMPOSIÇÃO DO LIXO ² (%)				
	Matéria orgânica	Papel / papelão	Plástico	Metal	Vidro
1	33,7	18,6	16,7	3,8	5,0
2	53,9	13,1	15,6	3,2	2,2
3	49,1	15,2	16,1	2,9	2,5
4	47,9	14,7	15,3	3,1	1,6
5	37,8	16,7	15,9	3,7	1,8
6	36,7	25,0	16,1	3,6	3,2
7	53,2	12,1	16,7	3,5	2,3
8	46,3	18,5	17,5	4,3	4,1
9	54,5	11,1	17,7	3,8	2,2
10	50,3	10,8	22,8	3,1	4,2
11	44,6	21,0	19,4	5,1	2,1
12	60,2	13,2	13,4	1,9	3,1
13	61,3	10,0	14,9	2,7	1,5
14	44,9	13,3	19,6	4,7	2,5
15	53,8	14,8	15,7	3,4	2,6
16	47,9	9,5	20,9	3,6	1,9

¹ Não foram realizados estudos no NL 17

² Totaliza a porcentagem com materiais não inclusos como madeira, trapo/couro, areia/terra e outros

Fonte: PMS. LIMPURB. *Caracterização dos Resíduos sólidos do Município de Salvador*, Salvador, 1999

Elaboração: Denise Santos

77 mil habitantes) do que o segundo (com mais de 260 mil habitantes), conforme dados do IBGE (2003), sua taxa de geração *per capita* é maior, o que pode resultar numa quantidade de resíduos sólidos gerada sem grande diferença daquela do NL 16. No entanto, o NL Pituba apresenta 44,4% de resíduos sólidos potencialmente recicláveis contra 35,9% encontrado no NL 16. A diferença de 8,5% pode indicar que os resíduos sólidos no NL 8, embora em menor quantidade, é mais atrativo para as ações de coleta seletiva.

Entretanto, há NL que apresentaram um maior percentual da sua composição como sendo da fração reciclável e nem por isso acolheram uma quantidade maior de postos de entrega voluntária, como o NL 11 (Cabula). Todavia, é preciso considerar que estes dados disponíveis levam a conclusões nem sempre coerentes, seja pela metodologia utilizada para determinar a composição dos resíduos sólidos, seja pelas alterações nesta composição devido à intensificação do trabalho de catadores na cidade não considerada. Este último aspecto é abordado no estudo mais recente sobre a composição do lixo de Salvador realizado pela parceria UFBA-LIMPURB. De acordo com a coordenadora do estudo, Prof^a. Maria de Fátima da Silva Nunesmaia,

os resultados encontrados da composição dos resíduos de Salvador devem ser ponderados, considerando o crescente contingente de indivíduos que catam o “filé” dos resíduos dispostos em contêiner domiciliares antes da coleta nos bairros de classe alta e média (UFBA, 2003, p. 15).

Na Tabela 10 é possível checar o argumento acima observando que o elemento diferencial é a redução de pouco mais de 17% dos recicláveis na composição do lixo da cidade em relação a 1999, indicando que se está sendo disposto uma menor quantidade de materiais recicláveis para a coleta convencional, embora isso não indique uma eficiência e eficácia do Programa.

Tabela 10 – Composição gravimétrica do lixo de Salvador, conforme padrão de renda, 2003

COMPONENTE ¹ (%)	PADRÃO DE RENDA			Salvador
	Baixa	Média	Alta	
Matéria orgânica	57,0	54,1	51,0	54,1
Papel/papelão	4,0	5,0	7,0	5,3
Plástico	14,0	13,0	12,0	12,8
Vidro	1,0	2,0	3,0	1,9
Metal	1,0	2,0	2,0	1,7

¹ Totaliza a porcentagem com materiais não inclusos como madeira, trapo/couro, areia/terra e outros.
Fonte: UFBA, 2003.
Elaboração: Denise Santos.

Para Nunesmaia (apud ANDRADE, M., 2004) essa variação não pode ser “atribuída a uma maior consciência da classe média, mas no fato de os pobres estarem

buscando a sobrevivência nesse mercado” o que acaba reduzindo os custos com a coleta convencional. Mas a Prefeitura parece não reconhecer isso, já que não oferece, como contrapartida, mais investimentos na organização de cooperativas de catadores,

no intuito de incentivar a segregação de resíduos na origem [...], verifica-se a possibilidade da LIMPURB, em parceria com outras organizações, vir a incentivar a criação de grupos de catadores organizados em cooperativas ou associações, resgatando a dignidade destes trabalhadores que estão marginalizados, dando-lhes condições de trabalho e renda (PMS. LIMPURB, 2000. p. 69, grifo nosso).

Uma das possibilidades de entendimento sobre a distribuição espacial dos PEV na cidade de Salvador estaria relacionada às diferenças de infra-estruturas espaciais, dado que os pontos considerados estratégicos se especializam em forma de praças, largos, parques e ruas com dimensões físicas apropriadas para comportá-los e suportar seu recolhimento por veículo coletor específico. No NL Pituba, todas as unidades dos PEV foram instaladas em vias consideradas com boa acessibilidade física e que permitem a parada de veículos (Figura 24).

Um detalhamento da localização dos PEV dentro dos NL que apresentam uma maior quantidade deste equipamento pode ser verificado na Tabela 11. Nota-se que alguns dos locais onde foram instalados os PEV há também uma maior incidência de circulação turística. Quando se considera o convite que a proposta de ampliação do *Programa Recicla Salvador* faz às indústrias de reciclagem para instalarem postos de entrega voluntária em hotéis e restaurantes, dando como contrapartida espaço publicitário ou descontos no IPTU ou outras formas de contrapartida (PMS. LIMPURB, 2000), é possível encontrar um nexo para a possível relação entre a distribuição espacial dos PEV e os circuitos da atividade turística.

Tabela 11 – Localização de alguns PEV por Núcleo de Limpeza, 2005

NL*	Alguns locais com PEV	Quantidade de PEV
1	Lg. Campo Grande, Lg. Dois de Julho, Lg. Stº Antônio, Mercado Modelo, Dique do Tororó	9
6	Farol da Barra, Shopping Barra, Residência do Governador	6
9	Jardim dos Namorados	6
10	Av. Octávio Mangabeira, Abaeté	5

* A localização dos PEV do NL 8 é apresentada na Figura 24
 Fonte: PMS. LIMPURB, 2005
 Elaboração: Denise Santos

Figura 24
NÚCLEO DE LIMPEZA DA PITUBA
DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS PEV - 2005



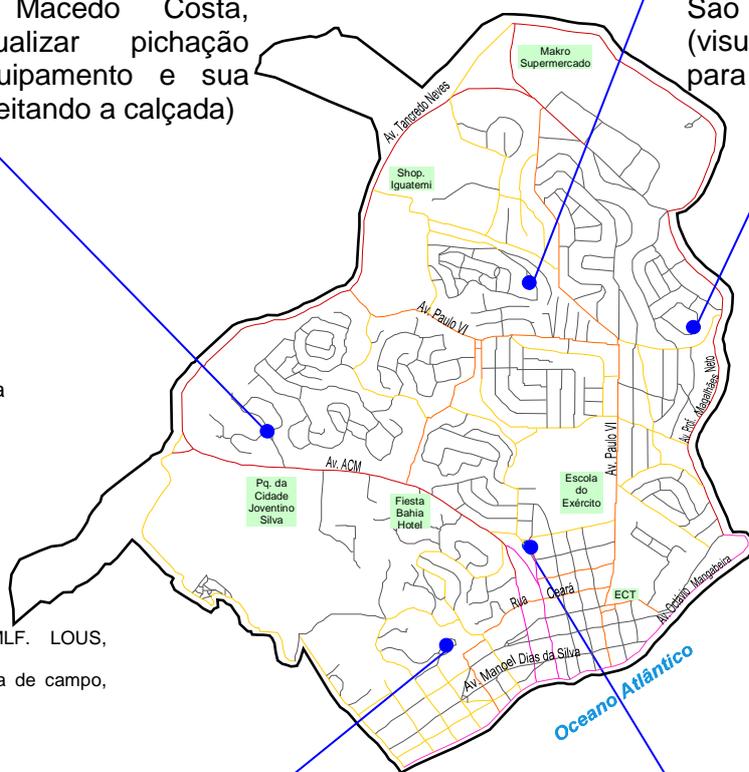
Figura 24.1 – PEV instalado na Rua Reitor Macedo Costa, Itaigara (visualizar pichação lateral do equipamento e sua disposição estreitando a calçada)



Figura 24.2 – PEV instalado na Pç. São Vicente, Caminho das Árvores (visualizar a ausência do container para metal)

- Via arterial I
- Via arterial II
- Via coletora I
- Via coletora II
- Logradouro
- Limite do NL Pituba
- 1PEV

0 1 km N



Fontes da base: PMS. FMLF. LOUS, Salvador, 2001
 Fonte dos dados: Pesquisa de campo, 2005
 Elaboração: Denise Santos



Figura 24.3 – PEV instalado na Rua Magno Valente, Pituba (notar o saco de lixo deixado ao lado)



Figura 24.4 – PEV instalado em frente à Pç. Igaratinga, Loteamento Vela Branca (notar o lixo orgânico deixado ao lado)



Figura 24.5 – PEV instalado na Pç. Vinte e Quatro de Maio, Pituba (verificar a ausência e identificação do contêiner de plástico)

Verificando-se os resultados da produção da coleta seletiva nos últimos cinco anos (Tabela 12) é possível identificar é possível notar uma diminuição dos materiais recicláveis coletados em ambas as modalidades e mesmo uma inversão de posição, pois a CENBA que vinha apresentando uma maior produção cedeu à coleta realizada na origem. Isso não indica que, necessariamente, a última modalidade tenha aumentado substancialmente sua eficácia ou eficiência, já que praticamente não houve ampliação em termos de introdução de outros NL. Nos Núcleos de Limpeza já servidos pelo Programa, a ampliação dos itinerários foi mínima, como se pode ver na Figura 25 que mostra no NL Pituba as vias no sentido da Orla Atlântica agregadas ao Programa. Além disso, a produção da CENBA tem diminuído também devido a redução da quantidade de resíduos destinados ao aterro de Canabrava, com a operação do Aterro Metropolitano Centro.

Tabela 12 – Produção da coleta seletiva de lixo, Salvador, 2000 - 2004

ANO	RECICLÁVEIS COLETADOS						LIXO COLETADO	VARIAÇÃO
	Origem		CENBA		Total			
	t	%	%	%	t	%	t	%
2000	1.744	0,10	3.151	0,20	4.895	0,30	1.671.470	-
2001	1.855	0,13	1.740	0,12	3.595	0,25	1.504.425	- 10,0
2002	-	-	-	-	2.386	0,16	1.455.723	-3,2
2003	-	-	-	-	2.547	0,19	1.359.146	-6,6
2004	1.725	0,14	1.044	0,08	2.769	0,22	1.252.262	-7,9

Fonte: PMS. LIMPURB, 2000-2004
Elaboração: Denise Santos

A partir dos dados da Tabela 12 é possível verificar também uma redução na quantidade de lixo coletado. Então, como explicar essa diminuição de mais de 25% no período de 2000 a 2004? No bojo das justificativas apresentadas pela LIMPURB estão a redução na geração do lixo urbano (9,4% no período) e do entulho (que sofreu a redução mais significativa no período, 40,4%), como se pode ver na Tabela 13.

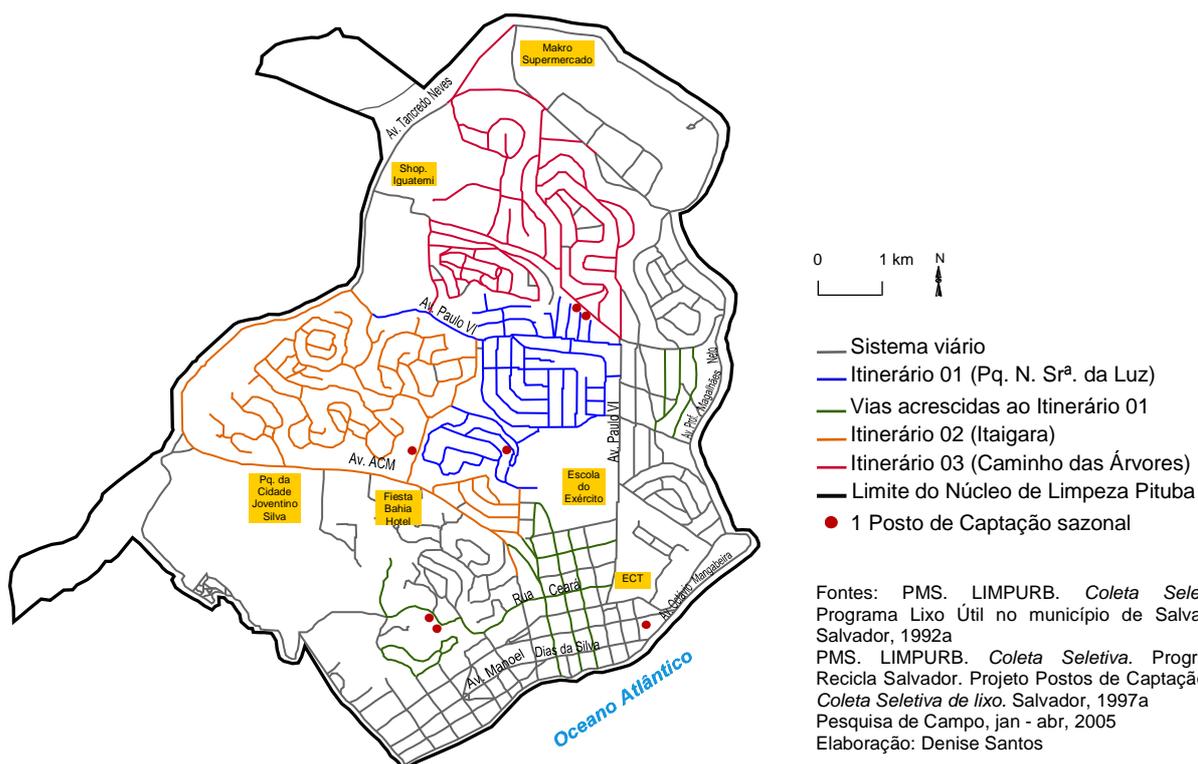
Tabela 13 – Coleta diferenciada dos Resíduos Sólidos, Salvador, 2000 - 2004

TIPO DE RESÍDUO	LIXO COLETADO (t)					VARIAÇÃO (%)
	2000	2001	2002	2003	2004	
Urbano	774.395	767.361	751.371	691.529	701.480	-9,4
Entulho	832.007	682.741	655.569	610.998	495.747	-40,4
Vegetal	54.570	44.860	40.123	48.501	47.046	-13,8
RSS	10.498	9.463	8.660	8.118	7.989	-23,9
Total	1.671.470	1.504.425	1.455.723	1.359.146	1.252.262	-25,1

[†] Envolve o lixo domiciliar, comercial e público
Fonte: PMS. LIMPURB, 2000-2004
Elaboração: Denise Santos

Assim, seria o decréscimo da geração de entulho o maior responsável pela queda da quantidade de lixo gerado no período de 2000 a 2004. Entretanto, o discurso oficial do Governo Federal, sustenta que o poder de compra dos trabalhadores tem aumentado desde 2003, elevando o nível de consumo no País. Uma das conseqüências desse processo se verifica no aumento do descarte, que pode ser notado no período de 2003 a 2004 para os resíduos urbanos, mas não em relação ao entulho, que poderia ser esperado. Vale salientar que o assunto merece maiores investigações (que não são abarcadas nesta pesquisa) procurando dar conta destes e outros aspectos como um possível aumento do rigor na medição do lixo coletado nos últimos anos, bem como uma análise sobre alterações provocadas na composição gravimétrica do lixo. O que ficou latente é que não se pode creditar às ações do PRS essa diminuição, pois quando se contrapõe a variação da quantidade coletada de lixo com o total de recicláveis coletados, vê-se que a produção da coleta seletiva é ínfima.

Figura 25
NÚCLEO DE LIMPEZA PITUBA
ITINERÁRIOS DO PROGRAMA RECICLA SALVADOR - 2005



Diante de tais considerações, eleger a quantidade de recicláveis gerados por uma população como fator isolado para a seleção de pontos receptores dos equipamentos de entrega voluntária traz algumas conseqüências: além de acabar reduzindo a escolha a uma estratégia de interesse mercadológico, limita e mesmo exclui as possibilidades de participação e serve também a um discurso que procura justificar tecnicamente a distribuição desigual de investimentos públicos e privados. Os resíduos sólidos gerados no NL Centro não apresentam em sua composição uma fração de recicláveis maior do que os gerados no NL Brotas, no entanto possui uma maior quantidade de PEV pela atratividade que exerce. O NL Valéria, que apresenta na composição dos resíduos sólidos a fração de recicláveis maior do que o NL Boca do Rio, não apresenta sequer um único PEV.

A LIMPURB tenta rebater a argumentação afirmando que há também intervenção de coleta seletiva realizada pelo Poder Público Municipal em áreas de classe de baixa renda por meio do *Programa Agentes Voluntários de Limpeza* (PAV) criado em 2001 para “promover a renda mínima através da coleta seletiva e comercialização dos materiais recicláveis, bem como, a otimização da limpeza urbana nas *áreas de difícil acesso ao veículo coletor*” (PMS. LIMPURB, 2004, p. 24, grifo nosso). Atualmente atende as seguintes áreas (Figura 26), cuja evolução de implantação pode ser acompanhada na Tabela 14:

- Calabar;
- Fazenda Grande do Retiro;
- Alto das Pombas;
- Marotinho;
- Paripe;
- Pernambucoés;
- Baixa do Cacau;
- Bariri;
- Barriquinha da Capelinha;
- Mata Escura;
- Nova Divinéia;
- Dom Lucas;
- Nova Brasília;
- Baixa Fria;
- Tancredo Neves;
- Av. Peixes;
- Rocinhas do IAPI;
- Pirajá Velho;
- Calabetão;
- Vila Paraíso
- Nova Sussuarana;
- Saramandaia;
- Rua do Céu;
- Vila São Cosme;
- Pau Miúdo;
- Subúrbio Ferroviário;
- Luiz Anselmo; e
- Jaguaribe II.

Aliás, na área do Bariri, no Engenho Velho de Brotas, foi inaugurada em dezembro de 2004 uma outra unidade da COOPCICLA, em parceria com a Vega Engenharia Ambiental como componente da assinatura do Termo de Continuidade do Protocolo de Intenções entre o município de Salvador e a Conestoga-Rovers e Associates, uma empresa canadense que disponibilizou em torno de US\$ 6 milhões em *royalties* gerados com os créditos de carbono que tem sido gastos, em grande medida, na implantação de uma usina de exploração de biogás no Aterro de Canabrava (PMS. LIMPURB, 2004).

Apesar de não tê-lo como objeto desta pesquisa e a oportunidade de melhor dissecá-lo, o PAV representa, em princípio, um aspecto positivo seja no aspecto da gestão dos resíduos sólidos urbanos, diminuindo o risco provocado pelo acúmulo dos mesmos (vetores de doenças, enchentes, apenas para citar alguns), seja na promoção da coleta seletiva. Todavia, analisado em termos de investimentos diretos para a realização da coleta seletiva em áreas de habitação popular como se propõe, vê-se uma diferença quantitativa gritante em relação ao injetado no *Programa Recicla Salvador*.

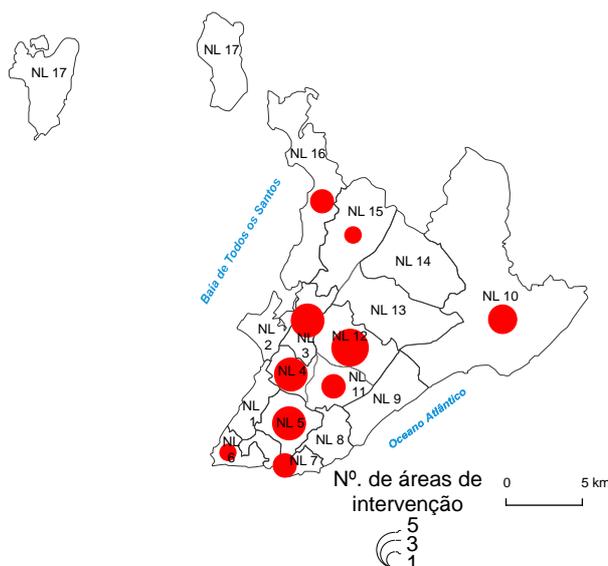
Os custos do PAV são cobertos pela parceria das empresas terceirizadas que realizam a coleta de lixo em Salvador (Vega Engenharia Ambiental e JG) e o Governo do Estado, onde cada agente voluntário recebe um tíquete alimentação da Cesta do Povo no valor de R\$ 200,00/mês, além de agregá-lo ao

Tabela 14 – Evolução da implantação do PAV, 2001-2004

ANO	AGENTES VOLUNTÁRIOS	QUANTIDADE DE ÁREAS IMPLANTADAS
2001	75	10
2002	46	08
2003	06	01
2004	60	09
Total	187	28

Fonte: PMS. LIMPURB, 2004
Elaboração: Denise Santos

Figura 26
SALVADOR
DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO PROGRAMA DE AGENTES VOLUNTÁRIOS – 2004



Fonte da base: PMS. LIMPURB. *Núcleos de Limpeza Urbana de Salvador*. Salvador, 1999.
Fonte: PMS. LIMPURB. *Relatório de Atividades*. Salvador, 2004.
Elaboração: Denise Santos

obtido com a comercialização autônoma do material reciclável separado (PMS. LIMPURB, 2004).

Além disso, o PAV mostra claramente que o objetivo é minimizar um problema recorrente às administrações públicas-privadas de limpeza urbana de Salvador, quanto às diferenças quali-quantitativas no atendimento dos serviços de coleta de resíduos sólidos, renegando tal atendimento às classes de menor padrão de renda. As justificativas apresentadas são de ordem técnica insustentáveis, como citado no trabalho de Guermandi e Moraes (2004).

Portanto, não se vê uma pretensão de transformar a realidade social destas áreas, sugerindo um discurso que além de ideológico é simbólico, já que deposita na ação da coleta seletiva em áreas de habitação popular um papel atenuador de um dos conflitos sociais e, ao mesmo tempo, um oxigênio às estratégias de marketing empresarial e institucional, afinal foi uma iniciativa premiada com o Bahia Ambiental 2004 (trata-se de um prêmio concedido pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia às melhores idéias e iniciativas que contribuem para a melhoria da qualidade de vida e conservação do meio ambiente desde 2003). Estas foram as formas encontradas pelos Poderes Públicos (municipal e estadual) para promover um sistema formal de coleta seletiva de lixo na cidade, no qual a população de Salvador é considerada o “principal cliente” (PMS. LIMPURB. 2004, p. 27).

3.2 UM BALANÇO DAS INTERVENÇÕES DO SISTEMA FORMAL DE COLETA SELETIVA DE LIXO EM SALVADOR

Atestado como indicativo de aumento da qualidade de vida dos cidadãos, o *Programa Recicla Salvador* espacializa-se na cidade onde tudo parece ser apenas uma questão de decisão técnica. Não é mera coincidência ter uma distribuição mais intensa de equipamentos e investimentos em áreas onde o poder aquisitivo ou a atratividade turística falam mais alto. É nesse bojo que transcorrerá, inicialmente, uma visão sintética das intervenções realizadas em nome dos programas de coleta seletiva de lixo que se complementa as argumentações já tecidas ao longo deste capítulo. O quadro que se segue demonstra uma tentativa nesse sentido.

ELEMENTO	PROGRAMA LIXO ÚTIL	PROGRAMA RECICLA SALVADOR	AMPLIAÇÃO DO PROGRAMA RECICLA SALVADOR
Uso da variável composição dos resíduos sólidos	Uso desatualizado, sendo considerado o perfil da cidade não se valendo das especificidades da geração dos resíduos por classes de renda	Uso secundário para traçar parâmetros técnicos operacionais e não à mediação da escolha de áreas de intervenção	Uso basilar, mas as especificidades foram consideradas restritivamente colaborando à exclusão de áreas de intervenção
Vias de participação da população	Entidades representativas	Não indicado	Grupos formais, associações e Administrações Regionais
Meios do processo educativo/divulgador	Meios de comunicação de massa e folhetos explicativos	Meios de comunicação de massa, folhetos/cartilhas explicativas e palestras	Meios de comunicação de massa, folhetos explicativos e palestras
Incorporação de catadores de lixo	Não foram considerados	Considerados parcialmente como fator positivo (COOPCICLA / CENBA)	Considerados parcialmente como fator negativo (PEV)
Tipo de coleta seletiva estimulada	Simplificada	Não simplificada	Não simplificada / semi-simplificada
Agentes financiadores	PMS	Governo da Bahia BIRD	Vega Engenharia Ambiental Conestoga-Rovers e Associates

Fonte: Proposições dos Programas Lixo Útil, e Recicla Salvador, 1992a, 1997a, 2000.
Elaboração: Denise Santos.

Quadro 2 – Síntese das intervenções da coleta seletiva formal em Salvador

Frente às informações apresentadas é possível tecer uma avaliação sobre as atuações públicas na constituição de um sistema formal de coleta seletiva de lixo. Entretanto, preferiu-se, neste momento, concedê-la a alguns dos agentes designados à participação no processo de implantação dos respectivos programas, passando-os de meros figurantes a coadjuvantes. Indagados sobre o conhecimento das intervenções públicas de coleta seletiva afirmaram:

Não tive conhecimento oficial do trabalho que é desenvolvido pela PMS sobre esse assunto. Somente sei que existem contêineres para o recolhimento deste lixo e que existe uma cooperativa de catadores, porque alguns representantes de associações se queixaram que eles estavam sujando as ruas e que a coleta de lixo deveria ser num horário mais cedo do que acontece. Foi aí que fui verificar quem cuidava desta questão na LIMPURB (Davidson Neves, Administrador da Administração Regional Pituba há dois anos, em entrevista concedida em 28/03/2005).

Eu desconheço, em 12 anos de atuação à frente da Associação, um momento em que a Prefeitura nos convidou para participar deste Programa ou de algum projeto dessa natureza. O que vejo é uma atuação incipiente que se iniciou na gestão de Lídice da Mata, onde um catador passava com um carrinho anunciando a coleta seletiva. Depois disso, acho que a coleta seletiva morreu, mas certamente não foi por falta de material de divulgação porque recentemente entramos em contato com a LIMPURB e o solicitamos. Ela ofereceu uma quantidade enorme de um panfleto sobre a coleta seletiva de lixo e nós colocamos nas caixas de correspondência dos moradores (Edna Formiga, Ex-presidente da Associação de Moradores do Parque Julio César em entrevista concedida em 30/03/2005).

Em meados dos anos 90 fui informado sobre o dito projeto de coleta seletiva de lixo que seria implantado aqui na Pituba. Foi distribuído um material que indicava a realização desta coleta por uma cooperativa que passaria na porta das residências coletando os materiais. Eu reporteí através de um comunicado aos moradores, uma espécie de panfletagem, solicitando a separação dos materiais para a reciclagem. Mas se a comunidade não demonstrou uma repercussão que esperavam isso indica que ela pouco se interessa pela questão da coleta seletiva de lixo, porque é algo secundário (Dieter Sigfried, Presidente da Associação de Moradores da Colina do Itaigara em entrevista concedida em 06/04/2005).

Não reconhecemos nenhum programa de coleta seletiva de lixo, reconhecemos apenas uma ação da Prefeitura de tentar implantar uma coleta seletiva através de catadores. Não existe qualquer convocação por parte do Poder Municipal na condição de gerenciador do citado Programa (Ivan Fernandes, Presidente da Associação de Moradores do Parque Nossa Senhora da Luz em entrevista concedida em 19/04/2005).

Sobre o processo participativo e adesão popular aos programas ponderam:

Para ser sincero e sem querer ser preconceituoso, as pessoas daqui não estão preocupadas com essa questão da coleta seletiva. É a cultura deles e eu não os recrimino por isso. Eles não se importam com nada disso, nem mesmo utilizam um espaço que é deles, a AR, para alcançar suas reivindicações. Eles têm outros caminhos para alcançá-las porque são pessoas bem relacionadas. Somente quando não podem resolver aquele problema nos acionam (Davidson Neves, Administrador da Administração Regional Pituba há dois anos, em entrevista concedida em 28/03/2005).

Não tenho muito contato com os moradores para lhe dizer como eles vêm participando, mas acredito que a comunidade vem contribuindo porque se isso não fosse verdadeiro, os catadores da cooperativa não se dariam ao trabalho de subir este morro se não fosse para pegar os materiais separados pelos moradores. Então, a participação parece ser satisfatória, porém notei ultimamente que o pessoal coloca o lixo não reciclável com o lixo reciclável e perguntei isso a um catador da cooperativa. Ele me disse que mais ou menos 50% do que é disposto para a coleta seletiva não é lixo reciclável. Não sei se isso está ocorrendo por falta de orientação, mas acho que a ação é tão clara! Às vezes os empregados é que fazem isso e aí... (Dieter Sigfried, Presidente da Associação de Moradores da Colina do Itaigara em entrevista concedida em 06/04/2005).

A participação tem sido satisfatória, positiva, as pessoas têm colaborado e, inclusive, este tipo de coleta gera certa ansiedade porque as pessoas ficam aguardando as quintas-feiras chegarem. Mas o processo de divulgação, na verdade, não vem ocorrendo através da atuação da Prefeitura. Até que apareceu um folheto divulgando a coleta seletiva, mas não sei como foi esse processo. Aliás, eu não sei como as pessoas separaram o lixo, se elas simplesmente pegam um monte de coisas e enfiam no PEV e vai embora como se não houvesse algo a mais nisso tudo (Ivan Fernandes, Presidente da Associação de Moradores do Parque Nossa Senhora da Luz em entrevista concedida em 19/04/2005).

Diante destas explicações vê-se que os processos de divulgação e participação foram colocados em cheque. A LIMPURB resguarda-se dizendo que

Houve uma tentativa de aproximação que não deu certo nem com as associações, representações ou mesmo com a própria Administração Regional da Pituba que há muito não funciona, pois são apenas pessoas figurativas que estão lá impedindo qualquer forma de tentativa dessa natureza. Muitas vezes somos procurados apenas no sentido de alguma cobrança, na hora das parcerias é muito difícil estabelecermos alguma ação (Ana Maria Vieira, Técnica em Planejamento da Assessoria de Planejamento da LIMPURB em entrevista concedida em 03/05/2005).

Tem-se aqui a instauração de um conflito no próprio corpo administrativo municipal e nas relações com as entidades representativas ou grupos formalizados. No entanto, as críticas tecidas sobre as intervenções decorrem muito mais da forma como foram realizadas não se questionando a validade das ações. Por isso, expressam uma avaliação sobre as intervenções do PRS:

Como eu não o conheço na devida profundidade, apenas posso dizer que seria ideal ter uma metodologia que primasse em trabalhar nos bairros periféricos, nos bairros onde os catadores moram, o bairro deles. Somente depois de atuar nestes bairros é que os daqui deveriam ser atendidos com o serviço de coleta seletiva. Se a PMS acredita no oposto, isto é, primeiro implantar o serviço aqui e depois lá, ela está na contramão (Davidson Neves, Administrador da Administração Regional Pituba há dois anos, em entrevista concedida em 28/03/2005).

Com alguns amigos fundamos um grupo interessado em apoiar as iniciativas de coleta seletiva de lixo realizadas aqui no Parque Júlio César por catadores de lixo e fomos buscar uma âncora na LIMPURB. Perguntamos quem era responsável por este serviço e até que localizamos esta pessoa que por telefone avaliou a nossa idéia dizendo: "Olha, esse seu projeto não vai dar certo porque nós já temos um trabalho aí na Pituba e vocês vão atrapalhar o trabalho de várias famílias que já vivem dessa atividade com o apoio da Prefeitura". Me senti decepcionada com uma resposta desse tipo de um órgão que deveria está nos apoiando. Não consigo compreender essa forma de atuação da Prefeitura sem nenhuma sustentação, falta-lhe um projeto mais estruturado e, se é que realmente existe a coleta seletiva na Pituba, ela ocorre centralizada e de forma indiscriminada (Edna Formiga, Ex-presidente da Associação de Moradores do Parque Julio César em entrevista concedida em 30/03/2005).

Na ótica do projeto, acredito que o objetivo era diminuir o lixo para ser recolhido pela Prefeitura, copiando-se de outros Estados que já estavam fazendo a coleta seletiva. Dizer que esse serviço seja eficiente e eficaz, depende. Teve uma ocasião que juntei uma grande quantidade de lixo reciclável durante o período de Carnaval e os catadores não vieram. Aí eu liguei para a Cooperativa e me disseram: Ah! Estávamos atendendo ao Carnaval! Então essas coisas fazem a gente rever o que seja eficaz ou eficiente enquanto serviço público. Por outro lado, na semana passada em que também me desfiz de uma grande quantidade de papel, o catador estava aí debaixo de toda a chuva que caía empurrando o carrinho dele. O Programa foi montado, mas não vem sendo acompanhado e pelo que vejo, parece ser um mercado que está crescendo porque a cada dia vêm novas cooperativas. Aqui ninguém iria gastar tempo e recurso para entrar numa atividade que não desse retorno esperado (Dieter Sigfried, Presidente da Associação de Moradores da Colina do Itaigara em entrevista concedida em 06/04/2005).

Não sei dizer nada sobre a coleta porta a porta, mas aqui na Pc. Alfred Nobel tinha um container (PEV) e deixou de ter não sei por quê. Isso foi uma involução porque ele servia para descartar os materiais que não poderíamos guardar por uma semana, como as garrafas PET. Esse recurso funcionava e sem nenhum tipo de consulta foi retirado sem sequer opinarmos (Ivan Fernandes, Presidente da Associação de Moradores do Parque Nossa Senhora da Luz em entrevista concedida em 19/04/2005).

A própria LIMPURB admite que a coleta seletiva de lixo em Salvador

tem uma participação muito frágil. Se pudesse avaliá-la quantitativamente entre 1 e 10 eu diria que a nota é 3 e veja porque. Todas as nossas ações foram pontuais e não foram continuadas, nem vieram seguidas de um acompanhamento. A estrutura dos projetos de coleta seletiva é muito horizontalizada, na verdade o único recurso mais significativo empregado foi através do Projeto Metropolitano por meio da CONDER, mas foi ela quem decidiu sobre as ações do projeto e como os recursos seriam utilizados. Então, nunca tivemos uma autonomia de recursos significativos para investirmos na coleta seletiva de Salvador (Ana Maria Vieira, Técnica em Planejamento da Assessoria de Planejamento da LIMPURB em entrevista concedida em 03/05/2005).

A revelação não surpreende afinal, o *Programa Recicla Salvador* concilia-se aos objetivos do Projeto Metropolitano de infra-estruturar e reestruturar pontos da cidade visando à promoção do vetor turístico. O que impressiona é a debilidade e subordinação das ações municipais ao controle do Estado, deixando claro que existe algo muito mais abrangente ideologicamente: a coleta seletiva é posta como componente estratégico de uma política governamental que deseja, a todo custo, “construir e/ou modificar a imagem que a cidade tem de si mesma e a que dela se tem no exterior” como modelizou Borja (1994, p. 114) em seu planejamento estratégico adotado por Salvador, caricaturalmente ao de Barcelona, como indicam seus críticos.

Em decorrência, exprimiram perspectivas que têm sobre a continuidade e expansão do *Programa Recicla Salvador*. Convergem opiniões distintas que identificam problemas e indicam pistas à sua administração/resolução e dimensionam benefícios da implantação de uma coleta seletiva formal.

Se em mais de dez anos muito pouco mudou, acredito que esta forma de implantação e gestão da coleta seletiva de lixo está no sentido oposto que deveria ocorrer. Tanto a coleta porta a porta, quanto a gestão dos PEV estão fora de sintonia. Lá no Parque Júlio César, decidimos que não queremos nenhum PEV porque a Prefeitura demora muito de recolher o lixo atraindo, assim, muitas baratas e ratos. Acho que tudo isso é apenas mídia (Edna Formiga, Ex-presidente da Associação de Moradores do Parque Júlio César em entrevista concedida em 30/03/2005).

Sei que a coleta seletiva precisa melhorar, só não sei dizer como ou no que melhorar. Talvez seja melhorando os equipamentos de trabalho dos catadores. Também identifiquei os contêineres aqui (referindo-se aos PEV) e isso não foi divulgado (Dieter Sigfried, Presidente da Associação de Moradores da Colina do Itaigara em entrevista concedida em 06/04/2005).

Espera-se uma divulgação, estimulação e abrangência da coleta seletiva a partir do Poder Municipal que deve ter um papel mais efetivo e catalisador deste processo, já que o lixo está em qualquer classe, seja pobre ou rica. O que se está fazendo é atuar em áreas de poder aquisitivo maior e isso

acaba atraindo os catadores. Mesmo com as diferenças, acredito que a Prefeitura poderia fazer uma coleta seletiva para toda a cidade, trabalhar com alguma unicidade e, ao mesmo tempo, ter uma atuação distinta em cada parte da cidade conforme suas características. Isso não significa que em qualquer situação isso poderá ocorrer, porque não dá certo administrar por diferenças. Também poderia ser verificada a possibilidade de se ter uma frequência maior da coleta seletiva porque há um acúmulo muito grande de lixo reciclável durante os fins de semana. Sei que em tudo se deve ter o interesse em fazer, pois a comodidade é algo que está mais fácil do alcance, é mais fácil jogar no lixo e haver uma seletividade dele no aterro, por exemplo, do que as pessoas separarem em casa e aguardarem essa coleta seletiva passar na sua rua. Estas coisas que envolvem o lixo não são percebidas tão depressa quanto se pensa (Ivan Fernandes, Presidente da Associação de Moradores do Parque Nossa Senhora da Luz em entrevista concedida em 19/04/2005).

As considerações qualitativas manifestadas neste ensaio dos diferentes agentes sociais deixam claro que tanto a decisão, quanto a implantação e gestão das ações de coleta seletiva de lixo foram e tem sido verticalizadas, deixando patente que a concepção de um processo dito participativo está submetida a uma lógica similar de um explicitamente não participativo. Elas ainda revelam algo que superficialmente pode ser considerado incoerente: se o que se anseia é afastar os catadores do espaço da Pituba, no momento em que os Poderes Públicos Municipal e Estadual formalizam a coleta seletiva neste espaço, acaba os atraindo cada vez mais.

O que se vê é uma prioridade em implantar a coleta seletiva para áreas com nível de renda mais elevada, a fim de atingir as classes de maior nível de escolaridade e utilizá-las favoravelmente a uma imagem que se quer publicizar de Salvador como “a cidade mais limpa do País”. Há um esforço de se negar isso ou mesmo escamotear, apenas como uma estratégia argumentativa para ratificá-la, como se pode acompanhar doravante:

Acredito que estes dois aspectos não têm relação um com o outro, pois este título é independente das ações de coleta seletiva de lixo na cidade, embora possa até guardar alguma relação em segundo momento. Primeiro porque as pessoas reconhecem se a cidade está realmente limpa e somente depois podem lançar um olhar se esta limpeza se destaca em relação às demais cidades do País. Agora é claro que isso é apenas um rebatimento do nosso trabalho porque o sistema de coleta de lixo da cidade melhorou muito nos últimos anos e isso inclui a coleta seletiva de lixo é lógico, pois a abrangência do serviço de coleta de lixo também a envolve (Ana Maria Vieira, Técnica em Planejamento da Assessoria de Planejamento da LIMPURB em entrevista concedida em 03/05/2005).

As pessoas a que se refere se moldam muito mais à figura do visitante do que a do morador da cidade. Não é de conhecimento a existência de qualquer investigação institucional acerca da opinião dos cidadãos sobre as mudanças que o sistema de limpeza urbana vem passando nos últimos anos. Num levantamento secundário realizada com moradores do NL Pituba, eles revelam:

Percebemos que na periferia a cidade é mais abandonada. O povo soteropolitano tem um índice cultural muito baixo e isso prejudica ainda mais o descuido da cidade. Falta muita conscientização que pessoas de baixo poder aquisitivo, abaixo da linha de pobreza (Moradora da Ms. Mont Martre, 49 anos, reside há 4 anos na Pituba).

No sul do país ninguém atira uma pétala (por exemplo) e joga-a no chão, aqui não acontece isso. E nas praias jogam tudo que usam. É aí que vem o aumento da poluição dos mares, dos rios, as enchentes, as mudanças de temperatura, o efeito estufa... Taí, e o nosso planeta Terra? O ser humano está o destruindo cada dia mais (Moradora do Ed. Colorado, 48 anos, reside há 5 anos na Pituba).

A periferia de Salvador vive no mais completo abandono: esgoto correndo a céu aberto, uma grande maioria da população não dispõe de esgotamento sanitário e condições de higiene. Portanto, não podemos considerar que uma cidade dessa como sendo limpa. No meu entender, limpeza perpassa por questões mais amplas que simplesmente o centro da cidade sem lixo e seus bairros nobres (Moradora da Ms. Paradise Hill, 47 anos, reside há 11 anos na Pituba).

Há outros, porém que identificaram as melhorias da administração pública tendo como referência apenas o seu deslocamento na cidade, tal como se pode observar nos depoimentos a seguir:

As pessoas estão se conscientizando que é preciso cuidar da cidade e o Poder Público vem investindo em campanhas para tal finalidade (Morador do Ed. Jardim do Parque, 51 anos, reside há 23 na Pituba).

Eu concordo que Salvador seja a capital limpa pelo que observo nas ruas do meu bairro e por onde ando (Moradora do Cond. Teófilo Braga, 51 anos, reside há 20 na Pituba).

O atual presidente da LIMPURB admite que “durante anos fizeram propaganda de que temos a cidade mais limpa do Brasil, mas isso só é verdade nas áreas visitadas pelos turistas. Fora desse eixo, as coisas são bem diferentes” (DESCARTE..., 2005, p. 3).

3.3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESTÍMULO À RECICLAGEM EM SALVADOR

Abordadas aqui secundariamente, as políticas empreendidas pelo Poder Público de estímulo à reciclagem de lixo em Salvador se reportam a uma dimensão escalar a nível estadual. Até o início da fase de *Ampliação do Programa Recicla Salvador*, as iniciativas de estímulo empresarial eram tímidas, mas a partir da implantação da Bahia Pet (empresa paulista de embalagens de pet) na cidade em 2000 um outro ímpeto se fez. A empresa vem investindo cerca de R\$ 8 milhões, atraída pela viabilidade produtiva que a cidade demonstrou ter, agregou-se em 2003 ao *Programa Reciclar para Crescer* (PRC), uma iniciativa de “reduzir a pobreza e incluir socialmente através do mercado de reciclagem do lixo”, via o projeto-piloto focalizado na geração de plástico pet. Por meio da Secretaria Estadual de Combate a Pobreza, foram incorporadas instituições que se habilitaram ao atender os seguintes critérios:

- i. conformar-se numa instituição sem fins lucrativos e possuir certificação de utilidade pública; e
- ii. incorporar o catador de lixo no bojo das ações à constituição de uma cooperativa que se restrinja à cadeia primária da produção.

Atualmente, quatro instituições estão conveniadas ao Programa, conforme se pode acompanhar no quadro a seguir.

INSTITUIÇÕES	ANO DE CRIAÇÃO / LOCALIZAÇÃO DA SEDE	RECURSOS CAPTADOS COMO PRC (R\$)	OUTROS RECURSOS (R\$)
ACOMAPEC (Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão)	1990 / Mata Escura	128.672,12	Governo Belga e Italiano via Ong
CAMAPET (Centro de Arte e Meio Ambiente)	1996 / Uruguai	104.703,00	CES (10.000,00)
IDE (Centro de Desenvolvimento Sociocomunitário)	2001 / Fazenda Grande III	158.000,00	CONDER (28.000,00) Bansol / ADS (3.000,00)
CAEC (Cooperativa de Catadores e Agentes Ecológicos de Canabrava)	1996 / Pituaçu	137.500,00	União Européia (700.000,00) via Ong PANGEA; Braskem e Bahia Pet

Quadro 3 – Instituições conveniadas ao Programa Reciclar para Crescer

O trabalho de Pinho (2005) se propôs a analisar o Programa Reciclar para Crescer expondo em suas conclusões que ao invés de promover a inclusão social por meio da ampliação da cadeia produtiva do mercado de reciclagem acabou redirecionando seu conjunto de ações. A autora argumenta que os projetos das instituições conveniadas tramitaram na Secretaria de Combate a Pobreza do Estado da Bahia (SECOMP) antes mesmo da divulgação do Programa, inferindo que este se adaptou para atender as demandas das conveniadas, assim como a recíproca lhe foi verdadeira. Além disso, constatou que não houve a ampliação da cadeia produtiva, pois as conveniadas apenas realizam a coleta, triagem e comercialização dos materiais recicláveis e ainda identificou que dois protagonistas levaram vantagens no desenvolvimento do PRC, a Bahia Pet e da ONG PANGAEA, parceiros na criação de uma das conveniadas (CAEC), enquanto que a participação municipal não foi considerada no processo.

Compreender as razões que levaram ao Governo do Estado a interferir na cidade de Salvador, desconsiderando a existência de um Poder Público Municipal, e promover a coleta seletiva, sobretudo do plástico, é uma questão relevante diante do embate aí gerado. Nas palavras de Buchaft do PANGAEA “a LIMPURB por ter criado a Coopcicla e ser esta a cooperativa responsável pela coleta seletiva em Salvador, vê a criação de cooperativas organizadas como concorrência, portanto a LIMPURB como empresa pública, responsável pela limpeza urbana, dificulta a atuação de qualquer outra cooperativa que não esteja ligada a ela” (PINHO, 2005, p. 168).

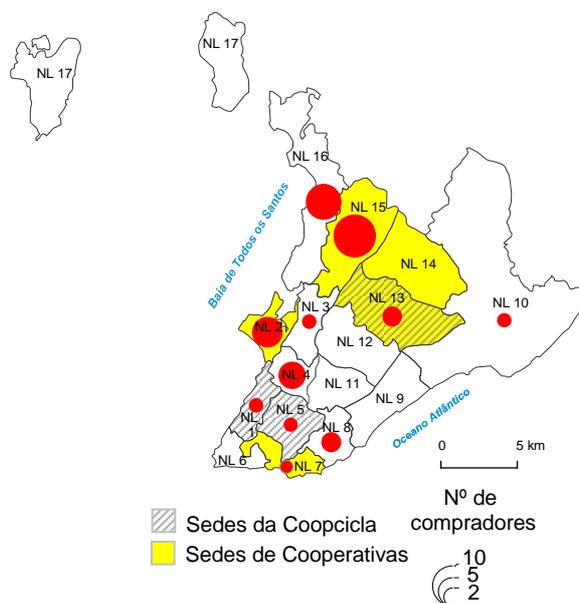
O conflito não é assumido pela LIMPURB que, em contrapartida, assegura não havê-lo, nem mesmo nas relações estabelecidas entre a Prefeitura Municipal de Salvador e as empresas terceirizadas responsáveis pela coleta de lixo quando o assunto é a coleta seletiva. Para a LIMPURB,

Pode até ser contraditório uma empresa que ganha pelo que é recolhido financiar um projeto que possa diminuir essa quantidade como é o caso da coleta seletiva, mas isso, realmente, não contradiz em nada. Nunca nenhuma destas empresas colocou este fato como algo negativo, ao contrário. Também não podemos impedir que outras formas de coleta seletiva de lixo ocorram na cidade sob a justificativa do contrato da Vega Bahia, assim como é presumível que a produção do lixo coletado se reduza em função do aumento da produção da coleta seletiva na cidade (Ana Maria Vieira, Técnica em Planejamento da Assessoria de Planejamento da LIMPURB em entrevista concedida em 03/05/2005).

Assim, chega-se a uma constatação: primeiro o Estado entra como agente financiador do *Programa Recicla Salvador*, mas não segue adiante, repassando-o à iniciativa privada no momento de sua ampliação e depois se insere numa arena mais ampla para atender aos interesses particulares do setor privado, beneficiando uma empresa de reciclagem (a Bahia Pet), e uma organização não-governamental (PANGEA) com um discurso social e ambiental destituído, aparentemente, de intenções mercadológicas. Ademais, os programas desenvolvidos no plano municipal para formalizar um sistema de coleta seletiva na cidade são inconsistentes e frágeis para se constituírem numa política de planejamento, servindo mais ao estabelecimento de linhas de ação que não se conciliam às políticas públicas de estímulo ao mercado da reciclagem na cidade de Salvador.

O que se tem na cidade são compradores que atravessam/intermediam a comercialização dos recicláveis participando apenas da cadeia primária (à exceção da Bahia Pet que realiza o processamento do pet). A LIMPURB está tentando criar um cadastro tanto das cooperativas que estão atuando na cidade, quanto de compradores. Experimentou-se espacializar esse levantamento (Figura 27), verificando que a área onde a atuação de compradores é maior coincide com aquela que, justamente, não sofreu qualquer intervenção do PRS ao longo de sua existência.

Figura 27
SALVADOR
DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS COOPERATIVAS
DE CATADORES E COMPRADORES
DE MATERIAL RECICLÁVEL - 2005



Fonte da base: PMS. LIMPURB. *Núcleos de Limpeza Urbana de Salvador*. Salvador, 1999

Fonte: PMS. LIMPURB. *Relação de Cooperativas de Catadores de Lixo e Cadastro de Compradores de Material Reciclável*. Salvador, 2005

Elaboração: Denise Santos

4 A COTIDIANIDADE DA COLETA SELETIVA DE LIXO NA PITUBA

A cidade de Leônia refaz a si própria todos os dias: a população acorda todas as manhãs em lençóis frescos, lava-se em sabonetes recém-tirados da embalagem, veste roupões novíssimos, extrai das mais avançadas geladeiras latas ainda intactas, escutando as últimas lengalengas do último modelo de rádio. Nas calçadas, envoltos em límpidos sacos plásticos, os restos da Leônia de ontem aguarda a carroça do lixeiro. Não só tubos retorcidos de pasta de dente, lâmpadas queimadas, jornais, recipientes, materiais de embalagem, mas também aquecedores, enciclopédias, pianos, aparelho de jantar de porcelana: mais do que pelas coisas que todos os dias são fabricadas, vendidas, compradas, a opulência de Leônia se mede pelas coisas que todos os dias são jogadas fora para dar lugar às novas. Tanto que se pergunta se a verdadeira paixão de Leônia é de fato, como dizem, o prazer das coisas novas e diferentes, e não o ato de expelir, de afastar de si, expurgar uma impureza recorrente. O certo é que os lixeiros são acolhidos como anjos e sua tarefa de remover os restos da existência do dia anterior é circundada de um respeito silencioso, como um rito que inspira a devoção, ou talvez apenas porque uma vez que as coisas são jogadas fora, ninguém mais quer pensar nelas. Ninguém se pergunta para onde os lixeiros levam os seus carregamentos [...]. Acrescente que, quanto mais Leônia se supera na arte de fabricar novos materiais, mais substancioso torna-se o lixo, resistindo ao tempo, às intempéries, à fermentação e à combustão (CALVINO, 2003, p. 105-6).

O que guarda em comum a Leônia de Calvino e a Salvador dos soteropolitanos? Se encontrar alguma semelhança, certamente é porque considerou que há uma Salvador que não se desvela igualmente para todos, que não é vivida do mesmo modo por todos, que não é apropriada indistintamente, pois que há também uma Salvador que dialoga com cada um de seus habitantes.

Talvez as aproximações se dêem no recorrente ato de descartar, da capacidade de substituir e desfazer-se daquilo que já não é mais novidade ou de uso para alguém, mas que encontra em outrem o seu par oposto. Quem sabe, seja pela hesitação de tentar tornar “invisível” aquilo que explicitamente é manifesto na cidade: o lixo gerado por seus cidadãos. Ou ainda pelas alterações ocorridas nos resíduos domésticos, cuja fração inorgânica tem aumentado vertiginosamente. Rodrigues (1999) prefere chamar essa fração como *lixo sujo*, ou seja, é aquele com maior quantidade de materiais descartáveis que não são de fácil assimilação na natureza, mas que podem ser aproveitáveis, reincorporando um valor de uso e/ou de troca.

De certo que muitas outras convergências podem ser tecidas entre as duas cidades (mesmo sendo uma delas imaginária), mas há uma distinção significativa entre elas: em Salvador esse *lixo sujo* vem tornando-se um *resíduo-mercadoria* rentável ao mercado capitalista. Mas, quem faz do *lixo sujo* uma possibilidade de virar uma mercadoria? Quem resgata o valor de uso e de troca do lixo? Em tempos atuais, isso pode ser atributo de alguns agentes sociais como as indústrias de reciclagem, o Estado, os catadores de lixo, os cooperados de materiais recicláveis, os habitantes. Porém, há aí um ciclo virtuoso e, ao mesmo tempo, vicioso: pouco se incentiva a redução da geração dos resíduos, do consumo das embalagens, mas há um discurso que se quer fazer onipotente para estimular a reciclagem, no intuito de prolongar seus subprodutos, esquecendo-se que quanto mais se recicla, mais resíduos se acumulam a longo prazo. Por isso, a reciclagem, como indica Rodrigues (1995), aparece muito mais como uma estratégia para que se possa consumir mais sem se preocupar com o que haverá no futuro.

Já foi abordado que as operações de planejamento do sistema formal de coleta seletiva em Salvador foram definidas a partir de uma idéia concebida por planejadores e técnicos que, segundo Lefebvre (1991, p. 38-39, tradução nossa), “identificam o que é vivido e o que é percebido com o que é concebido [...]. Este é o espaço dominante em qualquer sociedade [...], tendencialmente representado [...] por um sistema verbal (intelectualmente trabalhado)¹³”. Tal argumentação procede de um entendimento integral desses três conceitos balizadores lefebvrianos – o *espaço concebido*, o *espaço percebido* e o *espaço vivido* – que apesar de não serem passíveis de separação na análise da produção do espaço, apresentam contrastes, oposições e mesmo antagonismos, mas sem perder um todo coerente.

As intervenções provocadas pelo sistema formal de coleta seletiva se manifestam numa ordem regulada pelas esferas do público e do privado. Por isso, cabe analisar e refletir como ocorre a apropriação social deste sistema numa área da cidade – o NL Pituba. Procurando evitar e mesmo tentando fugir de uma abordagem compartimentada, que obscurece o sentido do movimento do interpor e contrapor, opta-se por uma construção argumentativa de aproximação e não de disjunção dos elementos estruturadores da análise da produção do espaço, tomando

¹³ All of whom identify what is lived and what is perceived with what is conceived [...]. This is the dominant space in any society [...], conception of space tend [...], towards a system of verbal (and therefore intellectually worked out) signs (LEFEBVRE, 1991, p. 38-39).

de antemão o alerta que faz Seabra (1996) ao entender que o pensamento lefebvriano conduz mais à reflexão do que a uma instrumentalização propriamente dita.

Doravante, o que se discorrerá são os resultados da investigação de campo realizada no NL Pituba, envolvendo um paralelo entre a coleta seletiva idealizada pelo Poder Público e àquela vivenciada pelos moradores dos itinerários servidos pelo trabalho da COOPCICLA e pela instalação dos PEV, considerando-se aí a delimitação da área de estudo estabelecida para efeito metodológico da pesquisa. Procura-se, assim, como a população alvo dessas intervenções as incorporam no seu espaço de representação que, de acordo com Lefebvre (1991), circunscreve o espaço da vivência, da cotidianidade mediado pelas práticas espaciais. Não obstante, também se aborda como uma parcela, a priori, destituída de participação na separação do lixo nos itinerários de coleta seletiva formal, na figura dos empregados e empregadas das residências, compartilha do processo.

Contudo, esta abordagem considera que:

A pessoa é diferente como indivíduo e como membro de um grupo, estando sua conduta subordinada aos direitos e deveres emanados das suas condições individuais e grupais. [...] As pessoas, ao pertencerem a um grupo econômico, social, educacional, compartilham de uma base moral comum e, essa, por sua vez, pode determinar (facilitando ou dificultando) a participação do grupo nas atividades relacionadas ao lixo (OLIVEIRA, 2002, p. 28).

E ainda que:

Em toda parte que os homens se agrupam [...] surge um espaço que os reúne e ao mesmo tempo os separa uns dos outros. Cada um desses espaços tem sua própria estruturabilidade que se transforma com a mudança dos tempos e que se manifesta na vida privada em costumes; na social, em convenções e na pública em leis, constituições, estatutos e coisas semelhantes. Sempre que os homens se juntam, move-se o mundo entre eles, e nesse interespaço ocorre e fazem-se todos os assuntos humanos (ARENDR, 2004, p. 24, 35-6).

O encontro com as idéias acima converge a uma discussão acerca de uma abordagem sobre a consideração das formas de participação na prática da separação do lixo e adesão ao sistema formal de coleta seletiva no NL Pituba. Enquanto grupo, nos inter-relacionamos a uma linhagem moral, a uma identidade, a

valores e juízos que percorrem o que Arendt (2004) define como diversidade relativa. As diferentes visões/posturas diante do mundo, no entanto, não são condição para egresso nos processos participativos pautados na igualdade da ação, estas apenas adquirem relevância quando se considera a diversidade absoluta entre os homens.

Assim, a manifestação da pluralidade de opiniões e ações dos indivíduos coletivamente agrupados (e não de um grupo identitário), cria o chamado *interespaço*, o espaço do acontecer político. Na verdade, se os homens “não fossem diferentes, se cada ser humano não diferisse de todos os que existiram, existem ou virão a existir, os homens não precisariam do discurso ou da ação para se fazerem entender” (ARENDR, 2001, p. 188).

Esta distinção ganha relevância no momento em que as formas de participação ao *Programa Recicla Salvador* são ditadas por seu agente planejador, cujo ideário embora restrinja a ação participativa (baseado em aspectos como nível de renda e escolaridade) considera tais formas como igualitárias. Não se leva em conta que existem outros agentes que atuam no processo de separação dos resíduos domiciliares além do residente, cuja participação tem sido subjugada para não dizer vilipendiada.

Do mesmo modo, não se pode esquecer do papel atuante dos catadores de lixo e cooperados de materiais recicláveis na área de intervenção da coleta seletiva formal estudada. Embora se aborde a questão de forma suplementar, é possível revelar caminhos para se repensar a lógica imposta à distribuição espacial do sistema formal de coleta seletiva, assim como pensar noutras lógicas.

4.1 COLETA SELETIVA FORMAL NO ESPAÇO DA PITUBA E AS FORMAS DE APROPRIAÇÃO SOCIAL DOS MORADORES

É cada vez mais contundente no mundo contemporâneo a interferência do *espaço concebido* pelos planejadores nos espaços de vivência e nas práticas dos indivíduos. Embora o *espaço concebido* procure regular o cotidiano, não significa que os habitantes cumpram, em sua totalidade, um papel de meros expectadores passivos. Todavia, há uma tendência em direção à homogeneidade que tenta se disfarçar por meio de metáforas consensuais, tais como a questão da consciência ecológica/ambiental, dos discursos pró-reciclagem, do marketing apoiado no “ecologicamente correto”.

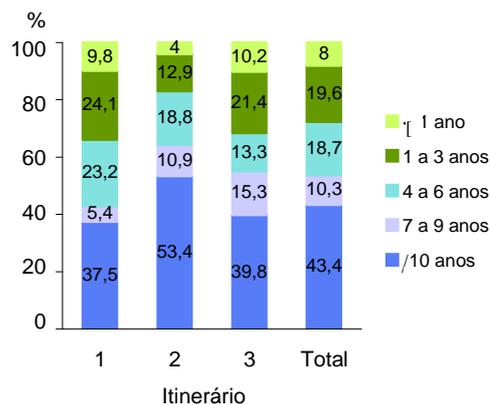
Por isso, tem-se em mente que a apropriação social encontra referência nas qualificações e atributos que cada indivíduo estabelece nas relações funcionais e simbólicas na produção do espaço. Significados, práticas e vivências estão aí presentes para conformar e perpassar as dimensões espaciais do sabido, do compreendido e do apreendido que, na concepção lefebvriana, dialogam com o *espaço concebido*, o *espaço percebido* e o *espaço vivido*, os quais se interpenetram, entram em conflito e se conciliam no jogo das relações sociais. O que se fará, de agora em diante, é analisar como ocorre o processo de separação dos resíduos nas unidades domiciliares pesquisadas, procurando dissecar não apenas seus procedimentos, mas também como ocorre a apropriação social do que foi estabelecido como um modelo de coleta seletiva, reconhecendo-a e identificando-a nas relações do cotidiano.

Um dos aspectos relevantes para a pesquisa foi verificar se os entrevistados já eram residentes quando se iniciou a coleta seletiva formal no NL Pituba. Se for considerar que a primeira intervenção ocorreu a partir de 1992 (como visto no capítulo 3) e que uma ação mais consistente aconteceu a partir de 1995 (quando da sua estruturação cooperativada) e ainda que uma ampliação da ação iniciou-se a partir de 2001, pode-se chegar às seguintes constatações: acompanhando os resultados expressos no Gráfico 3, é possível conferir que mais de 40% dos entrevistados residem no NL Pituba desde a primeira intervenção, que já registra 12 anos considerando-se o período da realização da pesquisa (como visto

no capítulo 1). Outros 29% (10,3% + 18,7%), residem a partir da segunda intervenção, que se iniciou há cerca de 8 anos, e 27,6% (19,6% + 8%) residem a partir da fase de ampliação, a qual perdura cerca de 3 anos. Logo, a maioria dos entrevistados, pelo tempo que residem, tem condição de acompanhar a evolução das intervenções de coleta seletiva formal no espaço do NL Pituba ao longo dos anos.

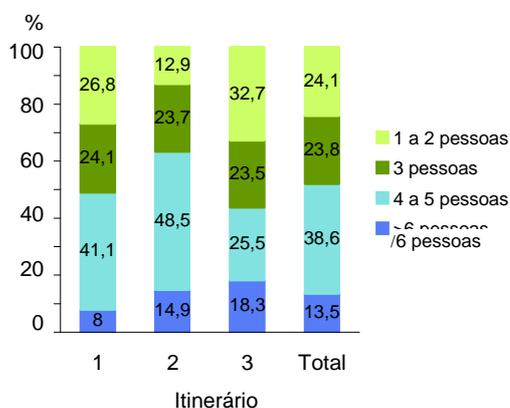
Saber a quantidade de residentes por unidade domiciliar pesquisada foi igualmente importante, já que a quantidade de pessoas também interfere na quantidade de resíduos gerados. As unidades domiciliares são ocupadas por famílias constituídas por 4 a 5 integrantes, em sua maioria, entretanto é significativo o percentual daquelas ocupadas por, no máximo, 3 pessoas (47,9% dos entrevistados) refletindo o perfil da estrutura familiar da classe média/alta brasileira (Gráfico 4).

A amostra pesquisada também revelou que a maioria dos entrevistados está na faixa etária entre 51 a 60 anos, mas esse patamar é, praticamente, compartilhado com aqueles que apresentam entre 41 a 50 anos de idade, totalizando quase 52%. Os com mais de 60 anos alcançaram o percentual acima dos 15%, enquanto que os com até 30 anos não chegaram a 20% dos entrevistados (Gráfico 5).



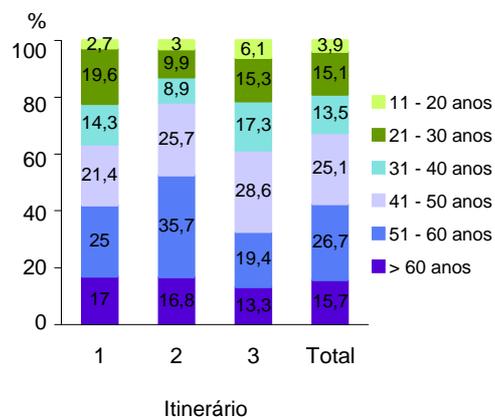
Fonte: Pesquisa de campo, jan. – abr./2005
Elaboração: Denise Santos

Gráfico 3 – Tempo que reside na unidade domiciliar



Fonte: Pesquisa de campo, jan. – abr./2005
Elaboração: Denise Santos

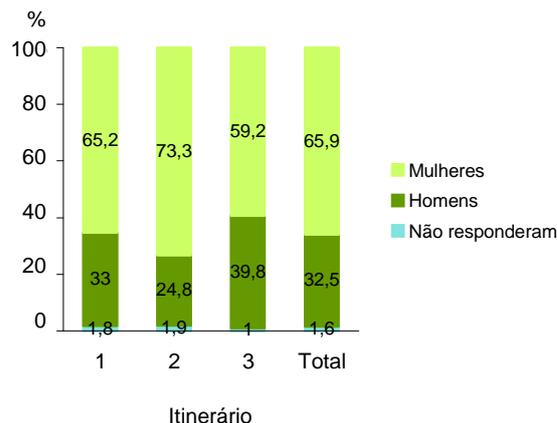
Gráfico 4 – Quantidade de residentes por unidade domiciliar



Fonte: Pesquisa de campo, jan. – abr./2005
Elaboração: Denise Santos

Gráfico 5 – Faixa etária dos entrevistados

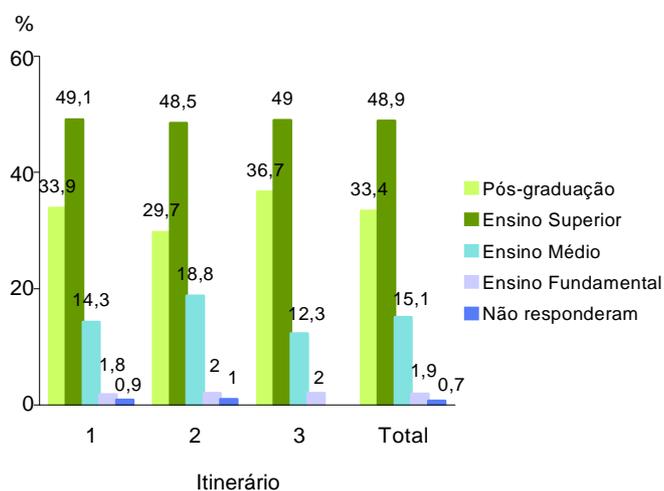
Quanto ao gênero, a maioria dos entrevistados foram mulheres, a 65%, com destaque para o itinerário Itaigara (I2) onde este valor apresentou-se acima dos 73%. A quantidade de homens que se submeteram à pesquisa foi expressiva, sobretudo no itinerário Caminho das Árvores (I3), expressando quase 40% dos entrevistados (Gráfico 6).



Fonte: Pesquisa de campo, jan. – abr./2005
Elaboração: Denise Santos

Gráfico 6 – Gênero dos entrevistados

Confirmando as estatísticas sobre a distribuição espacial do nível escolar dos habitantes de Salvador, cujos maiores níveis de escolaridade estão concentrados entre os que ocupam a faixa litorânea atlântica da cidade (caracterizando uma difusão desigual em termos qualitativo-quantitativo), encontrou-se entre os entrevistados do NL Pituba uma maioria absoluta que possui ensino superior, mais de 82%, incluindo quem apresenta pós-graduação (Gráfico 7).



Fonte: Pesquisa de campo, jan. – abr./2005
Elaboração: Denise Santos

Gráfico 7 – Escolaridade dos entrevistados

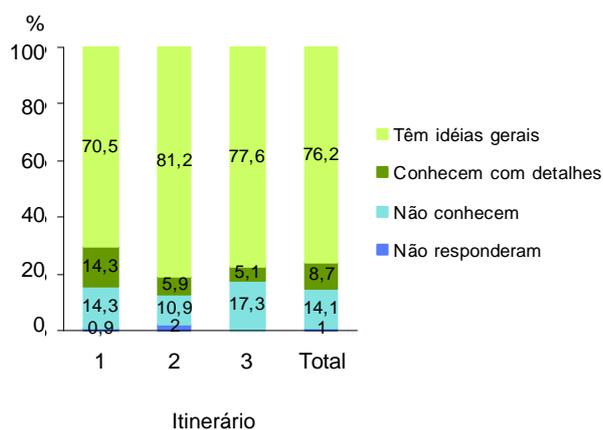
O interessante é verificar até que ponto um elevado nível de escolaridade é responsável, ou mesmo interfere diretamente, na questão da separação do lixo domiciliar, tal como acreditaram os planejadores dos projetos de coleta seletiva de Salvador, ao elegê-lo como um dos fatores de escolha locacional, como apresentado no capítulo 3. Da mesma forma, se quer verificar em que medida o nível de renda, igualmente considerado como um de tais fatores (e que caracteriza a população residente do NL Pituba como pertencente à classe de renda média/alta), exerce tal influência.

É pertinente que, no bojo do planejamento, as táticas necessitem de uma publicização para se tornarem mensagens divulgáveis, capazes de atrair e congregar aliados à sua ação, sobretudo se concretizadas como uma atividade de

participação restrita envolvendo as metas, as prioridades, as estratégias e a política. Como visto no capítulo anterior, é-nos difícil identificar uma adesão popular consistente às diretrizes da coleta seletiva oficial idealizada para Salvador. Em decorrência, cabe refletir: o fato de se conhecer as táticas, ou seja, a concretude das decisões expressas nos projetos de coleta seletiva da cidade de Salvador, leva ao fazer, isto é, indica separar o lixo? Dito de outro modo, se quer verificar se há relação direta entre o fazer saber e o saber fazer na questão da separação dos resíduos domiciliares.

Ao perguntar se os entrevistados conhecem o *Programa Recicla Salvador* se teve a oportunidade de verificar um dos prismas dessa relação, cujos resultados demonstraram que a maioria dos inquiridos conhece o Programa em dois níveis distintos, a saber (Gráfico 8):

i. mais de 76% disseram ter apenas idéias gerais sobre o Programa, isto é, sabem da sua existência no local onde moram e/ou quando é realizada a coleta seletiva. A variação dos dados chega a quase 11%, com destaque para o itinerário Itaigara (I2) que ultrapassou o total, congregando mais de 80% dos entrevistados;



Fonte: Pesquisa de campo, jan. – abr./2005
Elaboração: Denise Santos

Gráfico 8 – Nível de conhecimento do PRS

ii. menos de 10% relataram ter um nível de detalhamento maior do *Programa Recicla Salvador*, isto é, além de saberem uma das duas informações precedentes, reconheceram também quem recolhe o lixo seletivo ou outras áreas da cidade onde ocorre similar coleta ou ainda sabem de alguns dos objetivos do Programa. A variação entre os dados chega a quase 9%, com destaque para itinerário Parque Nossa Senhora da Luz (I1) que ultrapassou o total, concentrando 14,3% dos entrevistados.

Entre os que disseram não conhecer o PRS, cerca de 14%, ganha ênfase o itinerário Caminho das Árvores (I3) com o maior percentual nesse aspecto,

registrando mais de 17%. Já o itinerário Itaipara (I2) apresentou o menor percentual, um pouco mais de 10% dos entrevistados. A variação entre os três itinerários não chega a 6,5%.

A interpretação desses dados leva a refletir se é satisfatório ou mesmo esperado que a maioria dos entrevistados tenha apenas idéias gerais sobre o programa de coleta seletiva de lixo de Salvador, perdendo o contexto de seu motivo de existência, suas propostas, ocorrência geográfica na cidade e quem a realiza. E mesmo, se essa situação estaria indicando que o processo de divulgação, entendido no seio da estratégia de educação ambiental e marketing articulada pela LIMPURB, tem sido adequado no estímulo à prática de separação dos resíduos domiciliares.

A imprensa escrita local ao registrar que a “coleta seletiva é mal divulgada em Salvador” constatou entre alguns moradores da área do Rio Vermelho, uma das contempladas pelo Programa e adjacente ao espaço físico do NL Pituba, que há fragilidades nos procedimentos de divulgação da coleta seletiva, destacando que eles “reclamam da falta de informação sobre os dias de coleta [...] problema [que] seria facilmente resolvido com a distribuição periódica de folhetos ou qualquer outra forma de divulgação dos horários de coleta e do material a ser recolhido” (CONRADO, 2002, p. 7). Concorde um dos entrevistados da pesquisa, ao destacar que

deveria existir uma panfletagem, tipo mala direta, para que todos pudessem conhecer melhor o Programa e, assim, contribuir de maneira adequada (Moradora do Ed. Port Saint Vicent, Itinerário Itaipara, 41 anos, reside há 6 e separa o lixo há 2 anos).

Sabe-se que este esclarecimento é de extrema relevância para aqueles que realizam ou anseiam separar o lixo de suas casas, exercendo influência na adesão da população ao *Programa Recicla Salvador*. Incide, por exemplo, na organização deste procedimento e na questão do armazenamento, já que este tipo de coleta de lixo, concebida pelo Poder Público Municipal, tem uma frequência semanal. Esta situação foi justificada por limitações de ordem financeira, conferindo uma atuação pontual na divulgação do PRS. Nas palavras de sua representante,

há muitas limitações para realizarmos este tipo de trabalho de divulgação, pois *produzir campanhas publicitárias custa muito caro*. [...] Atualmente há divulgação da ação da coleta seletiva, sobretudo, na mídia televisionada e escrita. Alguns jornais têm até se prestado muito a este aspecto de divulgação. Mesmo com a participação de empresas na coleta seletiva de lixo da cidade, as estratégias de educação ambiental ainda são muito incipientes (Informação verbal fornecida em entrevista por Ana Maria Vieira, técnica da Assessoria de Planejamento da LIMPURB, maio de 2005).

A preocupação em divulgar a coleta seletiva tem sido muito freqüente nos meios de comunicação/informação de massa, priorizados e elegidos como aqueles adequados a transmitir aquilo que se julga necessário para se fazer a separação do lixo domiciliar, numa linguagem que se quer fazer universal (compreensível para todos). No relato acima, fica explícito a preferência e aposta em investimentos voltados ao desenvolvimento de campanhas publicitárias em detrimento do trabalho de divulgação porta a porta que pode surtir um efeito mais promissor, pelo contato direto que se faz com o público-alvo. Segundo Spitzbart in Serpa (2001, p. 229, grifo nosso) “campanhas publicitárias podem complementar um trabalho de conscientização ‘corpo a corpo’, *mas não podem substituí-lo*”.

Esta estratégia de ação e de investimentos do *Programa Recicla Salvador* também parece ter deslocado a atenção mais para os procedimentos de separação do lixo do que para o onde e quando a coleta seletiva é realizada, papel que tem sido depositado, em grande medida, à atuação da COOPCICLA que realça a falta de investimentos neste aspecto. Em relato informal, ocorrido durante os acompanhamentos da coleta seletiva realizada no NL Pituba, o líder de campo dos cooperados, Sr. Raimundo Eduardo Jr., admitiu que o trabalho restrito do processo de divulgação do Programa e do estímulo à prática de separação do lixo é mesmo de ordem financeira, tendo limitações quantitativas de materiais didáticos e de publicização. Comenta: “Há muito tempo não temos um folheto, por exemplo, para entregar aos moradores, coisa que não ocorre com a outra cooperativa que tem muitos materiais disponíveis para realizar este trabalho”.

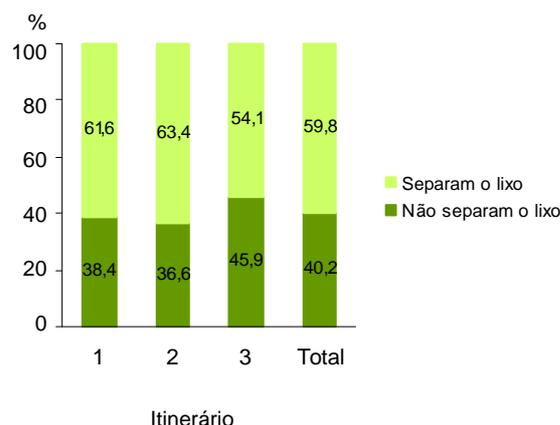
Os materiais de divulgação que se teve acesso (do tipo folheto) apresentam informações contraditórias quanto ao procedimento de separação do lixo e desatualização tanto dos dias em que a coleta seletiva porta a porta ocorre, quanto da localização dos PEV, não cumprindo o papel estabelecido de educar. (ver Anexos).

A outra cooperativa que aparece no comentário do líder de campo dos cooperados da COOPCICLA é a CAEC (projeto concebido pelo PANGEA), cuja atuação se amplia no NL Pituba por meio de contratos de compromisso firmados com condomínios comerciais e residenciais, como o Pituba Ville que tinha anteriormente a coleta seletiva realizada pela COOPCICLA. Esta perda de espaço de atuação, acredita o Sr. Raimundo, foi um reflexo direto dessa limitação associada à frequência da coleta seletiva, dado que alguns edifícios do condomínio requisitavam uma regularidade de, pelo menos, três vezes por semana que não pôde ser atendida devido à carência de cooperados e equipamentos para realizarem esta coleta.

Indagando-se aos entrevistados sobre sua participação no processo de separação dos resíduos sólidos, nas respectivas unidades domiciliares, obtiveram-se duas realidades expressas no Gráfico 9:

i. mais de 40% disseram não separar o lixo de suas casas para a coleta seletiva, valor que se expressa mais intensamente no itinerário Caminho das Árvores (I3) que superou a média, alcançando quase 46% destes;

ii. quase 60% disseram separar o lixo domiciliar para a coleta seletiva, destacando-se o itinerário Itaipara (I2), onde esse percentual ultrapassou a média.



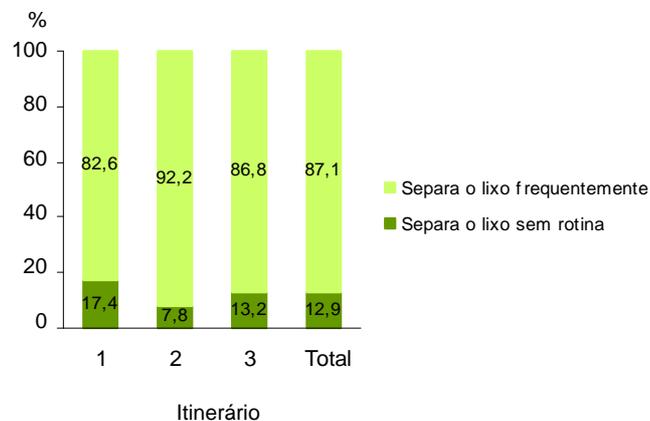
Fonte: Pesquisa de campo, jan. – abr./2005
Elaboração: Denise Santos

Gráfico 9 – Indicação da separação do lixo domiciliar para a coleta seletiva

A regularidade com que estes entrevistados separam o lixo para a coleta seletiva é variável, registrando-se até uma irregular periodicidade conforme se pode acompanhar no Gráfico 10. Vê-se que a maioria dos entrevistados indicou uma frequência regular e rotineira para a realização da separação do lixo. No entanto, verificou-se que muitos desses moradores apontaram que o serviço de coleta seletiva é irregular e alguns o avaliam inadequado, como se pode acompanhar no depoimento a seguir:

Poder-se-ia ampliar a classificação do lixo, entretanto não há uma coleta seletiva adequada. A coleta que há às quintas-feiras chega a ser ridícula, com um carrinho empurrado manualmente (Morador da Rua João da Silva Campos, Itinerário Itaigara, 64 anos, reside há 21 e separa há 3 anos).

A declaração acima denota uma crítica ao PRS destacando uma inadequação entre o montante de lixo reciclável gerado pelas pessoas residentes na Pituba e o que é coletado pelos cooperados da COOPCICLA semanalmente, sob o olhar de quem há mais de 20 anos aí reside. Difere do olhar e percepção daquele que há menos tempo convive com o espaço da cidade, como se pode acompanhar no registro seguinte.



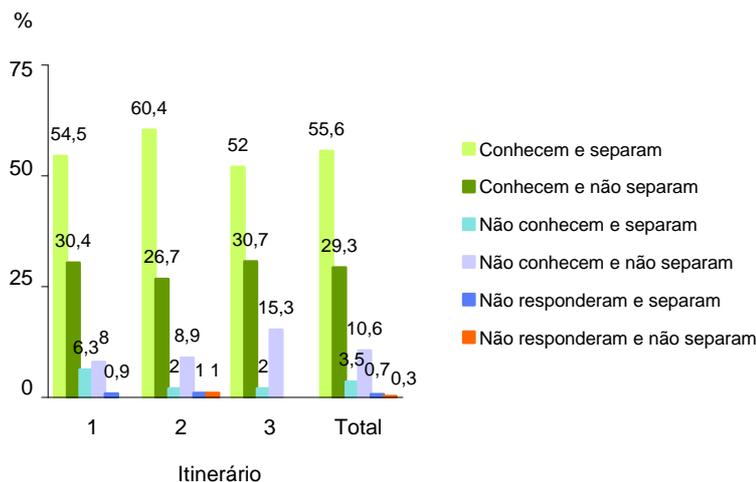
Fonte: Pesquisa de campo, jan. – abr./2005
Elaboração: Denise Santos

Gráfico 10 – Regularidade com que separam o lixo domiciliar para a coleta seletiva

Estamos em Salvador há dois meses, tenho visto que a coleta de lixo é muito boa, inclusive a seletiva. Do meu apartamento, tenho visto sendo recolhido através da colocação de contêineres e funcionários exclusivos para este trabalho (Moradora do Cond. Monte Belo, Itinerário Pq. Nossa Sr^a. da Luz, 57 anos, reside há 2 meses, separa o lixo há pouco tempo).

Das constatações obtidas no Gráfico 8 pode-se refletir, pelos menos, sobre dois aspectos importantes: se o fato de separar o lixo domiciliar se deve ao conhecer o *Programa Recicla Salvador* e quais os motivos explicitados para não aderir-se à prática da separação do lixo, mesmo tendo conhecimento da existência do PRS. Para identificar a ocorrência da primeira possibilidade, verificar a interseção das duas questões aplicadas entre os inquiridos, representada no Gráfico 11.

Considerando que quase 85% dos entrevistados admitiram conhecer o Programa (76,2% que disseram ter idéias gerais somado a 8,7% que disseram ter um conhecimento mais detalhado, como visto no Gráfico 8) dever-se-ia registrar um percentual próximo deste para aqueles que separam o lixo, porém não foi o que aconteceu.



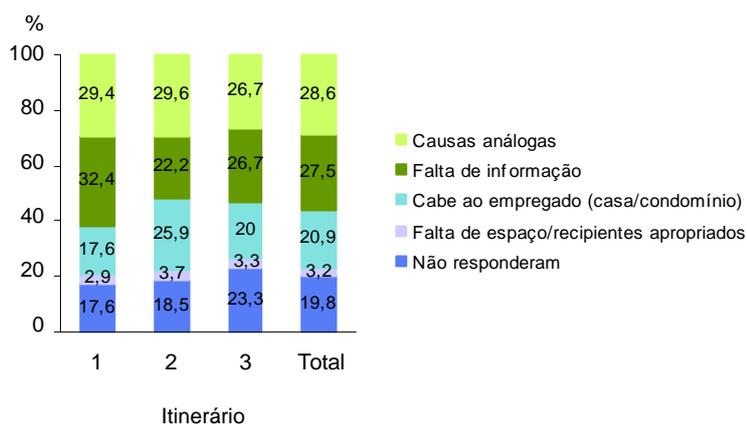
Fonte: Pesquisa de campo, jan. – abr./2005
Elaboração: Denise Santos

Gráfico 11 – Relação entre conhecimento do PRS e a prática de separação do lixo domiciliar

Essa associação pode ser efetivada desde que se aceite a concepção dos planejadores de que o fato de conhecer o Programa implicaria na prática da separação do lixo e vice-versa. Essa visão poderia explicar a ênfase dada ao processo de divulgação do *Programa Recicla Salvador* e não em processos de cunho mais educativos, por exemplo. No entanto, essa relação deve ser empreendida com cautela, já que é apenas válida para 66,2% desses entrevistados (somatório dos 55,6% que conhecem e separam e 10,6% que não conhecem e não separam), pois para 32,8% destes (reunião dos 29,3% que mesmo conhecendo não separam o lixo e 3,5% que mesmo não conhecendo, separam o lixo) não foi possível estabelecer essa vinculação.

As idéias de Lefebvre (1991) sobre a produção do espaço auxiliam no entendimento de uma das faces da questão: este conjunto de entrevistados que mesmo conhecendo o Programa não separam os resíduos domiciliares (29,3%), expressa que as ações e estratégias concebidas na organização da coleta seletiva formal não foram incorporadas ao cotidiano como algo *vivido*, prestando-se à uma apreensão mais imediata. Logo, o *espaço concebido*, as representações do espaço no dizer do autor, foi transformado em *espaço percebido*, isto é, aquela abstração realizada de uma determinada realidade.

Verificando os motivos expostos para não separar o lixo mesmo conhecendo o *Programa Recicla Salvador* (dito por quase 30% dos entrevistados) – Gráfico 12 –, chamam a atenção alguns aspectos, a saber:



Fonte: Pesquisa de campo, jan. – abr./2005
Elaboração: Denise Santos

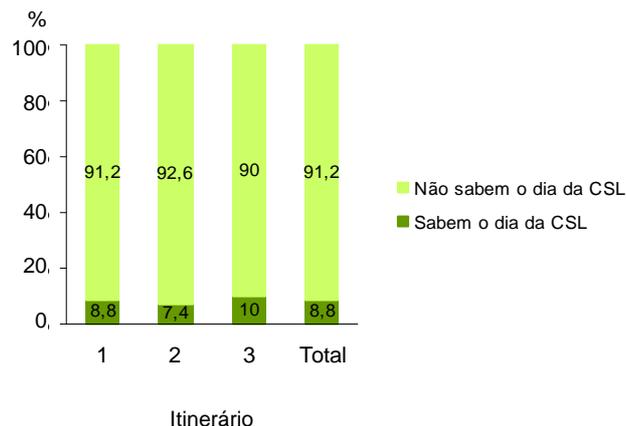
Gráfico 12 – Motivos para não separar o lixo domiciliar, mesmo conhecendo o PRS

i. mais de 28% destes entrevistados apontaram motivações derivadas, tanto da administração da vida cotidiana para não realizarem a separação do lixo de suas casas (falta de tempo, de organização, descuido) em maior proporção, quanto de ordem cultural-educativa (falta de hábito, de interesse, de educação, cidadania) em menor proporção. Deve-se frisar que estas alegações foram classificadas num mesmo conjunto (nomeado de causas análogas), pois partiram da identificação de alguma carência pelo próprio indivíduo entrevistado. A indicação de tais alegações provoca certo anseio de levantar as razões pelas quais essas pessoas as manifestaram, seja como retórica ou algo tangível no cotidiano. Pelo menos é possível abstrair, um significado: é preciso mais do que estratégias de divulgação para agregar participação da população na coleta seletiva. Os resultados dessa pesquisa confirmam a necessidade de uma ação educativa pensada em termos de ação interativa, que aconteça mediante informação, comunicação, diálogo entre as pessoas, pois que todo processo educativo envolve sempre um outro em relação;

ii. não é mero contra-senso encontrar entre os motivos explicitados para não separar o lixo domiciliar, mesmo conhecendo o Programa, a falta de informação. Destacada no itinerário Parque Nossa Sr^a. da Luz (I1) por 32,4% dos entrevistados, instiga saber o porquê disso. Perguntando-se a estes se possuíam a informação sobre o dia em que ocorre a coleta seletiva, mais de 90% responderam que não (Gráfico 13). Daí encontrou-se uma possível

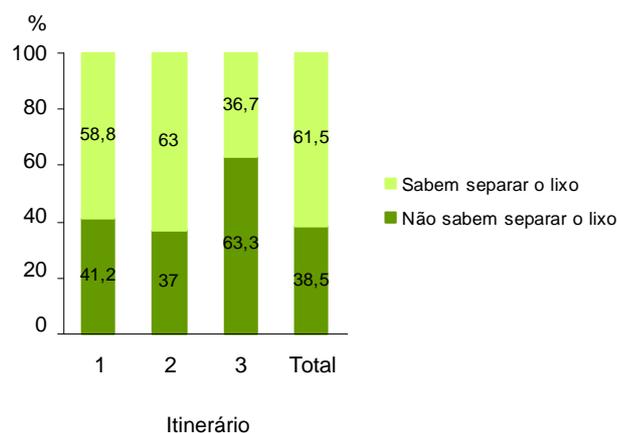
explicação: mesmo conhecendo o Programa Recicla Salvador, em termos de sua ocorrência geográfica, estes moradores não se apropriaram de uma informação de significativa importância, como já salientado neste capítulo, sobre quando ocorre a coleta seletiva. Esta constatação ratifica a problemática levantada pela imprensa escrita local quanto à necessidade de uma ação intensificada para que o PRS alcance maiores êxitos de adesão popular. O problema parece se intensificar quando a questão é de ordem procedimental, pois entre os que não fazem a separação do lixo embora tendo conhecimento do PRS, 38,5% admitiram não saber fazê-la, como pode ser visto no Gráfico 14;

iii. em princípio causa certa estranheza apontar como justificativa para não separar o lixo para a coleta seletiva mesmo conhecendo o PRS, o desvio de uma responsabilidade repassada ao trabalhador da residência ou do condomínio residencial (identificado na figura do zelador), como destacaram cerca de 20% destes entrevistados. Este julgamento, que se materializa num comportamento, possui uma significação social. Gomes (2002, p.190) refletindo sobre as manifestações sociais no espaço público, levanta a questão sobre o significado de jogar lixo no chão como algo que



Fonte: Pesquisa de campo, jan. – abr./2005
Elaboração: Denise Santos

Gráfico 13 – Indicação do dia da semana em que ocorre a coleta seletiva de lixo (CSL) entre os que não fazem a separação, mesmo conhecendo o PRS



Fonte: Pesquisa de campo, jan. – abr./2005.
Elaboração: Denise Santos

Gráfico 14 – Indicação do saber separar o lixo para a coleta seletiva entre os que não separam o lixo, mesmo conhecendo o PRS

evidencia certo privilégio de uns em relação a outros, “como uma demonstração de prestígio social, pois isso quer dizer que alguém, menos importante socialmente, deverá recolher a sujeira produzida”. Em diferentes momentos da história soteropolitana, como ressaltado no capítulo 2, esta atitude se fez presente e parece permanecer nas relações estabelecidas entre o morador entrevistado e este trabalhador como ranços da sociedade escravista. Ao designá-lo como responsável por algo relacionado ao lixo, não se estaria perpetuando essa visão de mundo? Os argumentos abaixo apresentam a visão de moradores sobre a questão encarada como descumprimento de uma tarefa doméstica ou mesmo falta de educação, o que, em alguma medida, parece que se retrocedeu aos tempos da Grécia Antiga em que os escravos realizavam as tarefas domésticas relativas à limpeza como uma atribuição determinada por seus senhores.

Não há separação do lixo porque *fica a cargo* da empregada que nem sempre a faz (Morador do Ed. Jardim do Vale, Itinerário Caminho das Árvores, 24 anos, reside há 23 anos e não separa o lixo, grifo nosso).

Ainda não conseguimos *educar* a secretária [empregada doméstica] para fazer esta separação (Moradora do Cond. Rio Itapicuru, Itinerário Pq. Nossa Sr^a. da Luz, 47 anos, reside há 6 e não faz a separação do lixo, grifo nosso).

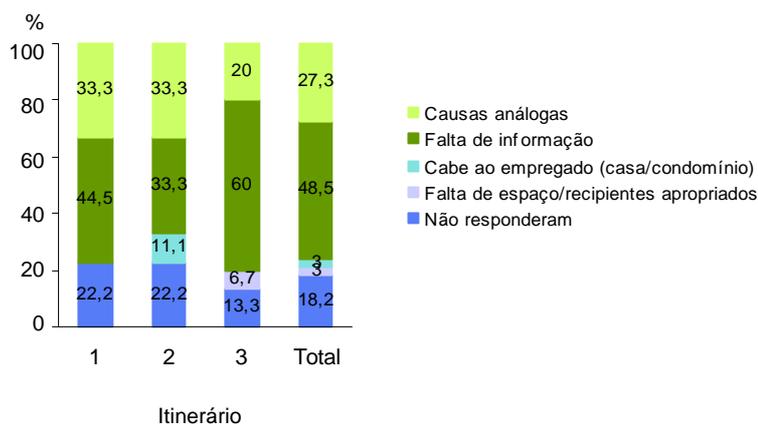
iv. Apenas um pequeno percentual desses entrevistados, cerca de 3%, indicaram aspectos de ordem técnica, ao justificar o motivo de não separar o lixo mesmo conhecendo o *Programa Recicla Salvador*, a falta de espaço ou de recipientes apropriados para realizar a classificação dos resíduos sólidos de acordo com o padrão de cores utilizado como norma oficial, da qual não se sabe como foi instituída. Justificam os entrevistados ao dizerem que:

Não separo o lixo porque não existe estrutura para isso, nem no condomínio nem em casa, pois teríamos que armazená-lo até a eventual passagem da coleta seletiva (Morador do Cond. Casa Branca, Itinerário Pq. Nossa Sr^a. da Luz, 61 anos, reside há 24 e não separa o lixo).

A minha área de serviço é muito pequena e não comporta muitos recipientes de lixo. Além do mais, seria necessário que todos no condomínio fizessem esta coleta seletiva ao mesmo tempo, senão não funciona. É preciso que o condomínio tenha recipientes para a coleta seletiva também

(Moradora do Cond. Rio Itapicuru, Itinerário Pq. Nossa Sr.^a. da Luz, 47 anos, reside há 6 e não faz a separação do lixo).

Estes motivos descritos para não separar o lixo mesmo identificando a presença do *Programa Recicla Salvador* na cidade podem ser estendidos àquele grupo de entrevistados que não realizam a separação do lixo e desconhecem o Programa, correspondendo a 10,6% da amostra. Neste caso, quase 50% dos entrevistados indicaram a falta de informação, para os quais as estratégias de divulgação do PRS demonstram similar fragilidade. No itinerário Caminho das Árvores (I3) esse percentual ultrapassa a média, chegando a 60%, e no itinerário Itaipara (I2) registrou-se abaixo desta, com pouco mais de 33%, uma elevada variação que denota uma maior necessidade de uma ação informativa na primeira área, já que a variação dos que não responderam à questão não passa dos 9%, como se pode observar no Gráfico 15.



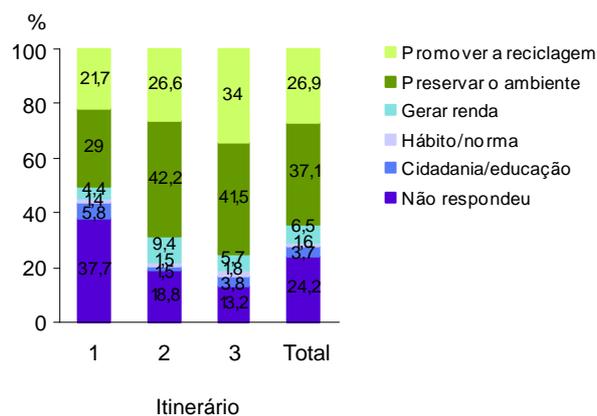
Fonte: Pesquisa de campo, jan. – abr./2005
Elaboração: Denise Santos

Gráfico 15 – Motivos para não separar o lixo domiciliar desconhecendo o PRS

Entre os entrevistados que responderam separar o lixo para a coleta seletiva, cujo percentual equivale a 59,8%, como visto no Gráfico 9, e que representam tanto aqueles que conhecem o PRS e separam (55,6%), quanto por aqueles que mesmo não conhecendo separam o lixo (3,5%), bem como por aqueles que apesar de não responderem a primeira indagação confirmaram separar o lixo para a coleta seletiva (0,7%) – ver Gráfico 11 – vários motivos foram apontados para realizarem tal prática em seus domicílios. A partir do Gráfico 16, algumas reflexões pertinentes

aos resultados obtidos podem ser compreendidas.

A maioria deste grupo de pessoas entrevistadas realiza a seleção do lixo sob a justificativa de estarem contribuindo à preservação da natureza, envolvidas pelo que chamaram de consciência ambiental. Extensivamente, contribuir com a reciclagem e, por conseguinte, com a coleta seletiva é o segundo motivo mais explicitado entre os entrevistados, alcançando o percentual de 26,9%.



Fonte: Pesquisa de campo, jan. – abr./2005
Elaboração: Denise Santos

Gráfico 16 – Motivos para separar o lixo domiciliar para a coleta seletiva

Muito se pode discorrer a partir destas elucidações suscitando-se algumas questões: Maiores níveis de escolaridade expressam, necessariamente, maiores níveis de consciência ambiental? É possível mensurar o nível de conscientização de alguém? Rodrigues (1998, p. 200) baseando-se em Sader (1988) destaca em uma de suas pesquisas que a escolaridade é um indicador de como as formas subjetivas são apreendidas pelas condições objetivas da vida cotidiana, ou dito de outro modo “a realidade objetiva é continuamente compreendida e transformada por meio das formas pelas quais as condições objetivas são subjetivamente vividas e apreendidas”. Transportando esse entendimento para o plano operacional, a escolaridade se porta como possibilidade e não como limitação para uma compreensão de uma dada realidade.

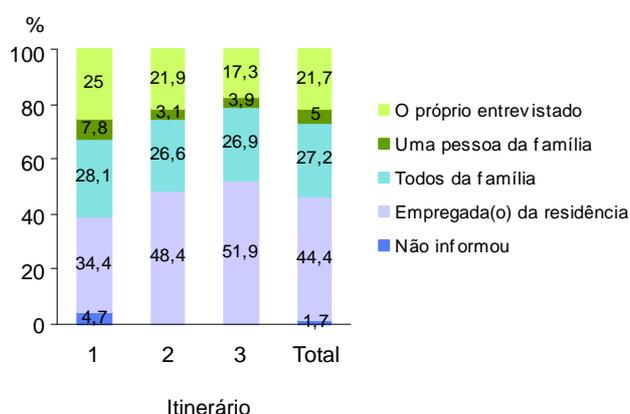
Dessa maneira, se o planejamento municipal definiu que pessoas com maiores níveis de escolaridade representam um determinante à prática da separação dos resíduos domiciliares, é preciso lembrar que a chamada classe de renda média/alta parece conscientizar-se dos fatos ambientais como se estes não circunscrevessem seu mundo aparente. Souza (2000) identifica este comportamento como fruto de um discurso-padrão que associa a condição de pobreza de uma dada população com o nível de degradação do seu ambiente. Pensando nestes termos, as chamadas classes de renda média e alta acreditam estarem salvaguardando o ambiente porquanto consideram que sua participação é indireta no processo de degradação

do ambiente. Elas esquecem que há uma relação direta entre o ambiente e o seu nível/tipo de consumo.

Assim, levando-se em conta que 64% dos entrevistados associaram à prática da separação do lixo aos chamados problemas ambientais, expresso na preocupação com a reciclagem de materiais e preservação ambiental, como certificar-se de que não se tratam de argumentos inconsistentes? Rodrigues (1998), por exemplo, explorou este aspecto numa pesquisa realizada com moradores de São Paulo que separam o lixo para a coleta seletiva, verificando que este ato não é indicativo de que a compreensão sobre o ambiente tenha aumentado, nem mesmo que as pessoas se tornaram ambientalmente mais educadas. Na verdade, a autora compartilha a idéia de que a educação ambiental não tem ocorrido, ao contrário, o que se tem feito é um “adestramento ambiental” (entendido como uma compreensão fragmentada do processo educativo), pois quem separa o lixo de sua casa para a reciclagem não associa isso às questões mais amplas como a produção e o consumo de produtos descartáveis, por exemplo.

Nesta pesquisa não se pretendeu efetuar algum tipo de medição sobre este aspecto, mas qualificá-lo enquanto ação, pois que a tomada de consciência de algo se refere “saber como foi feito”, como nos indica Oliveira (2002, p. 33) e porque é feito. Por isso, uma das formas de compreender a consistência dos argumentos apontados pelos entrevistados para separarem o lixo domiciliar é indagar como eles concretizam o que identificam como consciência ambiental na prática da separação do lixo por meio da questão: quem faz a seleção do lixo nas unidades domiciliares?

Dos entrevistados que disseram separar o lixo, 48,9% (21,7% + 27,2%) participam efetivamente dessa separação (Gráfico 17). Isso indica que dos entrevistados que disseram haver separação do lixo em suas casas, pelo menos 49,4% (5% + 44,4%) se consideram participantes do Programa mesmo não realizando de fato tal prática enquanto



Fonte: Pesquisa de campo, jan. – abr./2005
Elaboração: Denise Santos

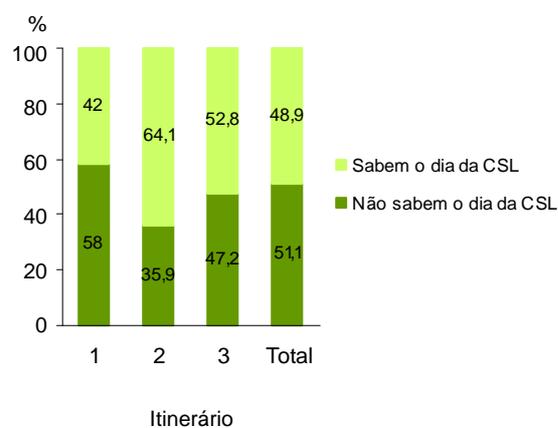
Gráfico 17 – Indicação de quem realiza a separação do lixo na unidade domiciliar para a coleta seletiva

vivência. Dizer que as classes de maiores rendas e escolaridade implicam, necessariamente, numa maior participação no processo de separação do lixo não é válido para os resultados desta pesquisa, pois se trata mais de uma pseudo-participação, já que o fato de se sentir ou se considerar participante não representa explicitamente participar da ação. E mesmo quem admitiu participar diretamente do processo, 17,8% dos entrevistados não soube explicar as razões de separar o lixo e 40% associou sua prática à questões genéricas relacionadas à preservação ambiental sem precisar a relação entre os fatos.

Tanto é assim que informações como o dia em que a coleta seletiva ocorre, que deveria ser apropriada pela maioria dos entrevistados, não é, conforme se ver no Gráfico 18. Mais da metade dos entrevistados não conseguiu indicar o dia em que a coleta seletiva ocorre na sua rua, percentual que varia entre os itinerários alcançando 35,9% no Itaigara (I2) e 58% no Parque Nossa Senhora da Luz (I1).

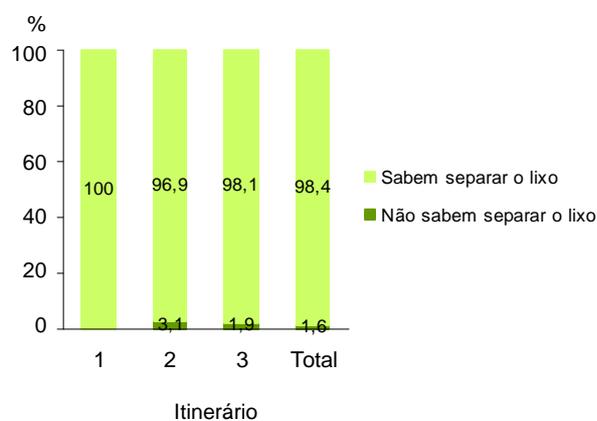
Para compreender porque a maioria desses entrevistados não participa efetivamente da separação do lixo, procurou-se saber se estes conhecem os procedimentos de seleção do lixo. No entanto, verificou-se que grande parte disse saber fazer a separação dos resíduos sólidos, tal como se pode ver no Gráfico 19, demonstrando que a questão parece não ser mesmo de ordem procedimental.

Retomando as indicações demonstradas no Gráfico 17, vê-se que a maioria dos entrevistados informou que



Fonte: Pesquisa de campo, jan. – abr./2005
Elaboração: Denise Santos

Gráfico 18 – Indicação do dia da semana em que ocorre a coleta seletiva de lixo (CSL) entre os que separam o lixo domiciliar



Fonte: Pesquisa de campo, jan. – abr./2005
Elaboração: Denise Santos

Gráfico 19 – Conhecimento sobre como separar o lixo para a coleta seletiva

quem faz a seleção do lixo, de fato, são as empregadas(os) das residências, cujo nível de escolaridade e renda estão numa classificação julgada inferior. Chama a atenção também que entre os entrevistados que disseram não separar o lixo para a coleta seletiva foi apontado por 12,8% destes que quem deveria fazer essa separação eram os empregados, tanto do condomínio quanto da residência. Para estes entrevistados,

é preciso conscientizar as empregadas domésticas para que elas façam esse trabalho, pois as mesmas é quem ficam a maior parte do tempo nas residências e, assim, tendo uma visão quanto à importância, poderiam colaborar de maneira mais eficaz, pois elas mesmas sabendo às vezes *não fazem por preguiça* (Moradora do Ed. Port Saint Vicent, Itinerário Itaigara, 41 anos, reside há 6 e separa há 2 anos, grifo nosso).

eu sempre oriento a funcionária para separar o lixo, mas nem sempre é *cumprido* (Moradora do Cond. Solar das Palmeiras, Itinerário Pq. Nossa Sr^a. da Luz, 36 anos, reside há 13 e separa o lixo sem rotina, grifo nosso).

A questão se torna mais delicada quando se dá voz aos empregados dos condomínios que trabalham nas unidades alvos da pesquisa. A grande maioria corrobora com o relato expresso por um deles:

Aqui quase ninguém liga pra isso de separar lixo. Não bote fé que irão te responder. Se eu não separasse alguma coisa que vem dos apartamentos ele (o cooperado) não teria nem o que levar (Igor Santos, zelador do Ed. Callandre, Itinerário Caminho das Árvores).

De fato, nos trabalhos de campo foi comum o alerta feito por funcionários dos condomínios (administradores, porteiros e zeladores) quanto a uma possível indiferença ou pouca receptividade dos moradores dispostos a expressarem suas idéias sobre o sistema formal de coleta seletiva de lixo da cidade por meio do instrumento de pesquisa. Testemunhou-se, em diferentes momentos do trabalho de acompanhamento e aplicação da pesquisa, a colaboração, sobretudo, dos zeladores e porteiros no trabalho de coleta dos cooperados estabelecendo-se aí laços de proximidade e solidariedade, como se pode identificar na fala de um deles:

Guardo o que posso para os 'meninos'. Às vezes recebo reclamações e sou questionado porque estou guardando tanto lixo reciclável (durante uma semana). Dizem que para evitar o acúmulo, o caminhão do lixo deve levá-lo,

mas dou sempre um jeitinho para aguardar (Edson, Porteiro do Ed. Aracua, Itinerário Itaigara).

Como sugere a charge de Sieber (2003) – Figura 28 – as classes de renda média/alta aprendem o processo de separação do lixo transferindo sua responsabilidade unicamente para os trabalhadores das unidades domiciliares. E ainda, não se pergunta se é mesmo o cidadão comum que deve cumprir este papel na sociedade sem uma



Figura 28 – Charge: Classe média aprende a reciclar

contrapartida mais incisiva das próprias indústrias que produzem aquilo que virará, após perder o valor de uso e de troca, o lixo. Instaura-se na arena social uma espécie de caça aos indivíduos que não contribuem à reciclagem. Já aos que separam o lixo fazem isso porque dizem que é preciso fazê-la, porque está na moda e é “ecologicamente correto” ou porque se ganha uma dimensão de status social ao considerar que até o seu lixo tem um valor? Neste caso, se pode pensar inversamente do que diz as idéias de Gomes (2002) sobre a relação lixo e desprestígio social.

O fato é que se encontra aqui uma demonstração similar da reflexão realizada nesta pesquisa de que o *espaço concebido*, nos moldes compreendidos por Lefebvre (1991), está sendo mais percebido do que vivido, válido para 49,4% da amostra (44,4% + 5,0%), isto é, a coleta seletiva não está sendo trazida à concretude cotidiana para grande parte dos entrevistados que realizam a separação do lixo em suas casas. Dessa forma, o que esta parcela de inquiridos identifica como consciência ambiental na separação dos resíduos domiciliares é algo que se realiza mais como abstração do que como atitude propriamente dita. Isso pode ser interpretado como um indicativo de que grande parte da classe de renda média/alta vem se apropriando apenas de um discurso, apesar de existir quase um senso-comum de que a “classe polida” seja suficientemente consciente em termos ambientais.

Essa reprodução social do discurso ambiental se relaciona também a um viés institucional, como discorrem os trabalhos de Carvalho (1990) e Barros (2003) ao

enfatizarem que a chamada questão ambiental é tratada pelo Poder Público procurando sensibilizar uma determinada opinião pública (sobretudo as classes de maiores rendas), a fim de fazer valer seus próprios interesses por meio de um auto-consenso. Esse entendimento traz a possibilidade de aprofundar uma reflexão sobre a relação indireta entre nível de escolaridade e conscientização ambiental. Chega-se, assim, a uma necessidade de esclarecer que níveis de escolarização, mensurados pelos anos de estudo, por exemplo, não circunscreve a totalidade de um processo educativo, isto é, escolaridade e educação, apesar de termos próximos, podem ser pensados de forma distinta. A aquisição de conhecimentos e a formação de habilidades cognitivas que levam a uma visão mais ampla dos valores e das atitudes individuais e coletivas, como condições indispensáveis para o exercício da cidadania, não estão apenas relacionadas à escolarização.

Associar diretamente a prática da separação dos resíduos domiciliares à uma questão de educação ou atitude cidadã foi apenas apontada por 3,7% dos entrevistados e para 6,5%, a motivação tem a ver com a oportunidade de participar da coleta seletiva ajudando a gerar renda para quem precisa. Nessa extensiva, separar o lixo pode expressar uma atitude de cidadania, mas a sua responsabilidade é mesmo do cidadão? De que cidadania e de que cidadão se está falando?

Milton Santos em seu livro *O Espaço do Cidadão* já dizia: “há cidadania e cidadania [...] há os que são mais cidadãos, os que são menos cidadãos e os que nem mesmo ainda o são” (1987, p. 12). O autor trabalha ao longo do seu texto que a cidadania na contemporaneidade assume graus de existência distintos em cada espaço (em diferentes escalas geográficas) que do ponto de vista teórico não deveria ocorrer, pois

a cidadania é uma lei da sociedade que, sem distinção, atinge a todos [...] a cidadania, sem dúvida, se aprende. É assim que ela se torna um estado de espírito, enraizado na cultura [...]. Ameaçada por um cotidiano implacável, não basta à cidadania ser um estado de espírito ou uma declaração de intenções. Ela tem o seu corpo e os seus limites como uma situação social, jurídica e política. [...] A cidadania pode começar por várias definições abstratas, cabíveis em qualquer tempo e lugar, mas para ser válida deve poder ser reclamada [e ouvida] (SANTOS, 1987, p. 7-8).

O leque da discussão se amplia aqui ao recordar que foi, sobretudo, a partir dos anos 90 do século passado que a responsabilidade pelo lixo gerado ou

produzido desviou-se, sobremaneira, para o viés do consumo. Para Portilho (2005, p. 25) ocorreu “uma espécie de deslocamento da percepção, do discurso e da definição da problemática ambiental”. Até os anos 1970 o crescimento demográfico era indicado como responsável pela crise ambiental, no pós 1970 essa figura foi transposta ao estilo de produção industrial até chegar, duas décadas depois, no estilo do consumo e modo de vida dos consumidores. De igual modo, Rodrigues admite que

embora já esteja demonstrado, em larga medida, que a produção de mercadorias e a produção da segunda natureza sejam ‘responsabilidade’ do modo industrial de produzir, esta está simbolicamente deslocada para os indivíduos consumidores. *Responsabilizar o ‘consumidor’ é uma forma de ‘preservar’ o ideário de que quem produz é o capital e não o trabalho e que o capital é responsável pela riqueza e não pela pobreza ou destruição da natureza* (RODRIGUES, 1998, p. 31-2, grifo nosso).

Não se pretende aqui discorrer sobre a “cultura do consumo” ou das correntes de análise sobre a sociedade do consumo, mas de tentar compreender um dos vários lados da relação entre lixo e cidadania, analisando o porquê do reduzido percentual de entrevistados que identificaram essa relação como motivo maior para separar o lixo ou mesmo que sentido de cidadania está embebida na tal conscientização ambiental apontada pelos entrevistados. Há certo número de teóricos que correspondem a figura do cidadão com a do consumidor, cuja antítese encontra em Santos (1987) um dos alicerces. Na sua ótica, existe um consumidor mais-que-perfeito (aquele que está mergulhado e submisso às regras impostas pelo mercado) e um consumidor imperfeito (aquele que, em alguma medida, consegue exercer-se também como cidadão desafiando tais regras). É esse caráter que não deve obscurecer o que há de mais nítido na distinção entre a figura do consumidor e a do cidadão: a politização deste último.

Considerando que a reciclagem para se realizar foi vinculada à uma necessidade de separação do lixo na fonte geradora, atribuiu-se ao consumidor essa responsabilidade como indicativo de cidadania. No entanto, é preciso lembrar que a sociedade brasileira desenvolveu um certo conceito de cidadania desapegado das idéias de coletividade e amistoso à valorização do consumo. Os mecanismos publicitários em voga exemplificam essa forçosa relação entre cidadania e consumo por meio do chamado marketing da reciclagem que procura neutralizar o impacto da

produção indicando, por exemplo, o termo “reciclável” nos rótulos de embalagens de vários produtos a fim de induzir o que entendem como “consumo sem culpa” (GRIMBERG; BLAETH, 1998, p. 17). Trata-se da formação de um não-cidadão que certamente “aceita ser chamado de usuário” pelo fato de ter tido acesso ao consumo de mercadorias (SANTOS, 1987, p. 13). Arendt (2004) alonga similar pensamento entendendo que a cidadania e, por conseqüência, o espaço da política estão se dissolvendo.

Portanto, já é-nos claro que embora a separação do lixo seja realizada pela maioria dos entrevistados, está parece estar mais vinculada à figura de consumidores individualizados em seus valores e atitudes. Aliás, o próprio projeto de ampliação do *Programa Recicla Salvador* é claro ao entender que o comportamento da população deve ser sensibilizado para atender uma necessidade imposta pelas indústrias de reciclagem que exige como matéria prima um resíduo cada vez mais limpo obtido nas fontes geradoras – unidades domiciliares (PMS. LIMPURB, 2000, p. 84).

Sendo assim, como é possível pensar numa coleta seletiva em que o cidadão seja um partícipe ativo, se o que interessa aos planejadores do PRS é a participação de indivíduos cooptados tão somente pelas mercadorias? A idéia de que é preciso reciclar e/ou reutilizar o que é descartado tem sido legitimada em nome de uma consciência ambiental, que, como se viu, não se reverte no cotidiano e no espaço para a maioria dos entrevistados, e em nome de uma cidadania que se deixa levar mais pelas exigências do mercado, pois o que é separado do lixo atende a uma demanda industrial¹⁴.

Aprofundando a investigação sobre como ocorre a separação do lixo nas unidades domiciliares pesquisadas, verificou-se que os entrevistados que disseram separar o lixo para a coleta seletiva a qualificaram como não trabalhosa, ou seja, admitiram que fazê-la altera pouco as tarefas do cotidiano (Gráfico 20). No entanto, é preciso lembrar que esta avaliação tem maior consistência para 48,9% destes entrevistados que admitiram participar efetivamente da separação do lixo (21,7% + 27,2%) como se viu no Gráfico 17. Assim sendo, pressupor que fazer a separação do lixo não seja algo trabalhoso é apenas uma apreensão mais imediata daquilo que não é vivenciado no espaço cotidiano. Para se avaliar se é trabalhosa ou não, a

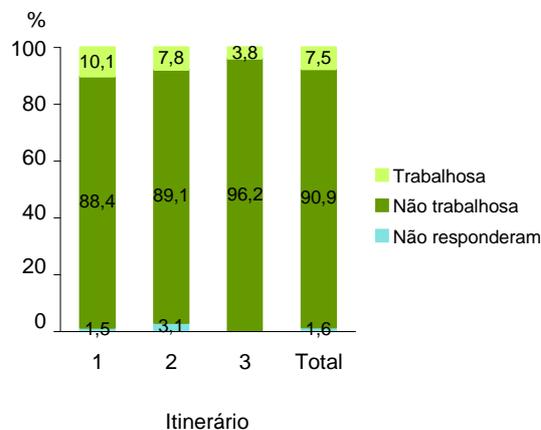
¹⁴ Ver no Anexo C os itens que são recicláveis e que não são recicláveis na coleta do Programa Recicla Salvador.

separação dos resíduos domiciliares deve ser vivenciada enquanto processo e isso é uma prerrogativa sob o risco de subjugar-se a idéias falaciosas.

Perguntados sobre como fazem a separação do lixo nas unidades domiciliares, a maior parte dos entrevistados disse realizar a separação do tipo não simplificada (ou multiseletiva), ou seja, aquela que ocorre mediante a distinção de cada tipo de material reciclável (Gráfico 21). Este tipo de separação é fortemente incentivada pela mídia, ao propagar a idéia de reciclagem, e tem sido estimulada desde a ampliação do PRS que inseriu o uso dos PEV.

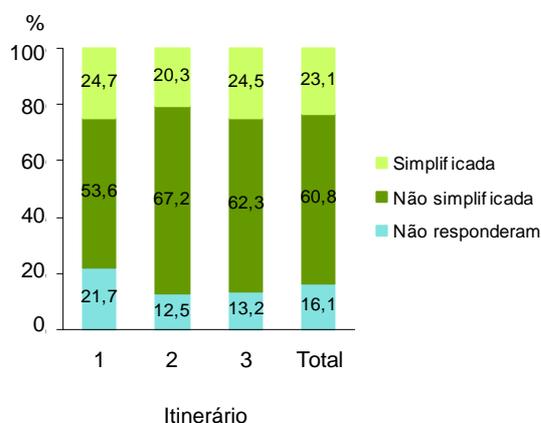
No entanto, há uma vertente de especialistas que acreditam que a coleta não simplificada pode representar alguns inconvenientes, se há intenções de agregar a geração de empregos na atividade da reciclagem, por meio da triagem de materiais e quando se tem restrições dimensionais para comportar recipientes com diferentes tipos de resíduos.

Por isso, atribuem à coleta simplificada uma maior possibilidade de adesão popular, porque se simplifica o processo de separação nas residências e, ao mesmo tempo, de admissão do trabalho de catadores de lixo cooperativados. Além disso, mesmo ocorrendo uma separação por tipo de material tem-se a necessidade de classificá-lo (por coloração, por exemplo, como ocorre com o PET) segundo as normas e regras de quem compra estes materiais. Assim, este modelo de coleta multiseletiva, reproduzido a partir daquele utilizado nas cidades européias em que a logística da coleta seletiva é coerente com o próprio sistema de coleta de lixo, pouco



Fonte: Pesquisa de campo, jan. – abr./2005
Elaboração: Denise Santos

Gráfico 20 – Como os participantes do PRS qualificam a separação do lixo



Fonte: Pesquisa de campo, jan. – abr./2005
Elaboração: Denise Santos

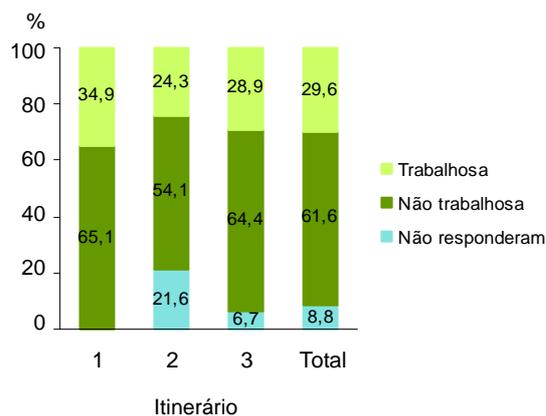
Gráfico 21 – Tipo de separação do lixo que os participantes do PRS realizam

contribui para estimular a prática da separação do lixo, pois impõe um código pouco incorporado ao cotidiano das pessoas (GONÇALVES, 2003).

Indagando-se a mesma questão, expressa no Gráfico 20, aos entrevistados que não separam o lixo para a coleta seletiva, o percentual daqueles que a qualificam como não trabalhosa é também maioria (Gráfico 22). Esse resultado se torna interessante se for considerando que, em princípio, quem não separa o lixo poderia ser indicado como uma tarefa trabalhosa. Todavia, isso não foi confirmado por mais de 60% dos entrevistados. Nesse caso, é válido resgatar aos motivos explicitados para não separar o lixo, conforme visto nos Gráficos 12 e 15, cujo destaque é dado à carência de informação.

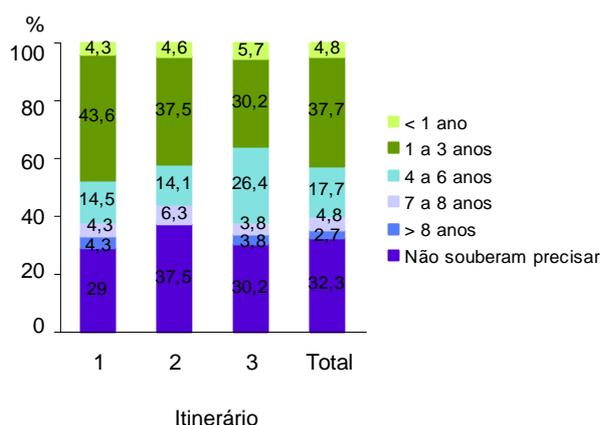
Quanto à adesão ao *Programa Recicla Salvador*, verificou-se que o número de participantes aumentou quantitativamente nos últimos três anos, coincidindo com a fase de ampliação do Programa. Neste aspecto, se destaca o itinerário Parque Nossa Senhora da Luz (I1), cujo percentual chega a quase 44% (Gráfico 23). Poucos relataram participar desde a primeira fase de implantação da coleta seletiva formal (com o *Programa Lixo Útil*), apesar da maioria dos entrevistados residirem no local pelo menos 10 anos (Gráfico 3).

Considerando o percentual daqueles que não souberam precisar desde quando separam o lixo para a coleta seletiva, mais de 32% dos entrevistados, urge aqui um questionamento: se a maioria dos entrevistados separa o lixo há pouco tempo,



Fonte: Pesquisa de campo, jan. – abr./2005
Elaboração: Denise Santos

Gráfico 22 – Como os não participantes do PRS qualificam a separação do lixo



Fonte: Pesquisa de campo, jan. – abr./2005
Elaboração: Denise Santos

Gráfico 23 – Tempo que separa o lixo para a coleta seletiva

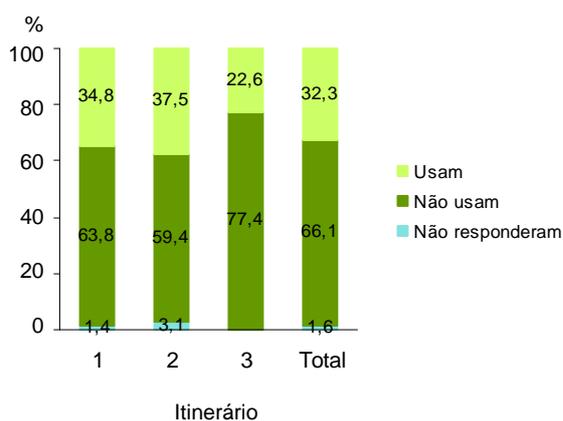
porque então a produção da coleta seletiva vem oscilando com tendência à queda, tal como se verificou na Tabela 10? O que instiga é compreender por que não houve um aumento proporcional da produção dos recicláveis coletados pelo sistema formal de coleta seletiva diante do aumento da adesão popular.

Uma das possibilidades está relacionada à grande quantidade de rejeito que tem sido disposto à coleta seletiva. Levando-se em conta que a maioria dos entrevistados admitiu que quem faz a separação do lixo domiciliar são os empregados, estes podem ter alguma dificuldade de seleção dos materiais que são e que não são recicláveis até porque não se tem nenhuma trabalho desenvolvido com o intuito de orientá-los. A afirmação ganha substância diante do relato de um dos cooperados da COOPCICLA durante os acompanhamentos de campo:

Muita gente não sabe que nós não levamos caixa de leite e isopor, por exemplo. Pensam que tudo pode ser reciclado, mas não é. Nós fomos treinados na cooperativa para sabermos o que se pode e o que não pode ser coletado (Romilson, 21 anos, cooperado há quase 2 anos).

No entanto, não se pode afirmar com certeza que seja essa a questão, a menos que se investigue como estes empregados participam da separação do lixo como se pretende realizar, a posteriori.

Uma outra oportunidade de identificar e analisar as relações estabelecidas no processo de apropriação social da coleta seletiva formal é investigar se os residentes do NL Pituba que separam o lixo de suas casas utilizam o PEV. Dos resultados expressos no Gráfico 24, obtiveram-se as seguintes evidências: menos de 33% dos entrevistados que separam o lixo de suas casas para a coleta seletiva usam algum PEV, percentual que se reduz no itinerário Caminho das Árvores (I3) e eleva-se nos itinerários Pq. Nossa Sr^a. da Luz (I1) e Itaipara (I 2).



Fonte: Pesquisa de campo, jan. – abr./2005
Elaboração: Denise Santos

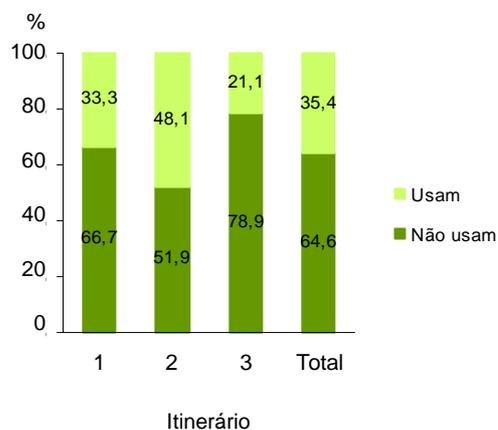
Gráfico 24 – Uso dos PEV entre os que separam o lixo

Sabendo-se que 42,5% dos entrevistados vêm separando o lixo de suas casas nos últimos três anos (conforme Gráfico 23) foi verificado que destes, cerca de 35% estão usando os PEV (Gráfico 25). Isso demonstrando também a pouca adesão ao PRS na modalidade entrega voluntária.

O percentual encontrado entre aqueles que utilizam os PEV (32,3% dos que separam o lixo conforme Gráfico 24) se torna ainda mais fragilizado quando se questiona sobre a frequência com que os utilizam, pois 65% destes disseram ter uma regularidade instável, sem rotina, caracterizando o uso esporádico (Gráfico 26).

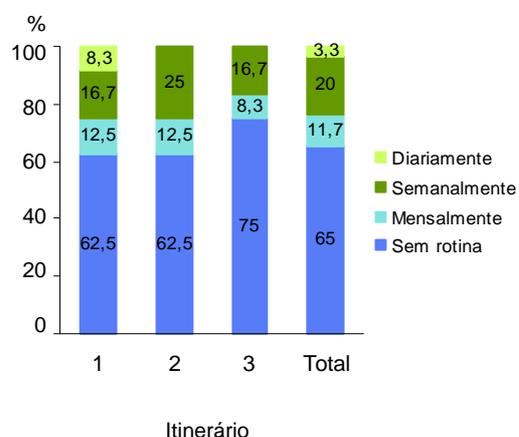
Retomando o Gráfico 24, vê-se que a maioria dos entrevistados relatou não utilizar o PEV, percentual que se eleva ainda mais no itinerário Caminho das Árvores (I 3) que ultrapassa os 77%, assim como amortece no itinerário Itaigara (I 2) em que mais de 37% dos entrevistados que separam o lixo assumiram usar o PEV. O que poderia explicar o pouco uso dos PEV entre os que separam o lixo?

O uso dos PEV pela população depende de uma atitude voluntária maior para que a coleta seletiva ocorra em relação à modalidade porta a porta. Visando levantar se a separação do lixo ocorre distintamente entre aqueles que usam e os que não utilizam os PEV, confrontou-se informações sobre a qualificação da separação do lixo e quem a realiza, obtendo-se os seguintes resultados (Gráficos 27 a 30):



Fonte: Pesquisa de campo, jan. – abr./2005
Elaboração: Denise Santos

Gráfico 25 – Adesão à coleta seletiva nos últimos três anos associado ao uso dos PEV



Fonte: Pesquisa de campo, jan. – abr./2005
Elaboração: Denise Santos

Gráfico 26 – Frequência com que usam os PEV designados à coleta seletiva formal

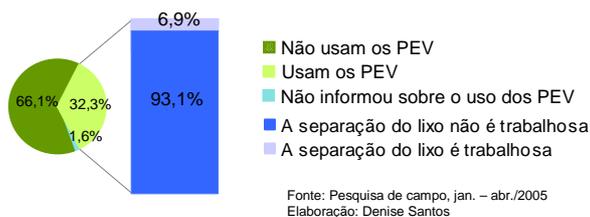


Gráfico 27 – Uso dos PEV associado à qualificação da separação do lixo

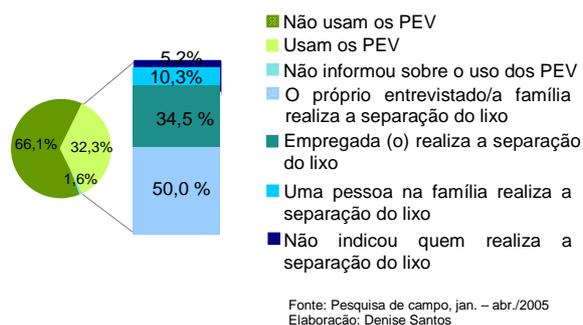


Gráfico 28 – Uso dos PEV e quem realiza a separação do lixo

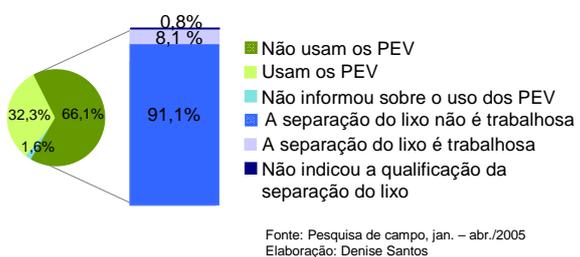


Gráfico 29 – Não utilização dos PEV associado à qualificação da separação do lixo

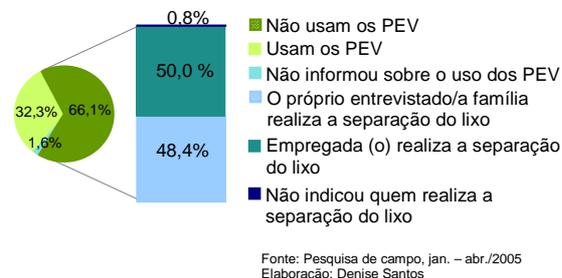
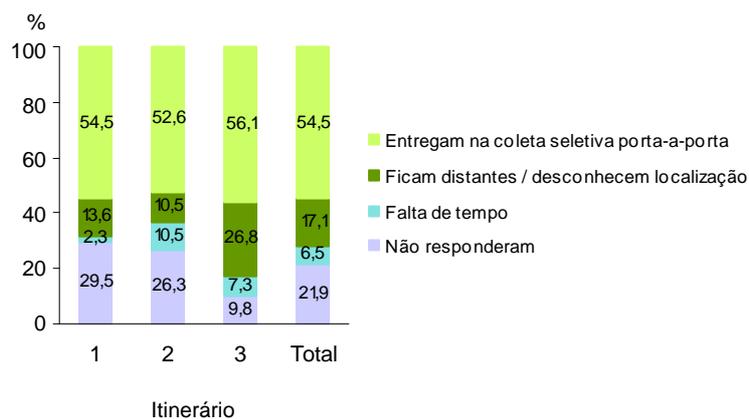


Gráfico 30 – Não utilização dos PEV e quem realiza a separação do lixo

A participação no processo de separação envolvendo o próprio indivíduo entrevistado e/ou todo o grupo familiar, pouco se altera entre aqueles que usam e os que não usam os PEV (Gráficos 28 e 30). Todavia, entre os que não usam os PEV o percentual da participação dos empregados das residências na prática da separação do lixo aumenta em mais de 15% (Gráfico 30). Assim, a separação do lixo ocorre de forma distinta entre os entrevistados que usam e os que não usam os PEV. Quanto à qualificação da separação do lixo, verificou-se que não há alterações entre os que usam e os que não usam os PEV, pois em ambos os casos a separação não foi tida como trabalhosa (Gráficos 27 e 29).

Dentre os motivos para não usar os PEV ressaltados pelos entrevistados chama a atenção o fato de mais de 17% desconhecerem sua localização ou admitirem problemas com sua acessibilidade física (Gráfico 31). Dos atuais 5 PEV instalados no NL Pituba, apenas 1 fica no itinerário do Caminho das Árvores, justificando aí o aumento do percentual para mais de 26%. O que a maioria destacou é uma espécie de conflito no sistema formal de coleta seletiva proposta pela PMS, como se pode acompanhar na opinião expressa de um dos moradores.



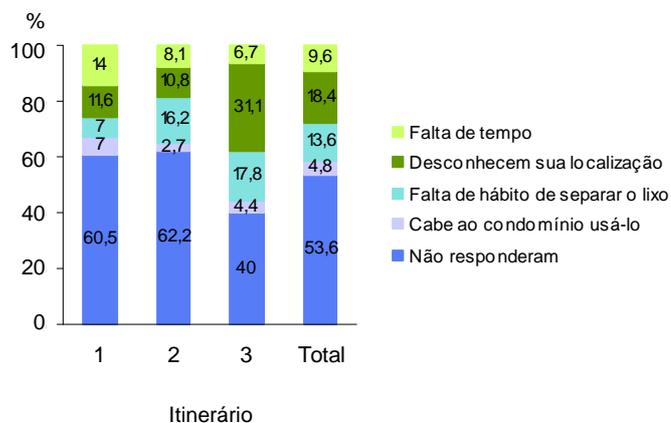
Fonte: Pesquisa de campo, jan. – abr./2005
Elaboração: Denise Santos

Gráfico 31 – Motivos para não usar os PEV entre os que separam o lixo para a coleta seletiva

A gente não sabe se coloca o lixo nos contêineres ou espera o catador, não sabemos se eles pertencem à LIMPURB ou se são de uma concorrente dos catadores da cooperativa. Não entendi isso. (Morador da Rua João da Silva Campos, Itinerário Itaigara, 56 anos, reside há 17 e separa há 8 anos).

Foram levantadas também as razões para não usar os PEV entre os entrevistados que admitiram separar o lixo. Estas se aproximam daquelas especificadas pelos entrevistados que não separam os resíduos domiciliares para a coleta seletiva. Acompanhar os resultados obtidos no Gráfico 32, no qual é possível notar que, apesar da maioria não ter respondido à questão, grande parte desses entrevistados confirmaram desconhecer os pontos estrategicamente definidos para a instalação dos PEV demonstrando que há, pelo menos, embates quanto à sua acessibilidade física.

Querendo-se conhecer o nível de satisfação dos participantes do *Programa Recicla Salvador*, foi possível verificar que mais de 30% entrevistados que separam o lixo para o sistema formal de coleta seletiva não conseguiram avaliá-lo, enquanto que pouco mais de 20%



Fonte: Pesquisa de campo, jan. – abr./2005
Elaboração: Denise Santos

Gráfico 32 – Motivos para não usar os PEV entre os que não separam o lixo para a coleta seletiva

demonstraram desagrado (Gráfico 33). Embora 42,5% dos participantes do Programa tenham demonstrado satisfação, é preciso lembrar que esta avaliação está sendo feita por pessoas que, em quase sua maioria, não realizam efetivamente a coleta seletiva em suas casas, como ficou destacado no Gráfico 17. Portanto, trata-se de um julgamento que deve ser considerado com as devidas restrições e limitações.

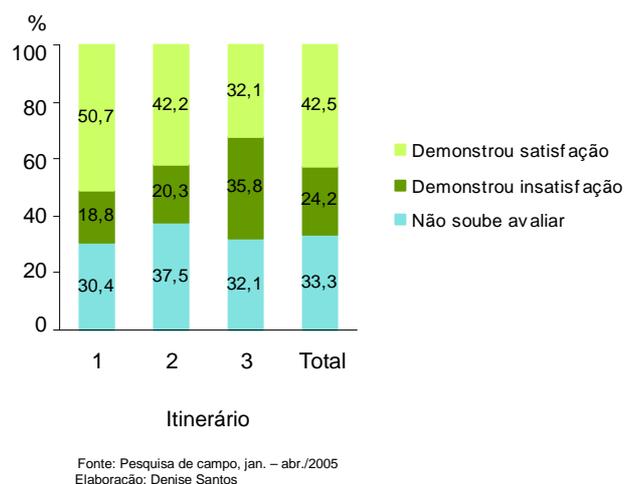


Gráfico 33 – Avaliação do PRS, segundo grau de satisfação

Diante dos resultados da pesquisa expostos, até o momento, é possível afirmar que a relação os representantes do *espaço concebido* realizam fazem entre às práticas de separação do lixo nas unidades domiciliares e o respectivo aumento na qualidade da vida urbana e bem estar não pode ser acolhida sem que se leve em conta que estes termos estão carregados de incongruências, pois que são

usados como se tivessem um sentido unívoco. No entanto, o que é melhorar, do ponto de vista desse discurso? O que é bem-estar ou uma vida de qualidade na sociedade de consumo? Sabemos como esses signos são manejados, associando-se a produtos, projetos e condutas, que precisam ser vendidos [...] (CARVALHO, 1990, p. 237).

No momento em que a coleta seletiva se associa à qualidade de vida é preciso, no entanto, compreender que não se trata de um termo unívoco. Souza (2000) esclarece a sua distinção ao afirmar que este não deve ser confundido com o que se entende por padrão de vida, isto é, ao poder aquisitivo de um indivíduo. A qualidade de vida é algo que também envolve as coisas que o mercado não pode oferecer e que não se pode quantificar, embora se possa mensurar em nível ordinal. Nessa trilha Rodrigues (1998, p.115-116) entende que para compreender a relação entre qualidade de vida e contradições da urbanização, faz-se necessário questionar: “quem é ‘beneficiado’ pela urbanização, quem dela é excluído e como se caracteriza essa exclusão”.

Por isso, é necessário expandir a compreensão sobre as práticas de separação dos resíduos domiciliares entendendo que

a maioria das pessoas acredita que a reciclagem é uma boa idéia. Entretanto, nem todos têm disposição para reciclar – o hábito de jogar as coisas fora é difícil de ser quebrado. As pessoas precisam perceber boas razões para a reciclagem, ou seja, elas devem entender completamente o programa de reciclagem [e de coleta seletiva] e este deve ser conveniente. Elas devem ser motivadas a superar suas objeções ou inércia até que a reciclagem [a seleção do lixo] se torne um hábito (REINFELD, 1994, p. 138).

Cabe retomar a questão: a quem o sistema formal de coleta seletiva é conveniente? Há que se questionar se é possível continuar acreditando que as classes de maiores rendas darão crédito de sucesso do *Programa Recicla Salvador*, se várias experiências brasileiras de coleta seletiva se mostram na contramão do que se observa em Salvador? Obviamente que não é nosso propósito discorrer sobre os sistemas formais de coleta seletiva que têm sido desenvolvidos no país nem fora dele, mas apenas referenciá-los enquanto dimensão metodológica. Em matéria a Folha de São Paulo, Viveiros (2003) questiona se a coleta seletiva não deve ficar nas mãos de quem a tem como lida de trabalho – os catadores de lixo.

4.2 COLETA SELETIVA FORMAL NO ESPAÇO DA PITUBA E AS FORMAS DE APROPRIAÇÃO SOCIAL DOS TRABALHADORES DOMICILIARES

Dentro da casa faziam tudo: cozinhavam, lavavam, serviam à mesa, limpavam o chão e móveis, atuavam como mensageiros; as mulheres fiavam, costuravam e eram babás; os homens [...] limpavam o quintal, jogavam o lixo nos locais [designados] (ARAÚJO, 1997, p. 98).

Embora a descrição acima se refira ao trabalho doméstico em tempos coloniais do Brasil, estas tarefas continuam a fazer parte das funções assumidas até hoje pelas empregadas e empregados domésticos. Enquanto atividade profissional foi regulamentada no Brasil em 1972, mas desde os anos de 1930 algumas mudanças já vinham ocorrendo de modo a caracterizá-la enquanto prestação de serviço. Mas é com a vida urbana atropelada por um certo modo de viver e conviver com a cidade e com as pessoas que as mudanças mais recentes nas tarefas domésticas se fizeram emergentes. É cada vez mais requisitado a uma parcela destes trabalhadores, saber usar a máquina de lavar, o microondas, programar o freezer, saber usar o grill, o mixer e até os modernos ferros de passar, enfim é preciso saber ligar, usar e desligar os equipamentos, muitos dos quais quinquilharias e parafernalias consumidas pelas famílias de classe de renda média-alta, e ainda ter boa capacidade de comunicação e expressão é considerada fundamental na sua qualificação. Poderíamos acrescentar a estas atribuições, a atividade de separação do lixo doméstico para a coleta seletiva como mais uma tarefa caracterizável, por certo número de pessoas, como relativa ao trabalho destes profissionais, como já visto na sessão anterior.

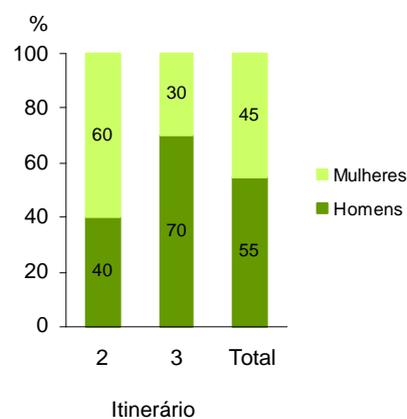
No entanto, faz-se importante analisar de que maneira estes trabalhadores participam do processo de separação do lixo, os quais contribuem diretamente no *Programa Recicla Salvador* mesmo não tendo sido alvo direto de suas ações nem nos locais de trabalho quiçá nos de moradia. O que se apresenta neste capítulo é um perfil qualitativo dos empregados e empregadas das unidades unidomiciliares (domésticas, diaristas e caseiros) localizadas no NL Pituba. É importante destacar que esta pesquisa foi realizada nos itinerários Itaigara (I2) e Caminho das Árvores (I3). No itinerário Parque Nossa Senhora da Luz (I1) não foi possível aplicar o

instrumento de pesquisa, pois nenhum destes empregados atendeu ao chamado porta a porta. Muitos justificaram a impossibilidade de participarem da pesquisa, pois havia uma recomendação dos patrões de não atender a qualquer chamado de uma pessoa desconhecida à porta diante do receio a assaltos.

Da amostra pesquisada, a maioria caracteriza-se por ser do gênero masculino, embora o percentual de mulheres revele uma situação de equilíbrio (Gráfico 34). Este resultado pode ser explicado pela quantidade de caseiros que efetuaram a entrega dos materiais separados ao cooperado no dia da coleta seletiva domiciliar, demonstrando que, mesmo na contemporaneidade, a tarefa em relação ao destino do lixo da casa é de responsabilidade do empregado quando o há.

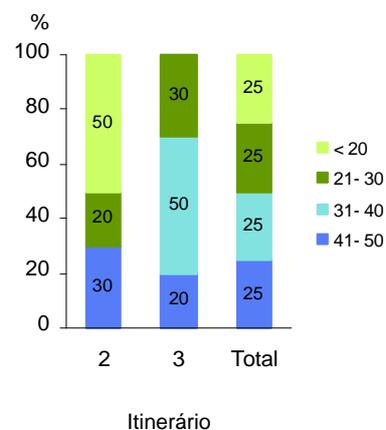
Quanto à faixa etária, a situação revela equilíbrio ainda maior, embora no itinerário Itaipara (I2) a maioria dos entrevistados tenha entre 17 e 20 anos e os da faixa etária entre 31 a 40 anos não teve registro de frequência. Já no itinerário Caminho das Árvores (I3) a situação se inverte, isto é, não houve registro de empregados na faixa etária com menos de 20 anos, ao passo que a caracterizada pela classe de 31 a 40 anos teve a maior ocorrência (Gráfico 35).

Em relação ao tempo que trabalham nas unidades unidomiliares (Gráfico 36), a maioria possui mais de 10 anos de serviço, sendo indicativo de que os mesmos possam ter condições de acompanhar ou identificar as intervenções de coleta seletiva realizada pelo Poder Público no NL Pituba ao longo deste período de tempo. Todavia, a quantidade de empregados que possui menos de três anos de prestação de serviço é bastante significativa (35%), sendo indicativo de que estes não presenciaram as etapas de implantação do



Fonte: Pesquisa de campo, jan. – abr./2005
Elaboração: Denise Santos

Gráfico 34 – Gênero dos entrevistados



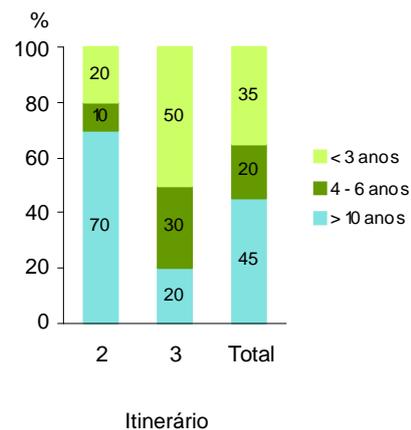
Fonte: Pesquisa de campo, jan. – abr./2005
Elaboração: Denise Santos

Gráfico 35 – Faixa etária dos entrevistados

sistema formal de coleta seletiva, exceto em sua última fase.

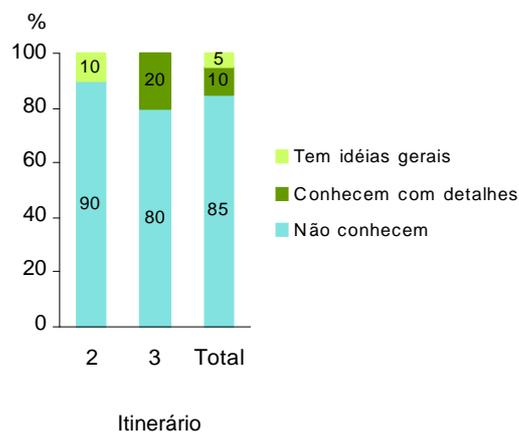
Daí interessou-nos saber se estes entrevistados reconheciam tais intervenções de coleta seletiva formal nos locais de trabalho e o resultado foi o seguinte: 85% dos entrevistados não reconheceram nenhuma forma de atuação do *Programa Recicla Salvador* (Gráfico 37). Isso não significa que o percentual dos entrevistados que não separam o lixo para a coleta seletiva nas unidades domiciliares tenha alcançado tal valor, pois o levantamento da questão (Gráfico 38) revelou que 95% destes realizam tal separação.

Vários elementos podem ser considerados numa tentativa de análise e reflexão acerca do exposto, mas há algo explicitamente manifesto: embora se dê pouca importância ao trabalho deste grupo de entrevistados nas ações de planejamento e execução dos programas formais de coleta seletiva (apenas no documento de ampliação do PRS é feita uma breve referência a um trabalho de informação com ênfase nas empregadas domésticas e zeladores, do qual não se sabe quando e como seria realizado) estes conseguem se apropriar do exercício da separação do lixo no espaço de vivência do trabalho, sob uma diferenciada influência e determinação do *espaço concebido*. Assim, mesmo desconhecendo a atuação do Poder Público não deixam de participar do processo



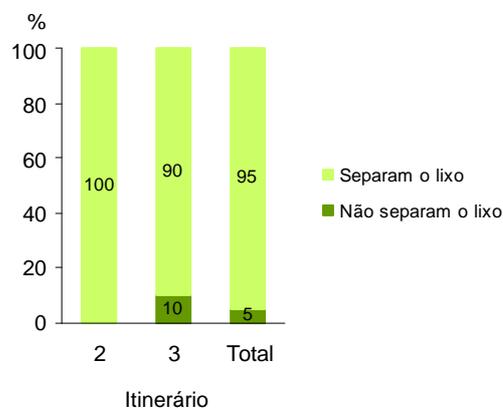
Fonte: Pesquisa de campo, jan. – abr./2005.
Elaboração: Denise Santos

Gráfico 36 – Tempo que trabalham na unidade residencial



Fonte: Pesquisa de campo, jan. – abr./2005.
Elaboração: Denise Santos

Gráfico 37 – Nível de conhecimento do PRS



Fonte: Pesquisa de campo, jan. – abr./2005.
Elaboração: Denise Santos

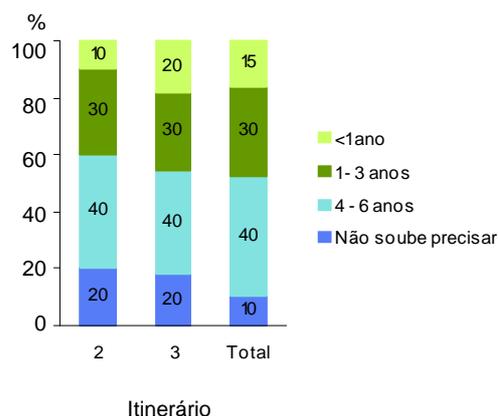
Gráfico 38 – Separação do lixo domiciliar para a coleta seletiva

ao separarem o lixo para a coleta seletiva.

Levantando a informação sobre há quanto tempo estes trabalhadores separam o lixo nos locais de trabalho pode-se checar em que fase de implantação da coleta seletiva formal houve maior adesão (Gráfico 39). Foi possível notar que a maioria dos entrevistados separa o lixo há mais de quatro anos, resultado que é ao tempo que a maioria dos residentes entrevistados separa o lixo (Gráfico 23).

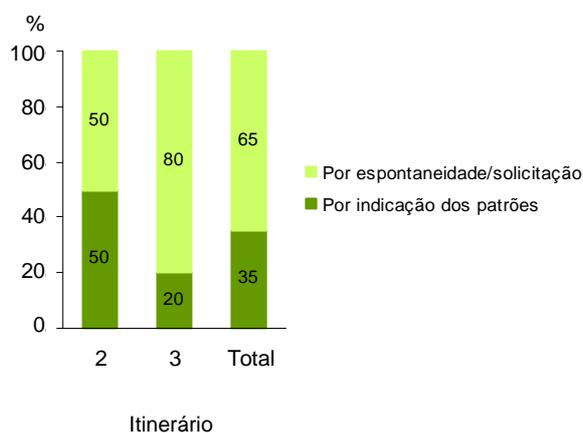
Almejando conhecer as razões que levam os empregados e empregadas das unidades residenciais atendidas pelo *Programa Recicla Salvador* a separarem o lixo para a coleta seletiva, surge uma questão: estariam estes trabalhadores encarando a separação do lixo como mais uma tarefa doméstica recomendada por seus patrões? A pergunta torna-se pertinente, afinal quase 45% dos moradores entrevistados que disseram participar do PRS os indicaram como a pessoa responsável pela separação do lixo (Gráfico 17). Contudo, o motivo que leva os empregados a separarem o lixo não decorre de uma recomendação de seus patrões, como se pode ver no Gráfico 40.

Constatou-se que 65% dos entrevistados participam da coleta seletiva por motivações próprias ou solicitações feitas pelos cooperados independente de uma designação como tarefa doméstica determinada pelo chefe do domicílio. Este percentual se eleva para 80% no itinerário Caminho das Árvores (I 3), não passando dos 50% no itinerário Itaipara (I 2). Acompanhar o que disseram sobre a questão:



Fonte: Pesquisa de campo, jan. – abr./2005.
Elaboração: Denise Santos

Gráfico 39 – Tempo que separam o lixo para a coleta seletiva



Fonte: Pesquisa de campo, jan. – abr./2005.
Elaboração: Denise Santos

Gráfico 40 – Indicação da motivação para separarem o lixo para a coleta seletiva

Eu separo o lixo porque sei que estou contribuindo para que eles possam sobreviver e sustentar sua família. A vida está muito difícil e se não ajudarmos uns aos outros, como é que vai ficar? É o que diz a minha patroa (Empregada do itinerário Itaigara, 42 anos, 4 anos de estudo, trabalha há 10 anos, separa o lixo há 2 por recomendação).

Faço a separação de tudo. Sei que isso é dinheiro, pois também vendo estes materiais lá no bairro onde moro. Às vezes quando tem muita coisa aqui, levo para casa e, assim, já garanto o pão do dia (Empregado do itinerário Itaigara, 42 anos, 8 anos de estudo, trabalha há 20 anos, separa o lixo há 4 por iniciativa própria).

Aqui se separa o lixo a pedido do catador. Ele foi quem explicou pra mim que poderia ajudá-lo no sustento de sua família separando estes materiais. Então, não me custa nada atender a este pedido, pois se faço é porque quero (Empregada do itinerário Itaigara, 39 anos, estudou até o Ensino Médio, trabalha há 1 ½ ano, separa o lixo há 1 ano por solicitação).

Vi o pessoal recolhendo o lixo e resolvi também separar. Para mim fazer a separação do lixo é uma questão de consciência tranqüila com o meio ambiente, pois ajudando o trabalho dos meninos sei que também estou fazendo o bem para a cidade e conto com a colaboração de todos na casa (Empregado do itinerário Caminho das Árvores, 29 anos, trabalha há 2 anos, separa o lixo há 2 anos por iniciativa própria, grifo nosso).

Só faço mesmo porque já se fazia na casa antes de vir trabalhar aqui. No início não entendia bem como funcionava, se era pra separar tudo mesmo. Com o tempo fui aprendendo que nem tudo a gente deve colocar no saco para dar ao rapaz. *Embalagens de leite mesmo, só fiquei sabendo que não era para separar porque ele me falou, ninguém da casa tinha me avisado* (Empregada do itinerário Itaigara, 20 anos, 4 anos de estudo, trabalha há 3 anos, separa o lixo há 2 anos por recomendação, grifo nosso).

Meus patrões vivem dizendo para separar o lixo, mas confesso que nem sempre faço. Eles (os cooperados) demoram de passar, a casa fica cheia de lixo, principalmente garrafa de refrigerante, e aí coloco tudo para a coleta do caminhão, pois se chamo um catador recebo reclamações (Empregado do itinerário Caminho das Árvores, 40 anos, estudou até o Ensino Médio, trabalha há 22 anos, separa o lixo por recomendação, mas não soube precisar desde quando).

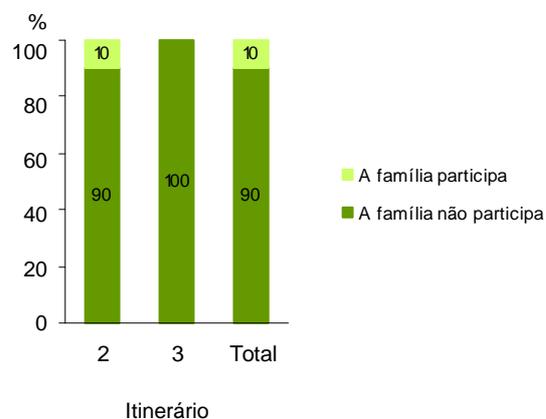
Diante de tais depoimentos, vê-se que o principal motivo para os trabalhadores que separam espontaneamente ou por solicitação da COOPCICLA é o sentido da cooperação visando contribuir e colaborar com o trabalho do outro. Fazer a separação do lixo nos locais de trabalho representa uma possibilidade de ajudar outros (os cooperados) no sustento da família. Com isso não se pode afirmar que este sentido de colaboração não apareça entre aqueles que separam por recomendação dos patrões, porém o que se pode notar em alguns depoimentos é

que a realização da separação do lixo ocorre com sentido de cumprimento de uma ordem (mesmo que parcial) dentro das atribuições domésticas definidas pelo patrão.

Considerando que 35% dos empregados e empregadas que separam o lixo para a coleta seletiva o fazem sob recomendação de seus patrões, espera-se que estes também co-participem do processo. Porém, 90% destes entrevistados afirmaram não haver participação de nenhum componente da família na separação do lixo, recaindo nas mãos dos empregados tal tarefa (Gráfico 41).

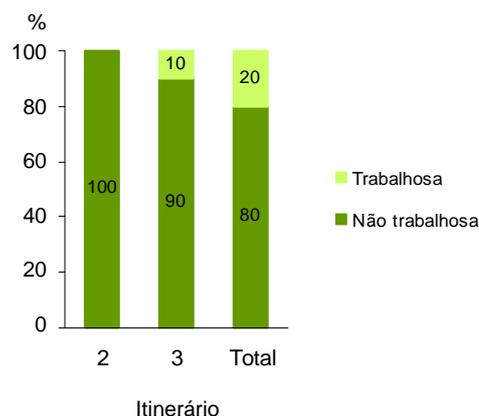
Isso instiga saber como estes trabalhadores qualificam o exercício da seleção do lixo (Gráfico 42). Diferente do que ocorreu entre os residentes entrevistados, dos quais quase metade daqueles que fazem a seleção do lixo a qualificou como não sendo trabalhosa mesmo não participando do processo (Gráfico 17), tem-se aqui uma qualificação baseada na vivência e não numa apreensão imediata da questão. Assim, 80% dos trabalhadores confirmaram não ser penoso o exercício da separação do lixo.

Neste momento é oportuno resgatar um resultado da pesquisa (apresentado na sessão anterior) que afirma não haver associação umbilical entre participação no processo de separação do lixo e níveis de escolaridade. Os trabalhadores entrevistados apresentam, a maioria, menos de cinco anos de estudo (Gráfico 43) e nem por isso deixam de contribuir com a coleta seletiva realizada pelo *Programa Recicla Salvador*.



Fonte: Pesquisa de campo, jan. – abr./2005
Elaboração: Denise Santos

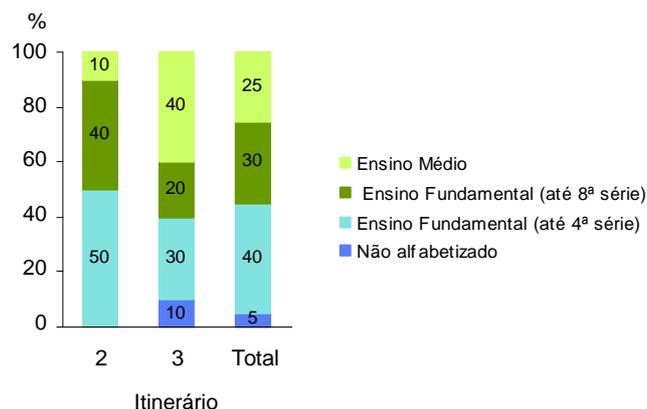
Gráfico 41 – Indicação da participação da família na separação do lixo nos locais de trabalho



Fonte: Pesquisa de campo, jan. – abr./2005
Elaboração: Denise Santos

Gráfico 42 – Como os trabalhadores qualificam a separação do lixo nos locais de trabalho

O que se pode compreender é que há aí um nível de conscientização que se origina da/na prática, do “saber como foi feito” e não apenas de um discurso. Raro se pode identificar nas falas dos trabalhadores termos como reciclagem, consciência ambiental, preservação do meio ambiente tão utilizados nas matrizes discursivas do Poder Público e da dita classe polida. Porém, estes termos ganham uma concretude quando se baseiam na ação e não apenas no discurso, afinal é ela, a ação, que revela quem tem consciência de algo e em que nível ordinal (maior ou menor). Veja um comentário:

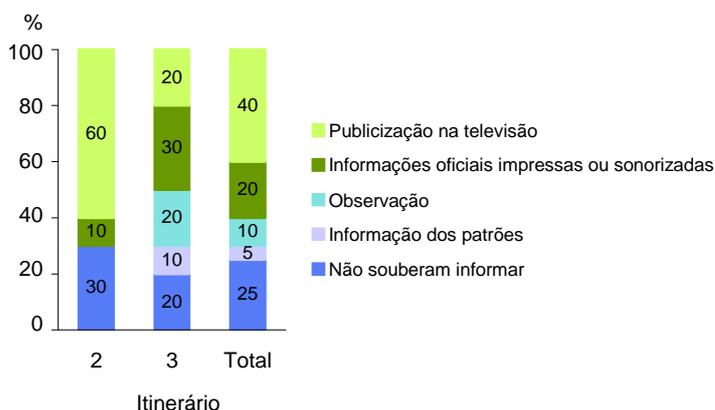


Fonte: Pesquisa de campo, jan. – abr./2005
Elaboração: Denise Santos

Gráfico 43 – Nível de escolaridade dos entrevistados

Eu não sei que tipo de benefício e a quem essa coleta seletiva serve, mas sei que o que separo pode virar coisas novas ou serem usadas de outra maneira por outras pessoas. Isso é o que importa (Empregada do itinerário Itaigara, 47 anos, 4 anos de estudo, trabalha há 28 anos, separa o lixo apenas no local de trabalho há 5 anos por iniciativa própria).

Como, então, estes trabalhadores aprenderam a separar o lixo se não há qualquer trabalho voltado à sua orientação? Ao afirmarmos que o *espaço concebido*, baseado num ideário de coleta seletiva aos moldes do planejamento do Estado, tem exercido influência diferenciada no cotidiano dos trabalhadores das residências



Fonte: Pesquisa de campo, jan. – abr./2005
Elaboração: Denise Santos

Gráfico 44 – Aquisição do saber (separar o lixo) no cotidiano do trabalho

pesquisadas em trechos do NL Pituba no tocante à prática da separação do lixo, esta assertiva torna-se melhor conformada após se analisar os meios pelos quais os empregados e empregadas adquirem o saber veiculado sobre coleta seletiva.

Essa aquisição do saber demonstra uma forte influência da mídia televisada nos espaços de trabalho dos(as) empregados(as), como se pode observar no Gráfico 44. As idéias sobre a coleta seletiva são sabidas a partir do que é divulgado e, nesse contexto, algumas instituições, empresas, organizações aproveitam o ensejo para impulsionar o chamado marketing ambiental que na maioria das vezes busca produzir uma imagem positiva de suas atuações na sociedade ao estimular a prática da separação do lixo. Assim, foi possível observar que mesmo não reconhecendo a atuação do sistema de coleta seletiva formal (sob a denominação do *Programa Recicla Salvador*) no NL Pituba esses trabalhadores decodificam no seu espaço de vivência a prática da separação do lixo.

A situação revela ainda a fragilidade do processo de educação ambiental defendido pela LIMPURB, já que 20% dos entrevistados admitiram ter conhecimento da separação do lixo a partir de folhetos ou sonorizações realizadas pelo Poder Público sem, contudo, reconhecer sua atuação no contexto do sistema formal de coleta seletiva. Tem-se, portanto, um indicativo de desvinculação entre a atividade da COOPCICLA no NL Pituba e a presença de intervenções do Estado. Conclui-se também que, em contraponto ao que foi relatado por alguns moradores entrevistados, poucos trabalhadores recebem algum tipo de informação de como fazer a separação do lixo por parte de seus patrões, embora o percentual daqueles que a realizam sob suas recomendações chegou a 35% da amostra, conforme visto no Gráfico 40.

A apropriação da separação do lixo no cotidiano do trabalho também ocorre mediante a observação e identificação da coleta seletiva formal no NL Pituba. Isso foi indicado pelos trabalhadores do itinerário Caminho das Árvores onde, conforme notado na pesquisa de campo, há o estabelecimento de laços de proximidade entre os trabalhadores mais intensamente do que nos demais pontos pesquisados. Daí obter-se o percentual de 20% destes que participam da coleta seletiva a partir do aprendizado baseado na observação e troca de experiências.

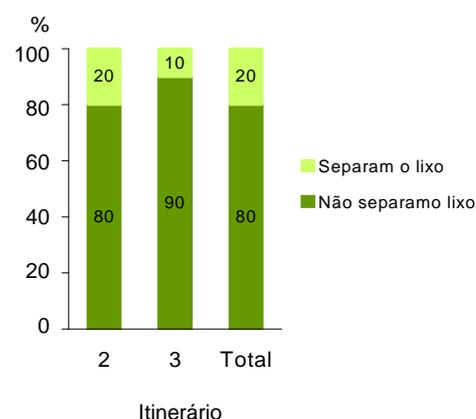
Tendo-se por um lado a participação de 95% dos trabalhadores entrevistados na separação do lixo, estes compartilham da coleta seletiva na modalidade domiciliar (entrega porta a porta a um dos cooperados da COOPCICLA), pois 100% deles afirmaram não utilizar os PEV. Os motivos indicados para não utilizá-los envolveram duas questões interligadas: desconhecimento dos locais onde existem

os equipamentos e de como utilizá-los. São coerentes com as respostas dadas pelos moradores e ao trabalho realizado pela LIMPURB por intermédio da Vega Ambiental que instala os PEV sem que haja qualquer tipo de mobilização para o seu uso e melhor divulgação dos locais de sua distribuição na cidade.

A elevada adesão à prática da separação do lixo nos locais de trabalho dos entrevistados também se reflete nos locais de moradia destes trabalhadores? Realizando-se este levantamento viu-se que 80% destes não separam o lixo nas suas residências (Gráfico 45), indicando a possibilidade de existir aqueles que:

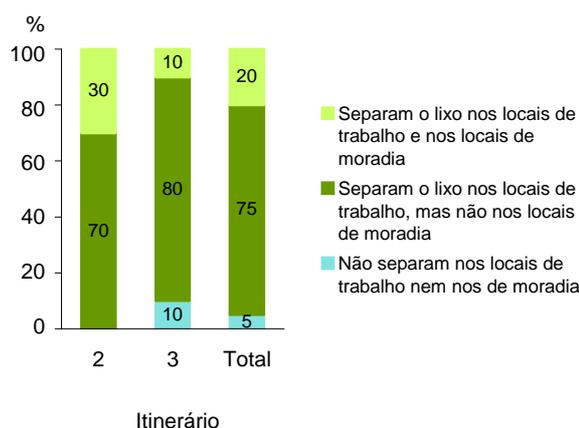
- separam o lixo nos locais de trabalho e nos locais de moradia;
- separam o lixo nos locais de trabalho e não separam nos locais de moradia;
- não separam o lixo nem nos locais de trabalho nem de moradia; e
- não separam o lixo nos locais de trabalho, mas separam nos locais de moradia.

Acompanhar no Gráfico 46, o que ocorre em relação à simultaneidade ou não da seleção do lixo nos dois locais. Das possibilidades apontadas anteriormente três delas ocorrem entre os trabalhadores entrevistados do NL Pituba: 20% deles realizam a seleção do lixo em ambos os locais, enquanto que 75% apenas realizam em um deles (local de trabalho) e 5% correspondem àqueles que não participam de nenhum dos



Fonte: Pesquisa de campo, jan. – abr./2005
Elaboração: Denise Santos

Gráfico 45 – Indicação da separação do lixo nos locais de moradia



Fonte: Pesquisa de campo, jan. – abr./2005
Elaboração: Denise Santos

Gráfico 46 – (Não)coexistência da separação do lixo nos locais de trabalho e moradia

processos. Quais são estes locais de moradia? São eles servidos pelo PRS? Que motivos estes trabalhadores encontram para fazer a separação do lixo nos locais de trabalho, considerando que 65% destes a fazem por motivações próprias ou a pedido do catador, como visto páginas atrás, e não a realizarem nos locais de moradia?

As áreas de moradia dos trabalhadores entrevistados correspondem àquelas em que o sistema formal de coleta seletiva na modalidade porta a porta não existe, embora a maioria seja servida por PEV (considerar aqui a atual distribuição espacial destes equipamentos conforme se viu na Figura 23). São elas, com suas respectivas freqüências absolutas: Nordeste de Amaralina (4), Santa Cruz (3), Subúrbio Ferroviário (5), Valéria (1), Marechal Rondon (1), Cajazeiras V (1), Candeal (1), Pernambués (1) e São Caetano (1). Correspondem aos NL 3, 7, 11, 14, 15 e 16, cujos padrões de renda, apesar de serem heterogêneos, apresentam um perfil que pode ser resgatado na Figura 14. Outros dois trabalhadores moram no emprego, mas não consideram aí suas casas.

Três causas foram relatadas como justificativas para não separar o lixo nos locais de moradia, a saber:

Eu fico pouco tempo em casa e minha mulher quando chega do trabalho já tem muita coisa acumulada pra fazer. Não vou dizer que ela tem que separar o lixo porque sei que não tem tempo pra isso (Empregado do itinerário Caminho das Árvores, 20 anos, 4 anos de estudo, trabalha há 5 anos, separa o lixo há 1 ano no local de trabalho por iniciativa própria).

Além da justificativa de falta de tempo, tem-se uma particularidade: os trabalhadores entrevistados que dormem nos locais de trabalho têm como motivo para não fazerem a separação em casa o fato de ficarem pouco tempo em suas casas (apenas quando têm folga). Entretanto, o motivo mais indicado para não realizar a separação do lixo nos locais de moradia foi a ausência do serviço de coleta seletiva domiciliar associado ao desconhecimento da localização dos PEV e como utilizá-los nas áreas onde residem. Assim, embora separando o lixo nos locais de trabalho (que contam o a prestação do serviço) e não reconhecendo aí a atuação do Estado (dito pela maioria dos entrevistados), é nos locais de moradia que se reconhece a ausência desta atuação, pois 75% dos entrevistados confirmaram não

ter a oportunidade de participar simplesmente porque não há uma infra-estrutura à serviço nas áreas de moradia.

Eu não separo o lixo de casa porque lá não tem coleta seletiva, não há oportunidade para fazer isso (Empregada do itinerário Itaigara, 20 anos, 4 anos de estudo, trabalha há 3 anos, 2 dos quais faz a separação do lixo por recomendação).

O que se vê, portanto, é que nem o nível de escolaridade, nem o padrão de renda e nem a composição gravimétrica nos moldes como é identificada atualmente por si só podem garantir o nível de participação das pessoas no processo de separação do lixo e sua adesão ao *Programa Recicla Salvador*. Estas variáveis não devem se comportar como empecilhos, pois o que realmente dificulta é o Poder Público não considerar que o que define a questão é a consciência arraigada à ação (ao ato de fazer, como fazer, por que e para que fazer a separação do lixo), que só se realiza se o serviço estiver, pelo menos, à disposição. Isso se torna evidente quando se analisa o motivo enunciado por um trabalhador entrevistado para realizar a separação do lixo também em sua casa:

Separo também o lixo em minha casa, mas a diferença é que aqui eu entrego para o rapaz (o catador) e lá eu vendo, pois no caminho que faço todos os dias tem um lugar que compra estes materiais. Não é muito, mas já inteira o custo do transporte (Empregado do itinerário Itaigara, 42 anos, 8 anos de estudo, trabalha há 20 anos, separa o lixo há 4 anos no local de trabalho e 2 no de moradia (Plataforma) por iniciativa própria).

Os resultados aqui apresentados se aproximam, em alguma medida, do recente estudo produzido pela empresa Market Analysis que se ocupa em produzir pesquisas quantitativas e qualitativas e estudos de inteligência competitiva voltada para o mercado consumidor. Numa amostra de 500 adultos em cinco capitais brasileiras (Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador e São Paulo), 23% dos entrevistados não souberam indicar sobre o destino do lixo recolhido pela coleta seletiva oficial, apesar de 72% participarem de programas e se sentirem menos culpados em relação à sua contribuição no processo de degradação ambiental. A coordenadora da pesquisa, Paloma Zimmer, se surpreende com os resultados, já que foram ouvidas pessoas das classes que possuem maior acesso à informação,

mas que “não têm consciência de que são agentes de mudança”, pois que “quem separa o lixo para a reciclagem não tem consciência do que faz” (AMORIM, 2006).

Portanto, há uma apropriação da idéia e prática da coleta seletiva na esfera da vivência (segundo as idéias de Lefebvre) ou na esfera da experiência (de acordo com as idéias de Benjamin). É oportuno dizer que a vivência para este último se diferencia da experiência, pois ela não está baseada na memória, ou seja, naquilo que permanece porque seu caráter é efêmero. Já a experiência se afirma pela memória, por aquilo que ao longo do tempo permanece. Serpa (2004a) reafirma aquilo que para Benjamin é fundamental: vivenciar não envolve uma relação com o outro, pois é um ato individual que envolve o saber de forma precipitada; isso não ocorre quando se está no reino da experiência, pois o conhecimento é adquirido, reelaborado e resignificado individualmente e em conjunto com os outros.

A experiência envolve, assim, a dimensão cognitiva (àquele conhecimento que se transforma em ato internalizado), que se incorpora ao cotidiano. Por isso, os estudos no NL Pituba revelam que a maioria dos moradores entrevistados incorpora a coleta seletiva de lixo (e as ações do *espaço concebido*) mais como *percepção* (pensada em termos lefebvrianos enquanto o espaço das mediações entre o *concebido* e o *vivido*) fornecendo um conhecimento imediato, resultando numa compreensão da coleta seletiva apenas como necessidade e importância (seja ela ambiental, social ou econômica) e não como parte de suas ações cotidianas. Essa realidade expressa no *espaço percebido* de Lefebvre encontra na teoria de Benjamin (SERPA, 2004a) a denominação de *vivência*.

Já o que verificamos entre a maioria dos trabalhadores entrevistados é que eles realizam separação do lixo como resultado (seja de um ordenamento ou espontaneidade) das relações estabelecidas nos espaços de representação (*espaço vivido*) envolvendo aprendizagens também coletivas que demonstram ser mais duradouras que para Benjamin apud Serpa (2004b) é tratada como *experiência*. Até mesmo o tempo que os trabalhadores entrevistados aderiram à prática da separação do lixo é maior do que o tempo que a moradores entrevistados a realizam, como se pôde ver nos Gráfico 23 e 36.

5 DA CASA À RUA. O QUE MUDA NAS FORMAS DE APROPRIAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DA COLETA SELETIVA?

Polo: Que [...] os lixeiros [...], só existem porque pensamos neles [...].
Kublai: Para falar a verdade, jamais penso neles. Polo: Então não existem.
Kublai: Não me parece ser essa uma conjectura que nos convenha. Sem eles jamais poderíamos continuar balançando encasulados em nossas redes. Polo: Devemos rejeitar a hipótese, então. Portanto, a hipótese verdadeira é a outra: são eles que existem, não nós. Kublai: Acabamos de demonstrar que, se nós existíssemos não existiríamos. Polo: Ei-nos aqui, de fato (CALVINO, 2003, p. 109-110).

Não há como negar a existência de catadores de lixo na cidade de Salvador, porém não se sabe, com certeza, quantos são e que a sua presença aumenta a cada dia. Essa existência patente subsiste na cidade ao longo do tempo, ganhando progressivamente contornos e cores mais fortes. Se nas falas acima, trocadas no diálogo entre Marco Polo e Kubai Khan, admite-se que as pessoas existem mesmo que não pensemos nelas literalmente, o que se revela quando não apenas se pensa, mas se aproxima do mundo vivido por elas? Trazendo para o contexto da catação do lixo, especialmente a ocorrida em Salvador, como as pessoas que a exercem, grosso modo levadas à parte na sociedade, se entrelaçam na dinâmica da cidade?

Tem-se que a atividade de catação na cidade de Salvador se bifurca atualmente em duas categorias: a realizada por catadores de lixo (residentes ou não das ruas), exercendo um trabalho informalizado que se distribui por toda a cidade, e a realizada por membros de cooperativas de catadores (os quais nem sempre ascenderam daqueles que exerciam a catação informal do lixo) que procuram estabelecer um trabalho formalizado, muitas vezes com delimitação de sua área de atuação. A COOPCICLA, por exemplo, iniciou seu trabalho com catadores de lixo, mas conta atualmente no seu quadro de cooperados com pessoas sem histórico na atividade da catação do lixo. Existem hoje em Salvador diferentes associações, instituições, organizações, empresas e cooperativas que vêm atuando, além é claro dos catadores informais, quando a questão é a coleta de materiais recicláveis.

Até agora os termos catação e separação do lixo apareceram nesta pesquisa sem um rigor maior quanto às suas acepções, sendo necessário realizar tal

distinção. Entende-se aqui por catar, do latim *capto*, a atitude de conquistar, tentar obter algo, que neste caso é o lixo. Já separar, do latim *sepàro*, indica a idéia de desunir, dispor, classificar (o lixo), conforme anuncia Houaiss (2001).

Mas a distinção não é apenas de ordem semântica, vez que o ato de catar o lixo é entendido, dentro deste estudo, como o realizado por aqueles que procuram conquistar a sua sobrevivência por meio da obtenção de materiais recicláveis oriundos, em sua maioria, do consumo de outrem. Distinguem-se, inclusive, daqueles que procuram mantimentos descartados que sirvam à alimentação ou mesmo daqueles que habitam as proximidades dos locais de descarga oficiais ou não do lixo urbano, tão comuns de serem encontrados em muitas cidades brasileiras e que tanto marcaram a história do lixão de Canabrava em Salvador. Em contrapartida, o ato de separar o lixo é aqui considerado como aquele efetivado no corpo da unidade domiciliar que decorre da seleção de materiais recicláveis oriundos do consumo de seus integrantes.

Portanto, a catação do lixo não está entre as ações que trazem algum tipo de status social para quem a realiza, ao contrário do que pode ocorrer entre os que separam o lixo. Vide o retratado no filme *Maid to Order*¹⁵, no qual uma emergente socialite separa todo material que possa ser reciclado vendendo-os por poucos cents de dólares. A questão em jogo não é o lucro quantitativo que lhe possa proporcionar, mas aquele que é gerado quando propaga a sua ação como indicativo de status do grupo social a que pertence. Neste contexto, a questão pedagógica na chamada Educação Ambiental é atropelada porque

até a luxúria se ofereceu nos modelos de reaproveitamento do lixo, através de bolsas, vestimentas ou de acessórios sexuais atrativos. Mas talvez tenha sido a soberba que causou enorme prejuízo à Educação Ambiental, acreditando ser a única moda fashion a ser seguida, desde que a promessa era solucionar todos os problemas ambientais (SATO, 2005, p. 19).

A pesquisa realizada com catadores e cooperados apresentam dinâmicas distintas daquela realizada entre os moradores e aqueles que trabalham em

¹⁵ Traduzido no Brasil como *Cinderela às Avessas* (1987), o filme, dirigido por Amy Jones, retrata uma vida de uma garota órfã de mãe, que mora em Beverly Hills e é muito mimada. Decepcionado com as atitudes da filha, seu pai diz aos céus que seria melhor se não a tivesse. Como num conto de fadas, o pedido é aceito e a menina passa a trabalhar como empregada doméstica numa mansão de um casal de “emergentes da sociedade”, sendo obrigada a aceitar as ordens de seus patrões.

domicílios do NL Pituba. Isto porque foi acompanhando parte de suas atividades que a pesquisa se materializou. Deve-se salientar que no caso dos cooperados, a pesquisa foi realizada durante o percurso dos itinerários definidos pelo *Programa Recicla Salvador*, nos quais aplicou-se o instrumento de pesquisa entre os moradores e trabalhadores. Já no caso dos catadores de lixo, a pesquisa foi realizada percorrendo cinco diferentes trechos de percursos realizados por eles dentro dos limites do NL Pituba (Figura 2).

Esta pesquisa não tem a pretensão de fazer um levantamento estatístico dos catadores de lixo da cidade de Salvador, mas de trazer à tona seu entendimento de mundo à luz de seus depoimentos, buscando compreender como ocorre a apropriação da separação do lixo no seu cotidiano enquanto estratégia de sobrevivência. Para Lessa in Bursztyn (2003, p. 15) “o pobre urbano é um mestre no remendo e na reciclagem”. O “imbricamento entre os rejeitos físicos (o lixo) e humanos (excluídos) [do processo de acumulação capitalista] da sociedade revela uma dimensão perversa da modernidade”, como falou Bursztyn (2003, p. 21).

Obviamente que a abordagem que se apresenta, doravante, inclui as limitações decorridas da própria pesquisa realizada que se deteve em traçar um panorama qualitativo da cotidianidade da atividade da catação do lixo, seja ela formal ou informal, dentro dos limites territoriais do NL Pituba. Portanto, esta pesquisa não dará conta das questões pertinentes ao trabalho da catação em Salvador na profundidade exigida, porém se busca refletir como estas pessoas se apropriam da idéia de coleta seletiva, a partir da investigação realizada na área de estudo, na qualidade de catadores de lixo (que estão à margem das últimas intervenções públicas do sistema formal de coleta seletiva) e na qualidade de cooperativados de tal sistema.

Conferida estas peculiaridades, focaliza-se a abordagem sobre algumas formas de ocorrência da atividade da catação do lixo no NL Pituba. Inicialmente é preciso ter em mente que abordar um catador de lixo (cooperado ou não) não é tarefa tão fácil quanto se imagina. Encontrá-los na área de estudo igualmente não foi. Os cooperados foram encontrados em três dias da semana (quartas-feiras, quintas-feiras e sextas-feiras) em horários matutinos, nos quais se realiza a coleta seletiva oficial, enquanto que os catadores entrevistados, apesar de estarem ali diariamente, foram encontrados em horários, cuja estratégia se diferencia: as jornadas que se

iniciam às tardes e adentram as noites são mais recorrentes. Portanto, para estabelecer o contato com os primeiros, foi necessário requisitar uma autorização por parte da COOPCICLA, ao passo que para estabelecer o contato pretendido com os últimos, necessitou-se levantar informações por meio de observações *in loco* e conversas informais com porteiros de edifícios, ambulantes e guardadores de carros que trabalham nos limites do NL Pituba para saber os pontos de sua passagem e concentração.

Que perfis têm, então, estes trabalhadores que sobrevivem da catação do lixo? Para a técnica em planejamento da LIMPURB, cooperado e catador se diferenciam bastante, pois

no primeiro caso, o lixo é um meio de sobrevivência que justifica uma ação coletiva, um agrupamento para a realização do trabalho e no último também encontraram no lixo sua sobrevivência, mas com ações individuais. Por isso, há dificuldades de inserir os catadores de lixo num contexto de agrupamento social por conta deste perfil diferenciado (Informação verbal fornecida em entrevista por Ana Maria Vieira, técnica da Assessoria de Planejamento da LIMPURB, em maio de 2005).

Tal distinção é também feita entre os cooperados não encontrando entre os catadores a mesma significância, tal como se observa nos depoimentos abaixo:

Nós não somos catadores, somos cooperados, somos um grupo apoiado pela Prefeitura (Ademir, 32 anos, cooperado há 1 ano e meio).

Quem faz parte da cooperativa acha que tem um trabalho diferente, mas isso não é verdade, pois eles fazem o mesmo que nós, catam o lixo. A diferença é que vejo os condomínios darem o lixo dos moradores para eles e a gente não pode, na maioria das vezes, se aproximar porque não gostam (Maria das Graças, 47 anos, catadora há 4 anos).

A questão identitária aí identificada parece pairar muito mais no reino do direito legal de realizar a atividade da catação do que em relação a algum elemento ou situação cotidiana de distinção de grupos sociais. No entanto, descobriu-se aí uma contradição presente nos discursos de catadores e cooperados: quem está fora da atividade cooperativa quer entrar e quem está dentro deseja sair, grosso modo. Melhor explicando o processo: há uma rotatividade muito grande entre os cooperados da COOPCICLA, pois entre os que realizam os itinerários do NL Pituba

trabalham na atividade há menos de dois anos. Perguntados informalmente sobre a entrada na cooperativa e o porquê dessa pouca permanência, a maioria deles concordam que há uma insatisfação quanto aos rumos tomados pela COOPCICLA, sobretudo pela carência de apoio financeiro e realização de um trabalho para aumentar a adesão dos moradores na prática da separação do lixo. Vide o comentário feito por alguns deles:

Veja a quantidade de casas e edifícios que não separam o lixo aqui na Pituba, é a maioria. Vi na televisão que em Curitiba e São Paulo o que eles coletam em 1 mês é a nossa produção anual. Eu não entendo essa situação. Se esta cooperativa não mudar, não vejo muito futuro nela. O que precisamos é de alguém que fale por nós, pois não temos oportunidade de chegar para essas pessoas e pedir que separem o lixo, pois não sobra tempo quando estamos coletando (Ademir, 32 anos, cooperado há 1 ½ ano).

Eu só não saio agora da cooperativa porque não tenho um carrinho como este. Sem ele é impossível fazer o serviço. Não tenho como mandar fazer um, pois é muito caro. Por enquanto, ficarei aqui, mas sei que estou perdendo a oportunidade de ganhar mais fora daqui (Elinaldo, 25 anos, cooperado há 1 ano).

Entre os catadores de lixo, muitos anseiam fazer parte de uma cooperativa, (contrariando a certeza da LIMPURB), mas a maioria não sabe os meios pelos quais podem conseguir isso. Muitos disseram ter dificuldades, pois consideram que é um espaço fechado, difícil de adentrar, como se pode ver nas declarações a seguir:

Já liguei para a cooperativa das Sete Portas e dizem que nunca tem vaga. Também fiquei sabendo por terceiros que mulher não trabalha lá. Gostaria muito de saber como faço para entrar, pois não é fácil este trabalho que fazemos aqui na rua sem nenhuma proteção e garantia (Crispina, 37 anos, mora na Invasão da Polêmica, catadora há 9 meses).

Eu gostaria de fazer parte de uma cooperativa, pois poderia ganhar mais e ter ajuda para pagar o INSS, pois penso no meu futuro. Só não sei como conseguir isso (Fábio Oliveira, 21 anos, mora no Nordeste de Amaralina, catador há 1 mês).

O que se vê é que o cooperativado quer ser autônomo, o que lhe classificaria dentro do trabalho da catação informal, e quem está nessa condição anseia cooperativar-se. O que corrobora também para esse anseio dos cooperados entrevistados diz respeito à sua renda líquida, já que os descontos com a

previdência pública e transporte consomem cerca de 40% da renda bruta mensal. O descontentamento maior é mesmo o custo com o deslocamento casa-local de trabalho que corresponde cerca de 30% da renda líquida mensal. Nas palavras de um dos catadores da cooperativa:

De tudo que ganho aqui na cooperativa sei que é obrigatório pagar o INSS caso contrário, somos dispensados. Acho que ganharia mais se eu tivesse um carrinho e catasse o lixo lá por onde moro (Águas Clara e Cajazeiras II), pois não teria custo de transporte que é muito caro (Ademir, 32 anos, cooperado há 1 ano e meio).

Já entre os catadores a questão do custo do transporte não lhes afeta diretamente, já que os deslocamentos entre os locais de moradia dos entrevistados (Nordeste de Amaralina, onde reside a maioria deles, Vale das Pedrinhas, Invasão da Polêmica e Santa Cruz) e os pontos de catação no NL Pituba são realizados a pé, dispensando-se o uso de transporte coletivo. Dever-se ressaltar que estes catadores entrevistados não se tipificam na qualidade de moradores de rua (já que é bastante comum encontrar o catador nesta condição), pois após cumprirem sua jornada de trabalho retornam ao lar. Daí resultou o interesse em levantar as razões pelas quais estes catadores se deslocam para o NL Pituba. Seria por uma questão apenas de proximidade física, pensada em termos de distância absoluta?

Eu venho catar aqui (Rua Anísio Teixeira) porque foi o único lugar da Pituba que deixaram a gente catar. Muitos funcionários trazem material dos escritórios, principalmente papel e até luvas eles conseguiram para mim. Onde moro, lá na Invasão da Polêmica, o lixo não serve para catar porque é um lixo de pobre. Aqui tem mais material. O que me faz estar aqui é que aqui tem sempre material e lá nem sempre (Bernadina Sena, 52 anos, mora na Invasão da Polêmica, catadora há 9 meses).

Na Pituba não tem somente material pra gente vender, mas tem muitas coisas que encontramos no lixo e que ainda serve para usar. Eu mesmo já levei para casa um ventilador, um rádio e até óculos escuros "de barão" (de grife) (Marcos Silva, 23 anos, mora em Santa Cruz, catador há 3 anos).

Aqui é perto de onde moro e tem lixo em quantidade para catar. Passo seis horas aqui por dia e já ajudo meu marido com as despesas da casa. (Crispina, 37 anos, mora na Invasão da Polêmica, catadora há 9 meses).

De certo é que se avolumam a quantidade de pessoas que buscam na catação do lixo um meio de sobrevivência, pois houve uma alta incidência de quem recentemente ingressou na atividade, como o caso do catador Fábio Oliveira, 21 anos, que há cerca de 30 dias passou a catar lixo na Pituba estimulado pelo cunhado (que já cata lixo há mais tempo) desde que perdeu seu emprego de entregador. Similarmente ocorre com o catador Nelson, 48 anos, que há cerca de dois meses vem catando material. Após ser comerciante, não conseguiu mais um posto de trabalho levando-o a encontrar no lixo o meio para garantir o sustento familiar (Figura 29).

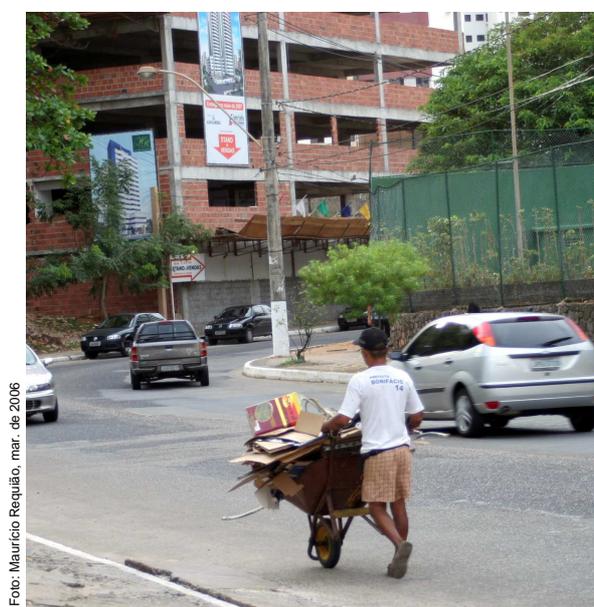


Figura 29 – Catador Nelson no cotidiano em busca da sobrevivência, Rua Ver. Maltez Leone em direção à Rua Ceará. Notar a contradição e desigualdade expressa na paisagem urbana quando se vê ao fundo a construção de habitação para as classes de renda média/alta, da qual, certamente, sairá o lixo que servirá ao catador

Assim, entre estes entrevistados, a permanência na atividade não passa dos quatro anos, tendo a maioria cerca de 1 ano de trabalho como catador de lixo. A situação aproxima-se da cantada por Milton Nascimento:

Todos os dias é um vai-e-vem. [...]. Tem gente que chega pra ficar [...]. Tem gente que vem e quer voltar. Tem gente que vai e quer ficar [...]
(NASCIMENTO, 1985).

Perguntados sobre as experiências que tiveram por profissão, a maioria dos catadores entrevistados mantinha com o mercado de trabalho relações instáveis exercendo as funções de domésticas, babás, vendedores e pedreiros com pouca qualificação, pois o nível de escolaridade não passa dos 6 anos de estudo. Há também aqueles que nunca freqüentaram a escola como a catadora Sarita Gonçalves, 28 anos, que tem na catação do lixo (realizada há 3 anos) sua primeira experiência de trabalho.

Dentre os motivos apresentados pelos catadores para o ingresso na atividade é o desemprego o mais explicitado. A catadora Bernadina Sena não acredita mais na possibilidade de conseguir um emprego formal e desde que perdeu seu serviço de doméstica, após trabalhar 15 anos para uma única família, veio catar lixo na esperança de ajudar seu filho a entrar na universidade, embora isso não garanta que até ele possa vir a ser catador também, pois para ela

tem gente que é formado com diploma e está fazendo o que eu faço. Não vejo nenhum problema, já que é uma profissão como outra qualquer. A questão é que ganhamos muito pouco e somos muito discriminados. Mesmo não tendo diploma, sei muito mais da importância do lixo do que quem mora ali naquele edifício (apontou para uma unidade residencial do Itaigara) (Bernadina Sena, 52 anos, mora na Invasão da Polêmica, catadora há 9 meses).

A relação entre catadores, moradores, condomínios e associações locais se distinguem de acordo com a formalidade da atividade. Por isso, enquanto a não passagem dos cooperados numa unidade domiciliar em dia de coleta seletiva (capaz de ocorrer por alguma causa) pode motivar o descontentamento e gerar reclamações por parte dos residentes, síndicos e administradores de condomínio e representantes de associações de moradores, a presença dos catadores informais é motivo, para muitos, de incômodo. Acompanhar abaixo uma edição de um dos ângulos da questão:

Acho interessante como as pessoas daqui avaliam nosso trabalho. Na semana passada, por exemplo, estive num condomínio e chamei a dona da casa para a entrega de material e ela me disse que era para eu passar mais tarde porque ela estava descansando. Não tenho nada com a forma de viver de cada um, mas já passavam das 14 horas e não dava para esperar mais. Fiquei sabendo que no dia seguinte ela ligou para a cooperativa reclamando do meu serviço e levei a maior bronca. Daí vim buscar no dia

seguinte os materiais da casa dela mesmo não sendo dia da coleta (Nei, 21 anos, cooperado há 1 ano).

A inconveniente presença de catadores na cidade e especialmente no NL Pituba é uma característica que marca os discursos e as atitudes de alguns moradores entrevistados, como se pode acompanhar nas falas a seguir:

Quando colocamos o lixo para o caminhão pegar, vem muita gente e rasga o saco. Despejam o lixo no chão e resultado: das 18 horas em diante, as ruas se tornam fedorentas, sujas, acabadas e aí vem os ratos, baratas, muriçocas, morcegos, etc. Mesmo com os vasilhames, os *transeuntes que catam o lixo* sujam tudo, por isso a nossa cidade está se tornando muito suja, principalmente a Pituba. Espero providências (Moradora do Ed. Rio Itapicuru, Itinerário Itaigara, 62 anos, reside há 23 anos e separa há 1 ano, grifo nosso).

Além da conscientização da população precisamos encontrar uma maneira de impedir que *vândalos rasguem o lixo* sujando a cidade (Moradora da Ms. Mont Martre. Itinerário Caminho das Árvores, 52 anos, reside há 16 anos e não soube precisar desde quando separa o lixo para a coleta seletiva, grifo nosso).

As pessoas de baixo poder aquisitivo, abaixo da linha de pobreza, se sujeitam, juntamente com seus filhos, a trabalharem num ambiente inadequado, acarretando doenças. Melhorar a qualidade de vida de outras pessoas que passam a ter trabalho em função desse recolhimento, que deixam a comunidade em que habitam, os lugares mais desfavoráveis, para irem para lugares em situação melhor é uma necessidade. O país cresce quando se economiza e *sobra verba* para investir em necessidades como esta (Moradora da Ms. Mont Martre. Itinerário Caminho das Árvores, 49 anos, reside há 4 anos e separa há 4 anos, grifo nosso).

Vê-se que a figura do catador de lixo, no imaginário popular das classes de renda média/alta, também se relaciona a uma imagem de vândalos e até mesmo marginais, pouco se associando a uma estratégia de sobrevivência diante de sua condição de pobreza em termos econômicos. Os catadores de lixo estabelecem relações que permitem manter seu modo de vida, mas também formas de estigmatização, violência simbólica e precarização da condição de sua existência na urbe. Os relatos dos catadores entrevistados deixam claro que não se desenvolve sociabilidade, não se trocam experiência e mesmo horizontes cognitivos sobre a coleta seletiva de lixo entre eles e os residentes do NL Pituba. Mas, os catadores se identificam

enquanto trabalhador, salientando o gabarito da atividade com o lixo, em contraposição às representações socialmente construídas, que colocam em destaque a figura do malandro, indolente e marginal que atingiu o último degrau de um processo de desqualificação, pois quem trabalha com o refugo urbano, com o resto, com ele acaba por se confundir (JUNCA et al, 2000, p. 22).

Com isso, o imaginário que se tem deles não se concilia com a imagem que eles têm de si próprios, embora muitos admitiram realizar uma atividade desrespeitada e humilhante diante das condições de trabalho e mesmo do olhar intolerante de outrem.

De certa forma, acho o meu trabalho humilhante, o lixo é algo degradante pra mim quando outros não sabem reconhecer que o que cato é algo que tem valor para a reciclagem. Sei que o trabalho tem importância para uns, mas para outros não há importância nenhuma (Fábio Oliveira, 21 anos, mora no Nordeste de Amaralina, catador há 1 mês).

Tem gente que tem nojo da gente, mas acho que o meu trabalho é uma necessidade. Os ricos da Pituba acham que somos lixeiros, não gostam de nós. Vejo quando passo na porta dos prédios, só porque eu cato me ignoram. Nos julgam só porque somos diferentes (Tamires Santos, 15 anos, catadora há 1 ano).

Eu acho meu trabalho interessante, gosto do que faço. Mas tem pessoas que nos humilham e já outras nos dão valor (Maria José Barbosa, 47 anos, catadora há 3 anos).

Sei que sou discriminada, muitos tem receio da gente. Eu não ligo pra isso, é o meu meio de viver embora sei que posso ser desagradável para algumas pessoas (Maria das Graças, 47 anos, catadora há 4 anos).

Eu valorizo qualquer trabalho que faço. Sei que estou ajudando as fábricas a reciclar coisas úteis para fazer novas. Portanto, estou fazendo algo digno (Cripina, 37 anos, mora na Invasão da Polêmica, catadora há 9 meses).

Eu me sinto envergonhada por trabalhar nisso, não porque cato o lixo, mas porque quase sempre tenho que dividir o lixo com crianças que trabalham catando aqui na Pituba, muitas porque não querem morrer de fome. Quando os que moram aqui olham pra gente, muitos ficam apavorados. Pensam que somos ladrões. Mas estou ali para ter o pão de cada dia. O lixo é interessante porque as pessoas jogam fora coisas que servem para outras, mas elas não dão esse lixo a ninguém mesmo não querendo mais ele (Sarita Gonçalves, 28 anos, catadora há 3 anos).

Tem-se assim, a demonstração cabal de que a idéia de coleta seletiva é apropriada como vivência, pensada em termos lefebvrianos, mais intensamente entre estes catadores entrevistados do que entre a maioria dos residentes entrevistados que admitiram participar do processo de separação do lixo nas unidades domiciliares, como se viu no capítulo anterior. Embora a prática da separação do lixo seja realizada como uma forma de (sobre)vivência, isso não subtrai destes catadores a compreensão da importância da (re)incorporação do valor de troca do lixo e sua relevância no quadro da natureza. Assim, têm-se atitudes que conformam um ato “ecologicamente correto”, como tanto almejam os ecologistas, mas que aparece nas classes de renda média/alta como mero discurso, como vê viu nos resultados obtidos com a pesquisa entre os moradores do NL Pituba.



Foto: Maurício Requião, mar. de 2006

Figura 30 – Família catadora de lixo na Rua Ceará, na altura do Loteamento Vela Branca

É, no mínimo, incoerente generalizar os catadores informais no rol dos indolentes sem considerar sua cotidianidade. Dentre os entrevistados, as jornadas de trabalho variam de 6 horas/dia à 10 horas/dia, tendo-se também aqueles que realizam os pernoites, pelo menos, três vezes na semana, totalizando mais de 15 horas num único dia de trabalho. A renda oscila conforme as horas trabalhadas, mas também de outras variáveis como a capacidade de carregamento do coletado e a chamada “sorte” por eles definida, ou seja, encontrar material reciclável em abundância. Ela varia de R\$ 80/mês à R\$ 400/mês obtida com a venda dos materiais recicláveis, na maioria, a atravessadores.

Da opinião dos representantes de associações de moradores confere-se muitas visões sobre os catadores de lixo e sua atividade no NL Pituba, ressaltando-se uma intenção em estabelecer certo controle do espaço público. Embora realizem a catação do lixo em vias públicas, há quem intente (e concretize) vigiar seus passos ou mesmo restringir sua mobilidade sob justificativas baseadas em estereótipos

sociais que reduzem o reconhecimento social da atividade, demonstrando medo à convivência em relação às populações consideradas perigosas pelo imaginário que têm como referência. Trata-se de um anseio em privatizar aquele espaço que só teoricamente é tido como público.

Há muitos catadores aqui. Eles vêm com o carrinho de mão à procura não apenas de lixo reciclável, mas também de outros materiais como fogão velho, sofás velhos, geladeiras velhas quando são descartados esporadicamente. Mas aqui onde moro, o segurança não deixa que eles tenham acesso a esta rua (Luis Monteiro da Costa, Itaigara) porque *não sabemos o que se esconde atrás destes homens!* A recomendação desta associação é que os seguranças identifiquem qualquer pessoa estranhas na área e acompanhem-nas, embora saibamos que a rua é livre (Dieter Sigfried, Presidente da Associação de Moradores da Colina do Itaigara em entrevista concedida em 06/04/2005, grifo nosso).

Vejo os catadores retirando coisas do lixo como latas e garrafas. O melhor é colocar o lixo próximo do horário da coleta para evitar que essas pessoas humildes baguncem tudo aquilo que arrumamos. Esses catadores avulsos, em alguns casos, buscam além do lixo reciclável, como restos de alimentos e *isso nos incomoda*. Acho que a coleta deveria ser melhorada para se evitar isso. A associação não tem como proibir o acesso, o que se pode fazer? Impedi-los de circularem nas ruas? Isso não é possível até porque a Associação não tem recursos, ela não arrecada. Mas a coleta seletiva, tenho certeza, não é assunto para arranca nenhum centavo de ninguém porque a argumentação é muito vazia. Seriam necessário *vigilância* e outros elementos e a associação não tem qualquer efetivo ou disponibilidade de pessoas que possam atuar na ordenação ou restrição desses catadores avulsos (Ivan Fernandes, Presidente da Associação de Moradores do Parque Nossa Senhora da Luz em entrevista concedida em 19/04/2005, grifo nosso).

A identificação desta problemática também foi aportada por Bursztyn (2003, p. 39) quando constatou que a questão envolve o que denominou de “processo de ocultação simultânea da violência social e das populações que dela são vítimas”. Para ele, o processo ocorre sucessivamente em etapas:

- i. desqualificação: envolve a construção “demonizada do outro” associada a problemas de desordem, insegurança, criminalidade e que servem de legitimação à ruptura social;
- ii. desvinculação: descreve a rejeição de indivíduos desqualificados pela sociedade;
- iii. eliminação: radicalização das etapas precedentes atuando na esterilização dos indivíduos na sociedade.

Para não acreditar que estes processos não são passíveis de ocorrerem entre os catadores de lixo, que tal lembrar do caso de jovens da elite brasiliense que queimaram mendigos (que poderiam ser também catadores de lixo) na capital federal? Para DaMatta (2000, p. 25), “na rua é possível sermos desrespeitados por aqueles que representam a ‘autoridade’, pois somos vistos por eles como ‘subcidadãos’”.

Em contrapartida, há quem os enxergue por um outro ângulo:

Acredito que aqui na Pituba tenha um lixo mais rico e isso acaba atraindo muita gente para cá. Só não acredito que se ache que quem mora na Pituba tenha um nível de educação favorável para se fazer coleta seletiva porque isso não é verdade. Se fosse assim não estaríamos encontrando dificuldades para implantar um projeto de organização do trabalho destes catadores no Parque Júlio César. As pessoas que moram aqui são bastante preconceituosas, elas pensam o oposto do nosso projeto. Ao invés de inserir, querem expulsar os catadores daqui. Sabemos que é um trabalho muito difícil conscientizar essas pessoas para compreenderem que o catador realiza uma atividade que deve ser valorizada. Esses catadores geralmente vêm da Santa Cruz, Nordeste de Amaralina e ganham muito pouco porque vendem para atravessadores. Eles são tachados de mal cheirosos, que irão trazer doenças para o nosso bairro, tem pessoas que viram o rosto para o catador repudiando-o. Quando levamos o nosso projeto, por exemplo, para o nosso condomínio as pessoas falaram: ‘Se vocês pensam em cadastrar 10 famílias, multipliquem isso por 8 ou 10 que representa o número de componentes de cada uma delas. Nós não queremos isso aqui. Mande eles lá para os subúrbios, que é o lugar deles’ Estamos trabalhando para mudar essa visão com muito cuidado como a questão merece ser tratada (Edna Formiga, Ex-presidente da Associação de Moradores do Parque Julio César em entrevista concedida em 30/03/2005).

Agora estou catando tudo que vejo no lixo para entregar a alguns catadores que vem aqui e faço isso por que penso: se o lixo está na via pública ninguém pode dizer que seja dono dele. Mas as pessoas ainda se sentem donas do lixo mesmo estando ele na rua. Elas não gostam que seu lixo seja revirado porque pode se revelar algo de sua intimidade de que não desejam. As pessoas se incomodam com os catadores e há algum tempo atrás a associação daqui tentou impedir que eles viessem para esta área com o motivo de que eles bagunçam todo o lixo¹⁶. Mas digo a todos os catadores que venham sim catar aqui mesmo com as oposições, pois a questão é de sobrevivência. Hoje tenho meu emprego, amanhã não sei se poderia estar no lugar deles (Henrique Souza, porteiro do Cond. Le Mans, Rua Dr. Hosannah de Oliveira, Itaigara).

A fala acima revela que o porteiro, aquele que socialmente é hierarquizado com pouco prestígio, demonstra ter apreendido a idéia de coleta seletiva numa dimensão cognitiva em relação àqueles que, em sua maioria, têm um maior nível de

¹⁶ Refere-se à Associação dos Moradores do Alto do Itaigara, cujo contato, apesar de tentado em diferentes momentos, não foi obtido por indisponibilidade de seu representante.

escolaridade e desfruta de um prestígio ocupacional maior na sociedade, tal como visto no capítulo anterior. Compreende e discerne a problemática da questão para além da justificativa, geralmente, apresentada para repulsar os catadores de lixo do NL Pituba: a geração da sujeira atribuída à atividade da catação informal. A maioria dos catadores admitiu a existência do problema, mas não de gerá-la como se pode ver nos depoimentos a seguir.

Algumas pessoas acorrentam as caixas onde colocam o lixo porque *muitos* bagunçam o lixo e nós que trabalhamos pagamos pela culpa (Fábio Oliveira, 21 anos, catador há 1 mês, grifo nosso).

Algumas pessoas não gostam realmente de nós catadores, mas há outras que não gostam quando *alguns* sujam a rua na hora que catam o lixo. Isso gera muitos desentendimentos (Maria José Barbosa, 47 anos, catadora há 3 anos, grifo nosso).

Eu tenho muitas dificuldades de catar na Pituba porque ninguém quer a gente por perto. Eu não faço sujeira quando cato, mas sei que *alguém* fez antes de mim, daí a dificuldade. (Crispina, 37 anos, mora na Invasão da Polêmica, catadora há 9 meses, grifo nosso).

Eu tenho o maior cuidado para não deixar bagunça por onde cato, mas tem gente que não se preocupa com isso. (Nelson, 48 anos, catador há 2 meses).

Eu tenho um contato pacífico com os moradores, tem até zeladores que me chamam para entregar algum material, mas sei que tem gente que bagunça todo o lixo fazendo sujeira. (Maria das Graças, 47 anos, catadora há 4 anos).

Nota-se nas narrativas apresentadas que quem “bagunça o lixo” gerando sujeira não são identificados pelos catadores como iguais a si, pois há quase sempre o uso de pronomes indefinidos para expressar uma distinção. Mas para o Poder Público, representado na figura do administrador da AR Pituba, o que se precisa é de uma orientação, pensada a longo prazo, dos trabalhadores que sobrevivem do lixo, já que

as pessoas e as associações nos cobram o controle dessas pessoas e fica muito difícil fazer isso porque a cada dia a quantidade de pessoas que catam aumenta na Pituba. Então, como controlar isso? Até que tentamos orientar o trabalho de alguns deles, mas como sempre chegavam outros esse trabalho ficou sem extensividade (Davidson Neves, Administrador da

Administração Regional Pituba há dois anos, em entrevista concedida em 28/03/2005).

Existe certo número de catadores que recorrentemente realizam sua atividade em desarranjo às recomendações oficiais de acondicionamento do lixo. Alguns flagrantes foram testemunhados durante a realização da pesquisa de campo em que alguns catadores valeram-se do lixo, a partir da ruptura dos sacos, muitas vezes não retirando dali nenhum material de seu interesse. Mas quem é responsável pelo estado de sujeira gerado a partir da situação descrita? É corriqueiro responsabilizar o catador pelas circunstâncias, mas dispor o lixo à coleta convencional sem separar o material aproveitável do lixo gerado nas residências não seria também responsável pela sujeira?

Engana-se o Poder Público achando que a questão demanda apenas providências sobre a atividade dos catadores. Há também uma necessidade revelada por parte das atitudes dos residentes. Aqui é bom lembrar que dentre os moradores entrevistados os motivos indicados para não separarem o lixo foram: falta de informação (correspondendo a 48,5% dos entrevistados que não conhecem a atuação do PRS, conforme Gráfico 15) e questões relacionadas à administração do cotidiano ou de ordem cultural-educativa (correspondendo a 28,6% dos entrevistados que conhecem a atuação do *Programa Recicla Salvador*, conforme Gráfico 12), conforme se viu no capítulo anterior. Portanto, insistir no discurso de que os catadores geram sujeira, apesar de ter alguma incidência (muitas vezes elevada), não serve a uma contra-argumentação sólida capaz de sustentar um controle do uso do espaço e o estabelecimento de limites para a atuação dos catadores informais. Há uma necessidade de repensar a situação valorizando uma estratégia em via dupla.

Aliás, o PRS tem atuação reconhecida pelos catadores entrevistados, da qual não se identificou um sentido forte de concorrência pelo lixo nem por parte do trabalhador formal ou do informal, embora não se descarte a possibilidade de ocorrência entre os últimos. A luta pelo lixo parece ser mais comum entre os que realizam a catação informal do que entre estes e os cooperados. O fato é que cada um procura estabelecer sua itinerância, conforme se vê nas exposições a seguir:

Todos os cooperados são orientados para praticarem a política da boa vizinhança. Na maioria das vezes é pacífica a convivência com os catadores (Josemário Anunciação, assessor de diretoria da COOPCICLA em entrevista concedida em 24/04/2005).

Sei que eles (os cooperados) têm prioridade, por isso chego antes deles passarem. Assim, não há problemas (Maria das Graças, 47 anos, catadora há 4 anos).

Eu acho que tem lixo pra todo mundo. Eu não aceito quando alguém me diz que o canal é dela (referindo-se à apropriação dos pontos onde realizam a catação) (Tamires Santos, 15 anos, catadora há 1 ano).

Quando vejo um catador, sei que ele está realizando o trabalho dele. Também precisa sustentar a família como eu. Se vejo um lixo que serve na rua, eu pego. Se ele pegar antes e eu não me sinto prejudicado, pois sei que vou pegar o lixo separado das casas, coisa que eles não têm (Ademir, 32 anos, cooperado a 1 ano e meio).

As itinerâncias da sobrevivência dos catadores de lixo suportam uma estratégia de deslocamento espacial e de apropriação do espaço que deflagram, a partir da realização de roteiros, o desafio de compreendê-las. Considerando as limitações desta pesquisa, o acompanhamento dos roteiros realizados pelos catadores informais de lixo no NL Pituba favoreceu, ao menos, identificar, embora numa brevidade carente de maior aprofundamento, uma edição de parte deste deslocamento e apropriação espacial, como se pode notar na seqüência de imagens que se seguem (Figuras 31 a 33).



Foto: Maurício Requião, mar. de 2006

Figura 31 – Catadores de lixo no cruzamento da Rua Pernambuco com a Rua São Paulo

O que se observou foi o estabelecimento de rotas fixas de trabalho onde há catadores que se apropriam de um determinado roteiro ou ponto específico nos limites do NL Pituba. No trajeto realizado pelos catadores de lixo mostrado na seqüência de fotografias se pôde observar a escolha de vias preferenciais para o deslocamento seguindo uma lógica da menor fluxo de veículos e maior concentração



Foto: Maurício Requião, mar. de 2006

Figura 32 – Catadores de lixo deslocam-se cerca de 600 m em 14 min. pausando para uma triagem no cruzamento da Rua Ceará com a Alameda Pádua



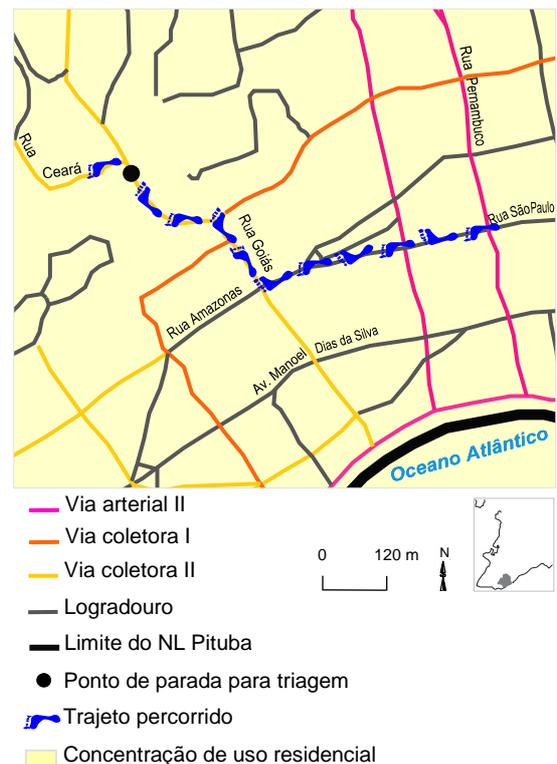
Foto: Maurício Requião, mar. de 2006

Figura 33 – Após permanência de 3 minutos, os catadores de lixo deslocam-se em direção à continuidade da Rua Ceará seguindo a itinerância de sua sobrevivência

de núcleos residenciais (Figura 34). O que cabe nesta constatação é investigar com maior profundidade como os catadores de lixo estabelecem esses mecanismos de deslocamento no espaço da cidade e que fatores determinam tais escolhas.

Portanto, a apropriação da cidade como espaço de trabalho é mediada pelos mecanismos e práticas de sobrevivência inerentes ao lixo. Os itinerários estabelecidos permitem aos catadores interagirem com uma parcela da cidade tornando-a um espaço de pouca sociabilidade em relação à maioria dos moradores deste espaço.

Figura 34
NÚCLEO DE LIMPEZA PITUBA
FRAÇÃO DE TRAJETO REALIZADO POR
CATADORES DE LIXO - 2006



Pode-se extrair do tipo social alegórico (o trapeiro de Baudelaire que foi trabalhado pelo autor como metáfora ao comportamento dos poetas franceses na modernidade) e abordado por Benjamin (1985) uma aproximação à figura do catador de lixo:

Temos aqui um homem: ele tem de catar pela capital os restos do dia que passou. Tudo o que a grande cidade jogou fora, tudo o que ela perdeu, tudo o que ela desprezou, tudo o que ela espezinhou – ele registra e coleciona. Coleta e coleciona os anais da desordem, a Cafarnaum da devassidão; separa e seleciona as coisas, fazendo uma seleção inteligente; procede como um avarento em relação a um tesouro, aferrando-se ao entulho que, nas maxilas da deusa da indústria, assumirá a forma de objetos úteis ou agradáveis'. Essa descrição é uma única e longa metáfora para a atividade do poeta segundo a visão de Baudelaire. Trapeiro ou poeta - o lixo importa aos dois; ambos executam solitariamente o seu trabalho nas horas em que os burgueses se entregam ao sono (BENJAMIN in KOTHE, 1985, p. 103).

Os catadores informais de lixo requerem uma postura do Poder Público municipal mais contundente quando a questão é o futuro da permanência de sua ocupação.

Eu acho que a Prefeitura poderia fazer uma cooperativa de catadores em cada bairro, pois assim acho que eu seria mais respeitado e ajudado, pois estaria fazendo um trabalho para diminuir o lixo que fica espalhado nas ruas, como lá no Nordeste de Amaralina que não tem coletores (Fábio Oliveira, 21 anos, mora no Nordeste de catador há 1 mês).

Seria bom colocar outras cooperativas, pois vejo tanto lixo jogado no chão. Não é só onde moro, mas aqui também. Na minha rua as pessoas não sabem entregar o lixo que serve pra gente, elas colocam na caixa que nem tinha antes, só colocaram agora uma bem miúda (Sarita Gonçalves, 28 anos, catadora há 3 anos).

Ampliar o trabalho da cooperativa, principalmente para as mulheres, seria algo decente que a Prefeitura podia fazer. Também cadastrar bairro a bairro as pessoas que catam para melhorar nossas condições. (Maria das Graças, 47 anos, catadora há 4 anos).

A Prefeitura deveria construir galpões, um em cada bairro, e colocar os pobres para trabalhar com direito de ter um futuro melhor. Mesmo não tendo um diploma sei que o lixo é algo importante também para a prefeitura, mas não sei explicar porque ela não faz isso. (Bernadina Sena, 52 anos, mora na Invasão da Polêmica, catadora há 9 meses).

Eu acho que existe um certo preconceito em achar que o nosso bairro (Invasão da Polêmica) não tem estrutura para fazer uma cooperativa de

catadores. Sei que tem falta de interesse para investir no nosso bairro, não é falta de verba. O que justifica Canabrava ter uma cooperativa e nós não? É por isso que a Polêmica não vai pra frente. Se ficamos sem opção de trabalhar e nos expomos na rua pedindo e catando o lixo é porque não vemos outro caminho. Não entendo como não se investe numa área que está dando muito dinheiro e está crescendo como a reciclagem. (Crispina, 37 anos, mora na Invasão da Polêmica, catadora há 9 meses).

Mas a LIMPURB, responsável direta pelo planejamento da coleta seletiva formal na cidade de Salvador, admite, nas palavras de seu ex-presidente, Jalon Oliveira, que ela “pode ser ampliada, mas é um trabalho demorado, porque implica em educação ambiental, além de exigir um alto investimento, já que custa dez vezes mais do que uma coleta domiciliar comum, porque utiliza equipamentos específicos”. (CAVALCANTE, 2001). O primeiro aspecto limitador citado para a ampliação da coleta seletiva na cidade parece não encontrar razão quando se vê a na prática dos catadores de lixo uma demonstração de educação ambiental muito mais do que se pressupõe, pois geralmente a associamos aos anos de estudo de alguém, o que nem sempre deve ser visto como axioma.

Diante destas evidências, fica notória a necessidade de levar em conta as necessidades e estratégias de sobrevivência daqueles que têm na catação do lixo a realização do seu trabalho e meio de vida em ações de coleta seletiva. Isso se torna prerrogativa no discurso de alguns, enquanto que de outros estes catadores figuram como o elemento social perigoso, remontando a idéia retrógrada e, ao mesmo tempo, atual que separa desigualmente na sociedade pobres e ricos economicamente falando. Verificamos que há um anseio pelo controle dos espaços públicos a fim de limitar (para não dizer vetar) a ação dos catadores de lixo nas áreas estudadas do NL Pituba. Apesar da LIMPURB acreditar que suas ações “sempre estão visando o social e o ambiental para equacionar os problemas daquelas pessoas que fazem uma atividade de forma inadequada” (Informação verbal fornecida em entrevista por Ana Maria Vieira, técnica da Assessoria de Planejamento da LIMPURB, maio de 2005), não é isso que se vê de forma concreta na realidade. isso ocorre porque não se considera a catação do lixo como

[...] um modo precário e vital nas estratégias de sobrevivência de uma parcela ponderável da pobreza [...]. A reciclagem é praticada pela pobreza, movendo-se contra a obsolescência acelerada dos grupos integrados à economia moderna. [...] *Os formuladores das políticas públicas não conhecem essas estratégias [...]* e se alguém sabe da pobreza, é PhD em

pobreza, é o pobre [...]. Nós com espantosa pretensão, nutridos de ignorância, queremos sempre, quando armados de boas intenções, ajudar o pobre a superar-se (LESSA, 2002, p. 26, grifo nosso).

O que esta pesquisa tem desvelado é que aspectos como escolaridade e renda não determinam definitivamente a apreensão do saber (neste caso as práticas de seleção do lixo) nem a sua cognição, seja na esfera do lar ou da rua. Os catadores, de modo geral, são capazes de perceber uma possibilidade de resolver um problema a partir do lixo e, com isso se tornarem especialistas (porque possuem habilidades, conhecimentos e prática) em coleta seletiva, já que ela faz parte da sua estratégia de sobrevivência na cidade. O fato das classes de renda média/alta terem sido escolhidas como alvo de atuação das políticas públicas de coleta seletiva de lixo em Salvador chama a atenção, sobretudo porque estas classes são consideradas formadoras de opinião e que com elas se pode aprender e apreender uma ação que desde os anos 1940 existe com vigor na cidade, como algo ligado ao modo de vida das classes populares economicamente.

Dessa forma, o Poder Público (seja ele municipal ou estadual) não tem sido capaz de promover algum planejamento consistente no sentido de integrar as estratégias de sobrevivência por meio do lixo (que existem na cidade há mais de cinquenta anos) aos objetivos de seus programas. Neste contexto, faz-se necessário levar em conta não apenas fatores técnicos, mas estruturar o trabalho dos catadores, que se expõem nas ruas garantindo os crescentes lucros das indústrias de reciclagem.

Se a PMS escolheu o Alto do Itaigara par fazer a coleta seletiva, por exemplo, é porque ela realmente não conhece a cidade, pois as pessoas que moram nas periferias fazem isso porque precisam sobreviver. Ela deveria ver a catação como algo positivo, pois se gera aí trabalho e renda para muitas pessoas. (Henrique Souza, porteiro do Cond. Le Mans, Rua Dr. Hosannah de Oliveira, Itaigara).

O que se vê são os interesses de grupos sendo elevados à categoria de interesses gerais de toda a sociedade sem qualquer displicência. É a partir deste entendimento que se pode considerar a provocação: é possível pensar numa coleta seletiva realizada numa dimensão/postura política? Que desafios isso confere?

Não se tem a intenção de apresentar nesta pesquisa uma solução ou mesmo

uma panacéia para o atual sistema de coleta seletiva de Salvador, mas refletir se ele pode acontecer fora de um discurso social (visto sob o ângulo arendtiano) que dissolve o conteúdo político das ações. Neste caso, é preciso inverter a forma como está estruturado atualmente o sistema formal de coleta seletiva, a fim de que se possa inserir no contexto as diferentes estratégias – seja a do lucro (quantitativo ou qualitativo), seja da sobrevivência – bem como o desenvolvimento de processos participativos fundamentado na distinção argumentativa, ao invés da distinção econômica (classes de renda) ou mesmo social. Entende-se que a distinção argumentativa surge da participação igualitária (*ação*) no processo de discussão (*discurso*) visando prevalecer determinados argumentos por meio da *persuasão*, pois somente com base no argumento é que os homens se diferenciam (ARENDR, 2001).

No entanto, estes catadores de lixo não têm acesso ao espaço da *aparência*, aquele em que todos os homens são igualados na igualdade de desiguais, sem haver aí redundâncias. Mas como construir esse *espaço da aparência*, que segundo Arendt (2001) é o espaço da política e da distinção argumentativa, para os catadores de lixo? Seria isso possível diante das atividades das indústrias de reciclagem que, muitas vezes, acaba se alimentando e se sustentando do mercado informal da catação do lixo?

O que se tem como urgente é transpor a coleta seletiva que se realiza na homogeneidade e trazê-la à complexidade e à diversidade. É igualar os desiguais não por motivos que provenham da natureza humana, como ressalta Arendt (2001, p. 227), mas por algum fator igualador que provenha do ambiente externo. Mas que fator igualador poderia ser este? Se na Antiguidade Clássica esse fator igualador baseava-se na capacidade “ser-livre- numa-pólis [...] (não estando) subordinado como um escravo à coação de um outro nem como trabalhador à necessidade do ganha-pão diário” (ARENDR, 2004, p. 47), porque “nenhuma atividade que servisse à mera finalidade de garantir o sustento do indivíduo, de somente alimentar o processo vital, era digna de adentrar na esfera política” (ARENDR, 2001, p. 46), o que hoje poderia ser capaz de suscitar uma dimensão/postura política?

Desde 1999 vem se constituindo no Brasil o chamado Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) como um movimento de luta em prol dos catadores de lixo organizados em cooperativas e associações. Seu trabalho tem tido maior expressividade no eixo sul-sudeste, principalmente nos Estados de São

Paulo (onde se localiza a sede) e Paraná e em Salvador o MNCR tem relações estreitas com o PANGEA (MDS apóia..., 2005). Embora não se tenha estudado como este movimento tem sido desenvolvido, ele poderia ser apontado como uma possibilidade de pensar a coleta seletiva numa lógica fundamentada na discussão entre iguais? Mas, nesse contexto como os catadores de lixo não organizados poderiam ter voz? Quem e como se elegem os representantes dos catadores de lixo organizados em cooperativas e associações? Eis algumas questões que esta pesquisa, apesar de não ter como dar conta, não deixa de identificá-las.

Ainda é preciso ressaltar que atualmente não se tem na sociedade uma plena capacidade de decidir porque é a esfera social (o reino das necessidades) que tem prevalecido (ARENDT, 2001). Poucos estão dispostos a preocupações além do consumo exacerbado de bens materiais que lhes trazem a satisfação pessoal, por um lado, e por outro há aqueles que não têm sequer a possibilidade de parar de pensar na sobrevivência (o que também é uma necessidade humana) porque assim deixariam de existir.

Através das orientações da coleta seletiva e do 'jogue o lixo no lixo', o reducionismo pode representar a avareza em economizar o sentido crítico e negligenciar que por trás da geração e do acúmulo do lixo, existe um componente muito mais perverso flamejando no conceito de desenvolvimento: o consumo exagerado de poucos, contra a miséria e a fome de muitos (SATO, 2005, p. 19).

Como indica Arendt (2004, p. 80) "na sociedade moderna, o trabalhador não está sujeito a nenhuma força nem a uma dominação, ele é forçado pela necessidade imediata inerente à própria vida." A vida atual da sociedade é dominada pela necessidade de tal modo que a própria política tornou-se "nos tempos modernos, tanto em termos teóricos como práticos, [...] um meio para proteger o sustento da vida da sociedade e [a] produtividade do desenvolvimento social livre" (ARENDT, 2004, p. 40). Então, o que nos resta? Seguir as trilhas rastreadas pela autora? Isso impõe alguns desafios.

Não serão enumeradas com sentido de hierarquia, mas com sentido de conexão, as barreiras que são encontradas na contemporaneidade para se pensar numa idéia de coleta seletiva que oportunize a pluralidade da participação dos cidadãos incluindo aí os catadores de lixo. Um dos desafios recai, certamente, em

superar a simplificação da política como sinônimo de gestão de poder na ordem do administrativo, o que na visão de Arendt não ocorreu sem qualquer despretensão. Ao contrário “o homem fortaleceu a força da mão pública, do Estado, da qual acreditava poder continuar senhor por tê-la definido expressamente como um mero meio para o objetivo da vida social, do livre desenvolvimento das forças produtivas” (ARENDR, 2004, p. 81).

Talvez, e juntamente com isso, se poderia pensar sobre uma participação acionada pela conversa em comum com o outro e no convencimento mútuo que demarca, aos olhos arendtianos, a postura política. Deixar aqueles que, de fato, se apropriam no cotidiano (como *vivência*, para Lefebvre, e como *experiência* para Benjamin) da idéia e prática da coleta seletiva (como a maioria dos catadores e trabalhadores dos domicílios pesquisados) de fora da concepção e das decisões em torno do sistema formal de coleta seletiva, é uma demonstração cabal de como realizar uma ação despolitizada.

A forma de absorver estes sujeitos, certamente, não é por vias laterais, não é mediante ações individualizadas em segmentos que procuram garantir apenas o retorno econômico ou mesmo contribuir a uma imagem favorável da cidade visando atrair o capital. É necessário trazer para a aparência aqueles que não têm tido sequer o direito a ter direito de participar das decisões e das deliberações dos investimentos da coleta seletiva formal de Salvador. A aparência é pensada aqui não em termos da revelação da pura desigualdade socioeconômica (até porque a itinerância dos catadores de lixo já a revela), mas da insubordinação ao espaço da dominação (o *espaço concebido* lefebriano) que se agrada com o conformismo e submissão aos seus interesses (que são privados e restritos a determinados grupos).

Se ainda é-nos difícil atualizar um fator igualador para o egresso nos processos de participação política, não é-nos difícil perceber que não se trata de renda ou mesmo de escolaridade. A vivência (em termos lefebvrano) e a experiência podem indicar caminhos de como administrar uma problemática, que muitos identificam como ambiental ou mesmo sócio-ambiental. Os catadores de lixo entrevistados nesta pesquisa não anseiam, por certo, a compaixão, isto é aquele traço característico do preconceito moral de amar os fracos como afirmou Nietzsche (1999) destacando que toda compaixão traz sempre uma dimensão de hierarquia social. Faz-se necessário dialogar com estes profissionais, produtos da miséria,

para transcender a profissão da miséria. Ir além do que expressou Rio (2002) sobre as profissões ignoradas socialmente, incluindo-se aí os catadores de lixo:

[...] o ofício, as ocupações, não lhes faltam, e honestos, trabalhosos, inglórios, exigindo o fardo dos cães e a argúcia dos repórteres [...] vivem do cisco, do que cai nas sarjetas, dos ratos, dos magros gatos dos telhados, são os heróis da utilidade, os que apanham o inútil para viver, os inconscientes aplicadores à vida das cidades daquele axioma de Lavoisier: nada se perde na natureza. [...] Os desgraçados são ainda explorados pelos adidos, pelos ferros-velhos, pelos proprietários das fábricas... As profissões ignoradas. Os trapeiros, por exemplo, dividem-se em duas especialidades – a dos trapos limpos e a de todos os trapos. Ainda há os cursos suplementares dos apanhadores de papéis, de cavacos e de chumbo. Alguns envergonham-se de contar a existência esforçada. Outros abundam em pormenores e são um mundo de velhos desiludidos, de mulheres gastas, de garotos e de crianças, filhos de família, que saem, por ordem dos pais, com um saco às costas, para cavar a vida nas horas da limpeza das ruas (RIO, 2002, p. 14).

Que as vozes dos catadores de lixo e dos cooperados que aqui foram apresentadas possam ser encarados não como um leve ruído ou murmúrio urbano.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Salvador acumula experiências de reaproveitamento do lixo urbano ao longo do tempo. Embora o sistema formal de coleta seletiva tenha surgido recentemente (desde 1992), a prática da separação do lixo em Salvador remonta a períodos anteriores e, por isso, não é estranha à cidade. Mesmo sendo praticamente impossível identificar com precisão temporal desde quando ocorre, nos últimos cinquenta anos tem se intensificado, sobretudo como meio de sobrevivência dos pobres economicamente.

No contexto histórico que precedeu o planejamento e a intervenção do Poder Público Municipal e Estadual na constituição do sistema formal de coleta seletiva, a higiene urbana foi tratada como elemento estratégico na administração da cidade de Salvador. Isto porque, era preciso controlar fatores que pudessem colocar em risco o projeto de colonização, como a insalubridade do sítio urbano e as práticas de pouca higiene demonstradas por grande parte dos seus cidadãos.

Assim, houve um controle social e do espaço a fim de garantir e manter determinados interesses políticos e econômicos da época. A análise empreendida revelou exemplos de como o lixo e a higiene do espaço de Salvador foram usados como argumento para justificar determinadas intervenções na cidade e como um recurso de representação do poder político-econômico. Quando se resgatou a evolução da gestão da limpeza urbana da cidade foi possível notar que na maior parte do tempo ela esteve em mãos privadas. Embora o Estado tenha lançado diversos esforços para controlar e fiscalizar o asseio da cidade, inclusive transformando a limpeza urbana num serviço público em 1865, não tardou a repassá-la à iniciativa privada.

A partir daí o sistema de limpeza da cidade de Salvador passou a conviver e privilegiar os interesses privados. Atualmente ele abrange vários tipos de serviços públicos terceirizados (como a coleta de lixo, repassada mais 95% à iniciativa privada) e o sistema formal de coleta seletiva de lixo que foi o objeto de estudo desta pesquisa.

Foi analisado os três momentos que demarcam a atuação dos Poderes Públicos Municipal e Estadual na implantação de uma coleta seletiva formal em Salvador. Buscou-se analisar os fatores que determinaram quais áreas da cidade seriam contempladas com este serviço, procurando, sempre que possível, cartografar o fenômeno. Dos programas foram analisados, *Programa Lixo Útil* e *Programa Recicla Salvador*, sendo que este último apresentou ações mais consistentes no sentido de promover a separação do lixo na origem, envolvendo a criação de uma cooperativa de catadores – a COOPCICLA.

O objetivo do PRS foi implantar um sistema formal de coleta seletiva em áreas da cidade, cuja população pudesse dar respostas mais rápidas e satisfatórias às expectativas e atender as condições dos agentes financiadores do modelo de modernização da limpeza pública de Salvador. O público alvo capaz de corresponder positivamente seria aquele que agrupasse: melhores possibilidades econômicas e de consumo, formação escolar/status ocupacional e maior quantidade de lixo reciclável gerado. Isso acabou restringindo a população atendida pelo Programa como se verificou ao longo desta pesquisa.

Tendo o Estado como seu principal planejador, este concebeu inicialmente um modelo de coleta seletiva baseado no trabalho da cooperativa, porém acabou privilegiando, sobretudo do ponto de vista financeiro, um outro modelo fundamentado na entrega voluntária de materiais recicláveis por meio de PEV distribuídos em pontos estratégicos da cidade em que a população pudesse utilizá-los. Esta mudança foi disseminada como uma tentativa de ampliar a coleta seletiva na cidade, baseada no modelo europeu de coleta seletiva de lixo.

A partir de estudos de campo, se analisou como essa população participante do *Programa Recicla Salvador* se apropria da idéia e prática da separação do lixo. Os resultados baseados na amostra pesquisada entre moradores do Núcleo de Limpeza da Pituba revelaram uma desconexão entre os critérios estabelecidos como condicionantes à adesão ao Programa. Viu-se que a maioria dos pesquisados nesta categoria, apesar de possuírem maiores níveis de renda, escolaridade e geração de lixo reciclável, não se apropriam da coleta seletiva nem como *vivência*, nem como *experiência* no cotidiano. Ao contrário, os levantamentos realizados comprovam que a maioria dos moradores entrevistados no NL Pituba se apropria da coleta seletiva mais como uma idéia de importância pró-ambiental ou pró-social.

Alguns dos resultados obtidos na pesquisa podem ser resgatados para comprovar estas afirmações. Viu-se que 76,2% dos moradores entrevistados do NL Pituba reconheceram a presença do Programa Recicla Salvador de forma geral na cidade e destes 59,8% admitiram realizar a separação do lixo em suas casas. Entretanto, 49,5% admitiram não participarem efetivamente desta separação porque entenderam que isso cabe a outra pessoa (geralmente a(s) empregada(s) da casa), 51,1% admitiram não reconhecer em qual dia da semana a coleta seletiva oficial ocorre e mais de 24% não souberam justificar porque fazem a separação do lixo. Ademais, considerando que a pesquisa foi realizada nos itinerários oficiais de coleta seletiva, a incidência daqueles que não separam o lixo foi bastante elevada (40,2% da amostra).

Entre os entrevistados que admitiram separar o lixo para a coleta seletiva, correspondendo a quase 60% da amostra, 49,5% deles admitiram não participar efetivamente desta separação, enquanto que 24% não souberam justificar porque fazem a separação do lixo. Diante destes resultados, não encontramos relação direta entre a prática da separação do lixo e os níveis de renda e de escolaridade dos moradores entrevistados do NL Pituba. O que se cogita diante disso é que a separação do lixo possa significar, entre outras possibilidades: uma tarefa designada aos “inferiores” socialmente ou uma tarefa que designa certo status para quem a realiza, haja visto que quase 50% não a concebem enquanto prática cotidiana, ou seja, nem como *vivência* nem como *experiência*.

Quando se investigou se os moradores entrevistados utilizavam os PEV, verificou-se que 66,1% dos que separam o lixo para a coleta seletiva dispensam o seu uso porque já entregam os materiais recicláveis aos cooperados da COOPCICLA (dito por 54,5% destes) ou porque desconhecem sua localização ou ela é muito distante (confirmado por quase 18% destes). Com esses resultados, tem-se a impressão de que estes moradores não utilizam os PEV porque estão habituados a entregarem o lixo seletivo aos cooperados, porém ocorre que 42,5% destes entrevistados separam o lixo há menos de 3 anos.

Ao se confrontar estes resultados aos encontrados na pesquisa realizada entre aqueles que trabalham nos domicílios do NL Pituba que contam com o serviço de coleta seletiva, é possível perceber que 85% destes trabalhadores não reconheceram nenhuma ação do *Programa Recicla Salvador*, porém 95% deles

separam o lixo para a coleta seletiva nos locais de trabalho há mais de 3 anos (40% deles). O motivo que justifica separar o lixo para a coleta seletiva não é por uma indicação dos patrões como salientaram 44,4% dos moradores entrevistados que disseram haver a separação do lixo da casa feita pelos empregados. Na verdade, a maioria dos trabalhadores domiciliares (65% deles) disse que fazem a separação por iniciativa própria ou para corresponder às solicitações dos cooperados.

É possível destacar ainda uma mudança quanto ao por que separar o lixo nos locais de trabalho, pois 65% destes entrevistados explicitaram como motivo de sua adesão ao *Programa Recicla Salvador* o fato de estarem colaborando com o sustento das famílias dos cooperados da COOPCICLA. O que se verificou é que nos locais de trabalho há condições favoráveis de infra-estrutura capazes de motivar a prática da separação do lixo estabelecendo relações com a vivência e a experiência desta ação. Isso não ocorre nos locais de moradia para a maioria dos entrevistados em função de vários motivos dentre eles a deficiência ou ausência de uma coleta seletiva estruturada e organizada. Apenas 20% dos trabalhadores entrevistados disseram realizar a separação do lixo tanto no local de trabalho quanto de moradia.

Diante do exposto, tem-se que a apropriação social da coleta seletiva entre moradores e trabalhadores domiciliares ocorre de forma distinta. Estudos mais aprofundados podem revelar que o ato de separar o lixo nem sempre vem acompanhado de um ato consciente como se suscitou nesta pesquisa. A prática da separação do lixo não é motivada pensando-se na permanência do homem no espaço, mas na preservação de uma natureza isolada.

Deve-se frisar que em ambas as categorias de informante o lixo não aparece como elemento estratégico de sobrevivência e permanência na cidade, diferente do que ocorre entre os catadores. Moradores e trabalhadores selecionam o lixo no espaço da casa, enquanto que os catadores são atraídos, cada vez mais, para as áreas com maiores quantidades de lixo reciclável gerado o que justifica, em certa medida, a incidência de catadores de lixo em espaços habitados por populações de maiores níveis de renda associado às atividades e serviços que se realizam nestes espaços. Como se viu isso, na maioria dos casos, não é visto com bons olhos de quem reside nestas áreas.

As formas como os catadores de lixo apropriam da prática e idéia da coleta seletiva se dá, sobretudo, no plano da experiência, utilizando-a como um recurso à manutenção da vida na cidade. Tornaram-se, assim, especialistas em aproveitamento de materiais recicláveis, sabendo distinguir o que pode ser útil, cuja aprendizagem vem sendo construída na prática. Mas essa aprendizagem, essa cognição edificada ao longo do tempo histórico, toda a luta atual na vida diária parece não ser o suficiente para chamar a devida atenção das ações públicas de coleta seletiva formal embora seja ela quem garante os lucros da indústria de reciclagem irrepartíveis entre aqueles que colocam suas mãos no lixo para catar os materiais de seu interesse.

Torna-se imprescindível, pelo menos, repensar as políticas públicas e a ação na cidade de Salvador para além do plano social, isto é, das necessidades humanas. As práticas de coleta seletiva estudadas nesta pesquisa revelaram que estas foram definidas não com base no vivido, percebido ou no apreendido pela experiência, mas no que foi concebido para a cidade. Isso não invalida a positividade destas experiências de formalização desta coleta em Salvador do ponto de vista técnico, mas o que está em jogo é o como estas foram empreendidas sem levar em conta alguns aspectos elementares, a saber:

- ser economicamente pobre não significa não ter condição de participar do processo de separação do lixo, pois o que certamente impede é a falta de estrutura a serviço destas populações em seus locais de moradia, como se pode verificar com a distribuição espacial, por exemplo, dos PEV. Assim, a diferença de rendas não desempenha papel determinante capaz de justificar as ações deliberadas do *Programa Recicla Salvador*,
- apreender a prática da coleta seletiva como cotidianidade não tem como princípio direto a formação escolar, o que até deveria ser lógico, mas o que se constatou foi que as pessoas entrevistadas com menores níveis de escolaridade foram aquelas que se apropriaram da coleta seletiva em seu espaço de vivência num nível diferente daquelas com maior tempo de estudo, sendo válido entre os trabalhadores e os catadores de lixo ou cooperados da COOPCICLA;

- propiciar e fortalecer os processos organizativos coletivos foi colocado como necessário nas diferentes formas de ocorrência da coleta seletiva em Salvador, não com sentido de juntar pessoas. Embora o Poder Público admita que não se trate de uma tarefa simples, a admite baseado na idéia de que quem cata lixo na rua para sobreviver não aceita formas de trabalho coletivo o que não foi constatado entre os catadores que entrevistamos;
- descentralizar e atrair investimentos para o cooperativismo da atividade de catação formal e a instauração de processos com participação mais direta foi também proposto pelos cooperados como condição de permanência da COOPCICLA, vez que esta cooperativa não tem se inserido no corpo das políticas de estímulo à reciclagem;
- dimensionar em termos quantitativos e qualitativos a atividade da catação informal realizada na cidade procurando desenvolver mecanismos de apoio e fontes de recursos também emergiu como uma carência nas intervenções de coleta seletiva realizadas;
- compreender as formas de apropriação do espaço urbano pelos catadores de lixo incorporando e combinando, na co-participação, a sua lógica à concepção do sistema formal de coleta seletiva;
- discutir outras metodologias de levantamento das características físicas do lixo gerado pelos habitantes perpassou as discussões realizadas nesta pesquisa, já que na trajetória que o lixo faz da casa até à rua, muitos aspectos se alteram, inclusive a sua composição diante da intensa atividade de catação do lixo que a cada dia se espalha por todos os cantos da cidade. É necessário readequar os parâmetros técnicos à realidade que demanda novas estratégias que podem se basear, por exemplo, em levantamentos de informações com o responsável da fonte geradora antes mesmo do lixo chegar à rua;
- democratizar o acesso da coleta seletiva formal investindo-se em processos que permitam o compartilhamento de aprendizagens e experiências. Isso surge como necessidade, sobretudo diante da canalização de recursos para a implantação de postos de entrega voluntária de material reciclável (PEV), cuja utilização necessita, ao menos, um trabalho educativo numa escala de atuação mais próxima dos cidadãos.

Diante destas considerações, vê-se que a cidade de Salvador é hoje um espaço em que lixo - pobreza - riqueza andam *pari passu*. Contudo, há uma esfera que rege e decide como a coleta seletiva formal se materializa no espaço e há outra que aponta possibilidades de pensar em políticas públicas de coleta seletiva de lixo em outros termos, em que se articule melhor o planejado e o que está posto. É nestes termos que a imagem da cidade deve desvelar o que a sociedade cria e recria historicamente.

7 REFERÊNCIAS

1. ADLER, Roberto R.; PEREIRA, Margareth da S.; PEREIRA, Romão V. *Transformando e recriando os restos: o lixo passado a limpo*. Rio de Janeiro: Secretaria da Cultura da Presidência da República/Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural/Paço Imperial, 1992.
2. AMORIM, Cristina. Reciclagem de lixo continua um mistério. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 20 fev. 2006. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/ciencia/noticias/2006/fev/02/38.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2006.
3. ANDRADE, Adriano B. *Expansão Urbana de Salvador: O caso da Pituba*. 2004. 219f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.
4. ANDRADE, Maiza de. Lixão de Salvador está nas ruas. *A Tarde*, Salvador, 7 set. 2004. Caderno Especial, p. 8.
5. ARAÚJO, Emanuel. *O Teatro dos Vícios: Transgressão e Transigência na Sociedade Urbana Colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.
6. ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
7. ARENDT, Hannah. *O que é Política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
8. ARNAOUTOGLU, Ilias. *Leis da Grécia Antiga*. São Paulo: Odysseu, 2003.
9. AZEVEDO, Gardênia O. D. de. *Por menos lixo: a minimização dos resíduos sólidos urbanos na cidade do Salvador/Bahia*. 2004. 146f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental Urbana). Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia. Salvador, Salvador, 2004.
10. BAHIA. CONDER. *Pré-seleção de área para implantação de um aterro sanitário metropolitano na RMS*. Salvador, 1983.
11. BAHIA. CONDER. *Sistema de Tratamento do Lixo da Região Metropolitana de Salvador*. Estudo de Viabilidade. Salvador, 1980.
12. BAHIA. Decreto nº 7.967, de 05 de junho de 2001. Aprova o Regulamento da Lei nº 7.799, de 07 de fevereiro de 2001, que institui a Política Estadual de Administração de Recursos Ambientais e dá outras providências. 2001.
13. BAHIA. GEPAB (Grupo de Estudos para os Alagados da Bahia) – ASSEC (Assessoria Econômica e Engenharia e Planejamento Ltda). *Alagados*. Estudos Sócio-econômicos. Salvador, jun, 1973.
14. BAHIA. Lei nº 7.799, de 07 de fevereiro de 2001 Institui a Política Estadual de Administração dos Recursos Ambientais e dá outras providências. 2001
15. BAHIA. SEPLANTEC. CONDER. *Plano Diretor de Limpeza Urbana dos municípios de Lauro de Freitas, Salvador e Simões Filho*. Salvador, 1992.
16. BARROS, Antonio T. O discurso oficial sobre meio ambiente no Brasil (1972-92): o discurso para a sociedade brasileira. *Revista Científica da Universidade do Oeste Paulista*. Colloquium Humanarum, Presidente Prudente, v.1, n.1, p. 39-51, jul/dez. 2003.

17. BENJAMIN, Walter. A Paris do Segundo Império em Baudelaire. In: KOTHE, Flávio Rene. *Walter Benjamin: sociologia*. Coleção Grandes cientistas sociais n. 50. São Paulo: Ática, 1985.
18. BORJA, J. As Cidades e o Planejamento Estratégico. Uma reflexão europeia e latino-americana. In: Colóquio sobre Poder Local, 6., 1994, Salvador. *Anais...* Salvador: UFBA, 1994.
19. BURSZTYN, Marcel (Org.). *No meio da rua*. Nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
20. CALDERONI, Sabetai. *Os bilhões perdidos no lixo*. São Paulo: Humanitas, 2003.
21. CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
22. CAMARGO, Maria Vidal de Negreiros. A Limpeza Pública em Salvador: Um velho problema. *Universitas*, Salvador, n. 3, p. 95-108, jul./set. 1985.
23. CARVALHO, Isabel Cristina M. Ecologia: um campo estratégico. *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, v.84, n.2, p.234-241, mar./abr. 1990.
24. CASTORIADIS, Cornelius; COHN-BENDIT, Daniel. *Da Ecologia à Autonomia*. Lisboa: Centelha, 1981.
25. CASTRO, Ney. Ponto de Vista. Passando o Lixo a Limpo. *Veracidade*, Salvador, v. 1, n. 2, p. 27-32, out./dez. 1991.
26. CAVALCANTI, Magnólia. Salvador pode ter 23% do lixo reaproveitado. Atualmente, apenas 1% dos resíduos gerados na cidade é destinado à reciclagem. *Correio da Bahia*. Salvador, 18 set. 2001.
27. CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril*. Cortiços e Epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
28. CLARK, David. *Introdução à Geografia Urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
29. COLETA seletiva vai ser revitalizada. *Tribuna da Bahia*. Salvador, 12 jan. 1999.
30. COLETA seletiva. *Correio da Bahia*, Salvador, 05 jun. 2001. Aqui Salvador, p. 4.
31. COLETA seletiva. *Correio da Bahia*. Salvador, 8 set. 2002.
32. CONCURSO design A Tarde/Casa Cor. Salvador: A TARDE, 02 out. 2004.
33. CONDER. CEPED. *Remoção e Disposição Final dos Resíduos Sólidos na RMS*. Etapa I. Salvador, 1977. Não publicado.
34. CONRADO, Rita. Coleta seletiva é mal divulgada em Salvador. *Correio da Bahia*. Salvador, 17 de jul. 2002.
35. CORDIOLI, S. Enfoque participativo no trabalho com grupos. In: BROSE, M. (Org.) *Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.
36. CORREIA, Sandro dos S. *Gestão Comunitária de Resíduos Sólidos Domiciliares com ênfase na Fração Orgânica e os Impactos Gerados na Comunidade: O exemplo de Plataforma em Salvador, Bahia*. 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental e Urbana). Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.
37. CORREIA, Sandro dos S. *O Lixo na Periferia*. O Problema do Lixo Urbano nos Bairros de Plataforma e Pirajá. Salvador: Um Enfoque Sócio-ambiental. 2000. 92f.

Monografia (Bacharelado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

38. COSTA, Luiz Augusto Maia. *O Ideário Urbano Paulista na Virada do Século. O Engenheiro Theodoro Sampaio e as Questões Territoriais e Urbanas Modernas (1886-1903)*. 2001. 361f. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais). Faculdade de Arquitetura, USP, São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.usp.br/fau/pesquisa/1teses/costalaml.doc>>. Acesso em: 8 abr. 2004.

39. DAMATTA, Roberto. *A Casa & a Rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

40. DANNEMANN, Maria de Fátima. Campanha quer estimular a coleta de lixo. *A Tarde*. Salvador, 13 jan, 1999.

41. DESCARTE do lixo doméstico: uma tarefa simples e fácil de aprender. *A Tarde*. Caderno Especial Lixo e Cidadania 2. Salvador, 26 fev. 2005.

42. ESPINHEIRA, Maria de Fátima; AZEVEDO, Gardênia Oliveira de. Sistema Regional para a Disposição Final dos Resíduos Sólidos na RMS. *Análise e Dados*, Salvador, v.7, n. 1, p. 99-104, jun. 1997.

43. FERNANDES, Antonio Sergio A. Agenda internacional de gestão urbana e o caso do Programa Ribeira Azul. In: *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 9, n. 39, jun. 2004. Disponível em: <http://inovando.fgvsp.br/conteudo/documentos/cadernos_gestaopublica/CAD%2039.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2004.

44. FIGUEIREDO, Paulo Jorge Moraes. *A Sociedade do Lixo: os resíduos, a questão energética e a crise ambiental*. Piracicaba: Unimep, 1995.

45. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

46. GARCIA, Pedro (Org.). *Falas em Torno do Lixo*. Rio de Janeiro: Nova Iser Pólis, 1992.

47. GOMES, Paulo César da Costa. *A Condição Urbana. Ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrnad Brasil, 2002.

48. GONÇALVES, Pólita. *A reciclagem integradora dos aspectos ambientais, sociais e econômicos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

49. GRIMBERG, E.; BLAUTH, P. R. *Coleta Seletiva. Reciclando Materiais, Reciclando Valores*. São Paulo: Instituto Pólis, 1998.

50. GUERMANDI, Karine Fernanda; MORAES, Luiz Roberto Santos. Influência da topografia e do sistema viário na coleta de resíduos sólidos domiciliares em áreas com diferentes padrões de renda: estudo em Salvador, Bahia, Brasil. In: CONGRESO INTERAMERICANO DE INGENIERÍA SANITARIA Y AMBIENTAL, 29., 2004, San Juan-Puerto Rico. *Anais...* San Juan: AIDIS, 2004. 1 CD-ROM.

51. HABERMAS, J. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

52. HEBER, Florence Cavalcante. *Gestão do lixo em Salvador*. 1991. 170f. Dissertação (Mestrado em Administração). Faculdade de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1991.

53. HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

54. IBGE. *Censo Demográfico 2000: agregado por setores censitários dos resultados do universo [CD-ROM]*, v. 4, Rio de Janeiro: 2003.
55. JUNCÁ, Denise; GONÇALVES, Marilene; AZEVEDO, Verônica. *A mão que obra no lixo*. Niterói: EdUFF, 2000.
56. LEFEBVRE, Henri. *The Production of Space*. (Translated by D. Nicholoso-Smith). England: Blackwell, Oxford, 1991.
57. LESSA, C. Distribuição de Renda. In: FAPERJ. *Agenda Pública: Drama Social*. Rio de Janeiro: Faperl, 2002.
58. LESSA, Carlos. Os ovos da serpente (Prefácio). In: BRUSZTYN, Marcel (Org.). *No meio da rua. Nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003, p. 11-18.
59. LIMONARD, Ester (Org.). *Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre*. Niterói: UFF/GECCEL, 2003. 1 CD-ROM.
60. LIMPURB lança programa para reciclagem de lixo. *Correio da Bahia*. Salvador, 14 jan. 1999.
61. LIMPURB. Participe da coleta seletiva. Salvador, 1996. 1 panfleto, color, 21 crx 12cm.
62. MAID TO ORDER. (Cinderela às Avessas). Direção: Amy Jones. EUA: CIC Vídeo, 1987. 1 videocassete (96 min).
63. MATTEDI, Maria Raquel M. Invasões na cidade de Salvador, In: *Cadernos de CEAS*. Centro de estudos e Ação Social, 72, Salvador, 1981.
64. MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *Bahia Século XIX. Uma Província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
65. MDS apóia encontros de catadores de lixo na Bahia. *Banco de Notícias do Ministério do Desenvolvimento Social*, 2005. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/noticias/noticias.asp?act=detalhar&id=978>>. Acesso em 28 mai 2006.
66. MONTEIRO, José Penido. et al. *Manual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos*. Rio de Janeiro: Ibam, 2001.
67. MORAES. Luiz R. S. Gestão Integrada e Sustentável de Resíduos Sólidos Urbanos - Um outro paradigma. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS, 6., 2002, Gramado. *Anais...* Rio de Janeiro: ABES, 2002.
68. NASCIMENTO, Anna A. Vieira. *Dez Freguesias da Cidade do Salvador. Aspectos Sociais e Urbanos do Século XIX*. Salvador: FCEBA/EGBA, 1986.
69. NASCIMENTO, Milton; BRANT, Brant. Encontros e Despedidas. Intérprete: Milton Nascimento. Encontros e Despedidas. São Paulo. Poligram. 1985. 1CD. Faixa 8.
70. NIETZSCHE, Friedrich. *Obras Incompletas*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
71. OGATA, Maria Gravina. *Os Resíduos Sólidos na Organização do Espaço e na Qualidade do Ambiente Urbano: Uma Contribuição Geográfica ao Estudo do Problema na Cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: IBGE, 1983.
72. OLIVEIRA, Livia de. O lixo urbano: Um problema de percepção ambiental. In: *Caderno de Geografia*. Belo Horizonte. v. 12 n. 19 2º sem, p. 26-34, 2002.

73. OLIVEIRA, Walter. Levantamento de Dados sobre Resíduos Sólidos e Limpeza Pública: In: IBGE. *Recursos Naturais, Meio Ambiente e Poluição: Contribuições de um Ciclo de Debates*. Rio de Janeiro: SUPRE, 1977.
74. PINHEIRO, Eloísa Petti. *Europa, França e Bahia*. Difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador). Salvador: EDUFBA, 2002.
75. PINHO, Ilsa Marilu R. *Análise do Programa Reciclar para Crescer: contribuição ao desenvolvimento local ou precarização de trabalho*. 2005. 139f. Dissertação (Mestrado em Análise Regional). Universidade Salvador, Salvador, 2005.
76. PMS. *Relatório da Gestão Municipal Apresentado ao Conselho Municipal pelo Dr. José Eduardo Freire de Carvalho Filho*. Salvador: Typografia Baiana de C. Melchiades, 1902, 1903, 1906.
77. PMS. *Relatório da Gestão Municipal Apresentado ao Conselho Municipal pelo Dr. Antônio Victorio de Araújo Falcão*. Salvador: Typografia Baiana de C. Melchiades, 1907.
78. PMS. FMLF. *Lei Orgânica do Uso do Solo (LOUS)*. Salvador, 2001. 1 CD-ROM.
79. PMS. LIMPURB *Coleta Seletiva*. Programa Recicla Salvador. Projeto Postos de Captação. Salvador, 1997a.
80. PMS. LIMPURB *Coleta Seletiva*. Programa Recicla Salvador. Projeto Postos de Captação do NL Pituba. Salvador, 1997b.
81. PMS. LIMPURB. *Ampliação da Coleta Seletiva no Município de Salvador*. Salvador, 2000.
82. PMS. LIMPURB. *Caracterização dos Resíduos Sólidos no Município de Salvador*. Salvador, 1999.
83. PMS. LIMPURB. *Coleta Seletiva*. Programa Lixo Útil no Município de Salvador. Salvador, 1992a.
84. PMS. LIMPURB. *Primeiro Relatório de Avaliação do Projeto Lixo Útil no Município de Salvador*. Salvador, 1992b.
85. PMS. LIMPURB. *Medidas de Emergência no Sistema de Limpeza Urbana de Salvador*. Salvador, 1976.
86. PMS. LIMPURB. METAPLAM. *Reavaliação do Programa Recicla Salvador*. Relatório de atividades. Salvador, 1998.
87. PMS. LIMPURB. Não jogue fora a chance de preservar o meio ambiente. Salvador, 2002. 1 panfleto, color, 13,5 cm x 18,5cm.
88. PMS. LIMPURB. Não jogue o lixo útil no lixo. Salvador, 1992. 1 panfleto, color, 15 cm x 20cm.
89. PMS. LIMPURB. *Núcleos de Limpeza Urbana de Salvador*. Salvador, 1999.
90. PMS. LIMPURB. *Parque Sócio-ambiental de Canabrava*. Salvador, 2003. 1CD-ROM.
91. PMS. LIMPURB. *Postos de Entrega Voluntária*. Situação 2004. Salvador, 2004. Não publicado.
92. PMS. LIMPURB. *Relação de Cooperativas de Catadores de Lixo e Cadastro de Compradores de Material Reciclável*. Salvador, 2005. Não publicado.
93. PMS. LIMPURB. *Relatórios Anuais de Atividades*. Salvador, 1999 a 2004.

94. PMS. LIMPURB. SEPLAM. FMLF. *Sistema de Limpeza Urbana de Salvador*. Salvador, 2000.
95. PMS. *Relatório Apresentado ao Interventor Federal no Estado pelo Prefeito Durval N. da Rocha*. Salvador: Imprensa Regina: Salvador, 1940. p.183-186.
96. PMS. *Relatório Apresentado ao Interventor Federal no Estado pelo Prefeito Durval N. da Rocha*. Salvador: Imprensa Vitória: Salvador, 1942. p. 99-101.
97. PMS. *Relatório Apresentado ao Interventor Federal no Estado pelo Prefeito Elísio Carvlho Lisboa*. Salvador: Imprensa Vitória: Salvador, 1943, 1944.
98. PMS. *Relatório da Gestão dos Negócios Municipais apresentado ao Conselho Municipal pelo Dr. José Luiz de Almeida Couto*. Salvador: Typografia Baiana de C. Melchiades, 1895.
99. PMS. *Relatórios da Prefeitura*. Salvador, 1999 a 2001.
100. PMS. SEPLAM. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador*. Documento Síntese. Salvador, 2005.
101. PMS. SESP. DEPARTAMENTO DE LIMPEZA DE SALVADOR. *A Limpeza Urbana em Salvador. Situação Atual e Sugestões para uma Planificação Racional do Sistema*. Salvador, 1973.
102. PORTILHO, Fátima. *Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania*. São Paulo: Cortez, 2005.
103. REINFELD, Nyles V. *Sistemas de reciclagem comunitária*. São Paulo: Makron Books, 1994.
104. REZENDE, Sonaly Cristina; HELLER, Léo. *O Saneamento no Brasil: políticas e interfaces*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
105. RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. Virtual Books, 2002. Disponível em: <<http://www.virtualbooks.terra.com.br/freebook.htm>>. Acesso em: 26 mai. 2005.
106. RODRIGUES, Arlete Moysés. A Dinâmica Ambiental e a Geografia Urbana. In: VASCONCELOS, Pedro de A.; SILVA, Sylvio B. *Novos Estudos de Geografia Urbana Brasileira*. Salvador: Editora da UFBA, 1999. p. 33-50.
107. RODRIGUES, Arlete Moysés. *Produção e Consumo do e no Espaço*. Problemática Ambiental Urbana. São Paulo: Hucitec, 1998.
108. RODRIGUES, Geraldo Stachetti. Recuperação de Recursos a partir do Lixo Urbano em Rio Claro. *Geografia*, Rio Claro, v. 8, n. 15-16, p. 168-174, out. 1983.
109. RODRIGUES, José Carlos *Higiene e Ilusão: o lixo como invento social*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1995.
110. RODRIGUES, José Carlos. A Cultura do Lixo e sua Angústia. In: GARCIA, Pedro Benjamim (Org.). *Falas em Torno do Lixo*. Rio de Janeiro: Nova Iser/ Pólis, 1992.
111. ROSEN, G. *Uma história da saúde pública*. Trad. Marcos Fernandes de S. Moreira, (col.) José Rubens de Bonfim. Série Saúde em Debate. Rio de Janeiro: HUCITEC; UNESP; ABRASCO, 1994.
112. SALVADOR. CÂMARA MUNICIPAL. *Ata da 107ª Sessão Ordinária do 3º Período Legislativo da 11ª Legislatura da Câmara Municipal de Salvador*. Salvador, 18 dez.1991.

113. SALVADOR. CÂMARA MUNICIPAL. *Atas da Câmara*. Salvador: Typografia Baiana de C. Melchiades, 1801 a 1816, 1831 a 1839.
114. SANTANA, Washington. *A arte do lixo*. São Paulo: DBA Artes Gráficas 1993.
115. SANTOS, Jânio. Políticas Públicas e Ações Populares: o caso dos Alagados – Salvador/Ba. *Estudos Geográficos*, Rio Claro, 3(1): 93-110, jan-jun de 2005. Disponível em <<http://www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm>>. Acesso em 5 nov. 2005.
116. SANTOS, Milton. *O Centro da Cidade do Salvador*. Salvador: EDUFBA, 1958.
117. SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.
118. SATO, Michèle. Identidades da Educação Ambiental como rebeldia contra a hegemonia do desenvolvimento sustentável. In: JORNADAS PEDAGÓGICAS DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Educação Ambiental no contexto da década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014). 12., 2005, Ericeira: *Anais...*, p.18-20, 2005.
119. SEABRA, O. O pensamento de Henri Lefebvre e a Geografia. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 74, 1996.
120. SENA, Octávio Luiz S. de. *Problema do Lixo em Salvador*. Diagnóstico Preliminar e Diretrizes Gerais. 1973. 60f. Tese (Concurso de Professor Titular do Departamento de Hidráulica e Saneamento). Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1973.
121. SENGÉS, Gastão H. Resíduos Sólidos: Diagnóstico de Situação. In: IBGE. *Recursos Naturais, Meio Ambiente e Poluição*: Contribuições de um Ciclo de Debates. Rio de Janeiro: SUPREN, 1977.
122. SERPA, Angelo. Espaço Público e Acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica. GEOUSP. Espaço e Tempo. São Paulo, n. 15, p. 21-37, 2004a.
123. SERPA, Angelo. Experiência e Vivência, percepção e cultura: uma abordagem dialética das manifestações culturais em bairros populares de Salvador-Bahia. *RA' E GA: O espaço geográfico em análise*. Curitiba, v. 8, p. 19-32, 2004b.
124. SERPA, Angelo (Org.). *Fala, periferia!* Uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano. Salvador: UFBA, 2001.
125. SERPA, Angelo. Fazendo extensão, mas sem pressa! In: UFBA. *UFBA em Campo II (1999 – 2001)*: uma experiência de articulação ensino/pesquisa e sociedade/Universidade Federal da Bahia. Pró-reitoria de Extensão, Salvador: UFBA, 2001.
126. SEWELL, Granville. A Importância dos Resíduos Sólidos. In: _____. *Administração e Controle da Qualidade Ambiental*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1978. p. 216-229.
127. SIEBER. Allan. 2003. Altura: 525 pixels. Largura: 419 pixels. 64 x 64dpi. Formato JPG. Disponível em: <http://allansieber.blogspot.com.br/2003_05_01_archive.htm>. Acesso em 15 jul. 2004.
128. SILVA, Barbara-Christine Nentwig; ROCHA, Aline P. Análise da dinâmica da urbanização no Estado da Bahia – 1940/2000. In: SILVA, Sylvio Bandeira de M; SILVA; Barbara-Christine Nentwig. *Estudos sobre Globalização, Território e Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2003.

- 129.SOUZA, Christiane Maria Cruz de. A gripe espanhola em Salvador, 1918: cidade de becos e cortiços. *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*. v.12, n. 1, p.71-99, jan./abr. 2005. Disponível em:<<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em 18 ago. 2005.
- 130.SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- 131.SOUZA, Marcelo Lopes de. *O Desafio Metropolitano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- 132.UFBA. ESCOLA POLITÉCNICA. *Gestão Diferenciada do Entulho na Cidade de Salvador*. Salvador, 2001. Não publicado.
- 133.UFBA. TECLIM. *Relatório Técnico da Caracterização dos Resíduos Sólidos Domiciliares de Salvador – BA*. Gestão Sócio-ambiental do PET pós-consumo. Salvador, 2003. Não publicado.
- 134.VASCONCELOS, Pedro. *Salvador: Transformações e Permanências*. Ilhéus: Editus, 2002.
- 135.VERÍSSIMO, Francisco. et al. *Vida Urbana*. A evolução do cotidiano da cidade brasileira. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.
- 136.VILHENA, Luis dos S. *A Bahia no Século XVIII*. Salvador: Itapuã, 1969.
- 137.VIVEIROS, Mariana. Coleta seletiva só sai com vontade política. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 30 jan. 2003. Disponível em:<<http://www.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u67788.shtml>>. Acesso em: 30 mai. 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A: DENOMINAÇÃO DOS DOMICÍLIOS PESQUISADOS ENTRE OS MORADORES DO NL PITUBA

TIPO DE DOMICÍLIO	NOME OU LOCALIZAÇÃO DO DOMICÍLIO	QUANTIDADE DE DOMICÍLIOS	NÚMERO DE DOMICÍLIOS PARTICIPANTES
UPD 1	Ed. Praia da Pituba	23	9
UPD 2	Cond. Solar das Palmeiras	55	16
UPD 3	Cond. Monte Belo	120	22
UPD 4	Cond. Morada do Parque	20	3
UPD 5	Cond. Solar Vela Branca	94	19
UPD 6	Cond. Jardim de Luxemburgo	12	2
UPD 7	Ed. Rosa Mística	20	1
UPD 8	Ed. Nair	11	4
UPD 9	Ed. Pituba Real	24	4
UPD 10	Ed. Rio Itapicuru	14	8
UPD 11	Ed. Juliana	9	3
UPD 12	Ed. Jardim do Parque	40	17
UUD 13	Ruas Pernambuco, Território do Rio Branco e Rio de Janeiro	5	4
UPD 14	Ed. Le Mans	15	6
UPD 15	Ms. Paradise Hill	112	12
UPD 16	Ed. Plaza Athenee	27	3
UPD 17	Ed. Port Saint Vicent	54	15
UPD 18	Ms. Saint Laurent	24	6
UPD 19	Ed. Maison Dor	26	8
UUD 20	Cond. Guerra Junqueiro	15	2
UUD 21	Cond. Teófilo Braga	22	13
UPD 22	Cond. Casa Verde, Branca e Bonita	76	11
UPD 23	Ed. Rio Solimões	35	2
UPD 24	Ed. Aracuã	22	12
UUD 25	Rua João da Silva Campos	32	9
UUD 26	Rua Prof. Zahidé Machado Neto	2	2
UUD 27	Cond. Javanezas	14	5
UUD 28	Cond. Siaméas	13	2
UUD 29	Cond. Eritrinhas	21	6
UUD 30	Alameda das Cajazeiras e Rua Engenheiro Adhemar Fontes	4	2
UPD 31	Ed. Damcos	10	1
UPD 32	Ed. KK	8	4
UPD 33	Ed. Alameda dos Pássaros	20	9
UPD 34	Ed. Lafayette	10	5
UPD 35	Ms. Mont Martre	19	7
UPD 36	Ed. Callandre	8	7
UPD 37	Ed. Porto Monte	16	7
UPD 38	Ed. Yellowstone	44	6
UPD 39	Ed. Recanto dos Sabiás	33	11
UPD 40	Ed. Jardim do Vale	26	7
UPD 41	Ed. Colorado	56	17
UUD 42	Alamedas Chuvas de Ouro e dos Sombrios	2	2

APÊNDICE B: TABULAÇÃO DE DADOS ABSOLUTOS DA PESQUISA DE CAMPO REALIZADA ENTRE OS MORADORES DO NL PITUBA

Tabela 15 – Tempo de moradia na residência, Itinerário Parque Nossa Senhora da Luz (I 1), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Tempo que mora na residência	UPD 1	UPD 2	UPD 3	UPD 4	UPD 5	UPD 6	UPD 7	UPD 8	UPD 9	UPD 10	UPD 11	UPD 12	UUD 13	TOTAL
< 1 ano	1	2	3	0	2	0	0	1	0	0	0	2	0	11
1 a 3 anos	2	2	5	0	17	0	0	0	0	0	0	1	0	27
4 a 6 anos	0	3	12	1	0	0	0	1	4	2	1	2	0	26
7 a 9 anos	0	1	2	2	0	0	0	0	0	1	0	0	0	6
≥10 anos	6	8	0	0	0	2	1	2	0	5	2	12	4	42

Tabela 16 – Tempo de moradia na residência pesquisada, Itinerário Itaigara (I 2), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Tempo que mora na residência	UPD 14	UPD 15	UPD 16	UPD 17	UPD 18	UPD 19	UUD 20	UUD 21	UPD 22	UPD 23	UPD 24	UUD 25	UUD 26	TOTAL
< 1 ano	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2	0	0	4
1 a 3 anos	1	2	3	1	1	1	1	2	1	0	0	0	0	13
4 a 6 anos	2	0	0	5	2	2	0	3	1	0	2	1	1	19
7 a 9 anos	3	1	0	1	0	0	0	0	1	0	2	2	1	11
≥10 anos	0	9	0	8	3	5	1	8	6	2	6	6	0	54

Tabela 17 – Tempo de moradia na residência, Itinerário Caminho das Árvores (I 3), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Tempo que mora na	UUD 27	UUD 28	UUD 29	UUD 30	UPD 31	UPD 32	UPD 33	UPD 34	UPD 35	UPD 36	UPD 37	UPD 38	UPD 39	UPD 40	UPD 41	UUD 42	TOTAL
< 1 ano	1	0	1	0	0	0	2	0	0	2	1	2	1	0	0	0	10
1 a 3 anos	2	0	1	0	1	0	7	1	0	0	0	2	1	1	4	1	21
4 a 6 anos	0	0	1	0	0	0	0	0	2	2	0	0	4	1	3	0	13
7 a 9 anos	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	10	0	15
≥10 anos	1	1	3	2	0	4	0	4	5	3	6	1	5	3	0	1	39

Tabela 18 – Número de residentes por unidade domiciliar, Itinerário Parque Nossa Senhora da Luz (I 1), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Quantidade de residentes por unidade domiciliar	UPD 1	UPD 2	UPD 3	UPD 4	UPD 5	UPD 6	UPD 7	UPD 8	UPD 9	UPD 10	UPD 11	UPD 12	UUD 13	TOTAL
1 a 2 pessoas	1	8	4	0	12	1	0	0	2	0	0	1	1	30
3 pessoas	1	4	6	1	5	1	0	2	1	3	0	2	1	27
4 a 5 pessoas	7	4	11	0	2	0	1	2	0	3	2	13	1	46
≥6 pessoas	0	0	1	2	0	0	0	0	1	2	1	1	1	9

Tabela 19 – Número de residentes por unidade domiciliar, Itinerário Itaigara (I 2), NL Pituba, jan. – abr. 2005

Quantidade de residentes por unidade domiciliar	UPD 14	UPD 15	UPD 16	UPD 17	UPD 18	UPD 19	UUD 20	UUD 21	UPD 22	UPD 23	UPD 24	UUD 25	UUD 26	TOTAL
1 a 2 pessoas	1	3	0	3	0	2	0	1	0	0	2	1	0	13
3 pessoas	2	2	1	4	1	2	0	1	3	0	6	2	0	24
4 a 5 pessoas	1	4	1	7	4	3	1	8	7	2	4	5	2	49
≥ 6 pessoas	2	3	1	1	1	1	1	3	1	0	0	1	0	15

Tabela 20 – Número de residentes por unidade domiciliar, Itinerário Caminho das Árvores (I 3), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Quantidade de residentes por unidade domiciliar	UUD 27	UUD 28	UUD 29	UUD 30	UPD 31	UPD 32	UPD 33	UPD 34	UPD 35	UPD 36	UPD 37	UPD 38	UPD 39	UPD 40	UPD 41	UUD 42	TOTAL
1 a 2 pessoas	1	0	1	1	1	0	7	3	0	4	0	5	0	2	7	0	32
3 pessoas	0	0	1	0	0	1	2	0	1	3	2	1	4	0	6	2	23
4 a 5 pessoas	3	0	1	0	0	2	0	2	4	0	3	0	4	4	2	0	25
≥ 6 pessoas	1	2	3	1	0	1	0	0	2	0	2	0	3	1	2	0	18

Tabela 21 – Faixa etária dos entrevistados, Itinerário Parque Nossa Senhora da Luz (I 1), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Faixa etária	UPD 1	UPD 2	UPD 3	UPD 4	UPD 5	UPD 6	UPD 7	UPD 8	UPD 9	UPD 10	UPD 11	UPD 12	UUD 13	TOTAL
< 20	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	3
21 a 30	2	0	3	0	10	0	0	0	2	2	0	3	0	22
31 a 40	2	3	3	1	3	0	0	1	0	1	1	1	0	16
41 a 50	2	4	6	1	3	0	0	1	2	2	1	2	0	24
51 a 60	2	5	5	0	2	0	1	1	0	2	1	8	1	28
> 60	1	4	4	1	0	2	0	0	0	1	0	3	3	19

Tabela 22 – Faixa etária dos entrevistados, Itinerário Itaigara (I 2), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Faixa etária	UPD 14	UPD 15	UPD 16	UPD 17	UPD 18	UPD 19	UUD 20	UUD 21	UPD 22	UPD 23	UPD 24	UUD 25	UUD 26	TOTAL
< 20	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	3
21 a 30	1	2	0	1	0	1	0	0	1	0	2	2	0	10
31 a 40	1	2	1	0	0	1	0	1	1	0	1	0	1	9
41 a 50	1	4	1	5	3	2	0	3	3	0	1	2	1	26
51 a 60	2	3	0	5	3	3	2	7	2	2	5	2	0	36
> 60	1	0	1	3	0	1	0	2	3	0	3	3	0	17

Tabela 23 – Faixa etária dos entrevistados, Itinerário Caminho das Árvores (I 3), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Faixa etária	UUD 27	UUD 28	UUD 29	UUD 30	UPD 31	UPD 32	UPD 33	UPD 34	UPD 35	UPD 36	UPD 37	UPD 38	UPD 39	UPD 40	UPD 41	UUD 42	TOTAL
<20	0	0	0	0	0	1	3	0	0	0	0	1	0	0	1	0	6
21 a 30	0	1	2	0	0	0	2	0	0	1	1	1	3	1	3	0	15
31 a 40	0	0	0	0	1	0	2	1	0	2	0	3	0	1	6	1	17
41 a 50	2	1	1	0	0	0	1	1	5	2	4	0	2	4	4	1	28
51 a 60	3	0	2	0	0	2	0	2	1	0	1	0	6	0	2	0	19
>60	0	0	1	2	0	1	1	1	1	2	1	1	0	1	1	0	13

Tabela 24 – Gênero dos entrevistados, Itinerário Parque Nossa Senhora da Luz (I 1), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Gênero	UPD	UUD	TOTAL												
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13		
Homens	0	3	9	2	5	1	0	1	3	1	1	8	3		37
Mulheres	9	12	13	1	14	1	1	3	1	7	2	8	1		73
Não responderam	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0		2

Tabela 25 – Gênero dos entrevistados, Itinerário Itaigara (I 2), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Gênero	UPD	UPD	UPD	UPD	UPD	UPD	UUD	UUD	UPD	UPD	UPD	UUD	UUD	TOTAL
	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	
Homens	3	2	2	4	1	3	0	1	5	0	2	2	0	25
Mulheres	3	10	1	11	5	5	2	12	5	2	10	6	2	74
Não responderam	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	2

Tabela 26 – Gênero dos entrevistados, Itinerário Caminho das Árvores (I 3), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Gênero	UUD	UUD	UUD	UUD	UPD	UUD	TOTAL										
	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	
Homens	1	1	4	1	1	2	2	2	1	2	3	2	2	4	10	1	39
Mulheres	4	1	2	1	0	2	7	3	6	5	4	4	9	2	7	1	58
Não responderam	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1

Tabela 27 – Escolaridade dos entrevistados, Itinerário Parque Nossa Senhora da Luz (I 1), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Escolaridade	UPD	UUD	TOTAL													
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13			
Pós-graduação	4	10	4	2	9	0	0	0	2	2	0	4	1		38	
Nível Superior	4	3	14	1	9	2	1	0	2	5	3	8	3		55	
Nível Médio	1	3	4	0	1	0	0	3	0	1	0	3	0		16	
Ensino Fundamental	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0		2	
Não respondeu	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0		1	

Tabela 28 – Escolaridade dos entrevistados, Itinerário Itaigara (I 2), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Escolaridade	UPD	UPD	UPD	UPD	UPD	UPD	UUD	UUD	UPD	UPD	UPD	UUD	UUD	TOTAL
	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	
Pós-graduação	2	2	2	7	3	3	0	4	3	1	2	1	0	30
Nível Superior	3	7	1	5	3	4	2	5	3	1	7	6	2	49
Nível Médio	1	3	0	2	0	1	0	3	5	0	2	2	0	19
Ensino Fundamental	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2
Não responderam	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1

Tabela 29 – Escolaridade dos entrevistados, Itinerário Caminho das Árvores (I 3), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Escolaridade	UUD	UUD	UUD	UUD	UPD	UUD	TOTAL										
	27	28	39	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	
Pós-graduação	3	1	1	0	0	2	2	1	4	2	3	4	1	4	8	0	36
Nível Superior	2	1	4	2	1	1	5	3	3	2	3	1	8	2	9	1	48
Nível Médio	0	0	1	0	0	1	1	1	0	3	1	1	2	1	0	0	12
Ensino Fundamental	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2
Não respondeu	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Tabela 30 – Nível de conhecimento dos entrevistados sobre o PRS, Itinerário Parque Nossa Senhora da Luz (I 1), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Nível de conhecimento do PRS	UPD	UUD	TOTAL													
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13			
Têm idéias gerais	7	15	14	1	14	1	1	2	3	7	3	7	4			79
Conhecem com detalhes	1	0	5	1	0	1	0	0	0	1	0	7	0			16
Não conhecem	1	1	3	1	5	0	0	2	1	0	0	2	0			16
Não responderam	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0			1

Tabela 31 – Nível de conhecimento dos entrevistados sobre o PRS, Itinerário Itaipara (I 2), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Nível de conhecimento do	UPD	UUD	UUD	UPD	UPD	UPD	UUD	UUD	TOTAL						
	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26		
Têm idéias gerais	5	10	2	13	3	8	2	11	7	2	10	7	2		82
Conhecem com	0	1	0	0	1	0	0	2	0	0	0	2	0		6
Não conhecem	1	1	1	2	1	0	0	0	4	0	1	0	0		11
Não responderam	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0		2

Tabela 32 – Nível de conhecimento dos entrevistados sobre o PRS, Itinerário Caminho das Árvores (I 3), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Nível de conhecimento do PRS	UUD	UUD	UUD	UUD	UPD	UUD	TOTAL										
	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	
Têm idéias gerais	4	1	5	2	1	3	4	4	6	6	6	4	8	5	15	2	76
Conhecem com	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	1	0	1	0	0	0	5
Não conhecem	1	1	0	0	0	0	4	1	1	1	0	2	2	2	2	0	17
Não responderam	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Tabela 33 – Situação quanto à separação do lixo para a coleta seletiva, Itinerário Parque Nossa Senhora da Luz (I 1), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Se separam o lixo para a coleta	UPD	UUD	TOTAL													
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13			
Sim	6	9	16	1	8	2	1	4	2	5	2	9	4			69
Não	3	7	6	2	11	0	0	0	2	3	1	8	0			43

Tabela 40 – Relação entre conhecimento do PRS e a prática de separação do lixo domiciliar, Itinerário Itaigara (I 2), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Se conhecem o PRS e separam o lixo para a coleta seletiva	UPD 14	UPD 15	UPD 16	UPD 17	UPD 18	UPD 19	UUD 20	UUD 21	UPD 22	UPD 23	UPD 24	UUD 25	UUD 26	TOTAL
Conhecem e separam	0	9	2	8	3	1	2	11	5	1	9	8	2	61
Conhecem e não separam	5	2	0	5	1	7	0	2	2	1	1	1	0	27
Não conhecem e separam	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2
Não conhecem e não separam	0	1	1	2	1	0	0	0	3	0	1	0	0	9
Não responderam e separam	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Não responderam e não separam	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1

Tabela 41 – Relação entre conhecimento do PRS e a prática de separação do lixo domiciliar, Itinerário Caminho das Árvores (I 3), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Se conhece o PRS e separa o lixo para a coleta seletiva	UUD 27	UUD 28	UUD 29	UUD 30	UPD 31	UPD 32	UPD 33	UPD 34	UPD 35	UPD 36	UPD 37	UPD 38	UPD 39	UPD 40	UPD 41	UUD 42	TOTAL
Conhece e separa	4	1	5	2	0	2	1	2	4	3	5	2	2	2	14	2	51
Conhece e não separa	0	0	1	0	1	2	4	2	2	3	2	2	7	3	1	0	30
Não conhece e separa	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2
Não conhece e não separa	1	0	0	0	0	0	4	1	0	1	0	2	2	2	2	0	15
Não respondeu e separa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Não respondeu e não separa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Tabela 42 – Motivos explicitados pelos moradores para não separar o lixo mesmo conhecendo o PRS, Itinerário Parque Nossa Senhora da Luz (I 1), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Motivos para não separar o lixo para a coleta seletiva	UPD 1	UPD 2	UPD 3	UPD 4	UPD 5	UPD 6	UPD 7	UPD 8	UPD 9	UPD 10	UPD 11	UPD 12	UUD 13	TOTAL
Causas análogas	1	2	1	0	3	0	0	0	0	2	0	1	0	10
Falta de informação	0	3	1	1	3	0	0	0	0	0	1	2	0	11
Cabe ao condomínio / empregado(s) fazê-la	0	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	6
Falta de espaço/recipientes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Não responderam	1	0	1	0	2	0	0	0	1	0	0	1	0	6

Tabela 43 – Motivos explicitados pelos moradores para não separar o lixo mesmo conhecendo o PRS, Itinerário Itaigara (I 2), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Motivos para não separar o lixo para a coleta seletiva	UPD 14	UPD 15	UPD 16	UPD 17	UPD 18	UPD 19	UUD 20	UUD 21	UPD 22	UPD 23	UPD 24	UUD 25	UUD 26	TOTAL
Causas análogas	1	1	0	1	0	1	0	1	0	1	1	1	0	8
Falta de informação	1	0	0	2	0	1	0	1	1	0	0	0	0	6
Cabe ao condomínio / empregado(s) fazê-la	2	0	0	1	0	4	0	0	0	0	0	0	0	7
Falta de espaço/recipientes	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Não responderam	1	0	0	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	5

Tabela 44 – Motivos explicitados pelos moradores para não separar o lixo mesmo conhecendo o PRS, Itinerário Caminho das Árvores (I 3), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Motivos para não separar o lixo para a coleta seletiva	UUD 27	UUD 28	UUD 29	UUD 30	UPD 31	UPD 32	UPD 33	UPD 34	UPD 35	UPD 36	UPD 37	UPD 38	UPD 39	UPD 40	UPD 41	UUD 42	TOTAL
Causas análogas	0	0	0	0	1	1	0	1	0	1	0	2	0	0	2	0	8
Falta de informação	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	4	0	0	0	8
Cabe ao condomínio/ empregado(s) fazê-la	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2	2	0	0	6
Falta de espaço/recipientes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Não responderam	0	0	1	0	0	0	2	0	1	0	1	0	1	1	0	0	7

Tabela 45 – Informação sobre o dia em que ocorre a coleta seletiva, Itinerário Parque Nossa Senhora da Luz (I 1), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Se sabe o dia da semana que ocorre a coleta seletiva	UPD 1	UPD 2	UPD 3	UPD 4	UPD 5	UPD 6	UPD 7	UPD 8	UPD 9	UPD 10	UPD 11	UPD 12	UUD 13	TOTAL
Sim	5	2	3	0	1	1	1	4	1	3	1	4	3	29
Não	1	7	13	1	7	1	0	0	1	2	1	5	1	40

Tabela 46 – Informação sobre o dia em que ocorre a coleta seletiva, Itinerário Itaigara (I 2), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Sabe o dia da semana que ocorre a coleta seletiva	UPD 14	UPD 15	UPD 16	UPD 17	UPD 18	UPD 19	UUD 20	UUD 21	UPD 22	UPD 23	UPD 24	UUD 25	UUD 26	TOTAL
Sim	0	4	0	4	3	0	2	9	0	1	8	8	2	41
Não	1	5	2	4	0	1	0	2	6	0	2	0	0	23

Tabela 47 – Informação sobre o dia em que ocorre a coleta seletiva, Itinerário Caminho das Árvores (I 3), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Sabe o dia da semana que ocorre a coleta seletiva	UUD 27	UUD 28	UUD 29	UUD 30	UPD 31	UPD 32	UPD 33	UPD 34	UPD 35	UPD 36	UPD 37	UPD 38	UPD 39	UPD 40	UPD 41	UUD 42	TOTAL
Sim	2	2	5	2	0	2	0	1	2	2	3	0	1	1	0	2	25
Não	2	0	0	0	0	0	1	1	3	1	2	2	1	1	14	0	28

Tabela 48 – Indicação do dia da semana em que ocorre a coleta seletiva de lixo entre os que na fazem a separação mesmo conhecendo o PRS, Itinerário Parque Nossa Senhora da Luz (I 1), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Se sabe o dia da semana que ocorre a coleta seletiva entre os que não separam mesmo conhecendo o PRS	UPD 1	UPD 2	UPD 3	UPD 4	UPD 5	UPD 6	UPD 7	UPD 8	UPD 9	UPD 10	UPD 11	UPD 12	UUD 13	TOTAL
Sim	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2
Não	2	6	5	1	8	0	0	0	1	3	1	5	0	32

Tabela 49 – Indicação do dia da semana em que ocorre a coleta seletiva de lixo entre os que na fazem a separação mesmo conhecendo o PRS, Itinerário Itaigara (I 2), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Se sabe o dia da semana que ocorre a coleta seletiva entre os que não separam mesmo conhecendo o PRS	UPD	UUD	UUD	UPD	UPD	UPD	UUD	UUD	TOTAL						
	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26		
Sim	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	2	
Não	5	2	0	5	1	6	0	2	2	1	0	1	0	25	

Tabela 50 – Indicação do dia da semana em que ocorre a coleta seletiva de lixo entre os que na fazem a separação mesmo conhecendo o PRS, Itinerário Caminho das Árvores (I 3), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Se sabe o dia da semana que ocorre a coleta seletiva entre os que não separam mesmo conhecendo o PRS	UUD	UUD	UUD	UPD	UUD	TOTAL											
	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	
Sim	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	3	
Não	0	0	1	0	1	1	4	2	2	2	2	2	7	2	1	0	27

Tabela 51 – Se os moradores que não separam o lixo sabem separar para a coleta, mesmo

Se sabe separar o lixo mesmo não separando e conhecendo o PRS	UPD	UUD	TOTAL												
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13		
Sim	1	6	4	0	3	0	0	0	0	2	0	4	0	20	
Não	1	0	2	1	5	0	0	0	1	1	1	2	0	14	

Tabela 52 – Se os moradores que não separam o lixo sabem separar para a coleta, mesmo conhecendo o PRS, Itinerário Itaigara (I 2), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Se sabe separar o lixo mesmo não separando e conhecendo o PRS	UPD	UPD	UPD	UPD	UPD	UPD	UUD	UUD	UPD	UPD	UPD	UUD	UUD	TOTAL
	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	
Sim	2	2	0	3	0	5	0	1	1	\	1	1	0	16
Não	3	0	0	2	1	2	0	1	1	0	0	0	0	10

Tabela 53 – Se os moradores que não separam o lixo sabem separar para a coleta, mesmo conhecendo o PRS, Itinerário Caminho das Árvores (I 3), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Se sabe separar o lixo mesmo não separando e conhecendo o PRS	UUD	UUD	UUD	UPD	UUD	TOTAL											
	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	
Sim	0	0	1	0	1	1	2	2	2	2	2	0	4	2	0	0	19
Não	0	0	0	0	0	1	2	0	0	1	0	2	3	1	1	0	11

Tabela 54 – Motivos explicitados pelos moradores para não separar o lixo para a coleta seletiva, Itinerário Parque Nossa Senhora da Luz (I 1), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Motivos para não separar o lixo para a coleta seletiva	UPD 1	UPD 2	UPD 3	UPD 4	UPD 5	UPD 6	UPD 7	UPD 8	UPD 9	UPD 10	UPD 11	UPD 12	UUD 13	TOTAL
Causas análogas	2	2	1	0	3	0	0	0	1	2	0	2	0	13
Falta de informação	0	3	1	2	6	0	0	0	0	0	1	2	0	15
Cabe ao condomínio / empregado(s) fazê-la	0	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	6
Falta de espaço/recipientes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Não responderam	1	1	1	0	2	0	0	0	1	0	0	2	0	8

Tabela 55 – Motivos explicitados pelos moradores para não separar o lixo para a coleta seletiva, Itinerário Itaugara (I 2), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Motivos para não separar o lixo para a coleta seletiva	UPD 14	UPD 15	UPD 16	UPD 17	UPD 18	UPD 19	UUD 20	UUD 21	UPD 22	UPD 23	UPD 24	UUD 25	UUD 26	TOTAL
Causas análogas	1	1	0	1	1	1	0	1	2	1	1	1	0	11
Falta de informação	1	1	0	3	1	1	0	1	2	0	0	0	0	10
Cabe ao condomínio / empregado(s) fazê-la	2	0	0	2	0	4	0	0	0	0	0	0	0	8
Falta de espaço/recipientes	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Não responderam	1	0	1	1	1	1	0	0	1	0	1	0	0	7

Tabela 56 – Motivos explicitados pelos moradores para não separar o lixo para a coleta seletiva, Itinerário Caminho das Árvores (I 3), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Motivos para não separar o lixo para a coleta seletiva	UUD 27	UUD 28	UUD 29	UUD 30	UPD 31	UPD 32	UPD 33	UPD 34	UPD 35	UPD 36	UPD 37	UPD 38	UPD 39	UPD 40	UPD 41	UUD 42	TOTAL
Causas análogas	0	0	0	0	1	1	1	1	0	1	0	2	1	1	2	0	11
Falta de informação	1	0	0	0	0	0	3	2	1	2	1	0	5	1	1	0	17
Cabe ao condomínio / empregado(s) fazê-la	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2	2	0	0	6
Falta de espaço/recipientes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	2
Não responderam	0	0	1	0	0	0	3	0	1	0	1	1	1	1	0	0	9

Tabela 57 – Motivos explicitados pelos moradores para separar o lixo para a coleta seletiva, Itinerário Parque Nossa Senhora da Luz (I 1), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Motivos para separar o lixo	UPD 1	UPD 2	UPD 3	UPD 4	UPD 5	UPD 6	UPD 7	UPD 8	UPD 9	UPD 10	UPD 11	UPD 12	UPD 13	TOTAL
Facilitar a reciclagem/ coleta do lixo seletivo	1	2	5	0	1	0	0	1	1	1	1	2		15
Preservar o meio ambiente / consciência ambiental / ecologicamente correto		2	4	2	1	5	1	1	1	0	1	0	1	20
Ajudar a gerar renda		0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	3
Hábito / norma		0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Exercício de cidadania / educação		0	0	2	0	0	0	0	0	1	0	1	0	4
Não responderam		3	3	6	0	2	1	0	2	0	2	1	4	26

Tabela 62 – Indicação de quem realiza a separação do lixo domiciliar, Itinerário Caminho das Árvores (I 3), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Quem separa o lixo para a coleta seletiva	UUD 27	UUD 28	UUD 29	UUD 30	UPD 31	UPD 32	UPD 33	UPD 34	UPD 35	UPD 36	UPD 37	UPD 38	UPD 39	UPD 40	UPD 41	UUD 42
O(a) próprio(a) entrevistado(a)	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	1	0	0	0	4	1
Uma pessoa na família	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0
Todos na família	0	1	1	1	0	0	0	1	1	0	3	1	1	0	4	0
Empregado(s) da residência	4	1	4	1	0	2	1	1	3	1	1	1	0	1	6	1
Não informaram	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Tabela 63 – Indicação de quem deveria realizar a separação do lixo domiciliar, Itinerário Parque Nossa Senhora da Luz (I 1), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Quem deveria fazer a coleta seletiva de lixo	UPD 1	UPD 2	UPD 3	UPD 4	UPD 5	UPD 6	UPD 7	UPD 8	UPD 9	UPD 10	UPD 11	UPD 12	UUD 13	TOTAL
Não responderam	3	4	4	2	10	0	0	0	2	3	1	6	0	35
Empregado da residência	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	4
Empregado do condomínio	0	0	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	3

Tabela 64 – Indicação de quem deveria realizar a separação do lixo domiciliar, Itinerário Itaipara (I 2), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Quem deveria fazer a coleta seletiva de lixo	UPD 14	UPD 15	UPD 16	UPD 17	UPD 18	UPD 19	UUD 20	UUD 21	UPD 22	UPD 23	UPD 24	UUD 25	UUD 26	TOTAL
Não responderam	1	3	1	7	3	4	0	2	7	1	2	1	0	32
Empregado da casa	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Empregado do condomínio	0	0	0	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0	3

Tabela 65 – Indicação de quem deveria realizar a separação do lixo domiciliar, Itinerário Caminho das Árvores (I 3), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Quem deveria fazer a coleta seletiva de lixo	UUD 27	UUD 28	UUD 29	UUD 30	UPD 31	UPD 32	UPD 33	UPD 34	UPD 35	UPD 36	UPD 37	UPD 38	UPD 39	UPD 40	UPD 41	UUD 42	TOTAL
Não responderam	1	0	1	0	1	2	7	3	2	4	1	4	8	5	3	0	42
Empregado da casa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Empregado do condomínio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	2

Tabela 66 – Indicação do dia da semana em que ocorre a coleta seletiva entre os que separam o lixo domiciliar, Itinerário Parque Nossa Senhora da Luz (I 1), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Se os que separam o lixo sabem o dia da semana que ocorre a coleta seletiva	UPD 1	UPD 2	UPD 3	UPD 4	UPD 5	UPD 6	UPD 7	UPD 8	UPD 9	UPD 10	UPD 11	UPD 12	UUD 13	TOTAL
Sim	5	2	3	0	1	1	1	4	1	3	1	4	3	29
Não	1	7	13	1	7	1	0	0	1	2	1	5	1	40

Tabela 72 – Qualificação da separação do lixo entre os participantes do PRS, Itinerário Parque Nossa Senhora da Luz (I 1), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Como quem faz a coleta seletiva qualifica a separação	UPD 1	UPD 2	UPD 3	UPD 4	UPD 5	UPD 6	UPD 7	UPD 8	UPD 9	UPD 10	UPD 11	UPD 12	UUD 13	TOTAL
Trabalhosa	1	0	2	0	1	0	0	1	0	1	0	1	0	7
Não trabalhosa	5	9	14	1	7	2	1	3	2	4	2	7	4	61
Não responderam	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1

Tabela 73 – Qualificação da separação do lixo entre os participantes do PRS, Itinerário Itaigara (I 2), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Como quem faz a coleta seletiva qualifica a separação	UPD 14	UPD 15	UPD 16	UPD 17	UPD 18	UPD 19	UUD 20	UUD 21	UPD 22	UPD 23	UPD 24	UUD 25	UUD 26	TOTAL
Trabalhosa	0	0	1	0	0	0	0	2	2	0	0	0	0	5
Não trabalhosa	1	9	1	8	3	1	2	9	4	1	8	8	2	57
Não responderam	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2

Tabela 74 – Qualificação da separação do lixo entre os participantes do PRS, Itinerário Caminho das Árvores (I 3), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Como quem faz a coleta seletiva qualifica a separação	UUD 27	UUD 28	UUD 29	UUD 30	UPD 31	UPD 32	UPD 33	UPD 34	UPD 35	UPD 36	UPD 37	UPD 38	UPD 39	UPD 40	UPD 41	UUD 42	TOTAL
Trabalhosa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
Não trabalhosa	4	2	5	2	0	2	1	2	5	3	5	2	2	2	12	2	51
Não responderam	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Tabela 75 – Tipo de separação do lixo realizadas pelos participantes do PRS, Itinerário Parque Nossa Senhora da Luz (I 1), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Formas de separação do lixo para a coleta seletiva	UPD 1	UPD 2	UPD 3	UPD 4	UPD 5	UPD 6	UPD 7	UPD 8	UPD 9	UPD 10	UPD 11	UPD 12	UUD 13	TOTAL
Simplificada	0	4	3	0	2	0	1	0	2	3	1	1	0	17
Não simplificada	3	4	11	1	5	0	0	4	0	1	1	5	2	37
Não respondeu	3	1	2	0	1	2	0	0	0	1	0	3	2	15

Tabela 76 – Tipo de separação do lixo realizadas pelos participantes do PRS, Itinerário Itaigara (I 2), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Formas de separação do lixo para a coleta seletiva	UPD 14	UPD 15	UPD 16	UPD 17	UPD 18	UPD 19	UUD 20	UUD 21	UPD 22	UPD 23	UPD 24	UUD 25	UUD 26	TOTAL
Simplificada	0	4	0	2	1	0	1	2	0	0	1	2	0	13
Não simplificada	1	4	1	5	2	0	1	8	5	1	7	6	2	43
Não respondeu	0	1	1	1	0	1	0	1	1	0	2	0	0	8

Tabela 77 – Tipo de separação do lixo realizadas pelos participantes do PRS, Itinerário Caminho das Árvores (I 3), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Formas de separação do lixo para a coleta seletiva	UUD 27	UUD 28	UUD 29	UUD 30	UPD 31	UPD 32	UPD 33	UPD 34	UPD 35	UPD 36	UPD 37	UPD 38	UPD 39	UPD 40	UPD 41	UUD 42	TOTAL
Simplificada	2	0	1	1	0	2	0	0	0	1	2	0	0	1	3	0	13
Não simplificada	2	2	3	1	0	0	1	1	3	1	3	2	2	1	9	2	33
Não respondeu	0	0	1	0	0	0	0	1	2	1	0	0	0	0	2	0	7

Tabela 78 – Qualificação da separação do lixo entre os não participantes do PRS, Itinerário Parque Nossa Senhora da Luz (I 1), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Como quem não faz a coleta seletiva qualifica a separação do lixo	UPD 1	UPD 2	UPD 3	UPD 4	UPD 5	UPD 6	UPD 7	UPD 8	UPD 9	UPD 10	UPD 11	UPD 12	UUD 13	TOTAL
Trabalhosa	2	0	1	2	4	0	0	0	0	3	1	2	0	15
Não trabalhosa	1	7	5	0	7	0	0	0	2	0	0	6	0	28
Não responderam	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Tabela 79 – Qualificação da separação do lixo entre os não participantes do PRS, Itinerário Itaigara (I 2), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Como quem não faz a coleta seletiva qualifica a separação do lixo	UPD 14	UPD 15	UPD 16	UPD 17	a	UPD 19	UUD 20	UUD 21	UPD 22	UPD 23	UPD 24	UUD 25	UUD 26	TOTAL
Trabalhosa	1	0	1	2	0	1	0	0	3	0	1	0	0	9
Não trabalhosa	2	2	0	4	2	5	0	2	1	0	1	1	0	20
Não responderam	2	1	0	1	1	1	0	0	1	1	0	0	0	8

Tabela 80 – Qualificação da separação do lixo entre os não participantes do PRS, Itinerário Caminho das Árvores (I 3), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Como quem não faz a coleta seletiva qualifica a separação do lixo	UUD 27	UUD 28	UUD 29	UUD 30	UPD 31	UPD 32	UPD 33	UPD 34	UPD 35	UPD 36	UPD 37	UPD 38	UPD 39	UPD 40	UPD 41	UUD 42	TOTAL
Trabalhosa	0	0	1	0	0	1	3	1	0	0	0	1	1	3	2	0	13
Não trabalhosa	1	0	0	0	1	1	5	1	2	4	1	3	7	2	1	0	29
Não responderam	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	3

Tabela 81 – Tempo que separam o lixo para a coleta seletiva, Itinerário Parque Nossa Senhora da Luz (I 1), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Tempo que separa o lixo para a coleta	UUD 27	UUD 28	UUD 29	UUD 30	UPD 31	UPD 32	UPD 33	UPD 34	UPD 35	UPD 36	UPD 37	UPD 38	UPD 39	UPD 40	UPD 41	UUD 42	TOTAL
< 1 ano	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	3
1 a 3 anos	0	0	1	0	0	0	0	1	1	0	3	1	0	0	8	1	16
4 a 6 anos	2	0	2	0	0	0	0	1	0	0	1	1	2	0	4	1	14
7 a 8 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	2
>8 anos	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2
Não soube precisar	2	1	0	2	0	2	1	0	3	2	0	0	0	1	2	0	16

Tabela 82 – Tempo que separam o lixo para a coleta seletiva, Itinerário Itaigara (I 2), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Tempo que separa o lixo para a coleta seletiva	UPD 1	UPD 2	UPD 3	UPD 4	UPD 5	UPD 6	UPD 7	UPD 8	UPD 9	UPD 10	UPD 11	UPD 12	UUD 13	TOTAL
< 1 ano	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	3
1 a 3 anos	2	1	8	1	5	1	0	1	0	4	1	4	2	30
4 a 6 anos	1	3	1	0	1	0	1	1	0	0	0	2	0	10
7 a 8 anos	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	3
>8 anos	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	3
Não soube precisar	2	3	6	0	1	1	0	2	0	1	0	2	2	20

Tabela 83 – Tempo que separam o lixo para a coleta seletiva, Itinerário Caminho das Árvores (I 3), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Tempo que separa o lixo para a coleta	UPD 14	UPD 15	UPD 16	UPD 17	UPD 18	UPD 19	UUD 20	UUD 21	UPD 22	UPD 23	UPD 24	UUD 25	UUD 26	TOTAL
< 1 ano	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	3
1 a 3 anos	1	1	0	5	2	0	1	3	2	1	3	3	2	24
4 a 6 anos	0	2	0	1	1	0	0	2	1	0	1	1	0	9
7 a 8 anos	0	0	0	2	0	0	0	1	0	0	1	0	0	4
>8 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Não soube precisar	0	6	1	0	0	1	1	5	3	0	3	4	0	24

Tabela 84 – Uso dos PEV pelos participantes do PRS, Itinerário Parque Nossa Senhora da Luz (I 1), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Se usam o PEV para depositar lixo seletivo	UPD 1	UPD 2	UPD 3	UPD 4	UPD 5	UPD 6	UPD 7	UPD 8	UPD 9	UPD 10	UPD 11	UPD 12	UUD 13	TOTAL
Sim	1	4	4	1	3	0	0	0	1	2	2	5	1	24
Não	5	5	12	0	5	2	1	4	1	3	0	3	3	44
Não respondeu	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1

Tabela 85 – Uso dos PEV pelos participantes do PRS, Itinerário Itaigara (I 2), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Se usam o PEV para depositar lixo seletivo	UPD 14	UPD 15	UPD 16	UPD 17	UPD 18	UPD 19	UUD 20	UUD 21	UPD 22	UPD 23	UPD 24	UUD 25	UUD 26	TOTAL
Sim	1	2	0	2	1	1	1	4	2	1	4	4	1	24
Não	0	7	2	6	2	0	1	7	3	0	5	4	1	38
Não respondeu	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	2

Tabela 86 – Uso dos PEV pelos participantes do PRS, Itinerário Caminho das Árvores (I 3), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Se usam o PEV para depositar lixo seletivo	UUD 27	UUD 28	UUD 29	UUD 30	UPD 31	UPD 32	UPD 33	UPD 34	UPD 35	UPD 36	UPD 37	UPD 38	UPD 39	UPD 40	UPD 41	UUD 42	TOTAL
Sim	0	2	0	1	0	0	0	0	1	0	3	1	0	0	4	0	12
Não	4	0	5	1	0	2	1	2	4	3	2	1	2	2	10	2	41
Não respondeu	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Tabela 87 – Adesão ao PRS nos últimos três anos associado ao uso dos PEV, Itinerário Parque Nossa Senhora da Luz (I 1), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Se usam os PEVs entre os que separam há 3 anos	UPD 1	UPD 2	UPD 3	UPD 4	UPD 5	UPD 6	UPD 7	UPD 8	UPD 9	UPD 10	UPD 11	UPD 12	UUD 13	TOTAL
Usam	0	0	2	1	1	0	0	0	0	2	1	3	1	11
Não usam	2	1	7	0	5	1	0	1	0	2	0	2	1	22

Tabela 88 – Adesão ao PRS nos últimos três anos associado ao uso dos PEV, Itinerário Itaigara (I 2), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Se usam os PEVs entre os que separam há 3	UPD 14	UPD 15	UPD 16	UPD 17	UPD 18	UPD 19	UUD 20	UUD 21	UPD 22	UPD 23	UPD 24	UUD 25	UUD 26	TOTAL
Usam	1	0	0	2	1	0	1	2	1	1	3	1	0	13
Não usam	0	1	1	3	1	0	0	1	1	0	2	2	2	14

Tabela 89 – Adesão ao PRS nos últimos três anos associado ao uso dos PEV, Itinerário Caminho das Árvores (I 3), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Se usam os PEVs entre os que separam há 3 anos	UUD 27	UUD 28	UUD 29	UUD 30	UPD 31	UPD 32	UPD 33	UPD 34	UPD 35	UPD 36	UPD 37	UPD 38	UPD 39	UPD 40	UPD 41	UUD 42	TOTAL
Usam	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2	0	4
Não usam	0	0	3	0	0	0	0	1	1	0	1	1	0	1	6	1	15

Tabela 90 – Frequência do uso dos PEV pelos participantes do PRS, Itinerário Parque Nossa Senhora da Luz (I 1), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Frequência do uso dos PEVs	UPD 1	UPD 2	UPD 3	UPD 4	UPD 5	UPD 6	UPD 7	UPD 8	UPD 9	UPD 10	UPD 11	UPD 12	UUD 13	TOTAL
Diamante	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Semanalmente	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	3	0	4
Mensalmente	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	3
Sem rotina	0	3	2	1	2	0	0	0	1	1	2	2	1	15

Tabela 91 – Frequência do uso dos PEV pelos participantes do PRS, Itinerário Itaigara (I 2), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Frequência do uso dos PEVs	UPD 14	UPD 15	UPD 16	UPD 17	UPD 18	UPD 19	UUD 20	UUD 21	UPD 22	UPD 23	UPD 24	UUD 25	UUD 26	TOTAL
Diamante	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Semanalmente	0	1	0	0	1	0	0	2	0	0	1	1	0	6
Mensalmente	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	3
Sem rotina	0	1	0	1	0	1	1	2	1	1	3	3	1	15

Tabela 92 – Frequência do uso dos PEV pelos participantes do PRS, Itinerário Caminho das Árvores (I 3), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Frequência do uso dos PEVs	UUD 27	UUD 28	UUD 29	UUD 30	UPD 31	UPD 32	UPD 33	UPD 34	UPD 35	UPD 36	UPD 37	UPD 38	UPD 39	UPD 40	UPD 41	UUD 42	TOTAL
Diamante	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Semanalmente	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2
Mensalmente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Sem rotina	0	2	0	0	0	0	0	0	1	0	2	1	0	0	3	0	9

Tabela 93 – Motivos para o não uso dos PEV pelos moradores que separam o lixo para a coleta seletiva, Itinerário Parque Nossa Senhora da Luz (I 1), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Motivos para não usar o PEV entre os que separam o lixo	UPD 1	UPD 2	UPD 3	UPD 4	UPD 5	UPD 6	UPD 7	UPD 8	UPD 9	UPD 10	UPD 11	UPD 12	UPD 13	UUD 13	TOTAL
Falta de tempo		0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Ficam distantes da casa/ desconhecem a localização		0	0	0	0	2	1	0	0	0	2	0	0	1	6
Entrega porta a porta		4	4	6	0	1	0	1	3	1	0	0	2	2	24
Não responderam		1	1	5	0	2	1	0	1	0	1	0	1	0	13

Tabela 94 – Motivos para o não uso dos PEV pelos moradores que separam o lixo para a coleta seletiva, Itinerário Itaigara (I 2), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Motivos para não usar o PEV entre os que separam	UPD 14	UPD 15	UPD 16	UPD 17	UPD 18	UPD 19	UUD 20	UUD 21	UPD 22	UPD 23	UPD 24	UUD 25	UUD 26	TOTAL
Falta de tempo	0	0	0	1	0	0	0	0	2	0	1	0	0	4
Ficam distantes da casa/ desconhecem a localização	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1	1	4
Entrega porta a porta	0	5	1	3	1	0	0	5	1	0	2	2	0	20
Não responderam	0	2	1	1	1	0	0	2	0	0	2	1	0	10

Tabela 95 – Motivos para o não uso dos PEV pelos moradores que separam o lixo para a coleta seletiva, Itinerário Caminho das Árvores (I 3), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Motivos para não usar o PEV entre os que separam o lixo	UUD 27	UUD 28	UUD 29	UUD 30	UPD 31	UPD 32	UPD 33	UPD 34	UPD 35	UPD 36	UPD 37	UPD 38	UPD 39	UPD 40	UPD 41	UUD 42	TOTAL
Falta de tempo	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	3
Ficam distantes da casa/ desconhecem a localização	1	0	0	0	0	0	0	0	2	1	1	1	0	0	3	2	11
Entrega porta a porta	3	0	5	1	0	1	1	2	2	2	1	0	1	0	4	0	23
Não responderam	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	0	4

Tabela 96 – Motivos para o não uso dos PEV pelos moradores que não separam o lixo para a coleta seletiva, Itinerário Parque Nossa Senhora da Luz (I 1), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Motivos para não usar o PEV entre os que não separam o lixo	UPD 1	UPD 2	UPD 3	UPD 4	UPD 5	UPD 6	UPD 7	UPD 8	UPD 9	UPD 10	UPD 11	UPD 12	UPD 13	TOTAL
Falta de tempo	1	2	0	0	2	0	0	0	0	0	0	1	0	6
Cabe ao condomínio	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	3
Desonhecem sua localização	0	1	0	0	3	0	0	0	0	0	0	1	0	5
Falta de atitude/habito de separar	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	3
Não responderam	2	4	3	2	6	0	0	0	2	2	1	4	0	26

Tabela 97 – Motivos para o não uso dos PEV pelos moradores que não separam o lixo para a coleta seletiva, Itinerário Itaigara (I 2), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Motivos para não usar o PEV entre os que não separam o lixo	UPD 14	UPD 15	UPD 16	UPD 17	UPD 18	UPD 19	UUD 20	UUD 21	UPD 22	UPD 23	UPD 24	UUD 25	UUD 26	TOTAL
Falta de tempo	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	3
Cabe ao condomínio	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Desonhecem sua localização	0	0	0	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0	4
Falta de atitude/habito de separar	1	0	0	2	1	0	0	0	1	0	1	0	0	6
Não responderam	3	2	1	3	2	4	0	2	3	1	1	1	0	23

Tabela 98 – Motivos para o não uso dos PEV pelos moradores que não separam o lixo para a coleta seletiva, Itinerário Caminho das Árvores (I 3), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Motivos para não usar o PEV entre os que não separam o lixo	UUD 27	UUD 28	UUD 29	UUD 30	UPD 31	UPD 32	UPD 33	UPD 34	UPD 35	UPD 36	UPD 37	UPD 38	UPD 39	UPD 40	UPD 41	UUD 42	TOTAL
Falta de tempo	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	3
Cabe ao condomínio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2
Desonhecem sua localização	0	0	0	0	0	0	3	1	2	2	0	2	3	1	0	0	14
Falta de atitude/habito de separar	1	0	0	0	1	1	0	1	0	2	0	0	0	1	1	0	8
Não responderam	0	0	1	0	0	1	4	1	0	0	2	2	3	3	1	0	18

Tabela 99 – Avaliação do PRS, segundo grau de satisfação dos participantes, Itinerário Parque Nossa Senhora da Luz (I 1), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Avaliação do PRS	UPD	UUD	TOTAL												
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13		
Demonstraram satisfação	5	3	9	1	4	1	1	2	1	0	0	5	3	35	
Demonstraram insatisfação	0	3	3	0	2	0	0	1	0	3	1	0	0	13	
Não souberam avaliar	1	3	4	0	2	1	0	1	1	2	1	4	1	21	

Tabela 100 – Avaliação do PRS, segundo grau de satisfação dos participantes, Itinerário Itaigara (I 2), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Avaliação do PRS	UPD	UPD	UPD	UPD	UPD	UPD	UUD	UUD	UPD	UPD	UPD	UUD	UUD	TOTAL
	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	
Demonstraram satisfação	0	6	0	3	2	0	0	6	1	0	3	4	2	27
Demonstraram insatisfação	0	0	1	4	0	0	1	2	2	0	2	1	0	13
Não souberam avaliar	1	3	1	1	1	1	1	3	3	1	5	3	0	24

Tabela 101 – Avaliação do PRS, segundo grau de satisfação dos participantes, Itinerário Caminho das Árvores (I 3), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Avaliação do PRS	UUD	UUD	UUD	UUD	UPD	UUD	TOTAL										
	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41		42
Demonstraram satisfação	1	1	3	0	0	0	0	2	0	0	2	0	0	1	5	2	17
Demonstraram insatisfação	1	1	1	0	0	1	1	0	5	0	1	2	2	1	3	0	19
Não souberam avaliar	2	0	1	2	0	1	0	0	0	3	2	0	0	0	6	0	17

Tabela 102 – Reconhecimento do título de capital mais limpa do país pelos moradores, Itinerário Parque Nossa Senhora da Luz (I 1), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Reconhecimento do título de capital mais limpa do país	UPD	UUD	TOTAL												
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13		
Reconhecem	1	2	4	0	3	0	0	0	0	0	0	1	0	11	
Não reconhecem	8	13	18	3	16	2	1	4	4	8	3	15	4	99	
Não responderam	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	

Tabela 103 – Reconhecimento do título de capital mais limpa do país pelos moradores, Itinerário Itaigara (I 2), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Reconhecimento do título de capital mais limpa do país	UPD	UPD	UPD	UPD	UPD	UPD	UU	UU	UPD	UPD	UPD	UU	UUD	TOTAL
	14	15	16	17	18	19	D 20	D 21	22	23	24	D 25	26	
Reconhecem	0	0	0	2	0	0	0	1	1	0	0	1	2	7
Não reconhecem	5	9	2	11	6	6	2	12	10	2	9	7	0	81
Não responderam	1	3	1	2	0	2	0	0	0	0	3	1	0	13

Tabela 104 – Reconhecimento do título de capital mais limpa do país pelos moradores, Itinerário Caminho das Árvores (I 3), NL Pituba, jan. - abr. 2005

Reconhecimento do título de capital mais limpa do país	UUD	UUD	UUD	UUD	UPD	UUD	TOTAL										
	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41		42
Reconhecem	1	0	2	1	0	1	2	0	1	1	0	1	1	0	3	1	15
Não reconhecem	3	2	4	1	1	3	7	5	6	5	6	5	10	7	14	1	80
Não responderam	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	3

APÊNDICE C: TABULAÇÃO DE DADOS ABSOLUTOS DA PESQUISA DE CAMPO REALIZADA ENTRE EMPREGADOS(AS) DAS UNIDADES DOMICILIARES DO NL PITUBA

Tabela 105 – Gênero dos entrevistados, NL Pituba, jan. - abr. 2005.

Gênero	I 1	I 2	TOTAL
Homens	4	7	11
Mulheres	6	3	9

Tabela 106 – Faixa etária dos entrevistados, NL Pituba, jan. - abr. 2005.

Faixa etária	I 1	I 2	TOTAL
< 20 anos	3	2	5
21 - 30 anos	0	5	5
31 - 40 anos	2	3	5
41 - 50 anos	5	0	5

Tabela 107 – Tempo que trabalham na unidade residencial, NL Pituba, jan. - abr. 2005.

Tempo que trabalham	I 1	I 2	TOTAL
< 3 anos	2	5	7
4 - 6 anos	1	3	4
7 - 9 anos	0	0	0
> 10 anos	7	2	9

Tabela 108 – Nível de conhecimento do PRS, NL Pituba, jan. - abr. 2005.

Nível de conhecimento do PRS	I 1	I 2	TOTAL
Têm idéias gerais	1	2	3
Conhecem com detalhes	0	0	0
Não conhecem	9	8	17

Tabela 109 – Se separam o lixo para a coleta seletiva nos locais de trabalho, NL Pituba, jan. - abr. 2005.

Se separam o lixo nos locais de trabalho	I 1	I 2	TOTAL
Separam	10	9	19
Não separam	0	1	1

Tabela 110 – Tempo que separam o lixo para a coleta seletiva, NL Pituba, jan. - abr. 2005.

Tempo que separam o lixo	I 1	I 2	TOTAL
< 1 anos	1	2	3
1 - 3 anos	5	4	9
4 - 6 anos	3	3	6
Não souberam precisar	1	1	2

Tabela 111 – Indicação da motivação para separarem o lixo para a coleta seletiva, NL Pituba, jan. - abr. 2005.

Motivação para separar o lixo	I 1	I 2	TOTAL
Espontaneidade / solicitação	8	5	13
Indicação dos patrões	2	5	7

Tabela 112 – Indicação da participação da família residente na separação do lixo nos locais de trabalho, NL Pituba, jan. - abr. 2005.

Se a família residente participa da separação do lixo	I 1	I 2	TOTAL
Participa	1	0	1
Não participa	9	10	19

Tabela 113 – Qualificação da separação do lixo pelos trabalhadores, NL Pituba, jan. - abr. 2005.

Qualificação da separação do lixo	I 1	I 2	TOTAL
Trabalhosa	0	2	2
Não trabalhosa	10	8	18

Tabela 114 – Escolaridade dos entrevistados, NL Pituba, jan. - abr. 2005.

Escolaridade	I 1	I 2	TOTAL
Ensino Médio	1	4	5
Ensino Fundamental	4	2	6
Ensino Fundamental (até 4ª série)	5	3	8
Não alfabetizado	0	1	1

Tabela 115 – Aquisição do saber (separar o lixo) no cotidiano do trabalho, NL Pituba, jan. - abr. 2005.

Aquisição do saber (separar o lixo)	I 1	I 2	TOTAL
Publicização na televisão	6	2	8
Informações oficiais impressas ou sonoras	1	3	4
Observação	0	2	2
Informação dos patrões	0	1	1
Não soube informar	3	2	5

Tabela 116 – Se separam o lixo nos locais de moradia, NL Pituba, jan. - abr. 2005.

Se separam o lixo nos locais de moradia	I 1	I 2	TOTAL
Separaram	2	1	3
Não separaram	8	9	17

Tabela 117 – (Não)coexistência da separação do lixo nos locais de trabalho e de moradia, NL Pituba, jan. - abr. 2005.

Se separam o lixo nos locais de trabalho e de moradia	I 1	I 2	TOTAL
Separaram nos locais de trabalho e de moradia	3	1	4
Separaram apenas nos locais de trabalho	7	8	15
Não separam o lixo	0	1	1

APÊNDICE D: MODELOS DE QUESTIONÁRIOS DE ENTREVISTA APLICADOS NO NL PITUBA

Categoria de informante: Presidentes de Associação de Moradores



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM GEOGRAFIA

Nome da entidade:

Nome do

representante:

Cargo/função:

Escolaridade:

Local de residência:

Data de aplicação:

Roteiro de questões:

- 1- Desde quando participa desta Associação de Moradores?
- 2-Quais são ruas de delimitam a área de atuação desta Associação?
- 3- Quais são as informações que a Associação têm sobre o Programa de Coleta Seletiva de Lixo de Salvador?
- 4- Desde quando e como esta Associação tomou conhecimento deste Programa de Coleta Seletiva de Lixo de Salvador?
- 5- Como avalia a participação dos moradores ligados à esta Associação ao Programa de Coleta Seletiva de Lixo na cidade?
- 6- Como avalia a eficiência e a eficácia do serviço de coleta seletiva de lixo prestado na área de atuação desta Associação?
- 7- Nos encontros/reuniões desta Associação com os respectivos moradores, a coleta seletiva de lixo é pauta de discussão? Com que frequência?**
- 8- Sobre a coleta seletiva de lixo, o que os moradores reivindicam?
() Implantação do serviço; () Ampliação do serviço; () Melhoria do serviço;

() Outro. Especifique _____ () Não houve. Porque

9- Como esta Associação participa do Programa de Coleta Seletiva de Lixo? Explicitar os motivos que levaram à participação ou não desta Associação na coleta seletiva de lixo.

10- Houve algum período de interrupção da coleta seletiva na área de atuação desta Associação?

11- Que motivos identifica para esta interrupção?

() Má aceitação por parte da comunidade ; () Falta de campanha de informação;

() Falta de campanha de conscientização; () _____ Outro.

Especifique _____

12- Como vem ocorrendo o processo de divulgação do Programa de Coleta Seletiva de Lixo e quais são os meios utilizados?

13- Que visão de lucro acredita ter o Programa de Coleta Seletiva de Lixo?

14- Que relações mantém com os setores responsáveis pela Coleta Seletiva de Lixo que ocorre na área da Pituba?

15- Identifica a presença de outros catadores de lixo na área da Pituba?

16- Como esta Associação se coloca diante do fato?

17- Quais são os serviços mais solicitados e/ou reclamações feitas com maior frequência pelos moradores?

18- Na sua casa, é feita a coleta seletiva de lixo?

19- Quem faz essa separação do lixo?

20- Desde quando separa o lixo de sua casa para a coleta seletiva de lixo?

21- Tem outras colocações que julga importantes sobre a coleta seletiva de lixo em Salvador?

Categoria de informante: Administrador da AR Pituba



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM GEOGRAFIA

Nome da entidade:

Nome do
representante:

Cargo/função:

Escolaridade:

Local de residência:

Data de aplicação:

.....

.....

.....

.....

.....

.....

Roteiro de questões:

- 1- Há quanto tempo está na administração da AR-VIII?
2. Como está organizado o trabalho desenvolvido hoje pela AR-VIII?
3. Como a AR-VIII vem participando do Programa de Coleta Seletiva de Lixo de Salvador?
4. Como a AR-VIII avalia a atuação do Programa de Coleta Seletiva de Lixo de Salvador?
5. Em alguma reunião com as associações, a coleta seletiva de lixo vem sendo discutida?
6. Existe alguma iniciativa da AR-VIII com relação as práticas de coleta seletiva de lixo aqui existentes?

Categoria de informante: Setor de Planejamento da LIMPURB



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM GEOGRAFIA

Nome do técnico: _____
Cargo/função: _____
Escolaridade: _____
Local da entrevista: _____
Data de aplicação: _____

1. Quando e como surgiram os primeiros projetos para o serviço de coleta seletiva de lixo em Salvador?
2. Quais foram os principais motivos que levaram substituir o projeto de coleta seletiva motorizada para outro baseado na criação de uma cooperativa (Coopcicla)?
3. Quais são os agentes financiadores dos projetos de coleta seletiva de lixo de Salvador e qual o total de investimentos aplicados em cada projeto especialmente no NL Pituba?
4. Porque o NL VIII – Pituba foi definido como área-piloto para implantar as experiências de coleta seletiva de lixo em Salvador?
5. Quais são os fatores determinantes na definição e delimitação da área de atuação do atual
6. Como se apresenta a composição gravimétrica do lixo de Salvador segundo a renda a população?
7. Porque o sistema de coleta seletiva de lixo planejado pela LIMPURB não vem atuando em áreas ocupadas por populações de nível de renda e de escolaridade baixo?
8. Quais os pontos positivos e negativos das experiências de coleta seletiva de lixo implantadas na cidade ao longo do tempo?
9. Como está estruturada a coleta seletiva de lixo hoje em Salvador considerando a atuação da COOPCICLA, CENBA e a instalação de PEV?
10. Em se tratando dos PEV, quem os instala, quem comercializa os materiais coletados?

11. Que tipo de acordo a LIMPURB tem com a empresa VEGA no que tange ao sistema de coleta de lixo e como o sistema de coleta seletiva se insere nele?
12. Que visão de lucro emerge do Programa de Coleta Seletiva de Lixo de Salvador?
13. A coleta seletiva de lixo em Salvador gera lucro?
14. Como vem ocorrendo o processo de esclarecimento e conscientização da população soteropolitana quanto à coleta seletiva de lixo e especialmente naquelas localidades envolvidas no Programa de Coleta Seletiva de Lixo de Salvador?
15. Qual(is) o(s) meio(s) de divulgação utilizado(s) nas campanhas sobre a coleta seletiva de lixo na cidade de Salvador?
16. Que relação o Programa de Coleta Seletiva de Lixo de Salvador tem com as associações e representações no Núcleo de Limpeza da Pituba?
17. Como avalia o nível de participação da população na adesão ao Programa de Coleta Seletiva de Lixo de Salvador?
18. Como avaliam o Programa de Coleta Seletiva de Lixo de Salvador atualmente?
19. De que maneira os projetos oficiais de coleta seletiva de lixo na cidade de Salvador concebem a participação de catadores informais?
20. Quais são as empresas/agentes privados que estão envolvidas no Programa de Coleta Seletiva de Lixo de Salvador e como elas participam?
21. Sobre os Postos de Entrega Voluntária, informar:
Quantidade de PEV
Localização dos PEV
Quantidade estimada de resíduos retirados de cada PEV
22. Sobre a coleta seletiva em Salvador e no NL VIII – Pituba, informar:
Quantidade de população considerada em cada Programa de coleta seletiva
Composição gravimétrica do lixo
Geração média de lixo
23. Quais as atuais pretensões da Limpurb quanto ao Programa de Coleta Seletiva de Lixo de Salvador?
24. Como avaliam a atuação de ONGs em ações de coleta seletiva de lixo em Salvador, há algum tipo de incentivo?
25. Acreditam que o serviço de coleta seletiva de lixo corrobora para a imagem divulgada da cidade como a “capital mais limpa do país”?

Categoria de informante: Representante da COOPICLA



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM GEOGRAFIA

Nome do técnico: _____
Cargo/função: _____
Escolaridade: _____
Local da entrevista: _____
Tempo na cooperativa: _____
Data de aplicação: _____

- 1- Qual o perfil socioeconômico dos catadores da COOPICLA e há quanto tempo fazem parte da cooperativa?
- 2- De que forma a COOPICLA participou da concepção do Programa de Coleta Seletiva de Lixo idealizado pela Prefeitura Municipal de Salvador através da LIMPURB?
- 3- Que relações a COOPICLA estabelece com a LIMPRUB e com as empresas privadas que atuam no sistema de limpeza da cidade atualmente?
- 4- A COOPICLA já teve ou vem tendo aporte de recurso de quais instituições privadas ou governamentais?
- 5- De que maneira é realizada a escolha dos setores/roteiros de coleta seletiva de lixo porta a porta na cidade de Salvador?
- 6- Como está estruturada a coleta seletiva de lixo na modalidade entrega voluntária através dos PEV? Como a COOPICLA participa deste processo?
- 7- A COOPICLA estabelece que tipo de relação com as Associações de Moradores nas áreas onde o Programa de Coleta Seletiva de Lixo atua?
- 8- Como é realizado o trabalho de divulgação e o processo de conscientização/educativo nas áreas onde a COOPICLA atua, especialmente na área do NL VIII - Pituba?
- 9- Como analisa a participação da população no processo de separação do lixo para a coleta seletiva nas áreas onde a COOPICLA atua?
- 10- Como está organizado o trabalho da COOPICLA no NL VIII – Pituba?
- 11- O que justifica a COOPICLA atuar em 3 dos 6 dias trabalhados pelos catadores no NL VIII – Pituba?

Categoria de informante: Representante da CAEC/PANGEA



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM GEOGRAFIA

Nome do técnico: _____
Cargo/função: _____
Escolaridade: _____
Local da entrevista: _____
Tempo na cooperativa: _____
Data de aplicação: _____

1- Porque o PANGEA se interessou em trabalhar com a coleta seletiva de lixo através do Projeto CAEC?

2- Quais foram às necessidades do PANGEA constituir-se em uma OSCIP?

3- De que maneira o PANGEA, através do Projeto CAEC, estabelece relações com a Prefeitura Municipal de Salvador, especialmente com o setor responsável pela coleta seletiva de lixo na cidade?

4- Que avaliação o PANGEA faz do Programa de Coleta Seletiva de Lixo promovido pela Prefeitura Municipal de Salvador nas modalidades porta a porta e entrega voluntária nos PEV?

5- O PANGEA estabelece relações com outras ONGs ou entidades que também trabalham com a coleta seletiva de lixo nas áreas onde atua o Projeto CAEC?

6- O PANGEA estabelece que tipo de relação com as Associações de Moradores nas áreas onde o Projeto CAEC atua?

7- Como é realizado o trabalho de divulgação e o processo de conscientização/educativo do Projeto CAEC nas áreas onde ele atua?

8- Que fatores são considerados para realizar a coleta seletiva de lixo fora da comunidade originária do Projeto CAEC?

9- Que fatores impulsionaram o Projeto CAEC atuar na área da Pituba?

10- Quais são as pretensões do Projeto CAEC e da Rede Cata Bahia para a cidade de Salvador?

11- Qual a concepção de lucro que emerge das ações do PANGEA especialmente no Projeto CAEC em relação à coleta seletiva de lixo na cidade de Salvador?

12- Quais são as principais dificuldades encontradas no Projeto CAEC para realizar sua expansão da coleta seletiva de lixo em Salvador?

13- De que forma o PANGEA lida com os catadores informais de lixo que também trabalham nas áreas onde o Projeto CAEC atua?

14- O PANGEA está atuando em outras áreas do Estado da Bahia apoiando as iniciativas de coleta seletiva de lixo? Quais são estas áreas?

15- Quais são os conflitos identificados pelo PANGEA e pela CAEC ao propor a coleta seletiva de lixo em novas áreas da cidade de Salvador?

16 – Quais são os agentes financiadores do Projeto CAEC e qual o total de investimentos já aplicados em Salvador para a realização da coleta seletiva de lixo?

Categoria de informante: Morador do NL Pituba



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM GEOGRAFIA

Caro(a) Morador(a),

VOCÊ GASTARÁ POUCOS MINUTOS respondendo este questionário que é parte integrante de uma pesquisa que está sendo finalizada no curso de Mestrado em Geografia da UFBA. O objetivo é levantar informações sobre a coleta seletiva de lixo de Salvador. Participando, você colabora fornecendo subsídios necessários à realização deste estudo que poderá indicar caminhos para uma melhor compreensão sobre este serviço. Todas as informações declaradas serão confidenciais desta instituição e reservadas a esta pesquisa acadêmica. Sua colaboração é muito importante e, por isso, lhe agradecemos!

1. Há quanto tempo mora na residência atual?

2. Quantas pessoas moram nesta residência?

3. Sua idade e sexo:

_____ anos () F () M

4. Seu grau de instrução é:

() 2º grau () Superior completo

() Superior incompleto () Pós-graduado

() outro. Qual?

5. Conhece o programa de coleta seletiva de lixo de salvador?

() Tenho idéias gerais sobre o programa (sabe que existe na sua rua e em que dia o lixo é recolhido para a coleta seletiva);

() Conheço com detalhes o programa (sabe desde quando existe o programa na cidade, as áreas da cidade que contam com este serviço, os dias em que o lixo é recolhido para a coleta seletiva e quem o recolhe);

() Não conheço o programa

6. Sabe como o lixo de casa deve ser separado para a coleta seletiva?

() SIM. Como separa?

() NÃO.

7. Na sua casa, o lixo é separado para a coleta seletiva?

SIM. Por que?

NÃO. Por que?

8. Quem faz essa separação do lixo?

9. Com que frequência separa o lixo de sua casa para a coleta seletiva?

diariamente semanalmente

quinzenalmente mensalmente

sem rotina nunca separo

10. Há quanto tempo você separa o lixo de sua casa para a coleta seletiva?

11. Sabe em que dia da semana é recolhido o lixo da coleta seletiva em sua rua?

SIM. Qual?

NÃO

12. Deposita algum material reciclável num dos postos de entrega voluntária?

SIM. Com que frequência?

NÃO. Por que?



13. Para você, dá trabalho separar o lixo para a coleta seletiva?

SIM NÃO

14. Para você, o que significa separar o lixo de casa para a coleta seletiva?

15. Para você, quais são os benefícios de se fazer a coleta seletiva de lixo?

16. Salvador é considerada a cidade mais limpa do país. Você concorda com isso?

17. Que avaliação faz do Programa de coleta seletiva de lixo da Pituba

Estou satisfeito com as ações do programa

Estou insatisfeito com as ações do programa

Não sei avaliar

Categoria de informante: Empregados de domicílios do NL Pituba



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM GEOGRAFIA

1. Há quanto tempo trabalha na residência atual?

2. Quantas pessoas moram nesta residência?

3. Sua idade e sexo:

_____ anos () F () M

4. Seu grau de instrução é:

() Ensino Fundamental (até a 4ª série)

() Ensino Médio

() Ensino Fundamental

() Não alfabetizado

5. Onde mora?

6. Conhece o programa de coleta seletiva de lixo de Salvador?

() Tenho idéias gerais sobre o programa (sabe que existe na rua onde trabalha e em que dia o lixo é recolhido para a coleta seletiva);

() Conheço com detalhes o programa (sabe desde quando existe o programa na cidade, as áreas da cidade que contam com este serviço, os dias em que o lixo é recolhido para a coleta seletiva e quem o recolhe);

() Não conheço o programa

7. Sabe como o lixo de casa deve ser separado para a coleta seletiva?

() SIM. Como separa?

() NÃO.

8. No seu trabalho, o lixo é separado para a coleta seletiva?

() SIM. Por que?

() NÃO. Por que?

9. Na sua casa, o lixo é separado para a coleta seletiva?

() SIM. Por que?

() NÃO. Por que?

10. Onde aprendeu a separar o lixo?

11. Quem faz essa separação do lixo (no local de trabalho e residência)?

12. Com que frequência separa o lixo de sua casa para a coleta seletiva?

() diariamente

() semanalmente

() quinzenalmente

() mensalmente

() sem rotina

() nunca separo

13 Há quanto tempo você separa o lixo para a coleta seletiva (nos locais de trabalho e de moradia)?

14 Sabe em que dia da semana é recolhido o lixo da coleta seletiva (nos locais de trabalho e de moradia)?

No trabalho:

SIM. Qual?

NÃO

Onde reside:

SIM. Qual?

NÃO

15 Deposita algum material reciclável num dos postos de entrega voluntária?

**SIM. Com que frequência?
Onde ele fica?**

NÃO. Por que?



16 Para você, dá trabalho separar o lixo para a coleta seletiva?

SIM **NÃO**

17 Para você, o que significa separar o lixo de casa para a coleta seletiva?

18 Para você, quais são os benefícios de se fazer a coleta seletiva de lixo?

19 Salvador é considerada a cidade mais limpa do país. Você concorda com isso?

SIM. Por que?

NÃO. Por que?

Categoria de informante: Catador informal de lixo transeunte do NL Pituba



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM GEOGRAFIA

Sr^(a) Catador (a),

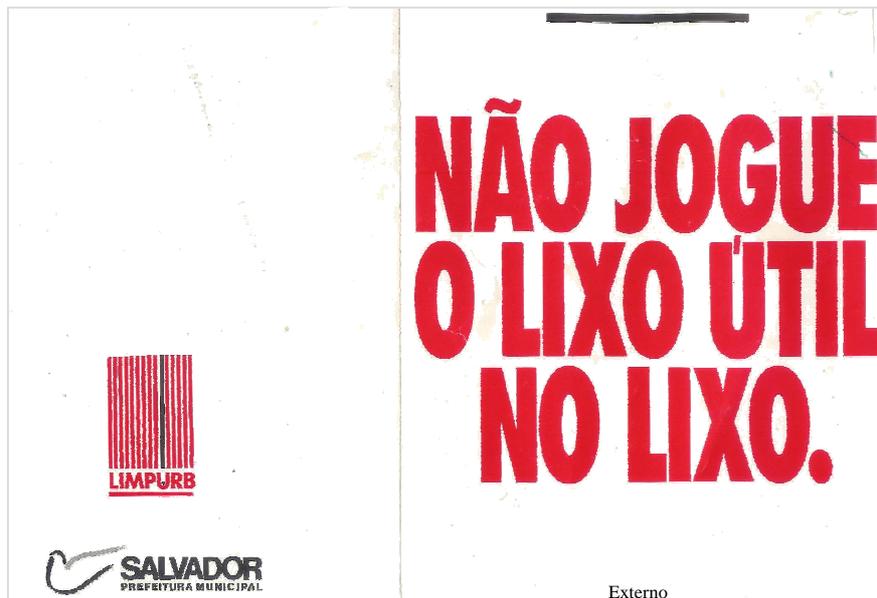
Este questionário que é parte integrante de uma pesquisa que está sendo finalizada no curso de Mestrado em Geografia da UFBA. O objetivo é levantar informações sobre a coleta seletiva de lixo de Salvador. Participando, você colabora fornecendo subsídios necessários à realização deste estudo que poderá indicar caminhos para uma melhor compreensão sobre este serviço. Todas as informações declaradas serão confidenciais desta instituição e reservadas a esta pesquisa acadêmica. Sua colaboração é muito importante e, por isso, lhe agradecemos!

1. Idade: ____anos Gênero: ()F ()M
2. Local de aplicação:
3. Nome do entrevistado:
4. Data de aplicação: / /2005
5. Onde cata?
6. Há quanto tempo trabalha na catação informal do lixo?
7. O que motivou a realizar esse trabalho?
8. Qual era o trabalho anterior?
9. Onde mora?
10. Por que não participa de uma cooperativa?
11. Qual a sua jornada de trabalho?
12. Estudou até que série?
13. Você ganha mensalmente com a catação do lixo?
() ½ salário () 1 salário () 2 salários () Mas de dois salários
14. Quantas pessoas dependem dessa renda para sobreviver?

15. Quem comprar os materiais? Alguma pessoa ligada à alguma cooperativa?
16. Onde vende o material coletado?
17. Sabe dos benefícios de se coletar o lixo seletivamente?
18. Sabe da existência do Programa oficial de coleta seletiva de lixo na cidade? Como tomou conhecimento?
19. Como avalia o Programa de Coleta Seletiva de Lixo de Salvador?
20. Sabe da existência dos PEV's na cidade e quem eles beneficiam?
21. Que tipo de relação mantém com os moradores do bairro, condomínios ou associações?
22. O que significa para você coletar o lixo?
23. O que o lixo representa para você
24. Acha que o seu trabalho tem alguma importância para a sociedade?
25. Que tipo de postura gostaria que a Prefeitura tivesse diante dos catadores de lixo em Salvador
26. Acha que a cidade pode ser considerada como um das mais limpas do país?
27. O que acha da limpeza do lugar onde você trabalha e onde mora?

ANEXOS

ANEXO A: MATERIAL DA CAMPANHA DO PROGRAMA LIXO ÚTIL



Panfleto distribuído na campanha de divulgação do Programa Lixo Útil.
Salvador: LIMPURB, 1992, color, 15 cm x 20cm.

ANEXO B: MATERIAL DA CAMPANHA DO PROGRAMA RECICLA SALVADOR

COLETA SELETIVA

Uma idéia que dá certo.

Através da LIMPURB, a Prefeitura está intensificando a Coleta Seletiva. Um Programa que visa a reciclagem do lixo da sua casa ou local de trabalho, preservando o meio ambiente. Para isso, a Prefeitura precisa do apoio de alguém muito importante: **VOÇÊ.**

Primeiro, separe o material reciclável do que deve ser jogado fora. **Nem tudo é lixo** Plástico, vidro, metal, papel e papelão podem e devem ser reaproveitados

Em um saco

Você coloca todo o material orgânico que vai para o lixo como: cascas de frutas e verduras, restos de comida, papel higiênico, guardanapos usados, etc.



Em outro

Você coloca tudo o que faz mal à natureza e que pode ser reaproveitado: vidro, papel, plástico, lata, papelão, etc.



Cuidados que você precisa tomar na hora de separar o lixo

Os vasilhames como: vidro, lata e plástico, devem ser lavados após o uso, para evitar o mau cheiro.

As tampas das latas de conserva devem ser pressionadas para dentro, para evitar acidentes.

Vidros quebrados e outros materiais cortantes devem ser embalados em papel grosso, para evitar acidentes.

Os papéis devem ser secos e, de preferência, não amassados.

Separe o material reciclável e preste atenção: a coleta só passa uma vez por semana. Confira o calendário no verso sobre o dia de coleta e localização do contêiner.

Colabore. A natureza agradece!




Participe da Coleta Seletiva

Interno

Não jogue fora a chance de preservar o Meio Ambiente

Preste atenção nos **dias de coleta** e **localização dos contêineres** e deixe os sacos prontos para serem recolhidos. Se você quiser colaborar poderá levar o material recolhido no horário das 08:00 às 18:00h para o contêiner mais próximo.

PARTICIPE!

BAIRRO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SABADO	LOCALIZAÇÃO DO CONTÊINER
AMARALINA	♻️						Av. Amaralina - Largo da Rainha.
CAMINHO DAS ÁRVORES		♻️					Al. Algarobas/Al. Mulungos/Magalhães Neto
RIO VERMELHO			♻️				Rua Maragóipe - Ao lado do Colégio Manoel Devede
ITAIGARA				♻️			Treino das auto escolas / Fim de linha da Pituba
STIEP					♻️		Rua da Esperança - Ao lado da Igreja Mãe de Esperança
COSTA AZUL						♻️	Rua Cassilandra Barbuda - Praça
PITUBA						♻️	Praça Belo Horizonte Fim de Rua São Paulo / Esquina C/ a Rua Fernando Menezes de God

O processo de reciclagem diminui em 75% a poluição do ar, 95% a de água, 64% o gasto de energia elétrica, além de gerar emprego e renda.






Externo

Panfleto distribuído na campanha de divulgação do Programa Recicla Salvador. Salvador: LIMPURB, 1996, color, 21 cm x 12cm.

ANEXO C: MATERIAL DA CAMPANHA DE AMPLIAÇÃO DO PROGRAMA RECICLA SALVADOR

Confira aqui os locais de entrega de recicláveis.

AMARALINA
Largo de Amaralina

BARBALHO
Colégio ICEIA

BARRA
Farol da Barra
Shopping Barra

BARRIS
Praça Coelho Neto

BOA VIAGEM
Largo da Boa Viagem

BOCA DO RIO
Final de Linha
Rua Abelardo de Carvalho

BONFIM
Largo do Bonfim (parte baixa)

BROTAS
Final de Linha - Campinas de Brotas
Rua Leonor Pondé - Cidade Jardim
Rua Medeiro Neto
Rua Odilon Dórea
Rua Rio Amazonas - Matatú
Solar Boa Vista - Eng. Velho de Brotas

CABULA
Av. Silveira Martins
Cabula VI

UNEB

CALÇADA
Terminal do Ferry-Boat

CAJAZEIRAS
Setor 2 - Cajazeiras X

CAMINHO DAS ÁRVORES
Praça São Vicente

CANELA
Campus Universitário

CASTELO BRANCO
3ª Etapa

CENTRO
Campo Grande
Largo Dois de Julho
Largo de Santo Antônio
Praça Castro Alves

COMÉRCIO
Mercado Modelo

FAZENDA GRANDE DO RETIRO
Rua Melo de Moraes Filho

FEDERAÇÃO
Escola Politécnica

IGUATEMI
Av. Tancredo Neves

SESP
Secretaria Municipal de Serviços Públicos

LIMPURB

VECA

SALVADOR
A CAPITAL DA BAHIA

COLETA SELETIVA

NÃO JOGUE FORA A CHANCE DE PRESERVAR O MEIO AMBIENTE.

Para preservar o meio ambiente e combater o desperdício, a Prefeitura de Salvador está ampliando o seu Programa de Coleta Seletiva, colocando em diversos pontos da cidade os Postos de Entrega Voluntária (PEV). Nesses postos, você pode colocar o lixo reciclável (papel, vidro, plástico e metais) a qualquer hora do dia ou da noite e ajudar esse grande projeto. Participe. Não jogue fora a chance de preservar o meio ambiente.

Externo

Participe e ajude a gerar emprego e renda para quem precisa.

Os materiais resultantes da coleta seletiva realizada em Salvador são separados pela cooperativa de catadores e comercializados com empresas que fazem a reciclagem. Todo o lucro auferido é dividido entre os associados, na maioria ex-badameiros que sobreviviam da catação no antigo lixão de Canabrava, que hoje contam com plano de aposentadoria (descontam para o INSS) e outros benefícios, como alimentação, medicamentos, assistência odontológica e cursos de capacitação junto à OCEB (Organização das Cooperativas do Estado da Bahia).

Dicas para a separação do material reciclável.

O material reciclável que você separou deve ser tratado antes de ir para a coleta seletiva.

Veja como fazer.

- Os vasilhames (vidros, latas e plásticos) devem ser lavados após o uso, para se evitar o mau cheiro.
- As tampas das latas devem ser pressionadas para dentro, para se evitar acidentes.
- Os papéis devem estar secos e, de preferência, não-amassados.
- Vidros quebrados e outros materiais cortantes devem ser embalados em papel grosso (jornal, por exemplo), para se evitar acidentes.



Interno 1

Panfleto distribuído na campanha de divulgação da Ampliação do Programa Recicla Salvador. Salvador: LIMPURB, 2000, color, 13,5 cm x 18,5 cm.



Papéis

Dos papéis circulantes no mercado, 75% são reaproveitáveis. O papel representa 24% do lixo brasileiro. Cada tonelada de papel reciclado significa que 17 árvores serão poupadas. A lignina, substância que é encontrada nas células vegetais, é o componente mais importante do papel. Ela não se decompõe facilmente, pois suas moléculas são maiores do que as bactérias que as destroem. Num lugar úmido, o papel leva três meses para sumir e ainda mais do que isso em local seco. Jornais podem permanecer intactos por décadas.



Vidros

Quando abandonado na natureza, o vidro não se decompõe. Uma garrafa de vidro tem 100% de aproveitamento quando reciclada. O vidro, quando descartado, não se biodegradará jamais. Sua resistência é tamanha que arqueólogos encontraram utensílios de vidro do ano 2000 a. C. Por ser composto de areia, sódio, cal e vários aditivos, os microorganismos não conseguem digerir-lo. Estima-se que o vidro poderá ser desintegrado em 4.000 anos se expostos sob erosão e ação de agentes químicos.



Plásticos

As garrafas pet, quando recicladas, podem ser transformadas em fibras para fabricação de cerdas, vassouras, escovas, fios de costura e até tecidos. As boas qualidades do plástico – sua resistência à umidade e aos produtos químicos – impedem sua decomposição. Como esse material existe há apenas um século, não é possível determinar seu grau de biodegradação, mas estima-se que uma garrafa de plástico demora em torno de 100 anos para desaparecer.



Metais

Imagine que no Brasil 64% da produção nacional de latas é reciclada. Cada latinha reciclada economiza energia elétrica equivalente ao consumo de uma TV ligada durante três horas. Os metais, em princípio, não são biodegradáveis. Uma lata de aço desintegra-se em uns 10 anos, convertendo-se em óxido de ferro. Em dois verões chuvosos o oxigênio da água começa a oxidar as latas feitas de aço recoberto de estanho e verniz. Já uma lata de alumínio não se corrói nunca. E boa parte dos refrigerantes é vendida em latas de alumínio.

RECICLÁVEIS	NÃO-RECICLÁVEIS
Caixas, sacos e sacolas Jornais e revistas Impressos em geral Envelopes e cartões Embalagens, papelão (se possível, dobrados ou rasgados) caixas de leite, iogurte (tetrapak)	Papéis (sanitários, metalizados, parafinados ou plastificados) Fotografias Pontas de cigarro Papel-carbono Fitas-crepe Etiquetas adesivas

RECICLÁVEIS	NÃO-RECICLÁVEIS
Garrafas e copos Frascos em geral Potes variados Cacos de embalagens (se possível, os vidros quebrados deverão ser embalados em jornal, para se evitar acidentes)	Espelho Vidros planos Lâmpada Cerâmica Porcelana Tubos de TV

RECICLÁVEIS	NÃO-RECICLÁVEIS
Copos descartáveis Garrafas plásticas Embalagens (shampoo, detergente, etc.) Tampas, sacos Potes e outros	Cabo de panela Tomadas Embalagem de biscoito Mistura de papel, plástico e metal (materiais plastificados)

RECICLÁVEIS	NÃO-RECICLÁVEIS
Latas Arame Alumínio Cobre Tubos de pasta dental	Clipes Grampos Espanjas de aço Canos

ANEXO D: PERIÓDICOS CITADOS



Terça-Feira, 18 de Setembro de 2001

SALVADOR PODE TER 23% DO LIXO REAPROVEITADO

Atualmente, apenas 1% dos resíduos gerados na cidade é destinado à reciclagem.

Magnólia Cavalcante

A Limpurb está intensificando as ações na área de reciclagem de lixo, com a ajuda de empresas terceirizadas.

O objetivo é ampliar o percentual do total de materiais reciclados na cidade, além de gerar empregos e renda. Hoje, 1% de tudo o que é gerado em Salvador é transformado, mas esse volume pode chegar a 23%. "A coleta seletiva pode ser ampliada, mas é um trabalho demorado, porque implica em educação ambiental, além de exigir um alto investimento, já que custa dez vezes mais do que uma coleta domiciliar comum, porque utiliza equipamentos específicos", disse Jalon Oliveira, presidente da Limpurb e secretário de Serviços Públicos de Salvador.

A prefeitura vem investindo nesta idéia há cinco anos, quando ajudou a criar a Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem (Coopcicla). A Limpurb cedeu o terreno, onde funciona a entidade, além de fornecer caminhões e assistência técnica. "Hoje, existem 40 cooperativados que produzem 150 toneladas por mês e obtêm a sua própria renda", contou.

A Limpurb também mantém o Programa de Agentes Voluntários de Limpeza, que funciona em dez bairros da cidade, com a participação de 75 pessoas. "São desempregados que são selecionados nos bairros para limpar o local. Este programa é desenvolvido em parceria com as empresas terceirizadas contratadas para executar o serviço de limpeza da cidade", explicou Oliveira.

Os agentes limpam as áreas de difícil acesso, como encostas, por exemplo, onde os caminhões compactadores não poderiam chegar. Em troca, recebem tíquete-alimentação da Cesta do Povo e ainda podem vender os materiais recicláveis que conseguirem coletar. Os custos são bancados pelas empresas terceirizadas, que também são beneficiadas com o programa, já que ganham de acordo com a quantidade de lixo que levam para o aterro sanitário. Assim, eles aproveitam um material que antes era jogado em rios, mar e encostas.

Em junho, a Limpurb lançou também os postos de entrega voluntária. Trata-se de contêineres de 2,5 metros cúbicos para receber metal, vidro, papelão e plásticos entregues voluntariamente pelas pessoas. Inicialmente, eles foram instalados em dez pontos de Salvador, mas o objetivo da Limpurb é expandir para 90 pontos da cidade, a partir do final deste ano. "Além de ser um trabalho de preservação ambiental, é também um trabalho social, porque muitos vivem da venda desse lixo, que é levado para a cooperativa", ressaltou Jalon Oliveira.

12 de janeiro de 1999

COLETA SELETIVA DE LIXO VAI SER REVITALIZADA

A Limpurb iniciou ontem a campanha para revitalizar a coleta seletiva nos bairros do Rio Vermelho, Amaralina, Pituba, Itagara, Caminho das Árvores, Stiep e Costa Azul. O objetivo é ampliar a participação da comunidade e promover a melhoria dos serviços executados pela Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem (Coopcicla).

A iniciativa da Limpurb envolve esforços de equipes do setor de educação comunitária da empresa, convocando os moradores e comerciantes, orientando-os sobre as mudanças no roteiro da coleta, assim como sobre a maneira de separar o material reciclável e dos benefícios, em termos ambientais e econômicos.

A meta da Limpurb para as próximas quatro semanas é que a coleta seletiva alcance 109 toneladas/mês. Atualmente, a Coopcicla coleta mensalmente 60 toneladas, em média, embora suas instalações nas Sete Portas possam receber até 650 toneladas.

A implantação do projeto há dois anos contou com recursos do Banco Mundial, governo do Estado da Bahia (Conder) e Prefeitura Municipal de Salvador, no valor de 500 mil dólares, que foram investidos na reforma e ampliação do galpão, na aquisição de um caminhão com equipamento hidráulico para recolher contêineres de 30m³, duas prensas enfardadeiras, duas balanças, 100 carrinhos de mão, 13 contêineres de 30m³, 260 caixas de polietileno de alta densidade, 130 big-bags, duas bancadas para triagem de resíduos, além de treinamento, fardamento e equipamento de proteção para os catadores.

A Limpurb, que dá apoio gerencial à Coopcicla, contratou serviço de consultoria para revitalizar a coleta seletiva objetivando, entre outras metas, dar auto-sustentação à cooperativa.



13 de janeiro de 1999

CAMPANHA QUER ESTIMULAR A COLETA SELETIVA DE LIXO **A iniciativa beneficia principalmente os bairros que ficam na orla**

Maria de Fátima Dennemann

A Limpurb iniciou, desde a última segunda-feira, uma campanha para revitalização da coleta seletiva de lixo nos bairros da orla de Salvador. Foram incluídos no programa o Rio Vermelho, Amaralina, Pituba, Itaipara, Caminho das Árvores, Stiep e Costa Azul. Esta campanha tem como finalidade ampliar a participação da comunidade e promover a melhoria dos serviços executados pela cooperativa dos agentes autônomos de reciclagem, Coopcicla.

Durante toda a semana até o sábado, os agentes da Limpurb estarão distribuindo cartilhas aos moradores dos bairros onde a coleta está implantada. Nesta cartilha estão os procedimentos para separar e embalar o lixo reciclável: papel, plástico, metal e vidro (embalagens de produtos alimentícios, de limpeza, de beleza e utensílios domésticos, que já dispõem no mercado e geram recursos para os catadores autônomos). A cartilha informa ainda sobre os dias de coleta seletiva: segunda, Rio Vermelho; terça-feira, Amaralina; quarta-feira, Pituba; sexta-feira, Itaipara; sábado, Stiep e Costa Azul.

A iniciativa da Limpurb envolve esforços de equipe do setor de educação comunitária da empresa para orientar moradores, especialmente síndicos, e comerciantes sobre a necessidade de separar o material reciclável do lixo não-reciclável. Esta é uma prática comum em países do Primeiro Mundo, onde papel, plástico e vidro já estão sendo largamente reaproveitados em novos produtos, com benefícios não somente econômicos como principalmente ambientais. O papel reciclado evita a derrubada de novas árvores e o reaproveitamento do plástico pode evitar que uma simples garrafa de refrigerante pet, por exemplo, fique jogada nas praias ou encostas por um milhão de anos (tempo que o plástico leva para ser reabsorvido pela natureza).

A Coopcicla tem capacidade de receber até 650 toneladas de lixo reciclável, mas menos de 10% deste total tem chegado até o depósito na Sete Portas, 60 toneladas. A média é ampliar a coleta para 109 toneladas nas próximas semanas. O projeto foi criado há dois anos e envolve material, treinamento, fardamento e equipamento para os catadores.

14 de janeiro de 1999

LIMPURB LANÇA PROGRAMA PARA RECICLAGEM DE LIXO

A população de Salvador produz em média 102 mil toneladas de lixo por mês, e 38% deste total é composto por material reciclável, como plásticos, latas de alumínio, papel e papelão que podem ser aproveitados pela indústria. Entretanto, segundo dados da Limpurb, apenas 0.57% do lixo da capital baiana está sendo reciclado. Aumentar a quantidade de material reciclável é uma das prioridades da Limpurb, que lançou esta semana uma campanha para revitalizar a coleta seletiva nos bairros do Rio Vermelho, Amaralina, Pituba, Itaigara, Caminho das Árvores e Stiep/Costa Azul. Com a revitalização do Programa de Coleta Seletiva Recicla Salvador, a Limpurb espera contar com pelo menos 8% dos moradores destes bairros.

O engenheiro Cláudio Vidal, especialista em meio ambiente e consultor da Limpurb para o projeto, frisa que "o ideal seria que a população de Salvador atingisse um grau de consciência ambiental como a dos habitantes de Curitiba, onde a participação dos moradores chega a 20%". Logo que foi lançado, há cerca de quatro anos, o programa Recicla Salvador chegou a contar com a adesão de 5% da população dos bairros onde foi implantado, mas este percentual foi diminuindo gradativamente. Para que o aproveitamento do lixo seja otimizado é preciso que a população separe o material reciclável, como papel, papelão, vidros, plásticos e latas de metal e alumínio, em seus próprios domicílios colocando-os 'num recipiente próprio, separado do lixo orgânico.

A coleta seletiva será feita de segunda a sábado, passando por um dos bairros envolvidos na revitalização do programa a cada dia. Todo o material será coletado pelos integrantes da Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem (Coopcicla), seguindo um cronograma preestabelecido: Rio Vermelho (segunda-feira), Amaralina (terça), Pituba (quarta), Itaigara (quinta), Caminho das Arvores (sexta) e Stiep/Costa Azul (sábado). O material reciclável deve ser colocado à disposição da coleta seletiva às 8h, em sacos prontos para serem recolhidos. Além de estarem, contribuindo para a preservação dos recursos naturais e o aumento da vida útil dos aterros sanitários, com a separação do lixo a população estará proporcionando a geração de trabalho e renda para os cooperados da Coopcicla.

Atualmente a Coopcicla coleta mensalmente 60 toneladas de lixo reciclável, em média, apesar de suas instalações, na Sete Portas, poder abrigar até 650 toneladas. "É preciso que a população colabore", frisa Cláudio Vidal. Atualmente, a grande parte dos materiais reaproveitáveis vai parar no lixo comum e, desta forma, a maior parte é aproveitada graças ao trabalho dos catadores do Lixão de Canabrava, que recolhem cerca de 400 toneladas de lixo reciclável por mês.

04 de julho de 2001

SALVADOR É EXEMPLO EM GESTÃO DE LIMPEZA URBANA

Os exemplos dados por Salvador e Curitiba mostram que o problema do lixo nas grandes cidades tem solução, desde que os governos e populações trabalhem em parceria. Dentro desse contexto, a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe) está pretendendo incentivar outros municípios a adotar os modelos desenvolvidos pelas duas capitais. "O segredo para garantir uma boa qualidade de vida da população, no que se refere à limpeza pública, está no planejamento a longo prazo e na continuidade do processo", explica Tito Bianchini, presidente da entidade.

"Os governos municipais devem fixar recursos financeiros para o setor de limpeza pública", alerta Bianchini, ao divulgar para todo o país o trabalho desenvolvido pelas administrações de Salvador e Curitiba. Jalon Oliveira, secretário de Serviços Públicos da capital baiana, lembra que a primeira operação-limpeza foi realizada no dia 13 de dezembro de 1996, semanas antes da posse do prefeito Antonio Imbassahy, ocorrida em 1º de janeiro de 1997.

"Salvador vivia em estado de pré-calamidade pública, com lixo acumulado em todas as partes e o mato crescendo em praticamente todas as vias públicas. Em parceria com o governo do estado, a prefeitura promoveu um mutirão, para dar uma nova fisionomia à cidade nas festas de Natal e Ano-novo", conta Oliveira, acrescentando que, em quatro anos, a administração municipal terceirizou economizou R\$40 milhões, "eliminando as gorduras dos antigos contratos".

Reestruturação

A Limpurb, segundo o secretário, teve sua folha de pagamentos revista, já que mantinha 5.200 funcionários e somente em horas extras desembolsava mais de R\$500 mil por mês. Outra grande conquista dessa gestão - observa Oliveira - foi a desativação do Aterro de Canabrava, onde mais de 1.300 pessoas, em condições subumanas, misturavam-se com o lixo.

Com recursos do governo do estado, a prefeitura construiu o Aterro Metropolitano Central, um modelo de tecnologia para o país e para a América Latina, enfatiza, orgulhosamente, o secretário de Serviços Públicos, revelando que o moderno "lixão" é administrado na validade do contrato é de 20 anos - por uma empresa privada. Oliveira relaciona outros serviços prestados pelo governo municipal à população de Salvador, na área ambiental: a Operação Bota Fora (nos períodos de mutirão, móveis e eletrodomésticos, considerados inservíveis, são recolhidos pela Limpurb), coleta de entulho, lavagem de ruas e calçadas com o uso de carros-pipa e trabalho de conscientização nas escolas.

Oliveira conclui sua explanação citando a aprovação pela Câmara Municipal do projeto do Executivo, criando a Taxa de Lixo. "No começo, houve resistência da população, mas a seriedade do nosso trabalho e das empresas contratadas provou aos municípios que o novo tributo era necessário", assegura o secretário.

05 de junho de 2001

LIMPURB AMPLIA COLETA SELETIVA

Na busca da eficiência e combate ao desperdício, a Empresa de Limpeza Urbana de Salvador (Limpurb) amplia suas atividades de promoção e suporte à prática da coleta seletiva e reciclagem de lixo com um novo programa: Postos de Entrega Voluntária (PEV). O projeto será lançado oficialmente hoje, quando se comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente, no Solar Boa Vista, em Brotas, durante a festa preparada pelas secretarias municipais da Educação e Cultura (Smec) e de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente (Seplam), que acontece das 8h30 às 17h.

O programa da Limpurb conta com apoio da empresa Vega e terá dez postos fixos, com quatro contêineres cada, para coleta de papel, vidro, plástico e metal fabricados em polietileno de alta densidade e com capacidade, para 2,5 metros cúbicos, eles serão dispostos no Farol da Barra, Largo de Amaralina, Jardim dos Namorados (Pituba), Dique do Tororó, Campo Grande, Terreiro de Jesus, Praça Almeida Couto (Nazaré), Solar Boa Vista (Brotas), Largo do Bonfim e Abaeté.

Através deles, as pessoas vão poder depositar seu lixo reciclável a qualquer hora do dia ou da noite, contribuindo diretamente para a preservação ambiental, uma vez que os materiais, depois de processados, são reutilizados ou reciclados. Outros programas são promovidos ou apoiados pela Limpurb, a exemplo das oficinas de reciclagem que funcionam na sede da empresa e ações como o Programa de Agentes Voluntários, que promove a coleta seletiva em locais de difícil acesso em dez bairros de Salvador.

02 de outubro de 2001

GESTÃO DO LIXO SÓLIDO URBANO BUSCA MODELO

Jô Azevedos

O modelo atual de gestão dos resíduos urbanos está falido e precisa ser reformulado, concordam empresários, administradores, políticos, técnicos e pesquisadores. Mas, por onde começar a mudar o gerenciamento do complexo problema de dar destino ao lixo? Essa foi a principal questão nas dezenas de debates do Seminário Nacional de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana, promovido de 25 a 27 de setembro pela Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública (Abrelpe).

Uma das ações possíveis para “levantar o tapete” é encarar o lixo embaixo dele é definir uma Política Nacional de Resíduos Sólidos, que uma comissão especial da Câmara Federal está sintetizando a partir de 57 projetos de lei sobre o assunto que tramitam na Casa. O relator, o deputado Emerson Kapaz (PPSSP), se empenha em reunir no texto propostas dos vários setores. “O projeto tem caráter quase terminativo, não passando por outras comissões da casa”, disse. “Depois será votado em plenário.”

A proposta classifica os resíduos sólidos, relaciona medidas para reduzir sua produção, propõe processos de reciclagem e de destinação ambientalmente corretos e ainda indica diretrizes para o gerenciamento integrado do lixo. Segundo Kapaz, várias polêmicas são levantadas, entre elas a necessidade de os municípios elaborarem planos próprios de gestão de resíduos, ficando responsáveis pelo seu destino e autorizados a cobrar taxa ou tarifa de coleta, no caso de concessão do serviço.

Para o engenheiro Cícero Bley Jr., assessor técnico do documentário sobre o lixo que a TV Cultura exibiu neste ano, é urgente estabelecer novo modelo de gestão do lixo. “Mas ele deve conter a necessidade compulsória da coleta seletiva, formas para seu financiamento e a retirada da contínua tributação dos materiais recicláveis”, diz. “Caso contrário, não vai funcionar.”

Lixão

A perspectiva de incluir os 200 mil catadores dos lixões brasileiros em programas de reciclagem surgiu em 1999, com uma ação do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) contra o trabalho infantil. Questionário aplicado em 1.450 municípios à época mostrou que um em cada cinco catadores eram crianças. Mais da metade delas estava em municípios com até 25 mil habitantes.

Surgiu o Fórum Lixo e Cidadania, que unia órgãos do governo e organizações não-governamentais (ONG's) para lutar contra o trabalho infantil do lixo, tomar os catadores parceiros dos municípios e acabar com os lixões. Hoje, 15 estados têm fóruns, e dois se preparam para instalá-los.

O resultado foi positivo e hoje é parâmetro da Organização Mundial de Saúde (OMS) em quatro países.

Quase metade dos 5.561 municípios aderiu. Depois de 18 meses, 13.230 crianças recebiam bolsa em 199 municípios, permanecendo na escola em jornada ampliada. “A organização dos catadores cresceu, e eles hoje participam dos debates de soluções para o lixo, com propostas para sua inclusão em processos de reciclagem”, diz Téia Magalhães, secretária executiva do fórum.

COLETA SELETIVA SÓ SAI COM VONTADE POLÍTICA

Mariana Viveiros

Falta de vontade política e lentidão no sistema de contratação são algumas das explicações para a demora da implantação da coleta seletiva em São Paulo, promessa de campanha da prefeita Marta Suplicy (PT) que, depois de dois anos, ainda não saiu do papel.

O diagnóstico é da engenheira civil e sanitarista Heliana Kátia Campos, 47, membro da coordenação nacional do Fórum Lixo e Cidadania, ex-superintendente de limpeza pública de Belo Horizonte (MG) e responsável, lá, pela primeira coleta seletiva feita por catadores de lixo -modelo que São Paulo tenta adotar.

"Demoramos seis meses para inaugurar o primeiro galpão", conta ela, que atuou na gestão do petista Patrus Ananias (93-96). A seguir, trechos da entrevista que deu à Folha no 1º Congresso Latino-Americano de Catadores de Materiais Recicláveis, em 20/1.

Folha - A coleta seletiva deve ficar nas mãos dos catadores?

Helena Kátia Campos - No entendimento do Fórum Nacional Lixo e Cidadania, sim. E achamos que o catador deveria até ser pago por isso. Porque, além de coletar e transportar, ele não destina o lixo de forma errada, mas o reinsere na indústria. Isso significa mais emprego na produção e não explorar novas matérias-primas.

Folha - No Brasil, onde a coleta seletiva com catadores funciona?

Campos - Nesses moldes, a cidade que tem a coleta seletiva mais ampliada é Porto Alegre [RS]. Lá, a cobertura é maior, e a frequência, semanal. Há nove galpões de catadores e já estão sendo instaladas duas unidades para beneficiar o plástico. Mas, em termos de compreensão do papel dos catadores, Belo Horizonte ainda é melhor, e a Asmare [Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reciclável] é um modelo.

Folha - Por quê?

Campos - Eles são todos alfabetizados. Para entrar na Asmare é preciso fazer um curso de 15 dias, há um estatuto e normas a seguir.

Folha - Por que a coleta seletiva ainda não saiu em São Paulo?

Campos - Eu tenho acompanhado os decretos no sentido de apoiar as associações de catadores, mas parece que é outra maré. É um grupinho querendo uma coisa, e toda a administração querendo outra. A coleta seletiva com o catador não passa só por uma parceriazinha, é uma campanha em toda a cidade. Tem de haver uma mudança de cultura da prefeitura que envolva todas as áreas. Precisa de uma vontade política grande do governo. Se for um projeto só da assistência social ou da limpeza urbana, não funciona.

Folha - Como foi a implantação do projeto em Belo Horizonte?

Campos - Em seis meses, alugamos um galpão de 3.200 m2 para colocar os catadores e tiramos todos eles do centro. Eu tinha um tempo político, mas os catadores não queriam ir porque desconfiavam. Fomos lá, pegamos o material deles, levamos para o galpão e dissemos: "Se vocês não forem, o problema é de vocês". Eles foram.

Folha - Por que em São Paulo é tão difícil fazer o mesmo?

Campos - A cidade não tem uma limpeza urbana estruturada. O Limpurb [Departamento de Limpeza Urbana] não tem 300 funcionários, então não há estrutura para criar, programar, amar a cidade e cobrar dos empresários. A cidade tinha de ter, no mínimo, 500 fiscais [tem pouco mais de cem". Outro problema é que o Limpurb é da administração direta, quando deveria ser uma autarquia ou empresa municipal. Hoje, precisa passar por todo um processo burocrático, de contratação e licitação, o que é um grande atraso.

Folha - Qual a receita do sucesso de Belo Horizonte?

Campos - Vontade política e apoio da Pastoral da Rua no dia-a-dia dos catadores.

Folha - Quanto representa a coleta seletiva hoje na capital mineira?

Campos - Cerca de 6% [em São Paulo é de 0,03%], o que é pouco.

Folha - Como superar as resistências aos catadores?

Campos - Quando é dado espaço e, na prática, as coisas acontecem, eles vão conquistando seu lugar. Se o poder público e as ONGs o colocam como o grande agente da coleta seletiva, a pessoa humilde que está dando um excelente benefício ambiental para a cidade, ele próprio vai se sentir valorizado e passar a ser respeitado.

Folha - Como sensibilizar as pessoas para a necessidade de separação do lixo para a coleta seletiva?

Campos - A mudança de hábito é muito difícil. As pessoas dizem que é simples fazer a separação, mas não é. Então, são necessárias campanhas e mais campanhas: no metrô, na escola, na novela, no filme. É isso que quero trabalhar agora com o Ministério das Cidades: mudança de cultura.

Folha - E o poder público dá o bom exemplo?

Campos - O Palácio do Planalto faz a coleta seletiva e doa para uma associação de catadores. A nossa idéia é estender isso a todos os ministérios. Mas eu queria uma grande campanha nacional, com o Lula dizendo que manda o lixo dele para a reciclagem, com um grande nome que abraçasse essa causa, só não sei ainda quem.

11 de julho de 2002

IMBASSAHY ANUNCIA AMPLIAÇÃO DA COLETA SELETIVA DE LIXO NA CIDADE

Em parceria com a Ford, empresas adquirem 59 veículos compactadores

A cidade de Salvador vai melhorar ainda mais o sistema de limpeza urbana com os 59 veículos compactares de coleta de lixo, adquiridos em parceria com a Ford pelas empresas que preitam serviço à prefeitura de forma terceirizada. A apresentação e a entrega dos novos equipamentos (caminhões-compactadores, varredeiras, poliguindaste) aconteceu na manhã de 4 ontem na Praça Municipal, com a presença do prefeito Antonio Imbassahy e do secretário de Serviços Públicos, Jalon Oliveira. O prefeito destacou também que o sistema de limpeza urbana na capital baiana tende a evoluir ainda mais com a aquisição dos novos veículos e a ampliação da coleta seletiva, de dez para 60 postos, a serem distribuídos em pontos estratégicos e de fácil acesso para a população.

Somente uma das empresas, a Vega Engenharia Ambiental, investiu cerca de R\$ 10 milhões na compra de 40 veículos, incluindo os diferenciados para a coleta de Resíduos dos Serviços de Saúde (RSS) mais conhecidos como lixo hospitalar e para a coleta seletiva, com caçamba desenvolvida pela própria empresa em parceria com os fabricantes. As empresas Torre e Jotagê também atenderam às exigências da prefeitura municipal, no sentido de adquirir equipamentos mais modernos e eficientes. A Jotagê adquiriu 11 novos caminhões e a Torre, oito.

Durante a apresentação dos novos equipamentos, o prefeito Imbassahy afirmou que Salvador é a primeira capital do país a investir significativamente na completa modernização dos equipamentos de limpeza urbana, agregando tecnologias modernas e mais qualidade aos serviços. "Graças a ações como esta é que hoje somos reconhecidos como tendo uma das cidades mais limpas do Brasil", disse o prefeito, ao lado do gerente regional de caminhões no Nordeste da Ford, Ricardo Pezati e dos diretores da Vega Tanayuli Yoshimura e Lucas Radel.

Melhorias

O secretário Jalon Oliveira observou que os novos veículos dotados de compactadores e que serão utilizados na coleta do lixo domiciliar obedecem às normas de emissão de gases e baixo nível de ruído, dispondo, ainda, de caixa coletora de chorume (líquido produzido a partir da decomposição de resíduos orgânicos). "Nossa intenção é continuar melhorando cada vez mais os serviços prestados à população", disse o secretário.

Um dos destaques dos novos equipamentos ficou por conta da programação visual dos veículos, que tiveram a carroceria lateral contemplada com fotografias ampliadas de pontos turísticos da cidade, a partir de projeto da Coordenação de Comunicação e Promoção, da Limpurb. As fotografias foram produzidas por Valter Pontes, coordenador de fotografia da Secretaria Municipal de Comunicação Social (SMCS).

Além das melhorias que poderão ser obtidas na prestação do serviço de limpeza com os novos equipamentos, a empresa Vega está promovendo um curso de reciclagem dos motoristas e agentes de limpeza que trabalham diretamente na coleta, alertando-os sobre os cuidados necessários com aspectos como o trânsito, para não provocar congestionamentos, e com o silêncio, particularmente no trabalho noturno, por respeito a toda a população de Salvador.

17 de julho de 2002

COLETA SELETIVA É MAL DIVULGADA EM SALVADOR

Rita Conrado

Criada em 1996, por ex-badameiros, no final da administração Lídice da Mata, a coleta seletiva de lixo em Salvador continua sob a coordenação da Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem (Coopcic1a) e ainda não atinge toda a cidade. Embora a produção diária de lixo na capital seja de 2,500 toneladas, não há campanhas da prefeitura convocando a população a separar o material orgânico do reciclável, nem orientação sobre os locais de coleta.

Os moradores reclamam da falta de informação sobre os dias de coleta, feita em contêineres móveis, instalados em áreas diferentes de cada bairro e obedecendo a um cronograma previamente definido pela Coopcicla, em parceria com a Limpurb. Por desconhecer a programação, a comunidade tem desperdiçado um material que

LIXO RECICLÁVEL

Participação da comunidade seria maior se houvesse divulgação

Diariamente, são recolhidas 2,500 toneladas de lixo, em Salvador.

Mensalmente, em média, 120 a 150 toneladas de lixo reciclável.

São recolhidos: papel, papelão, jornal, revista; plástico (filme, misto e duro), garrafa PET; sucata ferrosa (ferro, cobre e outros metais pesados); alumínio (latas, esquadrias); vidro (garrafas, litros, garrafas de refrigerante).

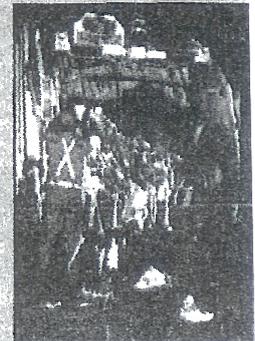
Onde, quando e como é realizada a coleta seletiva

ÁREA 1 (Pituba)

- **SEGUNDA-FEIRA:** Colégio Manoel Doyote e Av. Lucala (em frente à Estação Bahia Azul), no Rio Vermelho.
- **TERÇA-FEIRA:** Rua Guilherme Reis e local próximo à feirinha, em Amaralina.
- **QUARTA-FEIRA:** Pça. Belo Horizonte e Rua São Paulo, na Pituba.
- **QUINTA-FEIRA:** Lim de linha da Pituba e bairro do Itagara.
- **SEXTA-FEIRA:** Av. Magalhães Neto e Alameda das Arvores, no Caminho das Árvores.
- **SÁBADO:** Proximidades do Clube Baebé, no Costa Azul, e do módulo policial, no Dlep.

ÁREA 2 (Barra)

- **SEGUNDA-FEIRA:** Restaurante Sukyaki, em Ondina, próximo à Pedra da Serela.
- **TERÇA-FEIRA:** Av. Princesa Isabel, na Barra.
- **QUARTA-FEIRA:** Clube Espanhol, na Barra.
- **QUINTA-FEIRA:** Av. Princesa Isabel, na Barra.
- **SEXTA-FEIRA:** Rua Conde Filho, na Graça.
- **SÁBADO:** Rua Baependi, em Ondina.



ÁREA 3 (Centro Administrativo da Bahia, CAB)

- A coleta é feita diariamente, em todas as secretarias do CAB. O contêiner fica próximo a sede do 5º Batalhão da PM, em frente ao prédio da Vice-governadoria.
- Um contêiner fica diariamente em Paripá, atendendo à Avenida Suburbana.
- **SEGUNDA-FEIRA:** Bairros da Sussunga e São Caetano e Indústria Alcoa, Hospital Cerebral do Estado, Nordeste de Ararajuba e Vale das Pedrinhas (estes três últimos locais são feitos todos os dias).
- **TERÇA-FEIRA:** Hospital Aristides Matez, Consultec, Delícia (Graça), Alimentare (Açupe de Brotas), Fundação Osvaldo Cruz (Rua Waldemar Falcão), sede da OAB, Condomínio Aljeia Jaguaribe, Gráfica Editora (Sto. Agostinho) e HGE, etc.
- **QUARTA-FEIRA:** Parque Júlio César (Pituba), Condomínio Chácara Suíça (Horto Florestal), Faculdade de Turismo (Mouraria), Cond. Res. Politeama.
- **QUINTA-FEIRA:** Village Platã, bairro de Stella Maris, Col. Lourenço Jr. (Platã), bairro de Itapua, Shopping Jaguaribe (Platã), Negen Informática (Pituba), SAC da Boca do Rio, Cond. Pedra do Sal.
- **SEXTA-FEIRA:** Ufba, Alcoa, supermercado Boni (Platã), Marã Supermercados (Brotas).
- **SÁBADO:** Neáton - produtos plásticos (Estação, São Raimundo), Sindac (Sindicato de Água e Esgoto, nos Baris). Para ter seu condomínio ou edifício atendido pela coleta, o síndico ou administrador deve ir até o galpão da Coopcicla, na Sote Portas, para se inscrever nos procedimentos.

poderia ser reaproveitado, em benefício do meio ambiente e dos que têm nisso sua fonte de renda.

“Já faz anos desde a última vez que a Limpurb distribuiu folhetos aqui no bairro informando os dias em que os contêineres seriam colocados”, assinalou Augusto Martinez, morador do Rio Vermelho. Segundo ele, atualmente somente quem reside na área próxima à que é instalado o equipamento é que se dispõe a cooperar. “Muita gente nem sabe o que fazer”, avaliou a moradora Elionaria Correa. O pouco volume recolhido diariamente é confirmado por um dos líderes da Cooperativa de Agentes Autônomos de Reciclagem (Coopcicla), Raimundo Eduardo Jr. “São poucas as residências em que o lixo é separado. De um edifício

de 15 andares, três fazem isso”, exemplifica. Ele fala ainda das vantagens que obteria com um volume maior de produto reciclável sendo recolhido.

"Poderíamos ganhar até R\$ 500 por mês, cada um", afirmou, Para os moradores dos diversos bairros da cidade, o problema seria facilmente resolvido com a distribuição periódica de folhetos ou qualquer outra forma de divulgação dos horários de coleta e do material a ser recolhido. Ontem, enquanto os cooperativados recolhiam material em uma das ruas do bairro do Rio Vermelho, em uma artéria vizinha, a Rua do Canal, o comerciante Raimundo Pereira garantia que já havia até pedido para que sua loja fosse visitada de vez em quando, para que pudesse entregar o material que sempre acumula. “Não sei os dias de coleta e ninguém vem por aqui”, afirmou.

Desperdício

A situação se repete em várias áreas da cidade. No Campo Grande os moradores não têm conhecimento de como colaborar com a coleta seletiva de lixo. “Junto muitas garrafas e latas de alumínio, do material que utilizo no meu trabalho. Acabo mandando para a minha irmã, que mora na Pituba, para que ponha nos contêineres que são instalados naquele bairro. Tenho pena de jogar fora”, assinalou a doceira Indaiá Carvalho.

Associação sem fins lucrativos, formada por antigos badameiros, que ganham por produção (quantidade de lixo reciclável recolhida), a Coopcicla funciona na Rua Cônego Pereira, em Sete Portas, num galpão onde antes era a sede da Limpurb. Atualmente, estão cadastrados 40 cooperados. Por meio de um contrato de comodato, a prefeitura cede o galpão, um caminhão-caçamba e um carro-pole, para o transporte de contêineres.

De acordo com a assessoria da Limpurb, para ter seu condomínio ou edifício atendido pela coleta, o síndico ou administrador deve ir até a sede da Coopcicla para se inteirar dos procedimentos.

08 de setembro de 2002

COLETA SELETIVA

Salvador vai ser uma das poucas cidades brasileiras a ter, em todo o seu território, a coleta seletiva de lixo. E o sistema que será adotado é o mais moderno existente no mundo na atualidade. E vai beneficiar toda a população, indistintamente. Para isso, o prefeito Antonio Imbassahy autorizou a instalação a partir do dia 16, de 60 postos de coleta seletiva de lixo. E na data, ele estará em Cajazeiras X à frente de sua equipe informando à comunidade os novos procedimentos de coleta. Em toda a cidade, será deflagrada uma campanha educativa e distribuídos folhetos para orientar a população.



17 de abril de 2004

LIXÃO DE SALVADOR ESTÁ NAS RUAS

Maiza de Andrade

Atentos aos horários dos caminhões de coleta, eles adiantam-se para promover, a seu modo, a propalada coleta seletiva, que é base da indústria da reciclagem, atividade em franca expansão e que recentemente deu ao país o orgulhoso título de campeão mundial em reciclagem de alumínio. Em Salvador, de acordo com estimativas do Centro de Estudos Socioambientais - Pangea, cerca de 10 mil pessoas ocupa-se desta atividade.

Eles não têm noção da importância do que fazem para o meio ambiente, embora sejam considerados legítimos ambientalistas. Os números da coleta seletiva feita pelos catadores superam em muito os da coleta oficial. Pelas mãos dos catadores de Salvador chegam, por mês, à indústria, a custo zero para a prefeitura, estimadamente 100 toneladas de garrafas pet, 280 toneladas de papel e papelão (dados do maior comprador), 21 de alumínio e de outros metais. Enquanto isso, a prefeitura gasta para levar cerca de 200 toneladas/mês para reciclagem.

Por falta de apoio e proteção social a maioria dos catadores fazem o trabalho individualmente em condições extremamente precárias. "Eles estão sujeitos a uma cadeia perversa de atravessadores que lhes compram os materiais a preços irrisórios e conseguem lucros de até 200%", observou o diretor Pangea, Antonio Bunchaft. Apenas 5 a 10 % do total de materiais recicláveis coletados são provenientes de cooperativas de catadores ou de outras formas de associação da categoria, informou ele.

Para a pesquisadora e doutora em resíduos sólidos pela Universidade Estadual de Feira de Santana - Uefs, Fátima Nunesmaia, os altos índices de reciclagem do país, principalmente em alumínio, não pode ser atribuída a uma maior consciência da classe média, mas no fato de os pobres estarem buscando a sobrevivência nesse mercado. "Além disso, eles estão ajudando a prefeitura a gastar menos com a coleta feita por empresas", diz. Para ela, a prefeitura deveria reconhecer isso e oferecer como contrapartida mais investimento na organização dos catadores em cooperativas. "Não fazer isso é contribuir para o agravamento do quadro de miséria social", avaliou.

Ajuda do Canadá

A empresa pública de limpeza urbana, Limpurb, ainda não sabe quantas pessoas catam materiais recicláveis pelas ruas de Salvador. Em documento da empresa, de 2003, há referência à realização de um cadastramento, mas, até o momento não passa da intenção. O diretor da empresa, Jalon Oliveira, disse que uma equipe multidisciplinar está fazendo o diagnóstico da situação. Na sua avaliação, porém, será difícil tirar os catadores da informalidade. "Muitos se recusam à idéia do trabalho cooperativado por causa das regras. Eles não querem sair da informalidade", disse.

A ação mais objetiva da empresa neste sentido é a formação de 170 agentes de limpeza na comunidade de Bariri, no Vale do Ogunjá. Os agentes são moradores que se

ocuparão da coleta de lixo onde os caminhões compactadores não conseguem chegar. Em troca, receberão vale alimento da cesta do povo e serão incentivados a vender o material reciclável.

A coleta seletiva feita pela Limpurb é cara, segundo o diretor. O alto custo se deve principalmente ao uso de equipamentos de alta tecnologia para separar o material recolhido nos 61 Postos de Entrega Voluntária - Pevs. O resíduo é doado para a cooperativa Coopcicla, que tem unidades em sete portas e na canabrava. Com recipientes específicos para plástico, metal, vidro e papel, os pevs atendem aos mesmos pressupostos da coleta seletiva das cidades dos países desenvolvidos, mas ainda respondem por muito pouco lixo reciclável. Apenas 8 toneladas das 2.300 coletadas diariamente.

Para corrigir os rumos do programa de coleta seletiva, a Limpurb aposta em técnicos do Canadá que, em acordo de cooperação técnica com a prefeitura, vão testar novas metodologias. Entre os problemas já detectados estão a falta de adesão da população à idéia da separação do lixo e a concorrência dos catadores que, segundo Jalon "atacam" os contêineres para a retirada do material antes da passagem dos caminhões. Chegam até a colocar crianças dentro das caixas para facilitar.

Jalon acha que o mercado de reciclagem ainda não é atrativo. Ele repete o que disse há cerca de quatro anos, quando o mercado centrava-se basicamente na reciclagem de latinhas. Para ele, a não-aprovação do projeto de lei que define a política nacional de resíduos sólidos e que obriga os fabricantes a recolherem as embalagens contribui para isso. "Hoje, esta responsabilidade recai sobre as prefeituras que têm que pagar a coleta".



02 de outubro de 2004

CONCURSO DE DESIGN A TARDE / CASA COR

Concurso Design
A Tarde Casa Cor®

O jornal A TARDE e a Casa Cor® Bahia promovem um concurso de design de lixeiras domésticas que irá facilitar a separação do lixo orgânico e inorgânico

Participe contribua para o processo de reciclagem!

- O Primeiro colocado ganhará um final de semana (dois dias de hospedagem e alimentação) em Costa do Sauípe com direito a acompanhante
- Os cinco melhores trabalhos serão expostos na Casa Cor® Bahia 2004

As inscrições e entrega de trabalhos foram prorrogadas até o dia 05/10

Inscrições de 10 à 30 de setembro

Maiores informações:
www.atarde.com.br/lixoecidadania

Realização:

A TARDE
O jornal de toda a Bahia

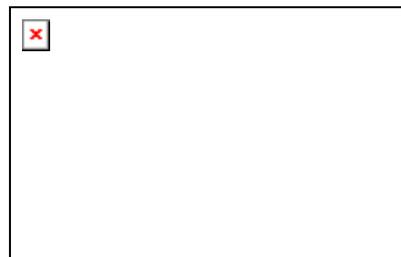
CASA COR®

Quarta-Feira, 01 de Dezembro de 2004

CANADENSES INVESTIRÃO US\$3,5 MILHÕES EM CANABRAVA
Contrato assinado com a prefeitura de Salvador prevê o aproveitamento energético do gás metano

Márcia Luz

Imbassahy assinou o termo que garantirá
US\$5 milhões em royalties em dez anos



O governo canadense, representado pela empresa CRA (Conestoga-Rovers e Associates), investirá US\$3,5 milhões no projeto de captação do biogás no Parque Socioambiental de Canabrava, antigo aterro sanitário de Salvador. O recurso será aplicado na instalação definitiva da usina de geração de energia alternativa, que processará a queima do gás metano, gerando créditos de carbono para a venda. No primeiro ano, a operação vai assegurar a Salvador US\$200 mil de royalties e, em dez anos, a perspectiva é de US\$5 milhões. Assim, a capital baiana será a primeira da América Latina a ser beneficiada com royalties gerados com os créditos do carbono.

O termo de continuidade para a exploração do gás metano foi assinado, ontem, entre o prefeito Antonio Imbassahy, e o representante canadense Frank Rovers. O trabalho será executado pela Limpurb, empresa que há cinco anos vem participando da parceria com o governo canadense, que inicialmente investiu US\$2,5 milhões no projeto piloto da usina de energia. "Quando estiver funcionando plenamente, essa usina terá capacidade para beneficiar 50 mil famílias daquelas proximidades", destaca o secretário municipal de Serviços Públicos e presidente da Limpurb, Jalon Oliveira.

O gás metano é produzido pelo lixo decomposto ainda acumulado no aterro. Essa substância é altamente poluente, mas passa por processo rigoroso de limpeza, baseado no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), previsto no Protocolo de Kyoto. Isso possibilita que o produto seja decomposto em carbono e outros elementos, diminuindo potencialmente seu poder de poluição e sua atuação para a formação do efeito estufa. Esse gases captados e processados passam a ser certificados pela ONU para a obtenção de créditos de carbono (moeda transacional invisível).

Também estão em funcionamento, no Parque Canabrava, a usina de transbordo e a usina de triagem de produtos recicláveis, que geram 150 empregos diretos e outros 300 indiretos para a comunidade. "O que era vergonha para Salvador foi transformado em solução e hoje temos ali uma jazida para o biogás, cujos royalties serão usados para melhorar as condições de vida dos entornos de Canabrava", comenta o secretário.

Sábado, 26 de fevereiro de 2005

DESCARTE DO LIXO DOMÉSTICO: UMA TAREFA SIMPLES E FÁCIL DE APRENDER **É preciso que a população aprenda a minimizar a geração dos resíduos domiciliares para a preservação da saúde pública e do meio ambiente**

A coleta seletiva ainda é incipiente em Salvador. São recolhidos mensalmente de 120 a 150 toneladas de material reciclável, muito pouco para uma cidade com cerca de 2,6 milhões de habitantes. Porto Alegre, por exemplo, com uma população duas vezes menor, retira das ruas 60 toneladas de materiais recicláveis todos os dias. Números como esse ainda são um sonho para a capital baiana, mas o novo presidente da empresa de limpeza pública do município, a Limpurb, o advogado Alexandre Brust, acha que no prazo de um ano é possível multiplicar por dois o que se recolhe hoje na cidade. Uma meta ambiciosa, sem dúvida, mas a Limpurb tem suas armas.



Uma delas é tentar incutir entre os soteropolitanos de todas as classes sociais algo tão raro na cidade quanto a neve: educação ambiental!. "Pouquíssimas famílias fazem a separação do lixo", lamenta o presidente da Limpurb. Ensacados junto ao material orgânico (sobras da cozinha e do banheiro, por exemplo), latas, plásticos, papel e metal perdem a capacidade de serem reciclados.

Depois do Carnaval, conta, a prefeitura deve dar início a uma campanha institucional que, com o apoio de veiculações em jornais, rádios, tevês e outras mídias, explicará que quem faz a separação do lixo e o descarta apropriadamente ajuda a criar postos de trabalho, a preservar o meio ambiente, a manter a cidade mais bonita e a melhorar a qualidade de vida de todos. A campanha será multisetorial, incluindo a participação de entidades ambientalistas.

Na realidade, o trabalho já começou a ser feito nas praias com a distribuição de contentores e cestas aos barraqueiros em regime de comodato e o "faxinaço", cujo nome oficial é Bota-fora, nos bairros populares.

Na realidade, o trabalho já começou a ser feito nas praias com a distribuição de contentores e cestas aos barraqueiros em regime de comodato e o "faxinaço", cujo nome oficial é Bota-fora, nos bairros populares.

MAIS SIMPLES

Paralelamente, a coleta será simplificada. As unidades coletoras passarão a ter apenas dois contêineres no lugar dos quatro habituais. Assim, em vez de acondicionar plásticos, papéis, metais e vidros em sacos específicos, basta usar dois: um para latas e vidros e outro para plásticos e papel. A medida proporcionará, praticamente sem custos adicionais, a duplicação do número de unidades coletoras ou PEVS (postos de entrega voluntária), de acordo com a terminologia técnica.

Mas uma das medidas que talvez tenha o maior alcance social é a criação de mais 15 cooperativas de recicladores em Salvador. Hoje são apenas duas. "A idéia é que cada região da cidade tenha a sua", diz Brust. Se isso realmente acontecer, espera-se criar novos postos de trabalho, elevando de 150 para 800 o número de catadores cooperativados.

Outra, é a inclusão do tema educação ambiental no currículo escolar da rede municipal. A Limpurb e a Secretaria de Educação do município já começaram a discutir a questão.

Mas a missão de Alexandre Brust está muito além de fazer da coleta seletiva ser uma prática proliferada em toda a cidade. Uma de suas mais árduas tarefas é organizar a coleta como um todo e acabar com práticas e vícios que encarecem o serviço e reduzem sua qualidade.

"Durante anos fizeram propaganda de que temos a cidade mais limpa do Brasil, mas isso só é verdade nas áreas visitadas pelos turistas. Fora desse eixo, as coisas são bem diferentes", reclama. É um problemão. Ao assumir o cargo, há cerca de 15 dias, ele descobriu que a empresa tem apenas 750 reais em caixa e deve muito dinheiro a vários credores, em valores que ele preferiu não revelar.

Quem utilizar mais serviço deve se preparar. Segundo ele, a Limpurb vai fazer valer tudo o que está na lei e não é cumprido. Grandes geradores de lixo como

shopping centers, o comércio em geral e indústrias pagarão taxas diferenciadas. E os hospitais, que burlam a legislação ao disponibilizar o lixo sem separar o que é séptico e o que não é, terão que fazê-lo. "Do contrário, arcarão com multas pesadas", garante.

Faz sentido. Uma cidade que a cada dia mais se parece com uma metrópole não pode conviver com cidadãos e comerciantes desatenciosos que põem o lixo na rua logo após ele ser coletado pelos caminhões. Nem com os recolhedores de entulho que cobram caro para retirá-lo e depois o depositam, sem pagar um centavo, no aterro sanitário, cujos custos são de responsabilidade da prefeitura. Ou seja, no final da linha é você quem para por esse verdadeiro "negócio da China", nas palavras de Brust. Absurdo também é o fato do lixo gerado nos navios que chegam ao porto de Salvador seja levado diretamente ao aterro sanitário. A lei manda que esse lixo seja incinerado, pois representa grave risco de contaminação para a população local.

Outro objetivo é elevar a participação da Limpurb na coleta de lixo. Hoje, três empresas terceirizadas, a Vega Ambiental, a JG e a Torre, se encarregam de quase 100% da coleta. Segundo Brust, isso é ruim. "A prefeitura precisa fazer parte do trabalho até para saber qual o custo disso e quanto deve cobrar das empresas". Do jeito que as coisas estão, as concessionárias ficam com a vassoura e a pá na mão para atual em cartel. Ele se respalda no exemplo de outras capitais, como São Luiz, onde o poder público municipal se encarrega de recolher 30% do lixo da cidade.

No prazo de um ano, ele garante, a coleta de lixo chegará a 100% da população. Hoje, cerca de 5% ficam de fora. Para atingir esse índice, a Limpurb pretende aumentar o número de agentes voluntários, que recolhem o lixo dos locais de difícil acesso e o levam para as ruas onde passam os caminhões compactadores. Também no mesmo prazo, a Limpurb promete dobrar a capacidade da unidade de compostagem no antigo Aterro de Canabrava.

BAIRRO	LOCAL	PONTO DE REFERÊNCIA
Barbalho	1 Praça do Barbalho	Muro do Colégio Iacia
Barra	2 Shopping Barra	
	3 Favela da Barra	Na rampa de acesso à praia
Barris	4 Praça Coelho Neto	
Canela	5 Vale da Canela	Em frente ao Campus Universitário
Centendria	6 Pça. Prof. Oscar Hilário de Castro	
Centro	7 Campo Graças	Em frente ao TCA
	8 Largo Dois de Julho	
	9 Largo de Santa Antônia	
Comércio	10 Mercado Modelo	
Federação	11 Rua Prof. Aristides Nova	Escola Politécnica
	12 Praça São Brás	Próx. pça. de Antônio Augusto
Nazaré	13 Praça Almeida Costa	
Jardim Balano	14 Rua Prof. Hugo Balazzer da Silveira	Frente Juizado de Menores
Ordina	15 Av. Ademar de Barros	Acesso ao Campus Universitário
	16 Av. Sabino Silva	Canteiro central
Amaralina	17 Largo de Amaralina	
Boca do Rio	18 Final de linha	
Imbuí	19 Praça do Imbuí	
Caminho dos Árvores	20 Praça São Vicente	Próximo à banca de jornal
Itaigara	21 Rua Reitor Macedo Costa	
Pituba	22 Praça Igaratinga	Próximo à Nova Família (Cidade Nova)
	23 Praça 24 de Maio	
	24 Rua Clara Nunes/Lot. Aquarius	
STIEP	25 Praça Vale dos Rios	
Costa Azul	26 Rua Edsio Pondé	Praça atrás do ponto de ônibus
Jaguaripe	27 Rua Hechel José de Almeida	No muro do terreno baldio, esquina com Av. Otávio Mangabeira, ao lado do p...
Itapua	28 Av. Otávio Mangabeira	Passelo em frente à Pça. Dixital Coyrami
	29 Abaeté	
São Cristóvão	30 Rua Laura de Freitas	Largo em frente à Esc. Brigadeiro Eduardo Gomes, atrás do ponto de ônibus
Stella Mares	31 Al. Praia Barra dos Coqueiros	
Praia do Flamengo	32 Rua Prof. Antônio Augusto Machado	Esq. da Rua Des. Adolfo Leitão Guerra
Musurunga	33 Setor C	
Pemambuels	34 Praça Arthur Lago	
Cabula	35 Acesso à Uirabá	
Cabula	36 Av. Silveira Martins	Próx. CEF
Cabula VI	37 Final de linha	III/III
Castelo Branco	38 3ª Etapa	Canteiro central, próximo ao Mod. PM
Sussuarana	39 Av. Ulisses Guimarães	Entrada do Consi. Primavera
Tancredo Neves	40 Rua Direita de Tancredo Neves	Passelo do Posto de Saúde R. Argolo
Cajazeiras	41 Setor 2 /Cajazeira X	
BR-324	42 Limpurb	
Brotas	43 Campinias de Brotas	Final de linha
	44 Rua Odilon Dórea	
	45 Praça Frei Hildebrando Kruthanp	Próx. ao Retiro São Francisco
	46 Rua Rio Amazonas/Maratú	
	47 Rua Leonor Pondé/Cidade Jardim	
São Caetano	48 Estrada de Campinias	Canteiro acesso à Rua Hilgino Teixeira
Faz. Grande Retiro	49 Rua Mello Moraes Filho	Muro da EGBA
Lapinha	50 Largo do Queimado	No passeio da rua interna, próximo à divisa na esquina
JAPI	51 Rua Jair Santos	Passelo da Igreja São Paulo
Pau Miúdo	52 Rua Marquês de Maricá	Muro do Hospital
Tororó	53 Diáspora do Tororó	Passelo do Estacionamento
Bonfim	54 Largo da Banca do Bonfim	
Ribeira	55 Final de linha	
	56 Largo do Papagaio	Av. Caminho de Areia, depois do ponto de ônibus
Boa Viagem	57 Largo da Boa Viagem	Passelo da Oprex
Plataforma	58 Praça São Braz	No passeio, parte baixa da praça, em frente ao antigo Clube de Plataforma
Periferi	59 Praça da Revolução	
Paripe	60 Trav. Dr. Eduardo Dotta	



02 de fevereiro de 2006

RECICLAGEM DE LIXO CONTINUA UM MISTÉRIO

Segundo pesquisa em 5 capitais, boa parte das pessoas desconhece o básico sobre o assunto

Cristina Amorim

São Paulo - Quem separa o lixo para reciclagem não tem consciência do que faz. Essa é apenas uma das conclusões de uma pesquisa que capta a percepção das pessoas sobre o lixo, em especial sobre o que é reciclado, feita pela empresa Market Analysis. Segundo o levantamento, que ouviu 500 adultos em cinco capitais (Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador e São Paulo), 23% não sabem o que é feito com o material recolhido - apesar de 72% participarem de programas de coleta seletiva e se sentirem menos culpados pelo impacto ambiental que causam.

Tem mais: só 27% sabem identificar que tipo de resíduo se decompõe naturalmente - mesmo com dois lixos em casa. "Foi uma surpresa. Escutamos pessoas das classes A, B e C, que têm acesso à informação, mas que não têm consciência de que são agentes de mudança", afirma a coordenadora da pesquisa, Paloma Zimmer.

Novo costume

O especialista Sabetai Calderoni, autor do livro *Os Bilhões Perdidos no Lixo*, acredita que a conscientização virá à medida que os programas se consolidem. "A pessoa não sabe o destino do que descarta também por frustração, já que a prefeitura às vezes recolhe e leva tudo para um lixão. Mas a mentalidade está formada, há interesse e valorização", afirma. Estima-se que apenas 400 municípios brasileiros tenham programas de coleta seletiva, algumas vezes conduzidos por cooperativas e catadores, não pelo poder público.

Segundo Pólita Gonçalves, secretária-executiva do Fórum de Cidadania do Estado do Rio, o número de catadores existentes indica a necessidade do setor: seria um catador para cada mil habitantes em municípios de pequeno e médio portes. Para o economista Jorge Nogueira, da Universidade de Brasília, o número é também reflexo da extrema pobreza que existe no Brasil, e da isenção de responsabilidade sobre o lixo que acomete o setor empresarial.

"Temos uma população de miseráveis que recolhe as latinhas também porque o lixo fica na mão do consumidor final", diz Nogueira. "Fomos catequizados a pensar assim, pelo modelo americano."

O economista explica que, pela tradição européia, quem cuida do lixo é quem o produziu: a empresa. No preço pago pelo produto na Europa, pode estar embutido o custo que a empresa terá para recolher, reciclar e dar o devido tratamento ao que sobra, seja uma latinha de refrigerante ou um carro.

A pesquisa da Market Analysis indica que o brasileiro parece querer seguir esse pensamento, apesar de a legislação aqui beneficiar os produtores.

A maioria dos entrevistados (43%) acredita que a solução para o problema ambiental não está em suas mãos, e 7 em cada 10 consumidores pensam que o preço deve cobrir o custo do dano que a mercadoria causa ao ambiente. "O consumidor tem responsabilidade sim de encaminhar o material, mas não de repensar toda a produção", diz Nogueira.